

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

MARCELLO POLINARI

PRAIAS: AMBIENTES SOCIAL E DIMENSIONALMENTE
GERADOS EM PONTAL DO SUL
(PARANÁ)

CURITIBA
1999

MARCELLO POLINARI

PRAIAS: AMBIENTES SOCIAL E DIMENSIONALMENTE
GERADOS EM PONTAL DO SUL
(PARANÁ)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadores: Dr. Paulo Lana; Dr. Jozimar Paes de Almeida e Dra. Zióle Zanotto Malhadas.

CURITIBA

1999

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Paulo Lana, Dr. Jozimar P. Almeida, Dra. Zióle Z. Malhadas, Mestre Inês Araújo, Jackson Bassfeld, Dr. Dimas Floriani, Bel. Gina E. Issberner e Bel. Aimoré I. B. Arantes, Bel. Cristina Klüppel.

Ao Corpo Docente do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - UFPR

Ao NIMAD/UFPR, CEM/UFPR e SEEC/CPC-PR.

Aos pescadores, veranistas e moradores do Litoral Paranaense.

TERMO DE APROVAÇÃO

A presente tese foi defendida, julgada e aprovada com o conceito “A” pela seguinte banca de defesa:

Dr. e Magnífico Reitor Carlos Antunes dos Santos.

Dr. Paulo Lana.

Dr. Jozimar Paes de Almeida.

Dr. João Batista Campos.

Dr. Ademar Heemann.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	12
2.1	QUESTÕES TEÓRICAS	13
2.2	QUESTÕES EMPÍRICAS	20
3	OBJETIVOS	21
3.1	OBJETIVO GERAL	21
3.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
4	HIPÓTESE	22
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
5.1	CRÍTICA AO MONOLINEARISMO LÓGICO/INTERATIVO	23
5.2	CRÍTICA À TRADIÇÃO LÓGICA CARTESIANA	28
5.3	CONCEITOS E DISCURSOS DE BASE CARTESIANA	34
5.4	POR UMA PONTE CONCEITUAL ENTRE HUMANISTAS E NATURALISTAS	37
5.4.1	NOSSAS BASES TEÓRICAS E SUAS SIMILITUDES DISCURSIVAS	39
5.4.2	UMBERTO ECO	40
5.4.3	WITTGENSTEIN	49
5.4.4	TEORIA DO CAOS	53
6	A PROPOSIÇÃO DE NOVOS CONCEITOS	60
6.1	OS CONCEITOS DE SIGNOGONIA, SIGNOPOIESE E JOGOS SIGNOGÔNICOS	63
6.1.1	SIGNOPOIESE	63
6.1.2	SIGNOGONIA	63

6.1.3	NICHOS SIGNOGÔNICOS (NSS)	66
7	MÉTODO	68
7.1	SUJEITOS	69
7.2	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	69
7.2.1	FONTES	69
7.2.2	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS	69
8	HISTÓRIA AMBIENTAL DE PONTAL DO SUL NO SÉCULO XX	74
8.1	ANÁLISE SIGNOGÔNICA DOS NSS E SEUS TERRITÓRIOS - AMBIENTES	74
8.1.1	PRAIAS QUE OS NSS (NICHOS SIGNOGÔNICOS) CONSTRÓEM À BEIRA-MAR	75
8.1.2	IMAGENS DA PRAIA	78
8.1.3	MAR E PERIGO	80
8.1.4	NOSSA IMAGEM DA PRAIA	82
8.1.5	NSS PREDOMINANTES	84
8.1.6	DISTINÇÃO DAS SIGNOGONIAS PARA O REFERENTE LIXO	85
8.1.7	GOVERNO E LIXO	90
8.1.8	A PRAIA COMO PARQUE PÚBLICO	91
8.1.9	NS FAROFEIROS (SÁTIROS LÚDICOS) VERSUS NS PRAIA-DE-FAMÍLIA	94
8.1.10	FAROFEIROS: ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO E REPULSÃO	98
8.1.11	GESTORES MODERNOS OU MODERNIZANTES	102
8.1.12	INTERAÇÕES DOS NSS	109
8.1.13	CONFRONTOS OU INADEQUAÇÕES INTERATIVAS ENTRE SIGNOGONIAS	112
8.1.14	PRÉ-REQUISITOS PARA A PREDOMINÂNCIA TERRITORIAL/AMBIENTAL	115
8.1.15	INTERAÇÕES E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS COMPARADAS	121

8.1.16	ILHA DO MEL: OPÇÕES DE ESTUDO E GESTÃO AMBIENTAL	126
8.1.17	PAISAGENS PREDOMINANTES DOS NSs	133
8.1.18	A CONSTRUÇÃO SIGNOGÔNICA DOS OUTROS	137
8.1.19	A TALASSOMANIA	145
8.1.20	OS DADOS DA GRADE E A DISSEMINAÇÃO DA TALASSOMANIA.	150
8.1.21	PONTAL DO SUL PRAIA-DE-FAMÍLIA	156
8.1.2.2	APS COMO UM NS PARTICIPE DA SIGNOGONIA NATUREZA ABUNDANTE	159
8.1.23	SIGNOGONIA DA ABUNDÂNCIA VERSUS LÓGICA CAPITALISTA	162
8.1.24	A PERDA DA PREDOMINÂNCIA TERRITORIAL DO NS AGRICULTOR- PESCADOR DE SUBSISTÊNCIA	164
8.1.25	A PERDA DA PRAIA E DA TERRA	165
8.1.26	A PERDA DO MAR	170
8.1.27	NS INTELLECTUAIS	178
8.1.28	OS NSs E O MAR	181
8.1.29	TRAVESSIA DE UMA PREDOMINÂNCIA TERRITORIAL PARA OUTRA	185
8.1.30	ESTRATÉGIAS INTERATIVAS PARA A PREDOMINÂNCIA AMBIENTAL	189
8.1.31	POLÍTICA AMBIENTAL E ESTADO	201
8.1.32	SAMBAQUIS: MITOS DE RIQUEZA E FONTE DE PESQUISAS	202
8.1.33	INTERVENÇÕES NOS JOGOS SIGNOGÔNICOS	203
8.1.34	CIENTISTAS GERANDO PRAIAS	208
8.1.35	CARTESIANISMO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TEORIAS	212
9	CONCLUSÃO	217
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	219

11	ANEXOS	226
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243

RESUMO

O jovem conhecimento ambiental necessita de conceitos que nos possibilitem extrapolar as práticas científicas de disciplinas que constróem objetos fragmentados, isolados ou monoaxiomáticos, para que novas práticas transdisciplinares sejam possíveis.

A nossa proposta é entender o ser de um ambiente como complexidade interativa dimensional. Para abordar essa complexidade transdisciplinarmente, dispomos como bases teóricas as similitudes elucidativas entre a Semiótica, a Teoria do Caos e as Investigações filosóficas de Wittgenstein. Tais similitudes elucidativas nos permitem elaborar conceitos facilitadores aos estudos e gestões ambientais.

O entender o ser de um ambiente como complexidade interativa dimensionalmente organizada, também nos permite uma nova abordagem que busca ir além das práticas monolineares de narrar problemas ou disfunções ambientais gerais das praias, ou outro ambiente, mas sim compreender que existem várias *praias* como resultado de teatros ou jogos sociais/ambientais dimensionalmente diversos em cada uma, atentando assim para a especificidade dimensional das interações sócio/ambientais.

Somente assim veremos e descreveremos em Pontal do Sul ambientes *praias* onde antes víamos apenas um ambiente praia isomorfo com discrepâncias em relação aos nossos axiomas pressupostos. Propomos narrar as diversidades interativas ambientais ao invés de afirmarmos que elas são algum tipo de anomalia em relação a um único axioma pressuposto.

LISTAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Imagem do litoral obtida por satélite	p. 72
2 Imagem obtida por satélite Pontal do Sul	p. 73
3 A praia do NS (abreviatura de Nicho Signogônico) farofeiros, a praia do NS praia-de-família e o lixo	p. 85
4 A praia do NS farofeiros e a praia do NS praia-de-família	p. 92
5 Ilha do Mel vários NSs e diversos territórios/ambientes	p. 115
6 Interações conflitantes entre NSs em Pontal do Sul	p. 124
8 NSs APS (abrev. de agricultores/pescadores de subsistência) versus “catarinas”: A perda do mar	p. 167
9 Estratégias de construção do território do jogo signogônico ambiental	p. 186

LISTA DE ABREVIATURAS

SEEC – Secretaria de Estado da Cultura

CPC – Coordenadoria do Patrimônio Cultural / SEEC

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFPR – Universidade Federal do Paraná

CEM/UFPR – Centro de Estudos do Mar

IAP – Instituto Ambiental do Paraná / SEMA- Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

NS/NSs – Nicho(s) signogônico(s) = dimensões ambientais sócio/interativas.

GRADE – Termo aplicado a um método de investigação e sua aplicação ao estudo de disfunções ambientais.

PROCON – Procuradoria do consumidor: órgão jurídico de defesa do consumidor

NIMAD/UFPR – Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

ITCF – Instituto de Terras e Cartografia e Florestas

SUREHMA – Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente

M.P. = Marcello Polinari

1 INTRODUÇÃO

Durante todo o cumprimento dos nossos créditos do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, uma questão foi tônica constante dos comentários de professores e alunos: a necessidade de novos conceitos e abordagens facilitadores das interações transdisciplinares para um novo campo do conhecimento, o ambiental¹.

A motivação disciplinar é isolada e se traduz numa visão parcial do universo levando a um entendimento distorcido do mesmo, uma vez que as relações entre suas partes quedam-se omissas. Sua contribuição, entretanto, é fundamental no processo do conhecimento, para identificação e tratamento de variáveis específicas².

Temos por intenção contribuir para essa nova abordagem e conceitos facilitadores dos estudos e gestões ambientais, fundamentando-nos em Umberto ECO³, WITTGENSTEIN⁴, BERGER e LUCKMANN⁵ e na Teoria do Caos elucidada por GLEICK⁶ para narrar interações ambientais sócio/dimensionais.

Posto que a primeira turma (1993) do Doutorado em Meio ambiente e Desenvolvimento da UFPR centrou suas pesquisas em temas ambientais do litoral paranaense, a presente proposta pretende contribuir com outras opções conceituais para novas abordagens nas análises e gestões ambientais aplicadas ao estudo dos ambientes *praias* sócio/dimensionalmente gerados em Pontal do Sul.

2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

¹ Todos os grifos e negritos de citações e trechos de entrevistas são nossos. Devido à diferença entre a fala coloquial e a narrativa de uma Tese, fui obrigado a introduzir algumas palavras, via de regra, conjunções, para dar sentido correto ao texto degravado; elas estarão entre parêntesis.

² POMPEU, Cesar Augusto & SILVA, Daniel José. “Enfoque epistemológico, político e filosófico na leitura da questão ambiental”. In: IBAMA - Seminários Universidade e Meio Ambiente, Documentos Básicos, Brasília, 1989, pp. 109/121.

³ POMPEU, Umberto. Sobre os espelhos e outros ensaios. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989.

⁴ WITTGENSTEIN, L.. Investigações filosóficas. São Paulo. Nova Cultural., 1991.

⁵ BERGER, Peter, & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

⁶ GLEICK, J. Caos, o nascimento de uma nova ciência. Rio de Janeiro. Campus. 1990.

A problemática da tese tem duas vertentes complementares: uma teórica e outra de validação das preposições teóricas no estudo das praias que também contribui para o entendimento dos meios ambientes do litoral paranaense.

A pesquisa teórica visa formular uma outra proposição de abordagem teórico-conceitual fundamentada nos autores citados, não dispensando a pesquisa empírica com a aplicação de nossos conceitos/proposições ao estudo dos ambientes praias de Pontal do Sul .

2.1 QUESTÕES TEÓRICAS

Como é possível estudar os ambientes praias (complexidade interativa ambiental) com as práticas cognitivas cartesianas? O universo complexo (os meios ambientes) cabe em alguma de nossas teorias consensuais utilizadas para explicá-lo?

Se há um problema consensual entre alunos e professores desse Doutorado, ele consiste na demanda por novas abordagens, categorias e conceitos facilitadores da prática transdisciplinar no conhecimento ambiental. Para entender essa demanda devemos pensar criticamente em como funciona um discurso e consenso científico.

Esse consenso fundamenta-se na epistemologia da ciência que fragmenta a complexidade interativa ambiental em áreas do conhecimento, as quais também fragmentam seus objetos para que caibam em nossos consensos cognitivos sócio/dimensionais. Cremos que tal prática consensual ocorre, principalmente, devido ao uso linear e fragmentário de teorias que funcionam, prática cognitiva que tem sua origem reducionista em DESCARTES.

Tal uso monolinear de teorias facilita redigir linearmente constructos cognitivos lineares, (isso tal teórico explica) mas dificulta descrever dimensões interativas (a realidade complexa) nas quais cada dimensão interage caoticamente. Para além do que superficial e genericamente vemos através dessas teorias, existem milhares de outras dimensões sócio/interativas/ambientais a serem descritas e confrontadas.

Nossa tese teórica poderia chamar-se: “Para além dos consensos cognitivos e, apesar deles, há mais a ser visto”. Portanto, eles são apenas pontos de partida e não a solução para o *holos*.

Alguns consensos interativos (teorias) fundamentam-se na materialidade; outros na idealidade; outros numa relação silógica/linear entre os dois, outros fundamentam-se radialmente sobre uma certeza de imparcialidade pré-posta ou externa aos nossos consensos. São âncoras discursivas monolinesares, silógicas e maiêuticas.

Entretanto, os ambientes são complexos pluridimensionais sócio/ecológicos e, por isso, não se deixam reduzir a esse ou àquele consenso cognitivo/interativo: tudo é em função disso ou daquilo, seja da vida material, seja da estética predominante numa época, seja dos jogos políticos, seja das questões religiosas, seja da composição química de uma rocha; certezas a partir das quais desvendamos o universo silógicamente. Isso porque o ser humano é gerador de diversidades interativas.

O jovem conhecimento ambiental ainda está em processo de construção conceitual, construção de ferramentas de linguagem que lhe sejam mais apropriadas que as emprestadas de outras ciências que, em muito, contribuíram e contribuem com ele.

Então, qual o problema em levantar uma massa de dados ambientais, tratá-los estatística ou comparativamente, sobre a praia de Pontal do Sul e interpretá-los à luz de uma das muitas correntes teóricas que têm funcionado há décadas em outras ciências?

O problema é que quando elas foram geradas, nos momentos históricos em que surgiram, transdisciplinaridade e meio ambiente não estavam no centro das preocupações científicas; essas abordagens teóricas não foram elaboradas para tal propósito. Embora funcionem nos estudos ambientais como empréstimos teóricos e metodológicos, elas não foram historicamente elaboradas para os estudos ambientais transdisciplinares, nem partiram das bases teóricas de que hoje dispomos.

Para entendermos isso, são importantes as definições de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade e suas respectivas interações cognitivas:

A multidisciplinaridade é originária da percepção da interveniência de muitos elementos na explicação do universo considerado. A conceitualização heterônoma de um problema define as disciplinas envolvidas que, utilizando-se isoladamente de seus métodos e técnicas, apresentam contribuições particulares à compreensão do mesmo⁷.

Já a interdisciplinaridade é um processo de conhecimento que, utilizando uma estrutura multidisciplinar, procura estabelecer vínculos intencionais na compreensão e

⁷ POMPEU, Augusto. Cesar. e SILVA, Daniel José. 1989, p. 109 -95

explicação do universo da pesquisa, superando dessa forma a excessiva compartimentação científica provocada pela especialização das ciências modernas. Ela é resultante da integração horizontal das metodologias de cada especialidade envolvida no processo. Esta integração deve ocorrer já a nível de inventário, de modo a produzir conhecimentos e informações integradas e compreensíveis entre si. Neste processo observa-se uma redução da característica heterônoma, presente de forma marcante na multidisciplinaridade, de um conseqüente aumento da autonomia na regulação dos conflitos metodológicos já que a interação entre as disciplinas ocorre sem a presença de uma coordenação que especifique as contribuições individuais. A ação se desenvolve a partir de um entendimento comum das questões criando-se assim as condições necessárias para discussão das diferentes abordagens metodológicas⁸.

Finalmente, a transdisciplinaridade caracteriza-se pela construção de um referencial de conceitos e categorias de pesquisa comum a todas as especialidades, base teórica a partir da qual se estabelece, então, uma linguagem comum no processo de produção do conhecimento.

Desta forma tenta-se superar as diferenças de conceitos e enfoques sobre um mesmo objeto que as especialidades introduzem no processo. É a possibilidade de profissionais de diferentes formações científicas, comunicarem-se através de conceitos e categorias compreensíveis entre si, na construção do conhecimento, que caracteriza a transdisciplinaridade. A integração entre as disciplinas não se faz somente a partir de suas metodologias específicas, como no processo anterior, mas também através da incorporação de um glossário dado pela linguagem comum⁹.

Desse modo a construção de representações consensuais do universo e correlatos conceitos que nos sirvam de ferramenta ou ponte interativa com o objeto é de máxima importância.

Todo discurso científico sobre um objeto leva em seu bojo uma filosofia da ciência, uma estesia sócio-dimensionalmente consensual e operante sobre o universo, enquadrando-o nessa base teórica e tornando familiar um objeto antes incógnito. Afirma ECO que *“no fundamento de toda descoberta científica há uma série de insinuações. Cabe ao cientista conjecturar de modo mais metódico e controlado do que Otelo”*¹⁰.

⁸ COIMBRA, 1985, In: POMPEU. 1989, p.p. 109 -95 .

⁹ POMPEU. 1989, p.p. 109 -95 .

¹⁰ ECO, U. 1989, p. 303.

Portanto, produzir ciência é produzir um novo discurso, a partir de insinuações, de hipóteses pré-cognitivas e estesia sócio/dimensionalmente consensual sobre o objeto, de pilares filosóficos consagrados reafirmando-os ou questionando-os.

Desse modo, ao produzirmos dissertações e teses e artigos sobre meio ambiente também fazemos filosofia da ciência, fazemos discursos filosóficos, mesmo que não tenhamos todo o ferramental discursivo de um filósofo de ofício.

Isso significa que, num texto científico, a discussão das bases da produção desse discurso, que é um fato cognitivo/interativo, é tão importante quanto a narrativa empírica¹¹ do objeto, que é outro fato cognitivo indispensável para a validação das bases teóricas e do discurso científico resultante da pesquisa.

Então, um texto científico gera dois fenômenos¹² cognitivos de igual importância: um teórico geral (novo a partir de proposições e questionamentos que o momento histórico exige ou de outros reafirmados atemporalmente) e um empírico específico sobre um objeto que é produzido reafirmando a base teórica.

Nosso olhar teórico/apriorístico sócio/dimensionalmente consensual sobre o objeto guia nossas interações cognitivas e modela *a priori* o objeto. Assim, não somente o objeto deve ser alvo de nossa curiosidade científica, mas também o nosso olhar e interação consensual que fundamenta o discurso sócio/interativamente/dimensional que consensualmente o constrói. *Certas coisas, ao olhar, parecem-nos enigmáticas, mas porque todo o ver não nos parece suficientemente enigmático?*¹³.

Quantas quantas premissas gerais são necessárias para confirmar, para ancorar nossas verdades? Quantas vezes, partindo de que tal coisa é assim, nos ancoramos nessa uma hipótese, e assim agindo, temos a coletar indícios que a comprovem e generalizem tal proposição? Porém, às vezes, incidentalmente, esses indícios nos levam a questionar-nos, levando-nos a uma rara descoberta, a um novo discurso e jogo de linguagem sobre o que era incógnito.

Ou seja, esforços de levantamento de dados, normalmente, retroalimentam premissas teórico/interativas como discursos e certezas que nos são familiares sobre o objeto, tornando-as ainda mais sólidas e consensuais e gerando certezas ou padrões

¹¹ Não há empirismo puro, pois segundo a citação anterior, toda pesquisa parte de vários pressupostos sócio/dimensionalmente consensuais.

¹² Utilizamos o conceito de fenômeno como *Alea*, do Latim, que significa fortuito, aleatório, ocasional, portanto aproximando-se do conceito grego de fenômeno como **aquilo que ocorre**. Entendemos que, para nós, o objeto cognitivo é gerado em interações caóticas a partir de pré-cognições que norteiam, mas não determinam teleologicamente essa interação.

¹³ WITTGENSTEIN, L. 1991, p.206.

sócio/dimensionalmente interativos com o objeto. Portanto, os dados tendem a retroalimentar linearmente premissas teóricas generalizantes.

Tal tendência, entretanto, dificulta o surgimento de novos conceitos voltados para facilitar interações transdisciplinares no conhecimento ambiental ao fornecer-nos certezas, definições *a priori* sobre o que o objeto é.

O gênero certeza é o gênero do jogo de linguagem. Só ele sabe seus motivos(...)

A indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos não nos vem à consciência porque as roupas de nossa linguagem tornam tudo igual.

O novo, (o espontâneo, o específico) é sempre um jogo de linguagem¹⁴.

Diz ARAÚJO, sobre os usos de teorias interativas consensuais em outras ciências.

O raciocínio dedutivo é, então, uma operação pela qual se conclui a partir das premissas, uma conclusão que é conseqüência lógica necessária das premissas... **Tratando-se de um raciocínio, interessa apenas sua forma lógica, portanto, a dedução é *a priori*, porém não ampliam o conhecimento, segundo Kant.**

...O conhecimento científico ficaria prejudicado, pois novas conclusões com respeito à realidade, dificilmente decorrem de verdades evidentes¹⁵.

Desse modo, ao se elaborar um relatório de pesquisa, um discurso científico, implícita ou explicitamente, querendo ou não, produzimos filosofia da ciência, proposições em jogos de linguagem e, com eles, projetamos práticas sócio/ambientais que geram ambientes.

Fazer ciência ambiental, portanto, não é apenas coletar dados e dizer que eles são verdades autoevidentes que comprovam alguma teoria. É, antes de tudo, questionar e produzir teoria, produzir uma nova estesia e discurso consensual (conceitos historicamente adequados) sobre o universo que nos sirvam de nova ferramenta, de nova prótese interativo/cognitiva para o jovem conhecimento ambiental.

Um exemplo da necessidade de novos conceitos nos é dada por BRÜSEKE:

¹⁴ WITTGENSTEIN, L. 1991, p.207. Grifos nossos

¹⁵ ARAÚJO, Inês. Introdução à Filosofia. Curitiba, Editora da UFPR, 1993, p. 17. Grifos nossos

A noção de Terceiro Mundo relaciona-se com países da África, Ásia e América Latina, caracterizados por uma infraestrutura econômica subdesenvolvida. Japão, Europa e algumas das ex-colônias de povoamento – EUA, Canadá, Austrália, Nova-Zelândia – **estão sendo percebidas**, nessa perspectiva, como desenvolvidas e, o que é ainda mais importante, como bloco homogêneo. Além do fato de que o desenvolvimento de um país está sendo medido basicamente, com standards dos países industrializados, a denominação não diferenciada dos países europeus e dos outros países acima citados como de Primeiro Mundo é mais do que questionável. Conceitos só tem um sentido analítico se eles contribuírem com o processo de esclarecimento. O Terceiro Mundo, com o qual se classifica mais de 127 países diferentes, perdeu de forma crescente sua **função esclarecedora** e virou um “ideologema”.

... Não interessa, (*nesse enquadramento*), que o Kuwait se encontre junto com a Índia na mesma lista dos países do Terceiro Mundo; tendo o primeiro um PNB de 19.830 dólares per capita (em 1980) e a Índia um PNB de 240 dólares per capita no mesmo ano¹⁶.

Alargar horizontes de abordagem, atentando para especificidades interativas sócio/dimensionais e à correlata adequação histórica dos conceitos é, portanto, um grande desafio da ciência ambiental. Não temos a pretensão de resolver isso, mas de contribuir com novas proposições teóricas.

Não cabe aqui nos alongarmos na crítica os usos do marxismo¹⁷, do estruturalismo, do positivismo, do funcionalismo, da fenomenologia, ou do existencialismo¹⁸ nos trabalhos lidos, nos textos sobre meio ambiente. Tais teorias e abordagens correlatas têm funcionado, e muito bem, em outras ciências para tornar familiar o que antes não era, além de nos legarem uma experiência histórica, a partir da qual podemos seguir com nossos trabalhos de pesquisa tornando discurso/interativamente familiar o que era desconhecido. Sua eficácia gerou consensos cognitivo/interativos entre grupos de intelectuais como dimensões da sociedade, familiarizando-os com o que antes lhes era incógnito, mas que nem por isso estava velado ou oculto.

Vejamos a semelhança entre o conceito de consenso e o de experiências herdadas (históricas) em WITTGENSTEIN:

¹⁶ BRÜSEKE, F. J. Para uma Teoria Não-Linear e Pluridimensional do Desenvolvimento. In: VIEIRA, P. F. & MAIMON, D. As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade. APED E UFPA. 1993, p.190-191.

¹⁷ MENDONÇA, Nadir Domingues. O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis, Vozes, 1998.

¹⁸ Sobre tais teorias, remetemos a ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo. Mestre Jou. 1982.

Para que o homem pensa? Que utilidade tem? - Para que calcula a capacidade de caldeiras e não deixa ao acaso a resistência de suas paredes? É apenas um fato empírico que caldeiras assim calculadas não explodem com tanta frequência! Mas da mesma forma como ele faria tudo para não pôr a mão no fogo que antes o queimara, do mesmo modo fará tudo para não deixar de calcular a caldeira - Como, porém, não nos interessam causas, - diremos: os homens efetivamente pensam. Agem dessa maneira, por exemplo, quando constróem uma caldeira. - Ora, uma caldeira assim construída não pode explodir? Pensamos algumas vezes, porque isto deu bons resultados.¹⁹

Aquilo que histórica e dimensionalmente funcionou tende a estabelecer-se cognitivamente como adequado, consensual, tanto no que respeita à cognição de uma dimensão social quanto às suas práticas correlatas geradoras de ambientes, plasmando-se como consenso em uma dimensão da sociedade que experiencia tal evento.

Do mesmo modo, os bons resultados de uma teoria tendem a reafirmá-la consensualmente e generalizar sua aplicação. Também experiências que funcionaram tendem a reafirmar consensos interativos em dados grupos sociais e seus ambientes.

A produção de um discurso científico sobre um ecossistema e suas interações sociais plurais, complexas, é, portanto, um composto de teoria, metodologia construção e narrativa de dados que retroalimentam consensos sócio/dimensionalmente pré/postos devido a experiências que deram certo.

Os dados produzidos sobre indícios acessíveis aos nossos sentidos e intelecto não têm vida própria no sentido de falarem por si próprios, desvelarem-se ou serem capazes de elucidar exatamente seu significado, mas caracterizam-se como indícios trabalhados que fundamentam um discurso primário sobre algo que, necessita de elucidações seqüenciais. Mesmo a coleta de indícios e a seqüente produção dos dados, é guiada por pressupostos teóricos que norteiam tal elaboração. Portanto, dados são também um discurso sobre indícios. Um discurso científico, deve ser coerente com seus pressupostos, sejam eles lineares ou de outra base lógica e metodológica comprovatória.

Desse modo, esses dados, gerados a partir de consensos cognitivos monolinesares e apriorísticos, não visam ou elucidam a si mesmos, mas são discursos primários que contribuem para a construção de uma familiaridade cognitiva/interativa socialmente produzida *a priori*, que fundamenta um pré-conhecimento, uma hipótese

integrante de uma familiaridade discursiva sócio/dimensionalmente operante. Tal explicação nos torna o objeto familiar ao enquadrá-lo, desde seus indícios elementares, em nossos consensos cognitivos-interativos e sócio-dimensionais.

Assim, interagimos com o objeto via consensos cognitivos sócio/agregadores, (teorias e conceitos) como próteses interativas norteadoras de nossa dimensão sócio/interativa na complexidade ambiental, tornamos as coisas (indícios e reminiscências) familiares a um discurso familiar nesse momento histórico e adequamos os objetos de nossas pesquisas à fração/dimensão da sociedade que compartilha de tais consensos e aos questionamentos que o momento histórico propicia.

O atual momento histórico nos diz que temos um novo objeto, ou novas interações com esses indícios e reminiscências, que necessitam de novos axiomas e conceitos para novas abordagens: são os meios ambientes como resultantes de dimensões interativas das sociedades entre elas e delas com os ecossistemas.

Penso que a produção científica, especialmente a ambiental, deveria ser um híbrido de filosofia e tubos de ensaio, uma ponte discursiva entre teóricos e empiristas, numa convivência transdisciplinar que forneça opções de ferramentas discurso-interativas, um novo jogo de linguagem próprio do conhecimento ambiental.

2.2 QUESTÕES EMPÍRICAS

O objeto praia de Pontal do Sul como dimensão sócio/interativa ambiental do litoral paranaense, o qual é composto por várias dimensões interativas sócio/ambientais, *praias*, será tratado sob a ótica da historiografia, que constitui a área de nossa formação acadêmica²⁰.

São as seguintes as questões que serão trabalhadas:

Como, em nosso século, se popularizou no Paraná, o consenso de praia como local de lazer?

¹⁹ WITTGENSTEIN, L. 1991, p. 135-137.

²⁰ Cursei Licenciatura e Bacharelado em História, Especialização em História Filosofia Contemporânea e Mestrado em História do Brasil/História Social. Portanto, nossa ótica é a de quem narra uma história partindo dos indícios disponíveis, buscando confrontá-los dentro do possível e com outras fontes que os reafirmem ou questionem para avaliar sua autenticidade.

Como era a praia de Pontal, no século XX, antes de ser predominantemente um complexo de territórios/ambientes *praias* de lazer e como ocorreu esse processo de mudança?

Quais são as dimensões sócio/interativas (nichos de consenso sócio/interativos) que geraram e que hoje geram os ambientes *praias*?

Com isso, pretendemos buscar bases teóricas para constituir novos conceitos, um jogo de linguagem próprio do conhecimento ambiental e contribuir com o entendimento de uma dimensão interativa ambiental do litoral paranaense, .

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Prover o jovem conhecimento ambiental de um jogo de linguagem, teoria e conceitos, que lhe sejam próprios e que nos permitam abordar cognitiva e interativamente os meios ambientes praias de Pontal do Sul como resultantes dos complexos de interações históricas caóticas entre dimensões de consensos sociais com o ecossistema praia.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Narrar uma história ambiental de Pontal do Sul neste século, descrevendo como uma vila, que era predominantemente de agricultores pescadores de subsistência²¹, transformou-se em um balneário com múltiplos ambientes *praias*; descrever o possível sobre a pluralidade de interações sócio/ambientais que ocorrem nele até hoje e para quais tendências futuras apontam. Esses procedimentos nos possibilitarão narra-lo como um complexo interativo dimensional.

Fazer a história ambiental consistirá em levantar e narrar as interações entre grupos (nichos) de consensos sociais e correlatas práticas operantes como dimensões sociais que geram ambientes praias num processo interativo temporal. Tal história visará

21 Subsistência (sic.) [Do lat. *subsistentia*.] S. f. 1. Estado ou quantidade de pessoas ou coisas que subsistem: a subsistência de um hábito. 2. conservação das coisas, permanência, estabilidade: a subsistência de uma lei. Conjunto do que é necessário para sustentar a vida; sustento dos meios de subsistência. In: FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Nova

a identificação dos grupos de consensos ambientais sócio-agregadores e geradores de ambientes e narrar como interagiram neste século para resultar na Pontal do Sul hoje conhecida.

Esta tese divide-se, portanto, em uma proposta teórica e em um discurso histórico sobre os *dados* levantados em Pontal, mostrando que existem *praias* que historicamente são frutos de dimensões sócio/interativas dentro da praia de Pontal do Sul. Nesse discurso pretendemos validar os fundamentos teóricos e metodológicos, fazendo duplo papel: o de teórico e o de experimentador.

A novidade do presente trabalho é propor a opção por um outro jogo de linguagem como opção de um outro modo interativo facilitador da transdisciplinaridade na produção do conhecimento e gestão ambiental transdisciplinar. O que queremos é propor um jogo de linguagem que parta não apenas de um único axioma posto *a priori*, mas do levantamento e descrição em campo da diversidade sócio/interativa que dimensionalmente gera ambientes, narrando não uma certeza apriorística, mas uma multiplicidade de “certezas” e correlatas interações.

4 HIPÓTESE

Ao tomar ECO, WITTGENSTEIN e GLEICK como pilares teóricos, presumimos que a sociedade pode ser entendida como um complexo de dimensões interativas que ocorrem em nichos sociais de consensos cognitivo/interativos e, que é sobre esses consensos interativos, caótica e ambientalmente operantes, que os ambientes praias são gerados em Pontal do Sul.

Assim como cada indivíduo arruma sua casa (*eco*) gerando um ambiente que lhe seja adequado, de modo semelhante grupos/dimensões de consensos sócio/interativos ordenam e geram a si e ao ecossistema como ambientes que lhes sejam adequados. Portanto, consensos sócio/dimensionais e suas correlatas interações diversas, geram ambientes diversos.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 CRÍTICA AO MONOLINEARISMO LÓGICO/INTERATIVO

A necessidade consensual entre professores e alunos do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR de elaboração de conceitos **próprios** do conhecimento ambiental é dificultada pela prática de separação entre a teorização²² e o empirismo e pela correlata fragmentação do objeto.

Há muito o cientista empírico se apartou dos filósofos. Tal prática de separação, ainda predominante nas teses sobre meio ambiente, consiste ou em crer que os dados falam por si próprios; ou que dentro de uma organização de dados que fundamentam um discurso, os questionamentos teórico/filosóficos são dispensáveis ou ridículos; ou ainda, adotar a prática consensual de que uma teoria consagrada em outras ciências é a chave para o conhecimento ambiental que se propõe ao estudo de um objeto muito complexo. Esta última opção, fundamenta-se em uma história de experiências teórico-metodológicas que deram certo em outras ciências aplicadas ao estudo de objetos que envolvem uma complexidade menor que a questões ambientais.

Entretanto, o momento histórico e os questionamentos sobre nosso objeto de conhecimento são outros. Teorias emprestadas, pré-cognições que funcionaram em outras áreas do conhecimento, mesmo que ofereçam boas respostas, acabam por tornar-se historicamente inadequadas a um novo objeto para o qual não foram historicamente geradas.

Para esse novo conhecimento ambiental é preciso que o cientista e o filósofo se integrem.

Os teóricos fazem experimentos com seus cérebros. Os experimentadores têm de usar as mãos, também. Os teóricos são pensadores, os experimentadores são artesãos. O teórico não precisa de cúmplices. O experimentador tem de reunir estudantes de pós-graduação, adular maquinistas, lisonjear assistentes de laboratório. O teórico opera num lugar puro, livre de ruído, vibração, sujeira. O experimentador desenvolve uma intimidade com a matéria, tal como o escultor com a argila, lutando com ela, dando-lhe forma, empenhando-se. **O teórico inventa suas companheiras**, como um Romeu ingênuo imaginava a sua Julieta ideal. As amantes do experimentador suam, reclamam e soltam gases.

²² Teorização como questionamento até das próprias bases teóricas consensuais e não apenas como enquadramento de hipóteses e dados em consensos pré-postos.

Eles precisam um do outro, mas teóricos e experimentadores esperavam que certas desigualdades entrassem nas suas relações, desde os tempos antigos, quando todo cientista era as duas coisas ao mesmo tempo. Embora os melhores experimentadores ainda guardem em si um pouco do teórico, a recíproca não é verdadeira. Em última análise, o prestígio vai em grande parte para o teórico. Na física da alta energia, em especial, a glória cabe aos teóricos, enquanto os experimentadores tornaram-se técnicos altamente especializados manejando equipamento caro e complicado.²³

Mesmo a experimentação empírica é calcada em consensos (subjetivos e experiências históricas) e correlatas práticas cognitivas consensuais, que fundamentam o agir do empirista e também do teórico.

Portanto, tal prática de separação é inócua por desprezar o que não nos é familiar como o fez DESCARTES²⁴ ao aceitar somente o que lhe era familiar. Esses consensos pré-cognitivos dimensionalmente operantes devem ser historiograficamente relativizados e não generalizados ao serem utilizados nas pesquisas e gestões ambientais, de modo a que não se busque apenas regras interativas e correlatas generalizações e discrepâncias conceituais atemporais, mas sim como funcionam hoje em tal dimensão interativa dos jogos sócio-ambientais.

Diz ECO que “o historiador dificilmente andará em busca de leis gerais da história e mais facilmente, mais corretamente, tentará explicar por que um fato aconteceu, quais foram as causas, que significado ele tinha para os seus contemporâneos e que significado tem para nós.”²⁵

Nossa fundamentação se estabelece sobre abordagens científicas contrárias ao dissociacionismo monolinear e isomorfizante.

As ciências da cultura, (diferentemente das ciências da natureza), referem-se às relações formais entre as formas simbólicas. Estas não dão nenhuma informação sobre a realidade, mas fazem asserções sobre as informações já formadas. Sua tarefa não é a análise empírica dos setores representáveis da realidade, mas a análise lógica das formas da representação. Eis então que se delineia uma distinção semiótica entre ciências da natureza e ciências da cultura: as primeiras são interpretações de dados, ou seja, interpretações de primeiro grau, as segundas são interpretações de interpretações, ou seja, interpretações de segundo grau.²⁶

²³ GLEICK, 1990, p. 127.

²⁴ DESCARTES, René. Os Pensadores. São Paulo. Nova Cultural, 1996.

²⁵ ECO, U. 1989, p.302.

²⁶ ECO, U. 1989, p.309.

Apesar da concordância com ECO sobre a definição da tarefa das ciências da cultura, como a História, divergimos da distinção categórica que ele faz das ciências por entendermos que um geólogo, um biólogo ou um físico podem fazer interpretações de interpretações sobre indícios primários. Por exemplo: dizemos que algo é uma rocha, que é uma rocha metamórfica, que ela foi gerada em tal período geológico, que está em tal sítio, que por tudo isso apresenta tais características físico-químicas. Portanto, também as ciências da natureza²⁷ fazem interpretações de segundo grau, ou exponenciais, tal qual os humanistas que partem de indícios sensíveis, elucidando-os mediante explicações exponenciais segundo um consenso teórico/metodológico.

Mesmo uma listagem dos indícios coletados em campo é um discurso primário sobre o outro baseado em pré/cognições de indícios sensíveis, seja o objeto um bivalve, uma pedra ou uma dimensão interativa das sociedades.

Ninguém parte de algo universalmente pronto discursiva e significativamente, nenhum objeto se autodesvela para nós, pois uma pedra, por exemplo, não é um discurso, é um indício sobre a existência de algo sobre o qual se constrói um discurso primário a ser elucidado exponencialmente: ela é metamórfica...

Mesmo que uma pedra exista, cientificamente importa a possibilidade de sua existência cognitivo/interativa para nós, importam nossos constructos cognitivo/interativos sobre ela, nosso modo interativo. Entretanto, o próprio ECO questiona sua distinção categórica das ciências em outra parte de sua obra: *“Se nas ciências do espírito um ato de compreensão precede sempre a explicação, até que ponto isso não se verifica também nas ciências naturais?”*²⁸

Fica reafirmada, assim, a necessidade de se questionar e teorizar sobre as pré-cognições que nos levam a abordagens monolineares.

Tais práticas de recusa do que não nos é familiar e de tudo enquadrar no que nos é familiar, sendo que o que não se enquadra é anômalo para nós²⁹, advém de nossa herança cartesiana, muito recentemente questionada pela Teoria do Caos, pela Semiótica e especialmente por ECO e por WITTGENSTEIN.

²⁷ Ver nos anexos “O conceito de natureza”.

²⁸ ECO, U. 1989, p.303.

²⁹ Justamente pelo não funcionamento generalizado de tal prática, e baseada em pesquisas e dados que não se enquadravam no que nos é familiar, que nasceu a Teoria do Caos.

Nós e nossas familiaridades cognitivas somos a medida de todas as coisas³⁰, ou nossos consensos histórico/dimensionais as modelam? Para responder, necessitamos pensar, que, para além dos conceitos que cientificamente funcionam, ambientes são sócio-dimensionalmente gerados e que as coisas, os objetos, outras sociedades e dimensões sociais, as outras escalas interativas ambientais das quais, em alguma escala interativa, também fazemos parte, também nos medem, nomeiam e interagem conosco de modos diversos dos nossos consensos interativos. Há um espelhamento sócio/ambiental múltiplo. Portanto, não há imparcialidade ou universalidade de nossos conceitos, mas sim interferências, interações ambientais complexas em escalas interativas diversas gerando familiaridades sócio/dimensionalmente consensuais.

Desse modo, antes de definirmos *a priori* monolinearmente o que é um ambiente, um pescador como *caiçara ou artesanal*, uma praia, é preciso entender como as coisas são segundo qual base teórica, segundo qual familiaridade cognitivo/discursiva, que outros modos de ver e correlatos de interagir dimensionalmente coexistem com o nosso.

Acaso nossa certeza wittgenstiniana é a única verdade e realidade interativa? Será que podemos abarcar com nossa estesia e correlatos conceitos toda a complexidade interativa que compõe um ambiente? Ou será que reduzimos as coisas à nossa estesia e discurso consensual, familiar, por não podermos abarcar a complexidade? Ou seja: apenas trazemos para perto, para dentro de nossa familiaridade cognitiva o que antes não estava nela; trazemos agora para um novo jogo de linguagem algo que não estava na ligação ou que nela não estava desse novo modo interativo.

Mas, para esta tese sobre a complexidade histórico/interativa das praias de Pontal do Sul, para que serve a ela tal questionamento?

Para que o objeto e hipótese de nossas pesquisas sejam vistos como uma pré-cognição possível, entre outras, um jogo de linguagem wittgensteiniano³¹ que funciona em uma dimensão interativa da sociedade e a organiza, tanto quanto potencialmente organiza dimensionalmente seus ambientes.

Serve para saber que também nós, cientistas ambientais, consensualmente, familiarmente moldamos as coisas, os nossos objetos de pesquisa ao sentir um povo e ao

³⁰ Afirmção atribuída a Protágoras por Sócrates, segundo Platão em Teeteto 151d - 152d

³¹ Um jogo de linguagem wittgensteiniano pode ser entendido como uma experiência que agora funciona não para toda a humanidade, mas para uma fração dela. Quando falamos de experiência histórica, tendemos a generalizá-la, mas ela se revela sócio-dimensional.

nosso consenso e que compomos dimensões de consensos interativos sócio/ambientais que moldam ambientes.

Assim, produzimos interações ambientais adequadas a essa estesia consensual dessa dimensão ou nicho social. Esses consensos funcionam adequadamente (são funcionais) para esse nicho de consenso interativo social, e, mesmo sendo uma cognição dimensionalmente, familiarmente, parcial ela norteia nossas interações com o objeto, com o referente complexo de nosso discurso e modo interativo dimensionalmente consensual, o qual é um meio ambiente complexo composto de múltiplas escalas de consenso/interativas.

De modo semelhante ao que uma pedra não é um discurso, uma cognição, uma familiaridade conceitual, pronta *a priori*, mas sim um indício que fundamenta nossas elucidções, a nossa pré-definição de que um pescador é *artesanal ou caiçara*, norteará nossa pesquisa. Pressupomos em si mesmo que ele (seu ser) é inquestionavelmente artesanal (palavra utilizada consensualmente como conceito ou como categoria)? Pressupomos que existem problemas ou disfunções ambientais na praia de Pontal do Sul? Mas são problemas e disfunções para qual nicho social de consenso interativo ambiental?

Via de regra, partimos *a priori* de um ente dado discursiva e dimensionalmente consensual (certeza) como pré-existente (indício sensível), enquadrando-o naquele modo discursivo, naquele jogo de linguagem que nos é teórico/conceitualmente familiar e, para isso, uma série de dados em gráficos e tabelas reafirmam e retroalimentam nossos pressupostos familiares.

Assim, a elucidção *a priori* de que um ambiente é assim ou do que uma praia é, para a familiaridade cognitiva do pesquisador e/ou gestor ambiental, imersa em meio a outros consensos interativos diversos, deve ser questionada pelo cientista ambiental.

Se partirmos da proposição que as sociedades reduzíveis à essa ou àquela definição e que, conseqüentemente, os ambientes são interativamente pluridimensionais, torna-se necessário elucidar cada conceito como cognitivamente funcional em uma dada dimensão interativa e não apenas monolinearmente partirmos de apriorismos de nossos consensos, como se fossem universais e ahistóricos em suas significações e operacionalizações.

Os signos não têm significados universais, assim como conceitos e teorias historicamente geradas para nos familiarizar com uma questão nossa sobre um objeto,

não são ahistóricas nem se prestam eternamente para resolver, para nos familiarizar com qualquer objeto. É indispensável questionar os usos universais e atemporais dessas teorias, especialmente os fundamentados nas proposições de DESCARTES.

Mas de onde vem o pressuposto de que existe uma universalidade e ahistoricidade em nossos conceitos e teorias? Como algo pode não nos ser familiar ou não se enquadrar no que nos é familiar? Como algo pode ser “anômalo” ?

5.2 CRÍTICA À TRADIÇÃO LÓGICA CARTESIANA

DESCARTES não se pretendia senhor de um método ou teoria universal que derrubasse outras, pois, sabendo que tal pretensão é esforço inútil, fez sua proposta com grande humildade. Ele sabia que outros discursos, teorias, metodologias, modos de entender e viver, funcionavam em outras dimensões ou nichos de consenso da humanidade, funcionavam em outras familiaridades cognitivas socialmente agregadoras. Em sua época, a Igreja Católica Apostólica Romana tinha grande influência na sociedade e era sábio não confrontar-se diretamente com ela.

Por isso, ele apregoa seu discurso como uma opção de abordagem cognitiva a mais, evitando bater de frente com a doutrina da Igreja. Apesar disso, ele nos legou um método, um modo de conhecer que consiste em tornar familiar o que antes não era apoiando-se em terceiros, como âncora ou bengala lógica e silógica, (como a existência de Deus e Suas Regras) e, de negar qualquer coisa, qualquer resposta que não nos seja familiar.

Faz-se importante aqui criticá-lo no texto do Discurso sobre o Método:

“Todavia, pode acontecer que me engane, e que talvez não passe de um pouco de cobre e vidro o que tomo por ouro e diamantes. ...

Assim, o meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha.

Mas, como um homem que caminha só e nas trevas resolvi ir tão lentamente, e usar de tanta circunspeção em todas as coisas que, mesmo se avançasse muito pouco, evitaria pelo menos cair.

Não quis de modo algum começar rejeitando inteiramente as opiniões que porventura se insinuaram outrora em minha confiança, sem que aí fossem introduzidas pela razão, antes de despender bastante tempo em elaborar o projeto da obra

que ia empreender. e em procurar o verdadeiro método para chegar ao conhecimento de todas as coisas de que meu espírito fosse capaz de entender.³²

DESCARTES parece humilde, inseguro e com poucas pretensões ao afirmar a existência de outros modos de interagir com o universo. Apesar disso, ele se diz senhor de um verdadeiro método (portanto único) para tudo conhecer!

Em seu tempo, a incredulidade ainda não havia se disseminado na sociedade, e que garantia, que pedestal silógico para suas verdades seria melhor que a premissa da existência de Deus? Apoiando-as no que era socialmente inquestionável, tornou inquestionáveis suas premissas. DESCARTES gerou um novo consenso apoiando-se em um outro que já funcionava, o da Existência Divina, utilizando constantemente “*meu designio, minha confiança, minha maneira, o verdadeiro método, meu espírito, meu*”... Ele estava num tempo limiar do nascimento da sociedade burguesa.

DESCARTES afirma que sua estesia é capaz de entender *verdadeiramente*, através de um método, como todas as coisas funcionam, entender o *holos* a partir de uma regra universal ancorada nos geômetras e leis divinas. Suas relações cognitivas estão fundadas em leis eternas que ele se pretende conhecedor. Entendendo tais leis, tais regras interativas, pode-se entender o mundo. Isso gerou na ciência um longo debate sobre a possibilidade de absoluta imparcialidade do cientista.

DESCARTES, no entanto, admite que existem outras estesias referentes a outros modos consensuais de interagirmos no mundo. Porém, essa abertura para a pluralidade e diversidade cognitivo/interativa é um engodo e se perde nos principais postulados de seu método que visa o entendimento do mundo segundo regras que lhe sejam familiares.

.....de que acabo de me servir para demonstrar a existência de Deus e da alma, e de não acolher coisa alguma por verdadeira que não me parecesse mais clara e mais certa do que me haviam parecido anteriormente as demonstrações dos geômetras. E, no entanto, ousou dizer que não só encontrei meio de me satisfazer em pouco tempo no tocante a todas as principais dificuldades que costumam ser tratadas na Filosofia, mas também que notei certas leis que Deus estabeleceu de tal modo na natureza, e das quais imprimiu tais noções em nossas almas que, depois de refletir bastante sobre elas, não poderíamos duvidar que não fossem exatamente observadas em tudo o que existe ou se faz no mundo.

³² DESCARTES. R. 1996, p.66 e 77.

Depois, considerando a seqüência dessas leis, parece-me ter descoberto muitas verdades mais úteis e mais importantes do que tudo quanto aprendera até então, ou mesmo esperava aprender. Mas, dado que procurei explicar as principais num tratado.³³

Sua proposta parte da compreensão de regras universais/divinas que tudo gerem e nelas, e a partir delas, pode-se enquadrar qualquer coisa incógnita. Existiriam chaves ou âncoras lógicas monolineares para todo o conhecimento completo de cada objeto de pesquisa.

No entanto, hoje, numa época de incredulidade, nós herdeiros de DESCARTES, não temos bengalas lógicas ahistóricas, divinas, (teses eternas para opormos a antíteses que agora geramos) que nos sirvam de apoio. Hoje, os cientistas vão aos templos, terreiros de umbanda e centros espíritas, mas são cientistas em seu teatro/dimensão sócio/interativa (universidades e institutos de pesquisa) e, nenhum deles, apoiaria uma verdade científica por revelação de um espírito ou apoiado na existência de um. Porém, com certeza o cientista crente terá suas estesias religiosas influenciando seu trabalho em alguma escala interativa, mas nelas não se apoiará diretamente para realizar seu trabalho.

Discursivamente os argumentos cartesianos, têm um triplo fundamento: o humano, a estesia e experiências históricas dele (suas familiaridades), o dos geômetras e outro divino. Mas, na verdade, ele fundamenta tudo em seu entendimento, em sua estesia e experiência histórica gerando, assim, consensos cognitivos ancorados nesses fundamentos.

DESCARTES estava farto de tanta discussão sobre o mundo, o que é clássico da escolástica e correlatas heresias e cismas da Igreja, sem chegar a uma única resposta monolinear, atemporal e teleológica. Mas como fundamentar uma lógica laica num mundo crédulo?

Essa única resposta, única base cognitiva, para um problema é possível desde que reduzamos toda a complexidade de um objeto a uma única estesia: a nossa, a qual rapidamente nos satisfaz por tornar cognitivamente familiar o que é diverso de nós. É algo como podar uma árvore para que caiba no que é possível de perceber através de uma lente objetiva a um metro dela. Segundo nossa estesia, tal coisa é um problema e, para tal

³³ DESCARTES, R. 1996, p.100.

problema, segundo nossa estesia tal é a resposta. Isso é uma retroalimentação de pressupostos cognitivos.

Metodologicamente, ou ampliamos nossas metas e ferramentas conceituais de abordagem, buscando narrar o máximo que nos for possível das diversidades interativas de nosso objeto, e nos angustiamos por não abarcá-lo total e atemporalmente (holisticamente) ou, à maneira cartesiana, partindo de premissas teóricas “inquestionáveis” reduzimos o objeto num processo de corte indutivo ou dedutivo e nos autosatisfazemos, dizendo que realmente tal coisa enquadra-se no que tal teórico diz sem correr riscos? Isso não é confirmação de dogmas?

Os preceitos fundamentais do Discurso do Método estão todos aí, (meu..., minhas certezas, Leis divinas e geométricas), sendo apenas esmiuçados nas proposições básicas que regem o método de entender o mundo, de DESCARTES e para DESCARTES segundo suas familiaridades. É esse o procedimento que herdamos e se sintetiza numa busca de negação à filosofia, numa busca de uma única verdade universal e monolítica, ahistórica e incontestável sobre as coisas, verdade que é fundada em familiaridades pré-postas.

Há uma coerência nisso, pois uma teoria é tal qual num casulo que se fecha em si e se apoia num ramo de árvore. Também há um engodo que abstrai irregularidades e discrepâncias às nossas familiaridades, e que é poderoso por reduzir tudo a um axioma único. Não há risco de dúvida, pois reduzimos tudo a algo que nos é familiar. É algo como um convite para podar a árvore de modo a caber em nossa lente. Mas porque não tentar produzir outra lente (prótese interativa teórica) de modo a abordar mais amplamente as interações ambientais complexas ao invés de enquadrarmos tudo em algumas regras, em alguns poucos consensos?

Mas DESCARTES busca regras, preceitos generalizantes:

...assim, em vez desse grande número de preceitos de que se compõe a lógica, julguei que me bastariam os quatro seguintes, desde que tomasse a firme e constante resolução de não deixar uma só vez de observá-los.

O primeiro era o de, jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão

clara e tão distintamente ao meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.³⁴

Mas qual o padrão comparativo para a diversidade interativa do universo senão aquilo que nos é familiar? Dizer: meus juízos são a medida; eu estou certo satisfatoriamente para não pôr em dúvida minhas certezas primárias, tendo nas leis divinas e nos geômetras o baluarte de nossas proposições.

Isso é egocentrismo, no sentido de ter suas familiaridades cognitivas como centro de todas as coisas, é um reducionismo a uma estesia de uma fração da sociedade que dispensa a complexidade da lógica dos objetos de pesquisa reduzindo-a a pouquíssimos pressupostos.

Assim, em DESCARTES, temos *a priori* a certeza monoaxiomática científica que nos conduz a uma única resposta; a uma única estesia explicação do objeto e, desse modo, poderíamos desprezar a filosofia que questiona tudo, ao invés de apenas narrar dados baseados em familiaridades, em experiências históricas que geram consensos sócio/dimensionais.

O segundo princípio cartesiano é o dissociacionismo dedutivo: “Dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.”³⁵

Via silogismo, desmontamos o objeto, o tiramos de seu contexto colamos os seus pedaços montando mosaicos cognitivos. O mesmo vale para o inverso desse princípio, que é o raciocínio indutivo que também linearmente fragmenta o objeto em pedaços para enquadrá-lo em apenas um consenso cognitivo. Assim temos pedaços versus interações complexas: nós não pensamos que o universo seja feito de pedaços reificados, mas de interações complexas em várias dimensões das quais participamos caoticamente e não podemos abarcá-las todas num único ato de compreensão. Assim, necessitamos pensar na validade e na historicidade do método dedutivo e do indutivo quando calcados em axiomas monolinesares para o estudo da complexidade interativa ambiental.

As proposições de DESCARTES são pré-conceitos, oriundos em pré-cognições pessoais que, de partida, são monolinesares e dissociacionistas, reduzindo o que é complexo apenas ao que nos é familiar. Elas dificultam a descrição sobre a diversidade

³⁴ DESCARTES, R. 1996, p.100.

do outro, do que não nos é familiar. Portanto, não nos servem adequadamente para se pensar a plurinteratividade ambiental, mas servem a um conhecimento fracionado que se diz capaz de entender o todo ao enquadrá-lo nesses pré-conceitos ao generalizar interações específicas.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.³⁶

Tal procedimento é o raciocínio silógico/reducionista, dedutivo ou indutivo e subjetivo, como se as interações ambientais fossem de uma menor para uma maior, numa ordem linear, seguindo uma única lógica interativa, um padrão interativo universal, sem estocasticidade no caminho, sem haver espaços de diversidade entre as fases e dimensões interativas.

Na vida em sociedade, os ambientes não são reduzíveis a um gráfico ortogonal com curvas senóides. Isso ocorre porque sempre haverão discrepâncias e similitudes interativas dimensionais semelhante ao que a Teoria do Caos³⁷ chama de fractais e ruídos. Um gráfico ortogonal foi projetado com expectativa estética para a harmonia, o senoidal, de todas as dimensões em relação a uma eleita como modelo e não para denotar discrepâncias dimensionais. Mas existe diversidade interativa dimensional, tanto na natureza quanto nas sociedades. Existem interações caóticas, inesperadas que geram estabilidades dimensionais relativas como dimensões interativas perceptíveis e narráveis.

Ambientalmente, temos escalas interativas com lógicas interativas em cada escala, mas a mesma medida (uma estesia e lógica única) não se aplica a todas as dimensões interativas. Se fizermos uma descrição de um ambiente baseada unicamente em nossos consensos, cognitivamente produziremos proposições que são por demais incompletas para entendê-lo como complexo.

Assim, a monolinearidade das premissas lógicas aplicada ao raciocínio dedutivo, e do indutivo que é seu inverso, tende a ser uma retro-alimentação da premissa monoaxiomática, limitando o conhecimento ambiental apenas aos nossos pré-conceitos.

³⁵ DESCARTES, R. 1996, p.100.

³⁶ DESCARTES, R. 1996, p.100.

³⁷ Trataremos mais aprofundadamente da Teoria do Caos no capítulo Teoria.

Apesar de entender a existência da diversidade das interações cognitivas, DESCARTES deixou a porta aberta para que seu método fosse o nosso método e que seu modo de entender o mundo se tornasse o nosso próprio modo, pois publicou suas proposições.

E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir...Pois, enfim, o método que ensina a **seguir a verdadeira ordem** e a enumerar **exatamente** todas as circunstâncias daquilo que se procura contém tudo quanto da **certeza as regras da aritmética**.³⁸

Mais que uma porta aberta, isso é um convite: fracionemos o objeto, façamos listas, tabelas, enumerações tão completas e revisões tão gerais das quais tenhamos certeza de nada omitir e teremos ciência como retro-afirmação de nossos pressupostos (subjetividade), o que nos garantirá a verdade objetiva, como se assim pudesse capturar o *holos* em algumas regras. É o que denominamos de prensa cartesiana. É como se ao invés de trocarmos a objetiva de uma máquina fotográfica por uma lente grande angular, colocássemos o objeto numa prensa para ele caber numa foto, escala ou dimensão interativa dada. Entretanto, mesmo as regras consensuais são social e historicamente mutáveis. Assim sendo, todo conhecimento é sócio/dimensional e histórico.

Metodologicamente, podemos trocar a lente objetiva da tradição cartesiana por uma lente grande angular, nas abordagens do conhecimento ambiental, se pensarmos o ser de um ambiente como complexidade interativa não determinada por regras apriorísticas dimensionalmente universais ou atemporais, de modo a que nosso quadro referencial possa ser alargado ao abordá-lo, para descrever as dimensões interativas da complexidade ambiental passíveis de serem percebidas a partir de uma dimensão interativa, a nossa.

Mais que enquadrar a complexidade interativa em regras, em teorias emprestadas, ou tentar abarcar o *holos* em um único ato cognitivo, importa agora narrar o que nos for *possível* da complexidade de dimensões interativas ambientais.

5.3 CONCEITOS E DISCURSOS DE BASE CARTESIANA

³⁸ DESCARTES, R. 1996, p.101.

Devido à tradição cartesiana, é fácil esquecermos que as nossas teorias são apenas ferramentas³⁹ que funcionam histórica/adequadamente ou não na familiaridade cognitiva dimensional de um nicho de consenso social⁴⁰, não sendo panacéias que tudo podem resolver.

Os nichos de consensos sócio/interativos que ambientalmente interagem com o nosso nicho não são um objeto passivo dissociado de nós e moldável aos nossos referenciais, às nossas familiaridades cognitivas. Não são passivos à nossa “sabedoria salomônica” e às nossas certezas cartesianas. Eles, assim como nós, buscam gerar seus ambientes de forma adequada aos seus consensos interativos ambientais, além de nos moldarem para si mesmos.

Como cientistas, não podemos nos satisfazer *a priori* com proposições tais como:

1 - **O homem degrada o ambiente:** mas qual homem, a que sociedade, nicho de consenso cognitivo ou dimensão de sociedade ele pertence, a que ambiente nos referimos, qual ecossistema; e os outros homens, mulheres e crianças, outras dimensões sócio/ambientais são passivas à atuação ambiental desse homem genérico e ahistórico? Com isso queremos dizer que é necessário identificar uma dada interação dimensional específica e relativa na complexidade interativa.

2 - **Vamos resgatar tal cultura**, por exemplo a do *pescador artesanal, ou do caiçara*, conceito que é um constructo cognitivo nosso sobre uma diversidade de pescadores e que funciona, para nós, tornando *artesanais ou caiçaras* todos os pescadores enquadrados em conceitos que nos são familiares. Nessa afirmação há uma ingenuidade reducionista cartesiana da diversidade das interações sócio-ambientais na pesca, há uma reificação do outro como objeto passivo ao nosso discurso, uma incapacitação decisória e interativa do outro às nossas proposições, que é fantástica! Esse pescador *artesanal* é posto como objeto amorfo, passivamente apto às nossas modelagens cognitivo/interativas.

³⁹ A maioria delas propõe um recorte linear do objeto buscando uma só resposta teleológica.

⁴⁰ A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-nos agrupá-las em amplas categorias.

⁴⁰ Mambembe, como são chamadas no Brasil as trupes de teatro itinerantes.

Entretanto, uma cultura, não se resgata, fala-se agora sobre o que se sente e o que se entende dela com base em indícios e nossos consensos cognitivos ou, em nível de gestão ambiental, no máximo se incentiva sua continuidade através do fornecimento e facilitação de pré-requisitos que lhe sejam indispensáveis.

Além disso, esse pescador é realmente pescador, é artesanal, o que significa artesanal? Nominalismo em filosofia é um conceito que nos faz pensar nossa atitude de Adão dando nome às coisas e por meio desses nomes-próteses interativas, tornando as coisas familiares e apossando-se do mundo. Conceitos são próteses, ferramentas interativas operantes dos cientistas, mas não são ahistóricos nem universais.

3 - Esse ou aquele é o motivo da devastação ambiental em tal área.

Raramente há um só motivo, uma só resposta, ou uma só dimensão interativa direta de impactantes ambientais; via de regra, há todo um jogo interativo dimensionalmente complexo.

Nosso discurso como cientistas também é uma interação numa escala indireta na complexidade plurinterativa de um ambiente como a praia de Pontal do Sul e, portanto, também a “impacta”.

4 Vamos resolver a vida de tal comunidade através de tal projeto.

Cientistas são racionais; analisam opções de interações, de abordagens plurais ou monolinesares e constróem discursos, proposições, explicações, teorias e métodos que visam interferir numa dimensão, da mais direta à mais indireta, na realidade interativa complexa.

Além disso, nossa interação com um dado ambiente, mesmo que em escala indireta, causa-lhe impacto, interfere nele.

A construção de uma ferrovia, pode interferir em todo modo sócio/interativo ambiental de uma região. Basta ler alguma das obras sobre o que aconteceu no sul Paraná do início do século XX, quando a concessão de terras para a construção de uma ferrovia desmantelou toda uma organização social e modo de exploração de um ecossistema, causando inclusive uma guerra civil, a Guerra do Contestado⁴¹ na qual estima-se mais de trinta mil mortos. A assinatura do Presidente da República num documento, intervenção

⁴¹ Vide bibliografia BERNADET, Jean-Claude; SOUZA, F. M de..

dimensionalmente indireta, fez esboroar uma sociedade com lógicas interativas próprias na atual divisa do Paraná com Santa Catarina. Sua assinatura estava calcada em outro consenso interativo dimensional, desenvolvimentista, que não aquele que lá social e ambientalmente predominava.

Em todo ambiente que estudarmos e fizermos nossas proposições de gestão, a população que o impacta diretamente, é por nós impactada direta ou indiretamente, não sendo nem isomorfa, nem amorfa; ela tem nome e identidade, nos nomeia e possui tal linguagem e consensos que dimensionalmente intermediam suas interações conosco.

Essas populações disputam conosco a predominância na implantação sócio/ambiental de seu consenso interativo como projeto ambiental consuetudinário, que, via de regra, é mais atuante numa escala interativa mais direta que os nossos gerados em bibliotecas, laboratórios e computadores com base em indícios captados em campo.

Todo projeto ambiental como consenso interativo ambientalmente dimensional é, ao mesmo tempo, uma proposta de negociação ou disputa de predominância territorial com a diversidade plurinterativa social que gera ambientes. Não é apenas a disputa entre um dois ou três grupos da sociedade, é uma disputa pela predominância na complexidade interativa entre vários grupos de consensos interativos.

Portanto, os consensos que se dão dimensional e concomitantemente nos jogos de linguagem sobre o que seja ecologia, transdisciplinaridade e meio ambiente, embora não determinem teleologicamente, guiarão nossas interações ambientais com outros nichos de consenso sócio-ambientais.

Encerrada a crítica ao monolinearismo lógico, cujos axiomas não se adequam à complexidade das pesquisas ambientais e dificultam ações transdisciplinares, buscaremos opções teóricas que fundamentem uma outra abordagem nos estudos e gestões ambientais.

5.4 POR UMA PONTE CONCEITUAL ENTRE HUMANISTAS E NATURALISTAS.

Premissa: há semelhanças elucidativas entre as proposições da Teoria do caos com a Semiótica de ECO e as interpretações filosóficas de Wittgenstein as quais nos abrem possibilidades para a transdisciplinaridade, para bases discursivas comuns aos humanistas e naturalistas.

O que se constata na leitura desses autores, é que há físicos, biólogos, meteorólogos, semiólogos, historiadores e filósofos, humanistas e naturalistas, falando coisas semelhantes e de modo semelhante. Isso faz parte do caos interativo que aleatória e dimensionalmente dispõe, como num jogo de dados, de lógicas, fenômenos organizativos, especificidades e similitudes dimensionais.

A Semiótica, a Filosofia e a Teoria do Caos vão muito além das similitudes aqui propostas, mas estas, que nos interessam, potencializam uma nova abordagem para o conhecimento ambiental.

Nessa similitude discursiva ocorre estar aberta uma porta, uma base teórica potencial, para **irmos além** do dualismo axiomático (material-imaterial, pensar ou agir, eu e o outro, bem e mal agostiniano⁴², dominante dominado, funcional/disfuncional, bom para pensar ou para comer, é subsumido ou não é subsumido ao capital, burguês e proletário) herdado por vários pensadores, especialmente de DESCARTES com sua base dual: eu e minhas certezas em relação às coisas, aos objetos de pesquisa.

A Semiótica, ao explicitar o conceito de polissemia como *os múltiplos significados possíveis de um signo, de uma palavra, de uma proposição*⁴³ em relação aos receptores da mensagem, leva-nos a pensar numa diversidade interativa entre referente, signo, emissor da mensagem e os receptores de nossas mensagens, calcadas em nossos consensos cognitivo/interativos.

O conceito de polissemia nos conduz, inclusive, a pensar não apenas em certezas monolíneas cartesianas, em regras de linguagem e unicamente nas interações de nossos conceitos, mas na **diversidade interativa ocorrendo agora**. E, se pensarmos não numa separação cartesiana radical das coisas resultantes de certezas interativas teleológicas via silogismos, como entre o pensar, falar e o agir, essa ciência e aquela, poderemos entender as interações ambientais como dimensionais e polissêmicas, vendo e **narrando o possível** sobre a sociedade atuando ambiental e dimensionalmente.

O conceito de polissemia incentiva opções para a construção de novos conceitos ambientais que facilitem a ação transdisciplinar sobre a plurinteratividade ambiental dimensional. Tais conceitos devem referir-se aos ambientes como dimensões interativas com suas próprias lógicas, ao invés de enquadrá-las monolínea e unicamente em nossas familiaridades cognitivas; devem nos auxiliar a descrever uma diversidade

⁴² SANTO AGOSTINHO. Confissões. In: Os Pensadores. São Paulo. Nova Cultural, 1986.

interativa dimensional caótica. Somente olhando a complexidade ambiental em dimensões interativas, naturalistas e humanistas, vendo-se como parte dela, poderão dar um passo à transdisciplinaridade.

Assim, importa ressaltar as similitudes das proposições entre os autores que nos fundamentam. ECO fala de cultura como **jogos** sendo jogados e não como conjunto de regras gramaticais interativas⁴⁴. WITTGENSTEIN refere-se a **jogos** de linguagem que funcionam incertamente, influenciados e influenciando experiências históricas, mas desprovidos de certezas teleológicas de funcionarem constantemente⁴⁵. Ambos nos remetem à dimensões sócio/interativas onde as interações ocorrem aleatoriamente; remetem à incertezas implícitas no uso da palavra jogo como conceito e não de generalidades ou apenas regras no funcionamento de signos. A Semiótica também não busca regras universais do funcionamento de um signo, não busca generalizações a partir de regras.

Essas proposições se assemelham às incertezas (jogos), aos ruídos da Teoria do Caos e as suas lógicas pluridimensionais.

Há uma semelhança elucidativa entre os três. É a presença da palavra **jogo** tanto em ECO como em WITTGENSTEIN e em GLEICK. Todo jogo ocorre de modo não linear nem teleológico mas de modo caótico e incerto.

A idéia de polissemia operante ambientalmente e a de jogos interativos, que nos surgiu há mais de dez anos, necessitavam de bases teóricas sólidas e tal necessidade nos remeteu a Umberto Eco e suas metáforas das interações semióticas, a L. WITTGENSTEIN e seus jogos de linguagem no âmbito das ciências humanas e a J. GLEICK explicando a Teoria do Caos como dimensões lógico/ interativas no campo das ciências naturais. Partindo de tais similitudes, tínhamos as bases para um diálogo, uma ação transdisciplinar entre naturalistas e humanistas. Necessitávamos explicitá-las e nominá-las na forma de conceitos.

5.4.1 NOSSAS BASES TEÓRICAS E SUAS SIMILITUDES DISCURSIVAS

⁴³ ABBAGNANO, N. 1982, p.742)

⁴⁴ ECO busca a diversidade interativa, ao contrário de DESCARTES, para o qual “meia dúzia” de regras, de consensos familiares, bastava para entender e nelas enquadrar cognitivamente o universo, segundo Leis divinas que não sabemos como ele as conheceu.

⁴⁵ Ele discorre sobre hábitos culturais e tendências de ações futuras, *uma certa ou incerta* “previsibilidade” das ações em conformidade com esses hábitos, essas experiências recorrentes.

5.4.2 UMBERTO ECO

A obra de ECO que nos fundamenta é *Sobre os espelhos e outros ensaios*⁴⁶ e divide-se em três partes:

- 1 - Uma explicação do que é Semiótica e seus conceitos básicos, como o de semióse.
- 2 - As metáforas do espelho, da foto e do cinema que ele usa para entendermos a Semiótica, ou melhor, a semióse. Escolhemos a metáfora da foto, ou melhor de um fotógrafo operando constantemente uma câmara fotográfica para elucidar os discursos científicos. São um construto historicamente datável de um operador/fotógrafo, que representa nicho sócio-ambiental (o dos cientistas) atuando segundo seus consensos estético/interativos registrando e narrando dimensionalmente fenômenos ambientais complexos.
- 3 - O comentário de ECO ao historiador medievalista HUIZINGA que, na década de 30, sugeriu que a decadente sociedade medieval, da baixa Idade Média, mantinha-se por jogos e torneios como um conjunto de regras sociais em ordens sociais caquéticas. Segundo ele, Huizinga fez tal proposição como se as regras (*game*) fossem a essência do jogo, ou como se tais regras fossem incólumes ao jogo sendo jogado, aos movimentos da história. Nessa obra, ECO chega a propor cultura como jogo, não como regras mas como jogo sendo jogado (*play*). E, como entendemos, é impossível separar cultura de meio ambiente.

A Semiótica de ECO vai além da busca de regras gramaticais. Para ele, regra nenhuma é universal, atemporal ou teleológica em seus efeitos nas interações com um referente. Mais que regras generalizantes, são valorizado o jogo, as interações que ocorrem agora (*play*) entre os falantes que interagem entre si e com o referente através de um signo que é uma prótese interativa, sendo que, para haver comunicação, o seu significado precisa ser consensual entre eles.

ECO define semióse como:

Um fenômeno, típico dos seres humanos (e, segundo alguns, também dos anjos e dos animais) pelo qual - como diz - entram em jogo um signo, seu objeto (ou conteúdo) e sua interpretação. A semiótica é a reflexão teórica sobre o

⁴⁶ ECO, U.o. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

que seja a semióse. Em consequência, o semiótico é aquele que nunca sabe o que seja a semióse, mas está disposto a apostar a própria vida no fato de que ela exista⁴⁷.

Nem mesmo ECO (espertamente) define claramente o que é semióse. Se o fizesse, estaria reduzindo a polissemia do conceito apenas à sua interpretação.

Sua definição de signo é a de que signo é algo que está para alguma coisa e funciona como sinal, como veículo de significações, como prótese interativa. Acima de tudo, *signo é algo que pode ser interpretado*⁴⁸. Portanto, o signo está para as suas interações semióticas. Ex: fumaça indica fogo. Um signo é um veículo de interação, como o H na tabela periódica somado a uma valência nos indica hidrogênio, elemento que não vemos, mas para o qual temos um veículo interativo/cognitivo, um signo.

O ensinamento básico da Semiótica é que podemos superar o maniqueísmo das regras gramaticais que geramos para tentar *domar* a plurinteratividade, reduzindo-a a uma única estesia. A Semiótica nos permite a atentar para uma pluralidade de interações ambientais possíveis, as quais são adequadas às familiaridades, aos consensos de tais grupos ou nichos sociais de falantes/agentes ambientais.

Isso significa que um ambiente também é polissêmico e que cada nicho social, interage com ele moldando-o segundo suas próteses sígneas, seus consensos.

ECO e suas metáforas para explicar o funcionamento dos signos: A idéia básica das metáforas de ECO é a de que interagimos com o mundo via próteses sígneas que são ferramentas de linguagem as quais não têm significado universal ou atemporal.

Portanto, toda manipulação científica do objeto ocorre através de construtos (conceitos e proposições/próteses interativas) semióticos consensuais a uma dimensão da sociedade capaz de cifrá-los, decifrá-los e utilizá-los, assim como quem utiliza uma ferramenta como prótese interativa para apanhar algo. De certo modo, nos assemelhamos a Adão no Jardim do Éden dando nome às coisas para poder distingui-las e assim interagir com elas.

Desse modo, o imaterial e o material não são monolinearmente separados, mas são dimensões interativas de uma só coisa, de um jogo plurinterativo complexo, polissêmico e caótico. Não estamos pensando linearmente, não afirmamos que tudo é

⁴⁷ ECO, U. 1989, p. 11.

⁴⁸ ECO, U. Op. cit. p. 300.

linguagem, ou que tudo é materialidade, ou que tudo é... Pois tudo é tudo concomitantemente na plurinteratividade em escalas do presente, sem haver certeza universal do funcionamento de proposições e interações que antes funcionaram.

Afirmamos que o ser é, portanto, complexidade interativa histórica e não um punhado de retalhos, ou que caiba nessa ou naquela definição ou conceito apriorístico, generalizante e monolinear. Assim, o ser de um ambiente não é somente linguagem, não é somente economia, não é somente biológico, não é somente geológico, nem somente social que como ente, que nos propicia indícios, se manifesta num complexo interativo plural, caótico e concomitante, portanto é um fenômeno caótico e polissêmico. Por isso, a ciência ambiental demanda uma abordagem cognitiva plurinterativa denominada transdisciplinaridade.

Para tal propósito, criamos uma nova metáfora: a do fotógrafo como cientista que produz um discurso científico ambiental fenomênico, tal qual uma foto.

ECO propõe a foto como metáfora interativa dos signos. Para nós, a foto, como metáfora da produção científica, tem muito de acidental (caótico) e de voluntário em sua produção. Tal qual as proposições científicas, a foto tem um significado restrito à dimensão da sociedade à qual pertence, além de narrar um momento, um fenômeno interativo.

Assim, também é o discurso científico. Ele não dá conta de tudo, do *holos*, mas relata o possível, tem muito de voluntário e de aleatório, tem historicidade, é significativo e familiar a uma dada dimensão da sociedade e possibilita várias releituras dessa foto a cada nova interação.

Desse modo, a metáfora da foto ilustra o discurso científico como um fenômeno (= aquilo que ocorre, fortuito, *alea*), relativo a certos referentes em um momento, ao *possível*. Porém a metáfora da foto não ilustra a ciência como uma constante série de interações e construções signais fenomênicas e plurais, como uma constante produção de releituras de nossas interações com o objeto, de fotos, de proposições e discursos a cada interação com o referente de nosso discurso. Isso porque uma foto registra apenas um fenômeno como uma interação momentânea e dimensional possível e, embora sejam possíveis releituras, ela não as registra. Ela é estática como registro e dinâmica em suas interações como indício que potencializa releituras.

Pensamos que a ciência, e o cientista, seriam melhor ilustrados pela câmara fotográfica nas mãos do fotógrafo. Ele sim é capaz de constantemente produzir registros de interações fenomênicas possíveis; possibilidade essa que é alimentada e limitada por nossas próteses interativas, nossos consensos estético-linguísticos de nosso nicho de consensos sociais, tal qual a amplitude captada pela lente.

Esses consensos funcionam sócio-dimENSIONALMENTE como uma prótese, ferramenta, que nos acessa algo, como a lente de uma máquina fotográfica, que, ao mesmo tempo que nos acessa o outro, aquilo que não somos, tornando-o familiar segundo nossa ótica *possível* naquela dimensão interativa com aquela prótese, naquele momento, mas também limitam nossa estesia sobre a complexidade interativa. Isso significa que sempre estaremos limitados aos nossos axiomas de partida como próteses e lentes que nos acessam o outro, que nos permitem interagir. Mas, em nível de partida em nossas pesquisas não buscaremos um reducionismo. Isso altera a busca, levando-nos a buscar o possível de ser descrito sobre a complexidade ambiental.

Mas existem vários tipos de lentes, de ferramentas interativas, como existem várias próteses teórico/interativas que funcionam, guiando-nos para vários construtos cognitivos e correlatas interações plurais⁴⁹. Além de que, sempre podemos produzir novas próteses conceituais que nos permitam outras abordagens e interações com o objeto. Portanto, sempre faremos recortes da realidade, mas quais e como serão lineares ou dimensionais e complexos? Até onde nossos conceitos e teorias como próteses interativas podem nos levar na contemporaneidade de interações complexas? Quais dimensões podem os abordar partindo de nossa dimensão interativa?

Propomos, então, que:

- 1- O discurso científico é fenomênico (*alea*) tal qual uma foto como algo que ocorre dentro das possibilidades interativas de um momento; utiliza-se de próteses interativas (conceitos e axiomas), que ao mesmo tempo que acessam o mundo, restringem o campo de visão e de interação do cientista e seus interlocutores às suas próprias estesias, suas familiaridades estético-discursivas moldadas socialmente.
- 2 - Desse modo, a ciência assemelha-se a uma máquina fotográfica sendo operada que registra momentos, fenômenos interativos, tal qual alguém que tira fotos de uma rua

⁴⁹ Tanto que o marxismo, o funcionalismo, o positivismo e outros *ismos* funcionam nas pesquisas ambientais. Como diz Wittgenstein (já citado) funciona como certeza e jogo de linguagem.

movimentada: a foto seguinte não será igual e terá validade relativa àquela interação, porém permanecendo como registro experiencial que pode nortear novas experiências.

E o que isso tem a haver com o conhecimento ambiental? Tem alguma função prática além de um deleite teórico?

Sim, tem serventia prática. Leva-nos a pensar a ciência ambiental e o cientista como parte da plurinteratividade fenomênica, não nos permitindo produzir um discurso ambiental nem isomorfizante, nem holista, mas sim fenomênico⁵⁰ sócio/dimensional, como fenômeno cognitivo/interativo que ocorre agora, tal qual uma foto com sua historicidade.

O expusemos é uma **opção** às estesias científicas consensuais e correlatas práticas tradicionais cartesianas de usos monolineares e atemporais dos conceitos.

Mas se não podemos narrar fragmentos o que a ciência pode fazer?

A ciência pode produzir fotos (discursos fenomênicos dimensionais) de cada interação do cientista com o objeto, discursos os quais são agora válidos como próteses cognitivo/interativas sócio/dimensionais. O historiador pode, diante das reminiscências, produzir uma nova história da Roma Antiga a partir das demandas do presente de seu nicho de consenso sócio/interativo, seja qual for a base teórica que ele escolher.

Portanto, tal raciocínio fenomênico, plurinterativo, dimensional também nos abre novas portas interativo/conceituais para a transdisciplinaridade, para novas bases de familiaridades discursivas comuns entre humanistas e naturalistas.

Ao invés de buscarmos definições categóricas e atemporais, podemos, pensando uma ciência que acompanha fenomenicamente, a cada momento, as complexas interações e alterações históricas de seu objeto, passar de uma ciência de verdades estáticas para uma ciência cinemática e pluridimensional com suas certezas plurais. A ciência pode, a cada interação com o objeto, descrever uma pluralidade interativa fenomênica, dimensionalmente limitada pela estesia, escala e discurso familiar ao nicho de consenso social do cientista a cada interação com esse objeto.

Assim como não captamos todos os detalhes que envolvem o movimento e as interações de um rio, também não captamos toda complexidade interativa temporal do objeto, mas sócio/dimensionalmente narramos nossas interações com ele a cada momento

⁵⁰ Não utilizamos o conceito de fenômeno em Heidegger como desvelamento, mas na forma grega como ocorrências, ou dos antigos romanos como *Alea*. Assim o conhecimento é fruto e parte de uma interação fortuita nossa e de nossos consensos experienciais nos arranjos dimensionais da complexidade interativa que torna incerta sua ocorrência e limita seu funcionar como queríamos.

de acordo com o que nossas próteses cognitivas tornam possível narremos as alterações que à partir de nossa dimensão interativa percebemos como quem, a cada minuto, fotografa uma via movimentada.

Cada história, narrativa, cada proposição, historicamente nos remete a uma interação e produção cognitiva específica (fenomênica = ocorrência aleatória) que tem validade e funciona em uma dimensão social, ambiental e histórica. Ao contrário de DESCARTES, o qual pensava em fracionar infinitamente o *holos* para entendê-lo, admitimos que somos limitados pelo que nossas próteses cognitivas e o momento nos possibilitam.

ECO fala que o conhecimento realmente “*possível*” é o conhecimento que nos for dimensional e relativamente possível de acordo com as próteses interativas que nos forem disponíveis naquele momento. Não abarcaremos jamais o *holos*, nem toda a complexidade do objeto. O possível e o *possível* de ECO não é somente um trocadilho à italiana, significa que conhecemos o que nossa estesia consensual e familiaridade e próteses discursivas podem abarcar do objeto em dada interação e tempo histórico, tal qual a foto que é possível produzir com tal equipamento em tal momento, em tal dimensão interativa com tal consenso estético do fotógrafo e seu nicho social.

Portanto, podemos produzir ciência ambiental não mono-axiomática nem linear nem ahistórica, mas sim cinemática, fenomênica, ainda que sempre limitados por nossas próteses interativas sócio/dimensionais, ao invés de monolinearidades, abraçando a incerteza das pluralidades interativas dimensionais e datáveis num contexto histórico. É uma passagem do entendimento ambiental como se fosse um amontoado de regras interativas atemporais para a busca do entendimento do jogo interativo complexo sendo jogado. É um “resgate” do trabalho de campo colocado acima dos pressupostos, é agir como um pintor impressionista que não quer perder “aquele” momento e “aquela” luz⁵¹.

ECO critica HUIZINGA para quem a sociedade medieval da Baixa Idade Média teria se mantido por mais tempo através de jogos que reproduziram e retardaram a decadência de envelhecidas ordens sociais, por ele não deixar claro se tais jogos seriam o *game* ou o *play*⁵².

⁵¹ Vide as seguintes obras Monet: A praia e A Catedral do mesmo autor.

⁵² Em português, usualmente não distinguimos com palavras diferentes uma caixa de peças de um jogo com um manual de regras e a interação social delas. Porém, em inglês, segundo ECO op. cit., diferenciam-se as regras e as peças do jogo em relação ao jogar o jogo. As regras escritas são quase imóveis, ao passo que suas aplicações sociais são aleatórias, fortuitas e por isso as regras tendem a ser pouco mutáveis para estabelecerem padrões interativos. Assim, o jogar é mais importante que as regras, as interações sociais ocorrendo aleatoriamente as superam, as envolvem e as mudam.

E o que isso significa?

O conceito de jogo ambiental sendo jogado e a correlata prática científica cinematográfica, nos levam a atentar mais para o tempo curto das interações complexas, nas quais instituições e consensos dimensionalmente familiares são alterados no jogo sendo jogado no *play* de ECO, que ao tempo longo das instituições, sistemas, mentalidades, normas e normalidades, permanências e consensos que restringem as alterações, a historicidade das interações complexas. Cultura e meio ambiente serão pensados, então, como dimensões inseparáveis do jogo ambiental complexo dimensional sendo jogado agora.

Podemos pensar que ambientes são frutos de rituais, interações e normas padronizadas, previsíveis e quase imóveis historicamente, ou que ambientes são gerados nos próprios jogos sociais sendo jogados, dos quais as regras fazem parte, e neles são afetadas. ECO, como semiólogo, opta pela segunda e afirma que culturas são jogos sociais de adultos sendo jogados. Para o ECO semiólogo, são as interações plurais ocorrendo (*play, o jogo sendo jogado*) que chamam sua atenção, mais que *regras* ou leis gerais e atemporais (*game*) de interação com o referente.

Tal diferenciação é importantíssima para o cientista ambiental pois, se ele optar pela primeira (*game*), narrará ambientes segundo uma receita, um conjunto de regras teórico/ambientais e pensará monolinearmente ambientes como concordâncias ou discrepâncias (funções e disfunções) interativas entre uma regra ou conjunto regras pré postas e familiares ao seu nicho de consenso sócio-interativo.

Porém, se ele optar por pensar o meio ambiente como um complexo de interações fenomênicas, aleatórias e sócio/dimensionais e complexas ocorrendo agora, as interações se postam acima das regras, engolfando-as, recriando-as e alterando-as a cada momento interativo, então o cientista estará atentando ao *play* como jogo sócio-ambiental sendo jogado em várias dimensões interativas. Assim, todo discurso científico fenece já ao nascer, pois pontencializa outros discursos, ao invés de buscar sua ahistoricidade.

No primeiro caso teremos linearismos maniqueístas, discrepâncias a um único padrão de bem e de mal, nas proposições do cientista que afirmará que tal ação não é coerente ou é disfuncional com as regras que ele elegeu como boas e, sua narrativa, sua história obrigatoriamente deverá criticar um bandido social/ambiental⁵³. No segundo,

⁵³ Por necessidade histórico/consensual predominante de um vilão e de um herói na narrativa, escolhemos Descartes como vilão e a

teremos uma riqueza imensurável de possíveis narrativas de interações dimensionalmente adequadas a cada nicho de consenso sócio/interativo.

Assim sendo, o cientista pode romper com o monolinearismo cartesiano ao pensar-se e agir como parte de uma pluralidade de escalas interativas ambientais, como quem está dimensionalmente participando de um jogo ambiental em dada escala interativa, construindo concomitantemente a si, ao objeto e interferindo dimensionalmente em interações futuras com esse objeto.

E o que o conceito de jogo tem a haver com o conhecimento ambiental?

A paisagem e o jogo sócio-interativo ambiental macro/dimensionalmente predominante num ambiente, aquilo que nos salta aos olhos, é como uma taça de um campeonato ganha em jogos interativos nos quais vários nichos de consenso interativo sócio/ambiental disputam a predominância, onde um nicho predomina e por isso molda o ambiente aos seus consensos interativos, sem que os outros deixem de, em alguma dimensão interativa, influenciar o campeonato, de impactar esse ambiente.

As similitudes de ECO, WITTGENSTEIN e GLEICK, nos levam a pensar que dimensionalmente fazemos parte de um grande campeonato ambiental onde nosso discurso familiar a uma dimensão interativa da sociedade disputa a predominância no moldar ambientes concomitantemente com outros nichos de consenso interativos. Assim sendo, somos um nicho de consenso, uma dimensão interativa da modelagem sócio-ambiental entre tantos que caoticamente disputam a predominância na modelagem instável de ambientes.

A partir da aleatoriedade interativa, podemos narrar o possível, identificado como fenômenos interativos não teleológicos; do *play*, entendido como jogo de interações sendo jogado aleatoriamente, no qual há uma complexidade interativa e plurirelatividade dimensional. Podemos agir como o fotógrafo, entendido por nós como metáfora do cientista, que descreve agora o possível da complexidade interativa a partir de sua dimensão interativa e próteses cognitivas; das próteses interativas/conceituais pré-postas que são mediadoras entre o cientista e o referente de seu discurso; das proposições de primeiro grau (que para os cientistas seriam os dados ou discursos primários produzidos à partir dos indícios disponíveis) e das proposições de segundo grau que seriam as elucidações exponenciais dos indícios e dados.

Portanto, entendemos que:

- 1 - A Semiótica de ECO, ao ir além das regras gramaticais e atentar agora para as interações dimensionalmente plurais (o jogo sendo incertamente jogado) e para as significações nelas geradas e não apenas significados monolíticos, nos abre horizontes para entendermos a pluralidade interativa ambiental da qual dimensionalmente fazemos parte;
- 2 - A metáfora de ECO sobre a foto e a nossa sobre o fotógrafo operando constantemente uma câmara fotográfica, permitem entender os discursos científicos como interações fenomênicas e dimensionais em meio a outras concomitantes, nas quais o cientista narra o *possível*, à maneira de ECO, segundo sua estesia e linguagem familiar a seus consensos sócio-interativos em um dado momento. Isso resulta no que denominamos de ciência cinemática.

Por isso, propomos a metáfora da câmara fotográfica em constante operação para explicarmos a ciência como narradora de plurinterações fenomênicas (o que ocorre dimensionalmente agora) segundo essa ou aquela estesia, teoria e método familiar utilizado pelo cientista nessa interação datável. Pois, a máquina fotográfica sendo operada, tal qual o discurso científico, pode continuar registrando momentos e fenômenos (ocorrencias) de alterações nas interações complexas entre o cientista e o objeto, rompendo com a ahistoricidade e não dimensionalidade desse discurso.

- 3- O discurso científico não é holístico (**não abarcará agora** todas as dimensões interativas) nem é atemporal. Ou seja, ele não dá conta de tudo em todo e qualquer tempo, mas somente de dimensões interativas e é referente a uma interação dimensionalmente consensual do cientista localizada dimensional/historicamente, tal qual a foto de uma multidão em movimento na rua, a qual nos retrata o possível e nos produz uma experiência wittgensteiniana (algo válido e que funciona agora), nos conduzindo a consensos interativos que no futuro incertamente podem funcionar.

5.4.3 WITTGENSTEIN

Das proposições de WITTGENSTEIN em suas Investigações Filosóficas que mais nos interessam, a mais importante é a **de que a linguagem ocorre agora e incertamente em jogos de linguagem**.

Isso significa que, de modo semelhante às proposições de ECO, a linguagem ocorre agora como fenômeno aleatório, incerto. WITTGENSTEIN diz que o que importa é que a linguagem funcione entre os falantes, os jogadores de um jogo de linguagem para ordenar, pedir, questionar, propor... Mas o cientista ambiental, se quiser ir além de enquadramentos teóricos lineares, deve discernir e descrever sócio/dimensionalmente esses jogos interativos que geram ambientes.

Qual a importância disso para o conhecimento ambiental?

Uma vez que o jogo de linguagem wittgensteiniano assemelha-se ao *play* de ECO como jogo sendo jogado, indo além das puras regras gramaticais e outras, o que importa é que nossos conceitos funcionem socialmente **agora** na familiaridade de nossa dimensão sócio/interativa de um nicho social de consenso ambiental.

Desse modo, se dissermos que há um “*caiçara*” paranaense, ou um pescador “*artesanal*” paranaense e isso funcionar entre os falantes, dimensionalmente haverá um jogo interativo entre os que partilham desse consenso o qual nos acessará o objeto, o referente de nosso discurso, mesmo que esse pescador em suas interações ambientais não seja nem *caiçara* nem artesanal como presume.

Isso ocorre porque o referente pode estar ausente aos jogos de linguagem do cientista, nos quais os conceitos funcionam sócio/dimensionalmente como signo, como prótese interativa. Ainda assim, esses jogos de linguagem interagem dimensionalmente na geração de um ambiente adequado aos intelectuais, interferem e dimensionalmente (direta ou indiretamente) moldam ambientes. Molda um pescador como *caiçara* para os que participam desse jogo de linguagem, dá uma ancora, uma bengala, um porto intetativo que é um consenso sócio/dimensional.

Assim sendo, entendemos que tanto para GLICK, ECO como para WITTGENSTEIN, o que importa são os jogos sociais de significações e os jogos de linguagem **sendo sócio/dimensionalmente jogados**; importa a palavra/conceito operante sócio/dimensionalmente agora, importa a complexidade interativa sócio/dimensional.

Em WITTGENSTEIN temos também a questão da incerteza, a não teleologia é fundamental e o aproxima da Teoria do Caos.

O que garante que o carvão queimará agora, ou que um jogo de linguagem funcionará? Ele pode funcionar ou não, aleatoriamente, tal qual um projeto de gestão ambiental. Para nós, tal funcionamento depende de que os participantes do jogo ambiental complexo joguem ou não o mesmo jogo de linguagem e, como a maioria não joga nosso jogo interativo, segundo nossas proposições, o funcionar de nossos projetos é ainda mais incerto, especialmente se não levarmos em conta a plurinteratividade.

WITTGENSTEIN afirma que, apesar de planejarmos cuidadosamente nossas ações, baseando-nos em experiências passadas, por vezes não obtemos os resultados desejados. Portanto, por mais que levemos em conta a pluralidade de interações nas quais estamos imersos, não há certeza do funcionamento ou atemporalidade de nossas proposições científicas em um dado ambiente, justamente por disputarmos a predominância ambiental com outros nichos consensos interativos que também buscam tal predominância.

Por mais que um estrategista esportivo conheça os outros times, as torcidas e vários detalhes interativos de um campeonato, ainda que isso possa facilitar jogadas, nada lhe garante a predominância no campeonato. Portanto o jogar o jogo aleatoriamente de ECO, avizinha-se das incertezas de funcionamento de um jogo de linguagem de WITTGENSTEIN.

De modo semelhante, jamais conheceremos nas gestões ambientais, todas as dimensões interativas, os nichos de consenso ambiental operantes que geram um ambiente agora, nem teremos certeza dos resultados de nossas interações nessa complexidade interativa.

Segundo WITTGENSTEIN, um cientista faz proposições e não dogmas. Elas funcionam socialmente ou não (em uma dimensão social) como jogo de linguagem. Se compararmos com ECO, um cientista elabora próteses signo-interativas entre ele o referente e os recptores de seu discurso que estão no jogo sendo jogado. Aqui há uma familiaridade, uma similitude discursiva entre o *play* de ECO e o funcionar de um jogo de linguagem wittgensteiniano, entre as elucidações exponenciais interpretáveis de ECO e as proposições de WITTGENSTEIN.

Em que isto importa para o conhecimento ambiental?

Isto nos remete ao fim das certezas teleológicas no conhecimento ambiental, da pretensa universalidade interativa monolítica e ahistoricidade dos discursos ambientais trazendo tal conhecimento para o presente, para o jogo complexo sendo jogado agora, afastando-o de regras, das descrições, atemporais, ahistóricas. Isto dinamiza o conhecimento científico potencializando a produção de uma ciência ambiental cinemática, dimensional e plurinterativa, portanto mais atuante no agora.

Ao afirmar que “*não existem problemas filosóficos*”⁵⁴, WITTGENSTEIN quis significar que tudo que for pensável, sensível está ao alcance dos jogos de linguagem, e que, o que realmente existe são inadequações interativas nos jogos de linguagem e não problemas. Assim, também os ambientes não são problemas em si, mas apenas para nossas interações consenso/dimensionais com eles, especialmente quando os transformamos em objetos de pesquisa de nossos jogos de linguagem dimensionalmente consensuais partindo de um único axioma.

Além disso, nada está oculto aos jogos de linguagem da ciência, apenas alcançamos o que nossa estesia, teoria e métodos e outras próteses interativas, tal qual a lente de uma máquina fotográfica, nos possibilitam.

Partindo de novas premissas pluridimensionais, podemos abranger um espectro maior da complexidade ambiental/dimensional em nossos jogos de linguagem científicos.

Como essas proposições se relacionam com o conhecimento ambiental?

Elas alteram potenciais de abordagem em relação a uma ciência que tudo conhece ahistoricamente, a partir da dimensão interativa de certezas pré-postas, para uma ciência que dimensionalmente tudo pode conhecer nos jogos interativos sendo jogados agora, nos quais não há certezas interativas. Também nos fazem questionar se existem problemas ambientais ou se apenas em nossos jogos de linguagem, em nossos conceitos, essa e aquela interação é gerada como problema.

Além disso, livram o cientista de angústias, pois passa a ser consciente de que faz parte de um imenso jogo de pluralidades interativas ambientais, o qual é fenomênico e caótico, ao qual sua linguagem e estesia (a lente de sua câmara fotográfica) não o abarca em todas dimensões da plurinteratividade, não abarca o *holos*, mas pode sempre ampliar suas abordagens e interações dimensionais alterando suas próteses, suas ferramentas cognitivas. Isso tranquiliza-o quanto ao potencial de sua narrativa, que, devido à

⁵⁴ WITTGENSTEIN, 1991, p.

abordagem plurinterativa, sempre pode ser ampliada em suas matizes sem abarcar o *holos* ou uma teleologia em seus discursos. Ele pode narrar com suas ferramentas de linguagem um recorte da pluralidade interativa dimensional, narrar apenas algumas dimensões interativas, do modo que for possível abordá-las segundo as familiaridades do seu nicho de consenso interativo. Além de que para esse nicho, tal narrativa funciona agora relativa a tal interação consenso/dimensional momentânea e aleatória com o referente de seu discurso.

Importa perguntar, então: para quem funcionam nossos conceitos e proposições, e em que dimensão sócio/interativa? Para quem funcionam nossos projetos? Com quem (outros nichos de consensos interativos) disputamos a predominância ambiental, identificando, quem joga e quem não joga nossos jogos de linguagem ambiental? Qual é o jogo de linguagem que está sendo jogado? Onde estamos nesse jogo?

Em suma, a ciência se utiliza de próteses (ferramentas) lingüísticas, que são consensuais a nichos sociais em jogos sócio/ambientais sendo jogados, numa pluralidade interativa, na qual concomitantemente construímos a nós e aos outros. Nesse caos interativo os outros nichos também nos constróem e, nem nós nem os outros, temos certeza absoluta do funcionamento dos ambientes que serão gerados nas interações desses nichos. O fruto dessas interações é um ambiente complexo. É o caos interativo ambiental.

É desejável, portanto, romper com a tradição lógica cartesiana, não buscando regras ou discrepâncias a uma única estesia, a uma única teoria, mas sim descrever nossa estesia possível nesse momento sobre dimensões da plurinteratividade ambiental que nos forem asseáveis, das quais fazemos parte.

Nessa disputa de consensos interativos para moldar um ambiente, para nossa familiaridade interativa e correlatos projetos predominarem moldando a paisagem, faz-se necessário perguntar em dado momento quem somos nós, qual nosso nicho de consensos e proposições ambientais operantes, quem são os outros? É preciso mapear a plurinteratividade logo de início, pois que isso melhorará as chances de sucesso de nossos projetos em nossas plurinterações ambientais.

Assim como, para Wittgenstein, não existem problemas filosóficos, também não existem problemas ecológicos ou disfunções ambientais. Cada ambiente e/ou dimensão ambiental (tal qual um jogo de linguagem funcionando) é em seus aspectos gerais correlata à familiaridade interativa de um nicho de consenso sócio/ambiental

predominante, tal qual nossa casa (*eco*) nos é familiar. Esse nicho ambientalmente predominante não reina incólume às interações pluridimensionais coetâneas de outros nichos. Assim, para cada nicho de consenso interativo há um ambiente/projeto operante, uma *casa* com uma paisagem predominante.

5.4.4 TEORIA DO CAOS

Nossa argumentação sobre os ambientes identificados como complexidade interativa, dimensional e aleatória, na qual nós e nossas proposições estamos imersos, também fundamenta-se sobre a Teoria do Caos explicada por J. GLEICK.

Ela também é o lado naturalista de uma possível ponte conceitual transdisciplinar entre humanistas e naturalistas. Nenhum dos autores citados por GLEICK nos fornece um panorama tão completo da Teoria do Caos quanto ele próprio. Uns chegaram a ela pelo estudo da meteorologia, outros pelo estudo das populações animais, outros ainda pelo estudo das ondas ou da fumaça, outros mais pelas discrepâncias em ondas de rádio, outros pelo estudo dos pêndulos. GLEICK coligiu esses trabalhos e nos explicou a Teoria do Caos num jogo de linguagem que nos é mais familiar.

O mote principal da Teoria do Caos é a questão das especificidades lógicas interativas internas a cada dimensão lógico-interativa que se integram em suas interfaces gerando uma outra dimensão maior que as contém e que apresente uma lógica interativa similar, porém diversa daquelas por ela contida.

Ao elucidar a Teoria do Caos com a imagem de um Volkswagen, GLEICK⁵⁵ diz que com nossos olhos interagindo com ele a um milímetro, nem perceberíamos que seu formato é uma variação do formato de um ovo⁵⁶, poderíamos até dizer que é plano, mas ao nos afastarmos perceberíamos suas linhas curvas. ECO fala de próteses que nos permitiriam outras interações e WITTGENSTEIN diz de coisas que funcionam incertamente num jogo de linguagem (numa dimensão interativa) e outras não.

Da Teoria do Caos podemos sorver o espanto da não regularidade esperada a priori em todas as dimensões interativas⁵⁷.

⁵⁵ GLEICK, J. Caos, o nascimento de uma nova ciência. Rio de Janeiro. Campus, 1990.

⁵⁶ Assim como uma baía é uma fração de um mar e de um oceano, cada qual com suas especificidades interativas dimensionais não redutíveis dimensionalmente às outras.

⁵⁷ Nas gestões ambientais equívale a questionar porque o público alvo não se comporta como esperamos? A resposta é que ele interativa e dimensionalmente não faz parte de nossas regularidades, de nossos consensos, de nossos jogos de linguagem que aleatoriamente interagem com os desse complexo público alvo que é nosso objeto. Leva-nos a pensá-lo não apenas como diferente de

A Teoria do Caos é tão ou mais jovem que o novo conhecimento ambiental. Sua origem está nas ciências naturais nos anos 60 e 70 facilitada pelo aprimoramento dos computadores que permitiram elaborar análises com mais rapidez de “detalhes”, as quais antes eram dificultadas pelo volume de cálculos que exigiam. Mesmo os computadores mais primitivos permitiram cálculos mais apurados, que iam muito além da física das regularidades, das grandes dimensões ou escalas interativas, permitindo aos cientistas entender que, dentro delas, haviam exponencialmente outras dimensões interativas com outras lógicas interativas.

Dispondo como ferramenta de um computador primitivo, o meteorologista LORENZ pôde ampliar os matizes de sua estesia para além das leis gerais de NEWTON e produzir um outro discurso sobre os dados que essa ferramenta lhe acessou:

Com o seu computador primitivo, LORENZ tinha reduzido o tempo atmosférico aos elementos essenciais. Não obstante, linha por linha, os ventos e as temperaturas dos resultados impressos pelo seu computador pareciam comportar-se de uma maneira terrena reconhecível. Eles correspondiam à sua querida intuição sobre o tempo, sua sensação de que ele se repetia, revelando padrões conhecidos, a pressão aumentando e caindo, as correntes de ar oscilando entre norte e sul. Descobriu que quando uma linha passava do alto para baixo sem um salto, ocorreria em seguida um salto duplo, e disse-se: "É esse o tipo de regra que um meteorologista pode usar. " Mas as repetições nunca eram perfeitamente iguais. Havia um padrão, comum nas alterações. Uma desordem ordenada⁵⁸.

Para perceberem e construírem um novo discurso sobre tais dimensões, os cientistas dependiam de melhores ferramentas como computadores mais potentes. Até então, discrepâncias à regularidade eram tidas como resultados inerentes aos métodos que não eram 100% perfeitos. Ou seja, não permitiam, tal como queriam os sofistas e DESCARTES, enquadrar perfeitamente o mundo em nossa premissa e resposta única, linear e silógica.

A Teoria do Caos nasce da atenção a irregularidades, turbulências, ruídos, discrepâncias dentro de grandes regularidades, de coincidências absurdas e inesperadas, que foram entendidas posteriormente como sistemas dentro de sistemas, similitudes mas não semelhanças absolutas; discrepâncias em gráficos, nos quais se esperavam curvas

nós, mas como dimensões interativas segundo lógicas diversas que compõe esse objeto.

⁵⁸ GLEICK, J. 1990, p.13.

senóides. Acompanhando e compondo o dimensionalmente regular, haviam infinitas irregularidades em escalas não acessíveis aos nossos consensos e próteses interativas. Pensamos que a pluralidade interativa caótica ambiental é composta de irregularidades dimensionais, que não são acessíveis a quem só quer ver grandes dimensões interativas, o que nos leva a questionar o consenso das grandes harmonias esperadas à priori em grandes dimensões como se fossem geometricamente isomorfas, em todas as escalas.

Havia um limite cognitivo para a física das regularidades renegar as diversidades, chamadas de turbulências e das quais fugiam. No caos temos a lógica interativa de uma dimensão que é composta por outras dimensões com outras lógicas. Em cada dimensão temos um ambiente de interações complexas, um jogo de linguagem, a um jogo sócio/ecológico sendo jogado gerando ambientes. O litoral contém os ecossistemas praias que contém praias balneários, cada qual com suas lógicas interativas familiares a cada dimensão interativa da sociedade.

Com a Teoria do Caos surgiu um limite para a prensa cognitiva cartesiana de reduzir tudo a uma só estesia, de reduzir a diversidade como se fosse uma turbulência em padrões pré-postos:

A física teórica tinha chegado a uma espécie de distanciamento do fenômeno da **turbulência**. Com efeito, a ciência tinha traçado uma linha no chão e dito além dessa linha não podemos ir. Do lado mais próximo da linha, onde os fluidos se comportam de maneira ordenada, havia muita coisa com que trabalhar. Felizmente, o fluido de curso suave não se comporta como seria de esperar de seu número quase infinito de moléculas independentes, cada qual capaz de movimento independente.⁵⁹

Nos cálculos dos físicos e biólogos não haviam imperfeições, “turbulências inerentes”, mas sim axiomas de partida inadequados à complexidade interativa em escalas, sobre as quais eram aplicados cálculos válidos⁶⁰ para os consensos cognitivos que macrodimensionalmente naquele momento eram operantes.

A cada axioma correspondem próteses cognitivas e tal cognição enquanto familiaridade discurso/interativa. Houve uma ruptura com a expectativa do isomorfismo em escalas quando descobriram que o fenômeno que denominavam de “turbulência” não era uma anomalia inerente à imperfeição da aplicação de fórmulas matemáticas, mas uma

⁵⁹ GLEICK, J. 1990, p.123.

⁶⁰ Com o computador, os físicos modernos não puderam mais colocar-se no papel de retroalimentadores de pressupostos como o faziam os geômetras para DESCARTES. O computador permitiu entender que as anomalias tidas como erros inerentes ou aproximações

regra perceptível e narrável somente a partir de outra abordagem cognitiva. Então surgiu a necessidade de novos pressupostos, de novos paradigmas.

Tal novidade promoveu uma nova estesia e jogo de linguagem científico, ou seja uma nova ciência, que pode nos fundamentar teoricamente para aprimorar nossas interações com a plurinteratividade ambiental, ampliando o nosso espectro cognitivo para além do enquadramento do nosso objeto apenas nas nossas regularidades cognitivas consensuais.

Todo um novo universo científico ficou ao alcance de uma nova estesia e jogos de linguagem da ciência quando se entendeu que tais irregularidades estão espalhadas por todo o universo e geram dimensões interativas ao se auto-eco-organizarem⁶¹ como regularidades interativas em escalas. Ou seja, no universo, nos ambientes em movimento interativo caótico, predominam as irregularidades que, em suas interações geram regularidades macro-dimensionais, feições e paisagens ambientais, que por serem macrodimensionais, aparentam serem regulares em todas as suas dimensões interativas.

O universo é caótico, (dimensionalmente plurinterativo e não linear), porém em grandes escalas interativas suas interfaces geram regularidades, que são como uma película de tensão superficial organizadora das interações, havendo similitudes e diversidades interativas em cada dimensão nelas contida e que constituem essas grandes dimensões.

Portanto, cognitivamente, as grandes regularidades ambientais apresentam-se a nós, cientistas ambientais, como a ponta de um *iceberg* que é visível aos navegadores, mas também como um perigo à navegação dos cientistas. Ou seja, para nossa tese, o litoral brasileiro tem sua lógica interativa dimensionalmente predominante, as praias do Paraná têm suas mega-lógicas interativas e Pontal do Sul tem suas diversidades lógico-interativas e o maniqueísmo isomorfista não pode vigorar em todas as escalas interativas negando tal plurinteratividade.

Essas grandes regularidades prestam-se à física newtoniana. Existem, porém, as irregularidades nelas contidas que dimensionalmente se auto-eco-organizam como um pico numa curva senóide, fazem parte da física das partículas subatômicas, da biologia das populações, do estudo das ondas e dos rolos de fumaça, dos saltos em curvas

dos cálculos, na verdade eram outra dimensão interativa do objeto que recortavam.

⁶¹ATLAN, H. propõe o conceito de auto-eco-organização em seu livro *Entre o cristal e a fumaça...* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992..

senóides. Tal lógica pode nos auxiliar nos estudos e gestões ambientais se as correlacionarmos com as proposições de ECO e WITTGENSTEIN.

As similitudes discursivas entre GLEICK, ECO e WITTGENSTEIN só é possível ser entendida através da Teoria do Caos como prótese cognitiva. A proximidade entre os conceitos de regularidade e turbulência com as regras da gramática e a polissemia, e os jogos de linguagem funcionando entre tais dimensões interativas de falantes, que para nós agregam socialmente nichos de consensos ambientais operantes geradores de ambientes em interações caóticas tal qual fractais⁶² gerando ambientes.

São ordens interativas dimensionais, dentro das quais existem outras ordens diversas, dentro das quais existem outras ordens diversas exponencialmente (fractal), compondo um cristal, um rolo de fumaça, uma colônia de mariscos num costão do litoral. Cada dimensão, apesar de sua especificidade interativa gera similitudes interativas macrodimensionais em suas interfaces ao interagir com outras, assim apresentando-se a nós como uma paisagem predominante.

Portanto, o caos gera ordens em dimensões interativas, ao contrário do dualismo mitológico grego por nós herdado, separa a concomitância de Cronos e do Caos.

Os principais conceitos da Teoria do Caos são o de fractal (complexo de ordens dimensionais), o de ruído, o de turbulência e o de espaço de fase (como ordens dimensionais).

Ruído e turbulência como é denominada a pluralidade, a irregularidade interativa dimensional caótica que se auto-eco-organiza em escalas interativas, cognitivamente nos acessando regularidades interativas dimensionais ou em escalas.

Assim, o ruído, a estocasticidade aproximam-se como familiaridade das incertezas nos jogos semióticos sendo jogados (ECO), das incertezas de funcionamento da linguagem (WITTGENSTEIN), da polissemia da Semiologia, e isso é um fractal, uma familiaridade, uma similitude dimensional com suas especificidades interativas dimensionais.

Essa similitude de proposições teóricas nos permite uma nova abordagem no conhecimento ambiental.

⁶² Um fractal é um composto de dimensões interativas com similitudes e especificidades dimensionais.

Discrepâncias e similitudes em escalas interativas, aleatoriedade, são faces tanto do Caos na física, quanto e da semiologia e da filosofia wittgensteiniana nas ciências humanas.

Tal familiaridade discursiva multidisciplinar compõe a base da nossa proposta teórico/conceitual transdisciplinar que não se limita a busca de regras gerais e suas discrepâncias, mas visa a diversidade interativa.

Nossas proposições ambientais estão interagindo caoticamente no presente com outras que funcionam em suas dimensões interativas e tal interação caótica molda ambientes nos quais um consenso cognitivo/interativo é dimensionalmente predominante, mas não determinante em qualquer das escalas do jogo interativo. Isso porque tais consensos e correlatas práticas interativas dimensionais também sofrem o desgaste interativo com outros consensos sócio/dimensionais na historicidade.

Assim como o físico das partículas esgueira-se entre regularidades interativas e irregularidades dimensionalmente específicas, o semiólogo o faz entre as regras de gramática (*game*), buscando no texto uma pluralidade de significados possíveis que em suas interações (*play*). Por isso, nós cientistas ambientais necessitamos ter claro que cada dimensão interativa ambiental que percebemos é um fenômeno complexo/dimensional, o qual faz parte de um jogo de pluralidades e possibilidades inter-ativas em escalas, das quais podemos descrever generalidades e especificidades e entender regularidades dimensionais ambientais instáveis que contêm outras especificidades interativas dimensionais.

Há uma pluralidade de jogos, um “campeonato ambiental” sendo jogado entre os nichos de consenso social/ambiental, no qual nos integramos segundo o que for possível agora em nossa escala interativa.

Aqui não cabe a prensa cartesiana, isto é, a prática que reduz a elucidação do objeto a apenas uma familiaridade e certeza lógico-discursiva válida “*tanto para as coisas menores como para as maiores*”⁶³ como Descartes afirmou numa citação anterior.

Temos interações dimensionais entre diversos, e nelas, o tempo, a historicidade das interações é uma das dimensões, mas jamais narraremos o movimento ou toda a complexidade interativa. Descreveremos a cada momento dimensões interativas das quais dimensionalmente fazemos parte, produzimos discursos historicamente localizados como

⁶³ DESCARTES, R. Discurso do método. Os Pensadores. São Paulo. Nova Cultural, 1996.

um fotógrafo que produz fotos dessa complexidade interativa em movimento caótico. Descreveremos o que nos for dimensionalmente possível de nossa interação agora com essa complexidade de dimensões interativas ambientais. Ao invés de extrairmos o objeto da complexidade interativa, procuramos descreve-lo como uma dimensão dela.

O conhecimento ambiental histórico cinemático que propomos não pretende abranger o *holos*, ou o *telos*, nem narrar eventos como detalhes isolados ou interações linearmente concatenadas de causa e efeito que retroalimentam ou não sucessiva e silogicamente uma premissa, nem é imparcial, nem é dialético/histórico, no sentido usual⁶⁴, mas sim plurinterativo e dimensional.

O que nos propomos é a narrar agora os fenômenos interativos que dimensionalmente forem acessíveis ao pesquisador (narrar recortes *possíveis* da complexidade dimensional) com suas várias ferramentas científicas, incluindo sua linguagem consensual, interagindo na complexidade com os vários nichos de consenso que dimensionalmente interagem agora.

Nossa proposição dispensa premissas que de partida, reduzam a diversidade das interações dimensionais narráveis, à lógica interativa de uma única dimensão e ao como sócio-dimensionalmente a entendemos. Assim, sem uma premissa única de comparação ou embate (tese para contrapor a uma antítese) não temos a dialética usual. Apenas narramos o possível sobre dimensões da complexidade interativa plurinterativa dimensional, tal qual um fotógrafo registra o possível de uma paisagem com suas ferramentas: câmara, fotográfica, conhecimentos técnicos adquiridos, consenso estético de seu nicho social, conceitos e linguagem consensual desse nicho sócio/ambiental. Jamais abordaremos e entenderemos todas as dimensões de nosso “objeto” multifacetado, mas sempre poderemos narrar mais que uma descrição generalizante. Podemos dizer que é um diamante, que tem várias faces, que de tal ângulo, com tal luz, reflete tais cores, além de narrar outras dimensões interativas que nos forem *possíveis*, ao invés de apenas dizer que diamantes se assemelham por terem origem num carbono vulcânico.

Narramos jogos de linguagens ambientais dimensionalmente operantes, dimensões das interações ambientais caóticas e jogos de interações semióticas

⁶⁴ Reduzindo a dialética a mero silogismo linear. Exemplo: Se o capitalismo é hegemônico, ele permeia todas as interações sócio-econômicas, portanto ambientais. Desse modo, mesmo o pescador caçara artesanal não está fora das interações do sistema capitalista, sendo subsumido ao capital, e isso comprova-se com os dados de campo. Mas dados, especialmente nas ciências humanas, são gerados a partir de nossas premissas. São silogismos que reduzem tudo à tese de partida e matam a diversidade interativa, portanto matam as antíteses e portanto impossibilitam uma dialética.

ambientalmente operantes agora, com as ferramentas, próteses interativas de pesquisa e linguagem que dimensionalmente estiverem ao nosso alcance.

Façamos um silogismo: se ambientes são complexos interativos dimensionais gerados nas interações caóticas de nichos de consenso sócio/ambientais, se dimensionalmente interagimos com esses ambientes através de nossas pesquisas e gestões e consensos pré-postos, em alguma dimensão interativa, nós pesquisadores e gestores ambientais, fazemos parte desse ambiente, desse “objeto”, o qual, por essa via de raciocínio, não é somente uma coisa porque na plurinteratividade esse “objeto” também faz parte de nós. O objeto, ao nos permitir identificarmos o que somos e o que não somos, deixa de ser uma coisa e passa a fazer parte da complexidade interativa que dimensionalmente nos caracteriza. Assim sendo, um ambiente não é apenas um objeto amorfo e docilmente passível às nossas manipulações isomormizantes por estarmos num jogo interativo complexo.

Então, o ser de um ambiente é cognitivamente inatingível holística e teleológicamente, mas manifesta-se como entes (ambientes/dimensões interativas) que são em essência complexidades interativas dimensionais fenomênicas dimensionalmente narráveis (narrar cada dimensão interativa e o *possível* de sua interação com outras).

Desse modo, o conhecimento ambiental não abrirá mão das atuais teorias e disciplinas, mas o cientista utilizará sua ciência, suas teorias e seus métodos abordando o objeto, o referente de seu discurso, não mais como recorte incólume da realidade complexa que é inabarcável holisticamente, mas como dimensões interativas da complexidade que transdisciplinarmente podem ser dimensionalmente descritas. Assumir que, para além de nossos consensos cognitivos, existe uma infinidade de interações dimensionais complexas, correlatas e concomitantes, é uma sutil diferença de abordagem, que é uma porta aberta para interações cognitivas transdisciplinares. **Passaremos a narrar não coisas, mas sim dimensões interativas, jogos ambientais que dimensionalmente funcionam.**

6 A PROPOSIÇÃO DE NOVOS CONCEITOS

Apresentaremos a nossa proposta de novos conceitos fundamentados nas similitudes interativas de Eco, WITTGENSTEIN, e GLEICK, as quais nos levam a premissas plurinterativas dimensionais mais complexas que as cartesianas.

Mas, antes de continuarmos com nossas proposições, perguntemos: o que é um conceito?

*“Em geral, (significa) todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis”*⁶⁵. Normalmente, um conceito é uma palavra, um nome, um signo que sintetiza uma estesia, um consenso, resumindo um conjunto de idéias correlatas sobre um objeto; um conceito é uma prótese interativa que define um referente discursivo num jogo de linguagem consensual, numa familiaridade discursiva.

Ocorre que não conhecemos um conceito que nos permita expressar sinteticamente a seguinte idéia de ambiente:

- que um ambiente é uma pluralidade de interações caótico/dimensionais tal qual um jogo;
- que essas interações ambientais ocorrem entre nichos sociais de consensos interativos sobre como deve ser tal ambiente;
- que essas interações de nichos de consenso sócio/interativos são concomitante e dimensionalmente materiais e imateriais;
- que a plurinteratividade de consensos sócio/interativos opera em várias escalas sociais e ecológicas para gerar (**gonia**) esses ambientes; escalas nas quais cada dimensão interativa possui sua lógica.
- que nos ambientes, um desses consensos sócio/plurinterativos funciona como lógica macro/dimensional e instavelmente predominante. Tal lógica predominante com o aspecto ou simetria mais visível e aparentemente estável do complexo interativo, gerando as matizes predominantes da paisagem nos ilude e nos faz reduzir as lógicas de outras dimensões interativas que compõe essa lógica macro/dimensional apenas à essa genérica. Porém, apesar dessa lógica macro/dimensional, os outros nichos de consensos em outras escalas interativas sociais e ecológicas dessa mega/lógica interativa, não deixam de atuar dimensionalmente competindo ou colaborando com ela pela predominância ambiental de modo mais direto ou indireto.

⁶⁵ ABBAGNANO, N. 1982, p.150.

Por isso foi necessário criar conceitos que expressassem sinteticamente tais idéias. Alguns conceitos da filosofia e da biologia hibridados nos auxiliaram a produzir uma proposta conceitual que é própria das demandas do conhecimento. São eles:

- o de **poiese como criação**, como o novo, o irregular e inesperado, gerado na plurinteratividade caótica, verdadeiras rupturas com o consenso cognitivo/interativo, gerando um novo jogo de linguagem;
- o de **gonia como geração** a partir de algo; no caso, a partir de familiaridades e regularidades dimensionalmente consensuais e operantes: geração a partir do que é dimensionalmente mais evidente na plurinteratividade. Portanto, muito ligada a consensos de nichos de consenso sócio/ambiental. Gonia como geração e tendências possíveis, potenciais;
- o conceito de nicho, como local/habitat social, físico e biológico adequado a tal espécie e seu modo de vida;
- o de **nicho social** como relativo a um jogo de linguagem, uma familiaridade cognitivo/interativa agregadora ou repulsora de um grupo social que se organiza no entorno dela, numa dada escala interativa sócio/ambiental e nela disputa com outros a predominância do modo de *arrumar a casa (eco)*, gerando uma predominância de feições ambientais;
- o de **jogos**, nos quais essa pluralidade de nichos de consenso sócio/ambientais interagem caoticamente agora se auto-eco-organizando em dimensões interativas e, finalmente;
- o de **território**, como dimensão ecológica de um nicho sócio/interativo, como o dimensão de um ecossistema onde ele predomina e molda as interações sociais e ecológicas, ao seu modo sem deixar de interagir com outros nichos. Esses outros nichos sociais de consensos interativos também tendem, interativa/dimensionalmente, a coligar-se com o predominante ou a competir com ele pela predominância no moldar ou remodelar constantemente, esse território. Um nicho de consenso ambiental é sempre um “*inquilino*” em seu território, mas jamais seu senhor eterno, pois as interações históricas, que são caóticas, alteram as interações que agora ali são predominantes.

6.1 OS CONCEITOS DE SIGNOGONIA, SIGNOPOIESE E JOGOS SIGNOGÔNICOS.

6.1.1 SIGNOPOIESE

A partir dos teóricos já comentados e dos conceitos acima expostos elaboramos os conceitos de signopoiese, signogonia, jogos signogônicos ambientais e o de territórios/ambientes:

Em ECO, como vimos, temos os signos como próteses interativas, como algo *interpretável*.

Em WITTGENSTEIN, temos novos modos de interação com nossos referentes discursivos e nossos interlocutores, outros jogos de linguagem, pois para ele tudo o que for pensável, está ao alcance da linguagem.

Pela Teoria do Caos, a signopoiese é o ruído, a turbulência a incerteza do funcionamento de nossas premissas, a incerteza do resultado de nossas interações durante os jogos plurinterativos sendo jogados, a inconstância e discrepância, o estocástico.

Assim, signopoiese é a criação cognitivo/interativa do novo, rompendo ou dando opções aos consensos cognitivo/interativos hoje operantes.

Portanto, o novo e incerto, o inesperado se define pelo conceito de **signopoiese**⁶⁶.

Isso significa que o ser humano é signopoiético, criador de diversidades interativas.

A signopoiese é, enfim, a capacidade inerente de criação interativa do ser humano com resultados interativos dimensionalmente múltiplos e incertos. A signopoiese é ambientalmente fruto não desse nem daquele nicho sócio/interativo dimensional, mas sim uma pura ocorrência fortuita sim de toda a complexidade interativa caótica.

A signopoiese caracteriza-se pela ocorrência nova e inesperada.

6.1.2 SIGNOGONIA

Signogonias são consensos interativos sócio/dimensionais que ocorrem e agregam fortuitamente os que com eles compactuam ou repelem os que não compactuam.

66 Vide J. P. Sartre discursando sobre os limites sociais da criação humana. In: O imaginário. São Paulo. Ática. 1986. Nessa obra ele argumenta que não podemos reduzir as criações humanas aos potenciais do meio em que o ser humano vive. Portanto, o potencial criativo dos indivíduos não está restrito às suas sociedades. É o que denominamos de signopoiese como potencial inerente dos seres

Não se pode pensar numa separabilidade, numa distinção radical entre o pensar, entre os consensos e o agir. Também não podemos propor que, teleológica e atemporalmente, tudo o que pensamos, falamos e outros modos de interagirmos na complexidade interativa serão funcionais em todas as dimensões ambientais tal qual queríamos. Isso ocorre porque nas várias dimensões interativas temos inumeráveis interlocutores que podem refutar nosso modo interativo sócio/dimensional, nossa signogonia. Para nós, eles seriam incultos, insanos ou anômalos. Assim, o funcionamento ambiental de uma signogonia é incerto e plurirelativa ou plurinterativa e historicamente instável. Tal modo interativo funciona? Mas onde funciona e para que dimensão sócio/ambiental?

Enquanto o conceito de signopoiese está ligado à pura fortuidade, a fenômenos aleatórios, o conceito de signogonia refere-se ao que podemos fazer (em nosso caso pesquisar e narrar) com o que temos a partir da dimensão interativa em que estamos; refere-se ao que nos é *possível* nos limites sociais interativos dimensionais e momentâneos, políticos, econômicos e ecológicos que agora temos num jogo de pluralidades interativas ambientais dimensionais. Que praias, que ambientes, podemos narrar e gerar agora?

Nós, pesquisadores e gestores ambientais, somos dimensionalmente partícipes do caos interativo de um ambiente. Para “arrumar a casa” (*eco*), ao nosso modo, fazemos o possível dentro das disputas de predominância nas interações caóticas dos consensos sócio/dimensionalmente operantes, ou signogonias.

Isso é signogonia, entender e fazer o adequado e o possível cognitiva/interativamente numa dimensão interativa, num nicho de consenso interativo sócio/ambiental.

Através do texto que narra a visita de Romeu a Julieta⁶⁷ na calada da noite, podemos ilustrar o conceito de signogonia, pois dependendo de como cada dimensão da sociedade entendia Romeu, também construía suas relações sócio/ambientais com ele e vice-versa.

JULIETA - Romeu ! Romeu ! Romeu ! Onde é que estás, Romeu?
Renega o sangue, esquece o orgulho de teu nome e eu deixarei de
usar o nome Capuleto, mas jura que tu tens amor igual ao meu.

humanos.

67 SHAKESPEARE, W. Tragédias. Romeu e Julieta. São Paulo. Martins Fontes, 1954, p. 40-41-42, cena II: o Pomar de Capuleto.

- (À parte) - Devo aguardar ainda, ou responder agora ?
 JULIETA - Só teu nome é inimigo, e um nome importa?
 Se nasceste Montechio, és apenas tu mesmo.
 Um nome, de que vale? É pé, e mão, é braço, é rosto, é parte enfim
 que constitua um homem?
 Adota um outro nome.
 O perfume da rosa não muda se mudar o nome dessa flor.
 Romeu seria o mesmo, um outro nome usando. A mesma perfeição
 teria se trocasse o nome que lhe dão. Romeu deixa o teu nome que
 não te faz melhor e recebe de volta a oferta de mim mesma."
 ROMEU - Eu te roubo ao teu mundo
 Dá-me o nome de amor, e estarei batizado.
 Deixarei desde então de me chamar Romeu.

JULIETA - Quem és tu que aí estás escondido na treva devassando
 o segredo oculto no meu peito?
 ROMEU - Não sei como dizer o nome que hoje tenho.
 Odeio o que me dão, pois é teu inimigo.
 Se escrito estivesse rasgaria as letras.
 JULIETA - Cem palavras, nem cem, disseram-me os teus lábios,
 mas eu guardei de cor o som da tua voz.
 ROMEU - Já não o serei mais, se isso te agrada.

O nome Romeu significa interativamente inimigo para a família de Julieta, e essa família assim interagiu com ele. Para ele mesmo, seu nome é um fardo por atrapalhar seu amor e, ele, queria ter outro mais adequado: “amor” para ser pronunciado pelos lábios de Julieta. Mas o nome, o conceito, a pré-cognição consensual à abordagem de um “objeto”, não se separa de suas interações sociais.

Cada signogonia (como consenso sócio/dimensionalmente operante de si e do outro) é como um projeto interativo para si, para os outros e para o ambiente. É um norte que orienta, embora não dirija nem condicione em absoluto, as interações sociais. Socialmente, funciona como uma tentativa antropocêntrica de operar um reducionismo do universo a apenas um consenso operante e predominante dimensional e ambientalmente, mas coexiste com outros nichos de consenso social operantes ambientalmente.

Uma teoria e uma moral, como consensos sócio/dimensionais, podem ser classificadas como signogonias, pois funcionam cognitivamente/interativamente numa dimensão sócio/ambiental.

Signogonias são, portanto, consensos interativos socialmente agregadores ou expulsivos daqueles que compactuam ou não com seus respectivos nichos sócio/ambientais.

O ambiente praia/balneário contém mundialmente similitudes, familiaridades interativas macro/dimensionais (signogonias) e contém a praia de Pontal do Sul, com sua

predominância lógico interativa (signogonia dimensionalmente predominante), essa, por sua vez, contém várias praias como territórios de lógicas interativas predominantes de signogonias. Cada ambiente praia é, dimensionalmente, relativo a nichos de consenso predominante nessa dimensão interativa e que denominamos nichos signogônicos, com suas especificidades lógico-interativas⁶⁸ dimensionais, suas signogonias norteadoras de interações ambientais.

6.1.3 NICHOS SIGNOGÔNICOS: (= NSs)

Importa frisar que cada grupo de adeptos ou compactuantes aleatoriamente com uma signogonia, como um consenso interativo sócio/ambiental dimensionalmente operante, caracteriza um nicho signogônico e esse interage caoticamente, signogonicamente com outros. A *praia*, território/ambiente, gerada de acordo com a signogonia de um nicho signogônico territorialmente predominante, não é cognitiva/interativamente igual à praia/território de outro NS, embora geográfica e dimensionalmente interajam na mesma praia ecossistema, e a paisagem genérica seja similar. Por isso, em Pontal, temos várias *praias ambientes* geradas na mesma praia de areia à beira-mar.

Exemplos de NSs: indo além das classificações de escolaridade, poder aquisitivo, classes sociais, as quais macro dimensionalmente funcionam, encontraremos aqueles para quem a floresta é apenas uma fonte de madeira e renda, os que compartilham dessa signogonia compõem um nicho signogônico (NS) e assim, onde existir florestas, tendem moldar os ecossistemas e relações sociais gerando ambientes coerentes com suas signogonias, embora disputem com outras (como projetos ambientais) que interagem, com a mesma floresta em outras dimensões em escala direta ou indireta, atuando de modo a torná-la intocável pelas sociedades humanas.

Problema, disfunção e inadequação ambiental é, nesse sentido, apenas uma questão de diversidade sócio/interativa, de signogonias atuando na mesma dimensão ambiental no mesmo território/ambiente. Desse modo, se existe problema ambiental é o

⁶⁸ Essas dimensões da plurinteratividade ambiental numa praia vão desde os políticos do governo central, passando pelos cientistas, até os comerciantes e veranistas locais que *impactam*, ou melhor, atuam em uma escala interativa ambiental mais direta. São como projetos ambientais em dimensões diversas para o mesmo ambiente.

confronto entre nichos signogônicos e a inadequação plurirelativa e macro dimensional de suas signogonias como jogos ambientais em um dado ecossistema.

Não existem, portanto, disfunções ou condicionamentos ambientais gerais em primeira ou última instância, mas sim a interação de um NS que é inadequada, *disfuncional*, para as signogonias de outros NSs⁶⁹ que funcionam e predominam em tal dimensão social e ecológica gerada como território/ambiente de um NS. Desse modo, a ética ambiental é também relativa às signogonias e NSs caoticamente operantes numa dimensão ambiental.

6.1.4 JOGOS SIGNOGÔNICOS

Numa mega dimensão ambiental, os jogos signogônicos compostos são pelas várias signogonias e correlatos nichos signogônicos dimensionalmente predominantes, dos quais participamos caoticamente. Eles são a própria plurinteratividade dimensional das signogonias e NSs, compondo o grande movimento caótico.

Entendendo assim, um jogo signogônico é composto tanto pelas grandes escalas interativas, quanto pelas menores dimensões que as compõe. São as interações caóticas que contêm tanto as signogonias predominantes no litoral brasileiro quanto as dos território/ambientes *praias* de Pontal do Sul dos vários NSs que ali atuam.

Nesses jogos signogônicos ambientais, cada NS dispõe de um leque de estratégias interativas para obter a predominância no moldar um território/ambiente.

Nosso NS e sua signogonia ambiental disputa, como projeto, a predominância da modelagem ambiental com outros NSs. Quais são eles em Pontal do Sul e quais seus territórios, suas *praias*? É o que nos propusemos responder com o estudo dos dados produzidos em campo.

6.1.5 Ambientes como territórios-ambientes

Se entendemos que existem várias escalas ou dimensões interativas nas sociedades e nos ecossistemas, cada qual com sua especificidade interativa dimensional, e que essas dimensões complexas das sociedades e dos ecossistemas interagem, sendo moldadas aleatoriamente, signogonicamente dentro do possível para cada NS, segundo sua signogonia, teremos os ambientes como dimensões de predominância de nichos

⁶⁹ Assim, tudo é válido e funcional, desde que funcione sócio-ambientalmente para um NS em seu território ambiente de

signogônicos, como territórios-ambientes, sendo que em cada território um NS predomina. Embora nossas experiências históricas norteiem nossos jogos signogônicos, nossos jogos ambientais, lembremos que, historicamente, tudo é caótico, fortuito, imprevisível em sua totalidade e instável. Nenhum sistema social e econômico, pensado como signogonia macro dimensional, foi nem será atemporal nem total para todos povos e dimensões interativas em nosso planeta. A diversidade interativa é necessária para que algo se constitua e se identifique como sendo dimensionalmente ele mesmo.

7 MÉTODO

Método é um conjunto, um *corpus*, de procedimentos para interagirmos com algo, para trazermos um “objeto” incógnito ou conhecido de outro modo interativo em outro jogo cognitivo, para o jogo que nos é familiar adequando-o à nossa signogonia.

Várias técnicas, de várias ciências estão ao nosso dispor para dimensionarmos nosso “objeto” de estudo, para coletar indícios de nossas hipóteses sobre esse “objeto” e para ordená-los discursivamente elevando-os à condição de fontes de pesquisa e âncoras consensuais-sociais de nossos consensos cognitivos, de nossos jogos de linguagem e de nosso enquadramento desse objeto em nossas signogonias.

Cientificamente, via de regra, o método que elegermos, está, ligado a uma teoria que por ele é retroalimentada, atente ela para um entendimento do universo como móvel, imóvel, uno, múltiplo, linear-causal, dialético ou sendo o cientista (e sua signogonia) participe ou imparcial na produção do conhecimento.

O método aqui proposto para a análise das signogonias, dos NSs e dos territórios ambientes que geram, consiste no levantamento e descrição de indícios seriais sobre os nichos signogônicos (NSs) ambientais e dos territórios/ambientes que sócio/dimensionalmente (signogonicamente) são gerados em Pontal do Sul, seguido de estudo comparativo de interações entre esses (NSs) através da confrontação entre as séries de fontes de pesquisa.

Ou seja, visamos narrar diversidades interativas dimensionais dentro de uma mega dimensão interativa que é a praia geográfica e ambiental de Pontal do Sul. Visamos

descrever especificidades ambientais dimensionais que geram um grande ambiente que é a praia, ou *praias* dentro de uma praia.

7.1 SUJEITOS

Nichos signogônicos ambientais compostos pelos pesquisadores, comerciantes, veranistas e antigos moradores de Pontal do Sul e da Ilha do Mel e seus territórios/ambientes constituem o objeto/sujeito da investigação. Em sua maioria foram nomeados por código alfanumérico para evitar que as identificações lhes causem problemas de relacionamento social.

7.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

7.2.1 FONTES

- Depoimentos colhidos em Pontal do Sul através de 57 entrevistas amostrais aleatórias, além de fotos e VT produzidos em Pontal do Sul.
- Bibliografia, fotos e cartografia.
- As entrevistas gravadas foram doadas para a Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, passando assim ao domínio público.

7.2.2 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Consiste no método comparativo aplicado às fontes.

Quanto à obtenção de dados, o primeiro procedimento objetivo é explicitar o recorte social, espacial e temporal da pesquisa, e os pressupostos cognitivos que o fundamentam.

Sendo o nosso objeto os ambientes *praias*, seu recorte cognitivo/dimensional refere-se aos moradores, comerciantes, pesquisadores, antigos agricultores pescadores, veranistas proprietários e não proprietários de casas de veraneio em Pontal do Sul no

século XX, considerando-se, ainda, as interfaces destas com entrevistas amostrais coletadas em outras praias paranaenses.

Das várias opções disponíveis e cientificamente aceitas para o levantamento de dados, utilizamos a técnica de observação direta confrontada com a aplicação de entrevistas elaboradas com o método da História Oral em cada área observada e descrita. Assim, as entrevistas confrontadas com outras fontes, contestam ou corroboram com nossa observação direta.

No que diz respeito às premissas teóricas da metodologia e das técnicas aplicadas na organização dos dados, importa-nos que:

- buscamos a coerência da teoria com a metodologia e desta com as técnicas de produção de dados que as retroalimentam a partir de indícios eleitos. O único senso do discurso científico é a sua auto-coerência teórica, metodológica e discursiva fundamentada na confrontação dos dados disponíveis e no funcionamento social desse discurso;
- nas ciências humanas, de modo mais evidente, faz-se discursos sobre discursos. Nelas, este procedimento assume maior notoriedade que nas ciências naturais, sendo a confrontação entre discursos um dos principais baluartes metodológicos;
- desse modo, o que sustenta o discurso do humanista, calcado em entrevistas, é a reincidência de um determinado fato nos depoimentos confrontados entre si e com diversas fontes, o que indica a sua existência como fato social/histórico. Existem várias maneiras de detectar tal reincidência, como a pura confrontação entre as proposições e descrições contidas em discursos sobre um tema, de modo a indicar-nos as suas possíveis interpretações.

No que concerne às técnicas de levantamento de dados, optamos pela história oral como principal ferramenta. As fontes orais foram gravadas e confrontadas entre si e com outras fontes publicadas em relatórios, teses e periódicos.

Devido ao fato de que em alguns grupos sociais o número de depoentes é reduzido, como o dos velhos agricultores pescadores de subsistência, na coleta de dados optamos pelo levantamento de diversos tipos de fontes e amostras em outros locais como Matinhos, a fim de potencializar as discrepâncias e não similitudes encontradas *a priori*, em apenas um tipo de fonte e local. Desse modo, ampliamos as matrizes geradoras de dados (tipos de fontes) em função das raras amostras disponíveis em alguns temas

relativos a alguns grupos sociais. Tal procedimento aumenta a probabilidade de isenção do pesquisador ao confrontar as respostas dos entrevistados.

Pressupondo-se que não há dualidade entre o pensar e o agir, mas sim potenciais e incertezas interativas dimensionais e caóticas, a signogonia de um NS sobre uma praia revela-se tanto discursiva quanto materialmente. Portanto, todo discurso comum a um grupo social é um projeto ambiental dimensionalmente operante, uma signogonia.

Assim, tanto o consenso operante num NS de que a praia é um escoadouro de esgoto como o próprio ato de jogar esgoto nela, revelam a existência desse NS predominante e seu território. A mesma preposição permite a visualização (fotografada ou anotada) dos aspectos lúdicos ou letárgicos das interações sociais à beira-mar.

O levantamento visual da paisagem é, nesse contexto, uma técnica de coleta de dados, corroborada por registros fotográficos⁷⁰, que permitiram detectar a existência de lixo espalhado à beira-mar, de infra-estrutura turística (banheiros, lixeiras, quiosques e outros serviços públicos e privados), a concentração ou dispersão das pessoas em uma determinada área, a faixa etária aparentemente predominante entre os freqüentadores, a diversidade de equipamentos que levam para a praia, a baixa ou acentuada presença de crianças e os grupos sociais predominantes em Pontal do Sul (comerciantes e turistas).

A observação do pesquisador no local sobre esses elementos, confrontada com outras fontes, também é capaz de informar sobre a interação ambiental que ali ocorre. Nesse ponto, é fundamental salientar a utilização do método da história oral como uma ferramenta de aprofundamento da análise dos dados obtidos visualmente.

O levantamento visual da paisagem permite ainda a identificação inicial do NS predominante na área observada, uma vez que sua manifestação ambiental será aquela mais em evidência. Essa técnica deve e necessita ser confrontada com outras fontes que nos permitam refiná-la.

Na utilização da história oral, por sua vez, importa lembrar que, embora os historiadores não tenham chegado a um acordo sobre a sua natureza (ramo historiográfico, método ou técnica), entendemos que ela pode ser entendida em uma dessas categorias a partir do uso que se faça dela.

⁷⁰ As fotos, aproximadamente 180, foram produzidas pelo fotógrafo profissional Claudio Graziani no 1º de maio de 1998 e mais 40 fotos produzida amadoristicamente por nós em janeiro de 1998. Esse acervo encontra-se disponível para consulta na SEEC/CPC-Pr.

Se utilizada como procedimento principal para levantar a memória oral de um povo, pode ser entendida como um ramo da historiografia. Se nortear um trabalho de pesquisa em dimensões menores, como a Praia de Pontal do Sul, pode ser encarada como um método. Se for refinadora de dados, obtidos através de técnicas, como a descrição visual das dimensões interativas e suas predominâncias territoriais em Pontal do Sul, passa a ser uma técnica complementar.

Outra opção na utilização do método da história oral é a de utilizar um roteiro de sub-temas que oriente as entrevistas e possa posteriormente servir na confrontação de similitudes e divergências relativas a cada item. Nossa escolha foi um roteiro-padrão de temas sobre a praia. Assim, os depoimentos tem sua confrontação à posteriori garantida por terem conteúdos comuns previamente elencados em sub-temas como, por exemplo, lixo na praia, alterações na pesca⁷¹... Como as entrevistas são semi-abertas, vários outros sub-temas, além dos elencados, apareceram nas entrevistas.

Entendemos que no uso do método da história oral, os entrevistados devem ser previamente avisados sobre os possíveis efeitos negativos de seus depoimentos no seu círculo pessoal, e que o empenho científico do pesquisador permite-lhe ocultar seus nomes na divulgação dos resultados da pesquisa.

É preciso termos em mente que a busca de informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo entre o pesquisador e o entrevistado, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade de cooperação do depoente. Com isso queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão, o que, pela sua aleatoriedade, vem valorizar ainda mais as reincidências das descrições contidas nas entrevistas e sua coincidência com outras fontes.

Diversamente do que ocorre nas ciências naturais, a aleatoriedade na coleta dos dados é quase inevitável nas ciências sociais. As próprias amostras (seres humanos signopoiéticos) lutam para não se enquadrarem em nossos consensos cognitivos e, nem todos aceitam passivamente ser objeto de nossas pesquisas, especialmente se utilizarmos uma técnica ou método de entrevistas.

Os sujeitos das entrevistas foram classificados em dois grupos básicos: o dos moradores antigos e proprietários de casas de veraneio, e o dos transeuntes. Os primeiros

⁷¹ O roteiro que utilizamos encontra-se nos Anexos.

foram contatados previamente para verificar sua disponibilidade em fornecer depoimentos sobre a história de Pontal do Sul. Não dominávamos esse universo amostral em sua totalidade, pelo fato de não termos todos os antigos comerciantes, proprietários de casa e agricultores pescadores ao nosso dispor a qualquer momento.

Também foram escolhidos ao acaso para entrevista três professores do CEM/UFPR, em função da sua proximidade com as questões ambientais de Pontal do Sul. A similitude do conteúdo de seus depoimentos nos permitiu tomar um deles como modal, como modo interativo ambiental sócio-dimensionalmente operante, que é capaz de desvelar uma signogonia. A falta de condições de pesquisa e as interações do cientista com a população foram os dois conteúdos comuns aos três depoimentos.

Quanto aos raros e velhos agricultores/pescadores de subsistência comumente denominados de “caiçaras”, foram feitas entrevistas com os ainda existentes no local e confrontados os seus depoimentos com outros colhidos em Matinhos e Ilha do Mel. Nessa confrontação, utilizamos também o relatório interno da SEEC/CPC/PR sobre o tombamento de Superagüi, além de entrevistas feitas no ano de 1996 pela professora Roselis Roderjan sobre a história de Pontal do Sul e o folclore popular, as quais ela gentilmente nos emprestou.

Quanto aos transeuntes, colhemos depoimentos ao acaso com quem se dispunha a ser entrevistado, como jovens mochileiros encontrados na rodoviária de Pontal do Sul e no porto de embarque de Pontal para a Ilha do Mel e turistas instalados num camping local durante o Carnaval de 1997. Na praia, com um crachá de identificação da UFPR, roteiro e gravador em mãos, partimos do antigo porto de embarque para a Ilha do Mel e seguindo para a Praia Central, Praia Grande e Praia Brava, a cada 30 metros, aproximadamente, tentávamos abordar pessoas que se dispusessem a depor.

As técnicas e fontes inter-cruzadas que utilizamos e que ampliam a quantidade de indícios geradores de dados são, a descrição visual do ambiente (bairros e trechos de praias), posterior confrontação das observações e conclusões com amostras fortuitas obtidas através do método da história oral em cada território/ambiente, as quais foram confrontados com levantamentos bibliográficos, cartográficos e fotográficos⁷².

⁷² Ver no anexo a Classificação das fontes e a Organização dos dados

8 – HISTÓRIA AMBIENTAL DE PONTAL DO SUL NO SÉCULO XX

8.1 ANÁLISE SIGNOGÔNICA DOS NSS E SEUS TERRITÓRIOS - AMBIENTES

O que denominamos de análise signogônica, é a descrição de várias dimensões interativas dentro de uma grande dimensão (objeto de pesquisa numa escala maior) pré eleito. Análise signogônica é feita pela confrontação entre proposições e práticas interativas sócio/dimensionalmente consensuais registráveis que encontramos em diversas fontes. Tal confrontação nos permite identificar grupos de consensos convergentes e divergentes sobre interações sócio/ambientais (NSS), permitindo-nos narrar diversidades interativas sócio/dimensionais ou = jogos signogônicos. Assim, a análise signogônica como método, como procedimento geral que conduz nosso trabalho, visa elaborar análises das várias dimensões interativas que ocorrem nos ambientes gerados social e plurinterativamente em Pontal do Sul, narrando-as como especificidades interativas dimensionais, jogos signogônicos ambientais.

A descrição de cada nicho signogônico e suas interações com outros, pretende explicar a transição de uma vila de pescadores/agricultores de subsistência para a condição de cidade balneária. A plurinteratividade que gera os ambientes *praias* de Pontal do Sul será analisada considerando também a nossa própria signogonia e dimensão interativa. Outro objetivo é demonstrar que a paisagem atual desse ambiente é resultante da predominância de uma signogonia em relação às outras, bem como pretendemos narrar para quais interações futuras tendem as atuais .

O ano de 1951 é o marco histórico⁷³ entre a antiga vila de pescadores de subsistência, com uso comunal dos recursos ecológicos, e a alteração do seu status para o atual balneário, onde os recursos são mercadoria de consumo para turistas. Nesse ano foi criado o loteamento Cidade Balneária de Pontal do Sul, que resultou num dos mais importantes conflitos locais entre NS e signogonias ambientais, cada qual buscando a predominância na geração e moldagem do ambiente a partir de suas próprias estratégias de sobrevivência.

⁷³ A tese versa sobre Pontal do Sul no século XX, mas no primeiro quartel do XIX, o viajante August Saint Hilaire em seu relatório de Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina, São Paulo, Ed. Itatiaia, 1978, p 110., diz que quando desembarcou no Pontal de Paranaguá, não viu *nem vegetação nem casas, mas apenas pura areia*. Já o falecido Sr. Artur Campos em entrevista sedida à professora Roselis Roderjan em 6/10/1996 (antes de começarmos nossos trabalhos) afirmou que em Pontal do sul haviam muitos pastos para bois e cavalos. Ou seja, possivelmente muito da restinga que hoje existe seja um reflorestamento expontâneo de áreas que já foram pastos.

8.1.1 PRAIAS QUE OS NSS CONSTRÓEM À BEIRA-MAR



1) Long - 48° 46' 22"
Lat - 25° 12' 36"

2) - 48° 02' 01"
- 25° 11' 49"

3) Long - 48° 45' 31"
Lat - 25° 59' 01"

4) - 48° 50' 39"
- 25° 58' 18"

Fonte: PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - CIC GE
Projeto Pró Atlântica, Imagem Land Sat 5 TM, 1997



- | | |
|-----------------------|------------------|
| 1) Long - 48° 30' 10" | 2) - 48° 17' 40" |
| Lat - 25° 32' 32" | - 25° 32' 17" |
| 3) Long - 48° 30' 04" | 4) - 48° 17' 32" |
| Lat - 25° 38' 01" | - 25° 37' 48" |

Fonte: PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - CIC GEO
Projeto Prò Atlântica, Imagem Land Sat 5 TM, 1997

8.1.2 IMAGENS DA PRAIA

Da esquerda para a direita do antigo ponto de embarque para a Ilha do Mel, a praia de Pontal do Sul está dividida em Praia Central, Praia Grande e Praia Brava, em cada uma das quais predomina um NS específico e o ambiente socialmente gerado por ele.

A linha da praia quase reta faz, depois de centenas de metros, uma curva para a direita de quem da terra olha o mar, assemelhando-se a um bumerangue. Numa ponta à esquerda, tem-se o rio e o antigo porto de embarque para a Ilha do Mel. A algumas centenas de metros à direita dele, fica o CEM⁷⁴- UFPR e, mais adiante, quase paralela ao rio, a avenida central, que termina próximo à praia onde alguns ônibus de turismo costumam estacionar. Seguindo à direita, no fim da avenida, a praia continua quase reta, com águas pouco agitadas, mas, um pouco mais adiante, faz nova curva para a direita, onde as águas apresentam mais ondas. À esquerda antes do rio, encontram-se os espólios de indústrias já fechadas. O trecho entre o rio e a avenida é conhecido como Praia Central. À sua direita está a Praia Grande, sucedida pela Praia Brava.

Nas entrevistas, ao relatarem a imagem da praia que de imediato lhes vem à mente, os entrevistados nos propiciaram a reafirmação das estesias consensuais historicamente moldadas como componentes das signogonias. Onde está, para o veranista, o limite entre o ambiente urbano de Curitiba e a praia, que dista mais de 90 km da capital?

104 – Para mim, a praia começa no descer a Serra. Comecei a descer a Serra, quando sinto o cheiro de mato, para mim já é praia. Ali já estou num ambiente de praia.

O entrevistado código 104 afirma que o cheiro da Mata Atlântica na Serra do Mar é o que demarca esse limite. Assim, para este entrevistado, o cheiro da Mata Atlântica é o referencial para a construção signogônica do seu ambiente praia.

Para alguns, praia é areia, mar e sol. Para outros, a praia inicia com o cheiro da Mata Atlântica ou das lonas de freio de caminhão queimadas na descida da Serra do Mar. Para os surfistas, a imagem da praia é de esporte e flerte, sendo que um deles a relaciona diretamente com surf e mulheres. Outros narram a praia como uma negação da vida na

⁷⁴ Centro de Estudos do Mar em Pontal do Sul.

cidade, como fuga da agitação urbana. Vários descreveram nessa imagem a presença de sol, água e areia, algumas vezes com barcos, outras sem eles. Outros visualizaram praias cheias com jogos e interações lúdicas, enquanto outros a relacionaram com sossego e solidão, o que paradoxalmente contrasta com seus depoimentos solicitando uma interferência urbanizadora governamental.

Alguns proprietários de casa de veraneio falam da praia como uma extensão de seu jardim⁷⁵, na qual outros NSs são intrusos. A questão do intruso também aparece na relação signogônica entre outros nichos que visam uma predominância ambiental em certos territórios. Para o velho agricultor-pescador de subsistência (APS), a praia é o espaço de trabalho perdido, de abundância alimentar perdida, do complemento do trabalho duro na roça. Nesse território, os agentes imobiliários, os “catarinas⁷⁶” e os veranistas são os intrusos que usurparam aquilo que era tradicionalmente seu. Assim, invariavelmente, seus depoimentos reforçam o saudosismo de outros tempos e a acusação de alienação de seu território por outros NSs.

Para alguns agricultores-pescadores e velhos comerciantes, a praia e o mar foram reconstruídos signogonicamente (consenso e ação) como espaços de exploração do turista. Eles se adaptaram ao novo jogo signogônico predominante – um ambiente praia-balneário e balneário praia-de-família. Por exemplo, o Sr. Valentim, um comerciante que chegou à Ilha do Mel como pescador “catarina”, ganhou muito dinheiro no comércio para turistas e nativos⁷⁷, mas lembra com saudosismo dos velhos tempos: *“Não dá mais prá pescar, tá fraco de peixe”*. Porém, ele é um “catarina” que sempre foi mais comerciante de pescado e víveres que pescador. Ele faz parte da leva de “catarinas” que se instalou com outra signogonia do mar e da praia, que constrói esse ambiente como fonte de renda auferida da pesca altamente tecnificada e do turismo. São vários territórios/ambientes que tiveram, em diferentes períodos, a predominância de um determinado NS.

Os NSs não predominam apenas em trechos de praia, mas em cidades inteiras onde ocorrem outros jogos sócio-ambientais.

100J - E. Eu tenho usado bastante o camping, a praia beira-mar, mas pretendo à noite pular o Carnaval. É que

⁷⁵ Em algumas falas, há um tom que dá a entender a praia como extensão de sua propriedade, tendo ele direito de excluir outros NSs.

⁷⁶ “Catarina” é como são chamados pelos pescadores paranaenses os que nasceram no Estado de Santa Catarina, bem como seus descendentes.

⁷⁷ O conceito de nativo aqui se refere àquele que nasceu no local.

Guaratuba e Caiobá são lugares para o flerte, para desfilar seus carros na rua. Aqui em Pontal é diferente. Aqui é uma praia mais vazia. É importante que você tenha as duas opções para quem quer fazer uma coisa e para quem quer fazer outra.

Cada cidade balnearia tem que se valorizar neste sentido. Caiobá tem que se valorizar como ponto de encontro para quem gosta de uma praia cheia. Agora no Carnaval, Pontal está com muita gente e eu gosto de praia com pouca gente. Cada pessoa prefere um tipo de lugar. **O importante é cada uma (cidade balneária) investir na sua característica, não tentando mudar isso.**

E. Acho que o valor das coisas locais, da praia, dos lugares, é cuidado por aquele que vem sempre. **O de passagem, por ser menor o apego, acredito que seriam estes que sujaram a praia.**

Segundo as afirmações desse depoimento, recorrentes em outros, o que caracteriza uma cidade balneária é a predominância de um NS e seu jogo signogônico ambiental, que molda as matizes da paisagem. Em Pontal do Sul, a letargia de famílias na beira do mar denota a predominância do NS praia-de-família.

8.1.3 MAR E PERIGO

Nem todo veranista entra na água. URRY⁷⁸ analisa o contraponto entre a praia como lazer e a praia como armadilha mortal, como lugar de destroços. Nossas entrevistas revelam signogonias do mar e da praia como local de perigo e necessidade de segurança, fonte de trabalho e sustento da família, local de lazer onde cada NS constrói *sua praia*.

Um velho agricultor-pescador de subsistência (APS) paranaense afirma que os “catarinas” são destemidos pescadores por enfrentarem o mar grosso, ao passo que ele e seus pares sempre pescaram próximo à praia ou em alguma baía, jamais se afastando muito da costa. Existe um claro contraponto entre o medo dos APS e a tradição dos “catarinas”, nascida da transmissão de experiências de seus ancestrais no mar dos Açores. Alta e baixa tecnologia, necessidade e risco, se aliam para gerar o mar como algo belo e agradável, fonte complementar de sustento ou ecossistema a ser explorado ao infinito. Mas para a maioria, o mar é gerado como perigoso.

99 - Ia trabalhar mais umas 24 horas, mais uma noite, e aí deu uma hora da madrugada, abriu água no barco. Rapaz, abriu água e o mar *comendo* que tava!

78 URRY, John. O olhar do turista. São Paulo. SESC/Sutudio Nobel, 1996.

Ele conseguiu chamar pelo rádio o barco que tava mais perto; quando ele tava com quatro metros de fundura, quase chegando na costa, afundou o **barco com seis toneladas de camarão dentro**, toda a pescaria dele, foi tudo. O barco fazia duas viagens, que ele tinha reformado o barco todo, quatro mil reais de despesa, nem tinha pago.

E aí nós fomos lá tirar o barco de lá, e tiramos, com aparelho de mergulho e tal, mergulhamos, laçamos o barco e tiramos da água. Mas estava todo estourado.

Quer dizer, você vê, ele conhece o mar, como eu conheço, isso quer dizer, se visse como ele viu que o mar tava feio, se ele obedecesse o mar, se ele respeitasse o mar e a natureza, não tinha nada disso acontecido, teria entrado normal. A respeito do mar, é o que eu digo, a gente não pode desrespeitar ele, não pode brincar com ele.

Porque ele oferece muitas coisas boas, porque muita gente ganha a vida, como a minha família; meu pai viveu muito tempo com pesca.

Meu avô morreu; eu criei-me com meus avós, mas ele viveu com a pesca, mas nunca aconteceu nada com ele. Isso porque ele também não abusava; o pouco que vinha tava bom para ele, sabe.

Então, quero dizer, que **acho que essa parte que aconteceu com ele ali, foi um pouco de gulodice (gula) dele. Porque ele já tava com cinco mil quilos e pouco, quase seis de toneladas de camarão, pô, faltava uma noite de pesca na programação, e nós estava entrando na baía. Será que ele não podia vim junto? Se viesse não acontecia isso aí. Foi ficar a noite toda, né, então, acho que isso aí é uma parte do abuso do mar. Porque você vê, é a mesma coisa nos mergulhos que a gente faz.**

O mar é fonte de vida, é de onde se tira o sustento da família há gerações. Porém, o mar impõe limites a serem respeitados, obedecidos e cobra – por vezes com a vida – a ganância de quem não respeita seus ciclos. Esse pescador não perdeu a vida, mas perdeu o barco, seis toneladas de camarão⁷⁹ e a possibilidade de saldar sua dívida. Pescar em barcos pequenos pouco equipados é perigoso e exige grande conhecimento sobre os ciclos da natureza.

99 - Eu também guio barco para turistas. A gente vai, vê a força da água pra vê como tá e... tem gente que nunca entrou na água do mar, só treina na piscina. Então, nós os levamos nas Ilhas, descer o instrutor lá embaixo, vê a força da maré, vê como tá correndo a maré pra lá, pra cá e tal.

Nós descemos com o pessoal que tá aprendendo a mergulhar pra conhecer o mar lá embaixo, os corais, as tocas, as grutas, tudo isso tem debaixo da água. É uma maravilha, o mar é a coisa mais linda do mundo. Não sei

⁷⁹ Toneladas que, com certeza, custaram a vida de mais de 18 a 20 toneladas de fauna acompanhante jogadas ao mar, calculando um para três, quando em média chega-se a um quilo de aproveitamento para sete ou oito quilos de fauna acompanhante morta na pesca de arrasto do camarão.

se você já mergulhou em pedra assim, é a mesma coisa que se tá mergulhando aqui, você vê tudo, planta, toca, pedra, peixe passando na frente, se vê tudo isso, entende.

Então, a gente, como tava falando, desce, dá uma olhada e leva o pessoal que vai conhecer o mar, mas tem que vê em que posição, em que sentido o mar tá funcionando, entende. Se ele tá com muita suspensão, se tá com boa visibilidade, se não está. Porque tem dias que você não consegue ficar dentro d'água, mesmo que esteja com cinco quilos de lastro e tal. Mesmo bem lastrado, não consegue parar. Até às vezes é perigoso até você sem visibilidade se engatar numa toca daquela de pedra; engata o cilindro, pronto, se não tiver outro por perto para tirar, a pessoa morre ali embaixo, entende....
Então, é isso aí, o mar é um perigo.

Neto de APS, o entrevistado 99 guia aqueles que ocuparam o território do APS que era seu NS, fazendo uso do conhecimento herdado para apresentar aos *de fora* o ecossistema que antes constituía o seu ambiente. Segundo 99, hoje existem mergulhadores que, atraídos pela beleza e o perigo do mar, fazem caça submarina no Paraná, aumentando ainda mais o impacto sobre o já depauperado estoque pesqueiro paranaense.

8.1.4 NOSSA IMAGEM DA PRAIA

Ao iniciarmos a pesquisa, partimos de nossos pré-conceitos cognitivos acreditando na hipótese de que, dentro da mesma praia (tomada como acidente geográfico, como a Praia Central), houvesse uma grande mistura de interações entre NSs. Cada praia era pensada como um tabuleiro de xadrez, no qual os vários micro territórios seriam demarcados e as peças em jogo – os NSs – se misturassem.

O depoimento do entrevistado J100 foi um dos que derrubaram esse pressuposto. A pesquisa de campo nos fez entender que existem grandes dimensões territoriais campos de jogos signogônicos, nos quais predomina uma determinada signogonia ambiental, embora apresentem territórios de outras signogonias. As cidades balneárias são um exemplo de grandes extensões de praia que caracterizam um território onde apenas um NS predomina.

O NS *praia-de-familia* – que gera a praia como espaço tranquilo, seguro e não poluído para descanso e convivência letárgica em família sob um guarda-sol – predomina

em toda a construção ambiental de Pontal do Sul, sendo especialmente perceptível na Praia Grande no alto das férias de verão entre dezembro e janeiro.

Esse NS ocupa uma praia inteira, entendida aqui como acidente geográfico com centenas de metros. Componentes de outros NS e suas signogonias, embora ocupem e predominem em outros territórios, fazem uso do território do NS praia-de-família, no qual não são bem-vindos por representarem ameaça à predominância do NS praia-de-família letárgica em seu território, bem como à sua signogonia hoje predominante em toda Pontal do Sul.

Uma vez que a praia é pública, o NS praia-de-família é obrigado, nos jogos ambientais, a ceder trechos de praia para outros NSs, que constroem neles sua predominância. Ele próprio predomina no trecho da Praia Grande à direita do encontro ortogonal do final da avenida com a beira-mar⁸⁰.

Uma praia, portanto, não é uma rede de microterritórios de alguns metros quadrados, que supúnhamos demarcados por tralhas de praia. São, na realidade, vastos territórios, trechos de centenas de metros de praia, nos quais se instala a predominância de uma signogonia, como consenso e ação ambiental de uma dimensão da sociedade (NS). Essas centenas de metros de praia geram paisagens, ambientes distintos devido à diversidade das interações entre consensos sócio-ambientais que nelas predominam.

Assim, ao invés de um NS ocupar e moldar signogonicamente uma fração de um ambiente multifacetado, como pensávamos, ele ocupa um território inteiro, moldando sua paisagem e tentando evitar que outras signogonias possam predominar nesse território.

Como afirmou J100, “cada pessoa prefere um tipo de lugar”. Em outras palavras, podemos dizer que cada componente de dados nichos signogônicos preferem territórios de jogo signogônico adequado à sua familiaridade cognitiva operante, sua signogonia e NS. Cada componente de um NS procura construir um campo de jogo específico para seu NS, incentivando assim a predominância de sua signogonia.

133 - Estou na praia quando estou na beira do mar.
Ali na primeira linha de casas, a primeira rua (o limite da praia).

101 - Um navio (imagem que a palavra praia evoca).

⁸⁰ Numa área com pouca influência estatal, o NS predominante obriga-se a deixar áreas livres para que outros se instalem, gerando praias e diversidades interativas.

103 - Aqui estou olhando a praia inteira. É a mesma coisa: um guarda-sol e meia dúzia de pessoas embaixo.

Cada generalidade estética ordenadora da paisagem de uma dimensão interativa, cada signogonia predominante, será composta dimensionalmente por especificidades interativas, cujas interfaces caoticamente tornam a gerar aquela generalidade ordenadora ambiental, e assim sucessivamente. Elas produzem *praias dentro de praias*, dentro de uma praia geográfica.

8.1.5 NSS PREDOMINANTES

Através das entrevistas e da observação direta da paisagem sócio-ambiental, identificamos as signogonias das *praias* dos vários NSs predominantes que interagem caoticamente⁸¹ em cada fração de praia geográfica.

Isso nos faz pensar na praia geográfica como cenário onde a sociedade expressa suas ordens interativo-dimensionais e suas signogonias ambientais, reafirmando-as para si mesma. Encontramos em Pontal do Sul a praia dos farofeiros, a praia-de-família, a dos surfistas, dos festeiros urbanos, dos desenvolvimentistas, cada qual gerando e gerindo seus territórios, até agora com pouca influência direta das gestões governamentais. A signogonia predominante é o NS homo urbano, que liberado da gestão pasteurizadora da cidade⁸², na beira pública do mar se apresenta no teatro ambiental dos diversos NSs.

Como tudo é interligado em alguma dimensão interativa, havendo uma predominância ambiental em cada dimensão, partimos de um referente, não para buscar semelhanças ou isomorfismos, mas sim especificidades que se integram, caoticamente gerando escalas interativas maiores com suas regularidades em cada uma dessas dimensões. Nesta pesquisa, o lixo é o referente aglutinador e repulsor de NSs nas *praias*.

81 Tal qual uma árvore, cada ramo tem sua especificidade e faz parte do conjunto dimensional, representando um NS que contém NSS. A imagem geral seria a expressão do NS atualmente predominante. Mas no conjunto dos componentes interativos, temos uma praia com várias *praias*.

82 Dentro das cidades, também podemos perceber NSs e seus territórios. Porém, a gestão ambiental pública dificulta a visualização desses territórios, que vão além da questão de classe social ou os reafirma como separação de modo a exercer uma gestão diferenciada para o privilégio de alguns NSs. A gestão ambiental urbana é voltada para moldar o *homem trabalhador* de Hannah Arendt, enquanto

8.1.6 DISTINÇÃO DAS SIGNOGONIAS PARA O REFERENTE LIXO

O uso da palavra contexto, como um momento e dimensão do jogo signogônico macro dimensionalmente predominante, confere um papel específico para o lixo no ambiente o qual é consensual para a maioria dos NSs. Ou seja, há um mega consenso interativo com a questão do lixo que abrange vários NSs. Quem não interage com o “problema” do lixo de acordo com o jogo signogônico predominante, é ambientalmente inadequado e, estrategicamente, faz uma desconstrução da predominância signogônica ambiental⁸³.

137 - Aqui falta as pessoas cuidarem do lixo. Uma pessoa hoje que não cuida do seu lixo, não se preocupa com isso, tá fora do contexto.

A colocação de lixeiras na areia é o único elemento – denotativo – abordado nas entrevistas que levou a um consenso de opinião entre os entrevistados. Em nível conotativo, o lixo na praia é sempre produzido por um outro NS, construído signogonicamente como “bando de animais sujos”. O NS mais apontado é aquele formado pelos farofeiros.

Locais com ondas pequenas e relevo pouco abrupto na beira-mar são os preferidos dos farofeiros, pois eles entram n'água. O volume de lixo nesses locais costuma ser acentuado, não tanto devido ao desleixo dos farofeiros, mas simplesmente porque há maior concentração populacional num território que, concedido a eles pelo NS predominante, costuma ser fisicamente pequeno. Para quem olha a paisagem ambiental dimensionalmente predominante sem uma análise mais cuidadosa dos jogos signogônicos ambientais, a impressão superficial é de que os farofeiros são os principais poluidores da praia.

Esses excursionistas de um ou dois dias preferem os locais que apresentam, além dos atrativos naturais, uma infra-estrutura de serviços, como quiosques de

na praia cada NS pode livremente se apossar de um território, se suas estratégias ambientais forem eficientes.

⁸³ Por vezes, cientistas e gestores ambientais, ao proporem um jogo ambiental diferente daquele que é predominante, enfrentam dificuldades na operacionalização de suas proposições. Isto acontece porque elas provocam a desconstrução do jogo ambiental que atualmente predomina.

alimentação e barcos para passeios. A maioria entra na água e faz festa na sua praia, construindo *sua praia* a partir desse jogo interativo.

O campo de jogo signogônico dos farofeiros em Pontal do Sul é a Praia Central, território signogonicamente legitimado por outros NSs. Quem vai à praia dos farofeiros⁸⁴ quer confraternizar e participar do seu jogo lúdico. Na alta temporada, especialmente no Natal e Ano Novo, a visão da paisagem desse campo signogônico é a superlotação que caracteriza a *praia da farofa*.

Nos espaços mais largos, com praias não tão calmas e menor infra-estrutura, predominam os proprietários de casas de veraneio e aqueles que as alugam para temporada. Esse nicho signogônico está instalado na Praia Grande, onde, por vezes, vê-se um hiato populacional na faixa de areia, que parece indicar a divisão quase invisível de territórios.

94 - A divisão é essa mesma.

No NS praia-de-família, poucos entram na água, permanecendo mais tempo sob seus guarda-sóis. O seu território é gerado signogonicamente como ambiente de idílica tranquilidade que se opõe ao da cidade onde vivem. Os membros do NS praia-de-família buscam a máxima distância entre seus guarda-sóis, na tentativa de não serem importunados. Sua principal atividade é contemplar o mar. Geralmente, é uma família que se reúne em volta do guarda-sol, sob o qual é comum encontrar pais em constante vigilância de suas crianças. Para o NS praia-de-família, pouco importa se as ondas sejam calmas ou não, desde que haja sossego sob seu guarda-sol. Suas investidas em relação à água do mar se limitam ao ato de molhar os pés ou no máximo um rápido mergulho.

Durante a pesquisa de campo realizada no Carnaval de 1997, a paisagem da Praia Grande mostrava a predominância de pessoas com mais de quarenta anos, letargicamente sentadas em cadeiras de praia, tendo por perto os filhos pequenos, caixa térmica de isopor para bebidas e petiscos e sacola com bronzeadores e outros objetos pessoais. Essa interação predominante em centenas de metros de praia geográfica denota a presença de uma signogonia ambiental de *praia* específica: o NS praia-de-família.

⁸⁴ Como são construídos signogonicamente os excursionistas de um ou dois dias.

Muitas dessas famílias letárgicas são locadoras ou proprietárias de casas no balneário, não se misturando com o movimento lúdico dos farofeiros ou com grupos de amigos como ocorre na *praia* dos surfistas. Os membros do NS praia-de-família não desejam e evitam qualquer contato com os demais, delimitando seu espaço sob seu guarda-sol.

103 - É difícil conhecer as pessoas, pelo menos eu não conheço ninguém. Só conheço os do nosso grupinho mesmo.

Na temporada de verão, cada família ou grupo de amigos do NS praia-de-família, embora conservem suas tralhas de praia numa distância de dois a cinco metros umas das outras, raramente travam conversas. Porém, estão atentos ao comportamento do vizinho, no que diz respeito à forma como este constrói signogicamente a sua praia, e “fiscalizam” veladamente a manutenção da familiaridade ambiental.

No NS praia-de-família, os farofeiros são construídos signogonicamente como rudes, mal educados, baderneiros e poluidores da praia, uma vez que os consideram responsáveis pelo lixo. Para o NS praia-de-família, a praia não é lugar de comer, beber ou brincar, o que o leva o NS praia-de-família a querer o afastamento dos farofeiros e sua signogonia ambiental lúdica de seu território.

O jogo signogônico dos farofeiros – para os quais a beira da praia é lugar de festa, piquenique e confraternização com os vizinhos – não incomoda apenas o NS praia-de-família. Por isso, os chamamos de NS sátiros-lúdicos. Para os surfistas, que se dizem mais ecológicos e garantem não sujar as praias, os responsáveis pelo lixo em seu território são os farofeiros da Praia Central, bem como o NS praia-de-família da Praia Grande, seu vizinho próximo de território/ambiente.

Na realidade, os outros NSs não invadem a *praia* dos surfistas apenas com lixo, nem são os seus únicos poluidores, mas poluem-na ao desconstruir o território signogônico dos surfistas com outros jogos ambientais.

A Praia Brava, com ondas fortes adequadas para a prática do surfe, é o campo de jogo signogônico dos surfistas, que acusam outros NSs de invadirem seu espaço com elementos poluidores, ameaçando assim a sua signogonia predominante nesse trecho de praia.

Entre eles, estão não apenas os farofeiros, mas também os veranistas que levam seus carros até a beira d'água com o aparelho de som no máximo volume, as gangues de encenqueiros e os banhistas que invadem *suas* ondas.

A invasão de outro NS em um espaço de jogo, no território de predominância de um determinado NS, será encarada como poluição, no sentido de desconstrução ambiental e ameaça à atual predominância. Especialmente se os invasores não se comportarem de acordo com a signogonia do NS predominante.

Os roqueiros – que formam o NS festeiros urbanos – têm na praia de Ipanema⁸⁵ o território onde predomina a sua signogonia. Ao invadirem a Praia Brava ou a Praia Grande, estariam provocando uma inadequação signogônica ambiental. Essa tipo de inadequação interativa não impede, no entanto, que quaisquer NSs invasores alterem, com suas estratégias de atração e repulsão e de desconstrução signogônica ambiental⁸⁶, o espaço de jogo de outro NS, transformando-o em território da predominância de outras signogonias.

Nesse contexto, lixo é composto não apenas por detritos, mas também por ações e interações inadequadas que ameacem desconstruir a predominância de um NS em um território. O lixo material seria somente a face aparente dessa ameaça desconstrutiva.

Todo NS dispõe de estratégias de disputa pela predominância ou sobrevivência. São estratégias de atração entre aqueles que se assemelham signogonicamente e de repulsão entre aqueles que divergem entre si. Portanto, o lixo largado na areia no território de um NS pode servir de motivo para se culpar e repelir outros NSs invasores ou uma forma de reafirmar e expandir seu território, ao ser utilizado para impedir a presença de outros NSs. A gestão do lixo também é uma estratégia dos gestores ambientais para incentivar ou desestimular a predominância de um NS em determinado território.

⁸⁵ Esse espaço público da cidade, onde ele deve aparecer, tem, por sua própria natureza, uma dupla definição. Em relação à casa, lugar do repouso e do sono, mas espaço fechado, privado, feminino, proibido e a ser defendido. Em relação à região plana, à região vazia do campo, espaço aberto, mas lugar de trabalho e da natureza. Impõe-se, portanto, como o espaço da ação, de trabalho: lugar do ritual e da festa, do gesto e do espetáculo, do lazer e dos jogos. Lugar do ritual: não existe cidade sem fundador real ou mítico, herói ou santo. Sem um centro ao mesmo tempo político e religioso. Sem um limite que, à imagem do pomérium romano, separe-a nitidamente do campo, coloque-a sob a proteção divina. Sem uma imagem claramente legível: a de sua planta, quando regular, a seu *cardo* e de seus *decumanus*, que se cortam em ângulo reto; a de seu eixo de desenvolvimento; a das rotas que lhe deram origem e que terminam em suas portas, mas que a ligam através dos campos, do deserto ou do mar a outras cidades; a do altar-mor de suas igrejas ou direção da oração. Toda cidade tira seu sentido e realidade de um sistema de referências (BRAUDEL, 1995, p.145-6).

⁸⁶ A construção e predominância ambiental de um NS no território de jogo ambiental de outro é vista como desconstrução ambiental e demanda retaliações.



Uma praia do Ns farofeiros tumultuada e uma praia do NS praia de família com baixa ocupação do espaço e sossego. De quem é o lixo? É sempre do outro NS.
Foto: Claudio Grazianni. Pontal do Sul, 1º de maio de 1999.

8.1.7 GOVERNO E LIXO

Ao contrário do que afirma o senso comum, o qual tem consensualmente, como grande signogonia a idéia da natureza e correlata interação como coisa isolada do ser humano, uma natureza “natural” e intocada pelos seres humanos, nós a entendemos como conceito gerado dentro de um consenso interativo, de uma signogonia, sendo portanto plurirelativo. Apesar de cientificamente se poder entender a natureza como um complexo de processos biológicos e geológicos, conceitualmente ela é socialmente gerada. Desse modo, a natureza não é uma coisa insípida e amorfa e separada das interações sociais, mas parte dos jogos signogônicos que em cada dimensão geram ambientes. Ambientalmente, nos interessam as interações sociais entre nichos signogônicos e desses com os processos naturais.

Assim sendo, não gerimos coisas, animais, plantas ou águas intocadas, mas as interações sociais entre NSs que geram a si mesmos e geram ambientes ao moldarem os ecossistemas como seus territórios-ambientes. Além disso No entanto, as interferências sociais na natureza (biológica e geologicamente falando), numa escala indireta, afetam quem está ligado diretamente a um dado ecossistema moldado como seu ambiente. Assim, essas intervenções acabam por gerir as interações sociais com os ecossistemas. Estrategicamente, para que nossa signogonia ambiental prevaleça, favorecemos ou desfavorecemos a predominância da interação ambiental de um determinado NS num dado ecossistema.

Uma questão incontornável na gestão do patrimônio ambiental é a opção ou não pela elitização do acesso ao bem tombado ou outra unidade de conservação. Ao elitizá-los, lida-se com menor número de pessoas. Porém, os membros dessa elite têm acesso a estratégias de predominância da sua signogonia, que funcionam mais que os pareceres dos órgãos ambientais. Se o acesso for liberado a todos, os serviços públicos de fiscalização e manutenção certamente serão insuficientes para garantir a integridade do patrimônio natural. Mas tudo e todos interagem dimensionalmente e, nessa dimensão interativa, o gestor ambiental faz alianças ou promove diásporas que favorecem esse ou aquele NS.

O lixo está fenomenicamente vinculado ao governo. A Revista Veja⁸⁷ publicou artigo que comenta a inadequação entre os recursos disponibilizados pelos governos municipais e estaduais para o tratamento do esgoto que corre para as praias, bem como para a coleta e tratamento do lixo residencial e aquele que é largado na areia. No jornal Gazeta do Povo⁸⁸ foram publicados dois artigos sobre os esgotos no Paraná. O primeiro levanta que só 33,64% das cidades do Paraná têm saneamento. O segundo afirma que a falta de saneamento é utilizada como estratégia em áreas invadidas para desincentivar invasões.

Lixo e invasão de território signogônico são associados consensualmente nos depoimentos dos entrevistados da pesquisa com o governo, visto como gestor ambiental responsável pelo lixo.

Para a maioria dos entrevistados, cabe ao Estado educar o povo, o que seria impor uma dada signogonia na gestão governamental, a fim de alargar sua base consensual segundo as estratégias que o gestor dispuser no jogo signogônico ambiental. Para muitos entrevistados, o governo deve prover a limpeza bem como instalar coletores de lixo nas praias e ruas das cidades litorâneas. Alguns querem lixeiras a cada 50 metros, o que impactaria na paisagem tanto quanto o lixo espalhado.

Assim, o lixo é construído por todos os integrantes dos vários NS como fruto de uma outra signogonia e NS indesejável, que constrói a praia como objeto tão descartável quanto a lata de refrigerante ali jogada. O outro sempre é o culpado ou, então, o governo é omissivo na coleta, pois todos os NSs da beira do mar são variações dimensionais do NS homo urbano ligado estreitamente à gestão governamental.

O lixo e a atenção que o governo dá a ele em cada território altera potencialmente não apenas o ecossistema, mas as *praias* como delimitantes de territórios, demarcando os campos de jogos signogônicos com limpeza pública ou lixo não coletado.

8.1.8 A PRAIA COMO PARQUE PÚBLICO

Há NSs que constroem a praia não como **seu** território/ambiente, mas como pertencente ao governo, que deve mantê-la enquanto eles dela usufruem. É difícil dizer se

⁸⁷ FERNANDES, M. et alii. Esgoto na areia . In Revista Veja, São Paulo, janeiro de 1997, p.78 a 79.

esse ponto de vista é mais predominante entre os NSs sátiros lúdicos (farofeiros), praia-de-família ou surfistas, pois um acusa os outros pelas poluições e estratégias de invasão de seus territórios.

Parece-nos que, entre os que constróem a praia como área pública de lazer de responsabilidade exclusiva do governo, predominam os veranistas que não possuem casas na praia e ficam poucos dias. Mas qualquer generalização seria arriscada. Em função da grande dimensão interativa, os freqüentadores da praia classificam-se como NS homo urbano⁸⁹, dentro do qual podem ser encontrados vários NSs. O nível educacional ou a existência de recursos financeiros para a locação ou compra de casas de veraneio não são as únicas referências para a predominância ou identificação de um NS e seu jogo signogônico na praia.

No teatro sócio-ambiental, parece-nos que os veranistas de curto prazo (que possuem carros e alugam casas para uma semana ou mais) e os farofeiros de um ou dois dias compartilham da mesma signogonia da praia como parque público de responsabilidade do governo, que deve prover-lhes de facilidades urbanas, livrá-los do lixo e de outros NS indesejáveis. A possibilidade de acusar outros NSs, pressionando o governo para impedir que eles cheguem ao seu território, também é uma estratégia para a manutenção de sua predominância ambiental.

Jogar ou coletar seu lixo significa que cada NS quer reforçar seu espaço na praia, caracterizando-o como seu território contra a invasão de outros que o constróem signogonicamente de modo diverso.

Se não se gere a natureza mas interações sociais entre NSs e destes com o ecossistema⁹⁰, quem gere as *praias* pode optar por uma gestão sustentável e democrática adequada a cada território de cada NS. Se a idéia de praia como lixeira não for admitida por tal gestão, o NS que assim a construir deverá ser desincentivado a fazê-lo com a supressão de seus pré-requisitos interativos no local⁹¹, a partir da promoção da predominância naquele território de uma ou mais signogonias que se aliarem à signogonia predominante no governo naquele momento histórico. Cada NS tem pré-

⁸⁸ Gazeta do Povo, Curitiba, p.18, 11 de abril de 1999,.

⁸⁹ O NS homo urbano, dentro e fora de sua casa, é quase totalmente dependente das gestões ambientais do governo em qualquer escala, da mais direta até a mais indireta.

⁹⁰ Propomos a utilização do conceito de gestão das interações ambientais no lugar do conceito genérico e consensual de gestão ambiental.

⁹¹ Colocar ou tirar asfalto, estacionamentos, lixeiras e quiosques de comida são opções estratégicas de gestão das interações ambientais.

requisitos para se estabelecer territorialmente. Prover ou não os NSs desses requisitos é um modo de gerir a pluriteratividade ambiental.

Para a maioria dos entrevistados (componentes de vários NS), o governo é sinônimo de urbanização, educação, policiamento e limpeza de espaços públicos. Isso significa que se estabeleceu a predominância signogônica do homo urbano, pois tal signogonia opõe-se diametralmente à idéia de lazer não-urbano e de natureza *natural*.

Porém, ao se considerar separadamente cada NS, a predominância de uma signogonia na gestão governamental dependerá do interesse de cada NS em que o governo esteja próximo e presente, atuando como polícia, educador, gari ou urbanizador, ou o mais ausente possível para que a natureza vista como extensão do próprio quintal permaneça natural e idílica.

Há um contra-senso⁹² nessa adesão a uma signogonia predominante, que vai além do território do NS praia-de-família, farofeiros ou surfistas “ecológicos”. Ao abrirem mão de sua signogonia ambiental (praia com pouca infra-estrutura que estrategicamente lhe favorece) a favor da signogonia predominante entre os planejadores urbanos modernizadores, também abrem mão do acesso a uma praia construída signogonicamente como selvagem e idílica, com baixa densidade de ocupação humana, ou como oposição à vida isomorfizante na cidade. Esse aparente contra-senso, estrategicamente, nada mais é que o alargamento da signogonia dos planejadores urbanos modernistas para além de seu NS, potencializando suas intervenções em territórios de outros NSs.

Já o governo, na pessoa do primeiro Secretário Municipal de Meio Ambiente de Pontal do Sul (1987), afirma em entrevista que todo tipo de turista (os vários nichos e suas signogonias da praia) é interessante para Pontal. Seu pensamento volta-se principalmente para o movimento econômico que gera impostos e empregos. Mas não existem outras formas de gerir e gerar um balneário além da de isomorfizá-lo como parque urbano? Não haveria outra via para o desenvolvimento entendido como qualidade de vida para a população composta de vários NSs e ambientes adequados a eles? A isomorfização do espaço a partir de pressupostos urbanizantes impacta a todos os NSs.

Notamos, porém, que o seu discurso reafirma uma signogonia da praia como cidade balneária para quem pode frequentar restaurantes e hotéis, na qual os farofeiros

⁹² Contra-senso refere-se a discursos de mesma origem, mas que se opõem.

não têm lugar. Ele projeta a signogonia da praia como urbe balneária para famílias. Não há maquiavelismo em seu discurso, apenas denota familiaridade com uma signogonia predominante da qual faz parte o NS gestores modernos ou modernizantes⁹³.

O balneário de Pontal, como teatro social, constrói-se principalmente ao final e início do ano nos quatro meses de verão. É como se a transumância do homo urbano do espaço de trabalho e procriação da cidade, onde os NS são pasteurizados pela gestão ambiental do governo, para o território de lazer com pouca influência governamental o liberasse de suas regras associativas urbanas e caoticamente os NSs se agregassem e montassem seus territórios/ambientes na beira-mar. O mesmo NS homo urbano representa social e dimensionalmente em Pontal do Sul o NS praia-de-família, interagindo em várias escalas com uma pluralidade de NSs e gerando seu território. O mesmo ator representa outra peça sócio-ambiental.

A praia de Pontal é uma escala interativa do litoral, na qual as gestões governamentais urbanas não são tão dimensionalmente próximas dos indivíduos como em Curitiba, capital do Estado, possibilitando que cada NS aflore com suas diversas signogonias na plurinteratividade.

Mas, se predominar a signogonia homo urbano na sua dimensão de NS gestor político moderno, a tendência é de que Pontal se torne uma Caiobá, que é a Meca urbano-balneária do Paraná, totalmente urbanizada e tumultuada. Tal signogonia isoformiza os jogos signogônicos na praia de Pontal, expulsando de lá os NS que se vinculem a outras signogonias ambientais que dependam como pré-requisito de uma praia com baixa urbanização e muito sossego devido à baixa demanda pelo local.

Como num campeonato, todo jogo signogônico ao ser jogado (*play*) têm suas estratégias: o gestor ambiental incentiva e se alia momentaneamente a um ou outro time, formado por NSs que predominarão em dada paisagem natural, gerando ambientes.

8.1.9 – NS FAROFEIROS (SÁTIROS LÚDICOS) VERSUS NS PRAIA-DE-FAMÍLIA

⁹³ O urbanismo ocidental nasceu no Mediterrâneo, na Grécia do século V, com **Hipodamos de Mileto**, inventor das plantas "em tabuleiro". Ali triunfou em todas as épocas de standardização cultural, na qual a reprodução sistemática de um modelo estabelecido e considerado superior de certa forma vingou-se do desenvolvimento espontâneo: a Grécia helenística, Roma, o Renascimento e a época barroca, o mundo contemporâneo. Mais que as necessidades funcionais, haussmanianas *avant la lettre*, tal modelo proclama a plena transparência do espaço habitado pelos homens: a vitória da ordem sobre a sombra, em uma cidade ideal estabelecida sob o signo do espírito. Contudo, mesmo nessa situação limite, o esforço de esclarecimento vem se chocar com paredes exteriores da célula de base: a casa. Ali parecem se refugiar oposições fundamentais: aquela, essencial, que separa o público do privado, mas também todas as outras que fixam o lugar de cada um, homem, mulher ou criança, em relação aos outros e ao mundo (BRAUDEL, 1995, p.138).

Tende-se a construir signogonicamente os sátiros-lúdicos como responsáveis por todos os males das praias. Na realidade, eles são em maior número num menor espaço, que lhes é reservado ou negado pelas gestões ambientais, e onde há maior concentração de gentes, também há maior concentração do lixo produzido pela sociedade. Os governantes, com poucos recursos, ficam impossibilitados de atender tanta demanda no curto tempo do verão, principalmente num país de tradição elitizante e de descontinuidade das políticas de gestão entre sucessivos governos que agem de modo imediatista.

Num artigo da *Revista Veja*⁹⁴, intitulado “Guerra da farofa”, é relatado que em alguns balneários da elite brasileira como o de Búzios, o governo local chega a utilizar a força policial para evitar a entrada dos ônibus dos turistas⁹⁵ de um ou dois dias. Em outras cidades foi estabelecido um pedágio que chegava a ultrapassar US\$ 2,3 mil por ônibus de excursão. Para o autor do artigo, “mesmo assim, farofeiro que é farofeiro de algum modo consegue ir para a praia, nada o detém”.

Mais uma vez, opera-se, por parte do governo, uma lógica dualista: elitizar ou não a praia, sem considerar que a sociedade é plural e complexa, construindo vários ambientes e territórios relacionados a cada um dos NSs.

O governo local é impotente em prover pré-requisitos adequados para mitigar o impacto ecológico de cada NS. O fato de as praias brasileiras serem públicas facilita a disputa de diversas signogonias pela predominância no ambiente praia. O NS praia-de-família, que possui mais dinheiro e influência política, luta com suas estratégias para afastar outros NSs do seu território agora instável, impedindo que mansões sejam desvalorizadas por uma vizinhança indesejável e que sua *praia/quintal* se torne pública, combatendo a possibilidade real e dimensionalmente eminente de outro NS tornar-se predominante. Além disso, existe a questão da relação entre o que custa cada turista de baixa renda para o município em relação ao que ele gasta no comércio local, uma vez que a maioria traz quase tudo de casa.

⁹⁴ IACOMINI, Franco. Guerra da Farofa. *Revista Veja*. São Paulo, 22 de janeiro de 1997, p. 88-89.

⁹⁵ Este tipo de segregação, diga-se de passagem, também protegia os universos judaico e muçulmano da “contaminação” cristã. Durante o tempo em que as definições competidoras da realidade podem ser segregadas conceitual e socialmente como sendo próprias de estrangeiros, e ipso facto como destituídas de importância para a parte dominante, é possível haver relações cordiais com estes estrangeiros. A dificuldade começa quando o “caráter de ser estrangeiro” irrompe, e o universo dissidente aparece como um possível habitat para nosso próprio povo. (BERGER e LUCKMANN, 1995, p.165.)

104 - **Ah, nós almoçamos o que nós trouxemos de casa. Trouxemos quibe, frango frito, sanduíche, Coca-cola, tudo lá de cima.** Isso para não gastar porque aqui os preços estão um absurdo. Aqui está uma roubalheira desgraçada. Apesar de dizerem que o Procon está em cima, mas o Procon é só para inglês ver. Infelizmente, é a realidade.



Uma praia dos NS farofeiros ou sátiros lúdicos e outra a 300 metros do NS praia de família.
Ambas territórios ambientes de NSs em Pontal do Sul.
Foto: Claudio Grazianni. Pontal do Sul, 1º de maio de 1999.

8.1.10 FAROFEIROS: ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO E REPULSÃO

O entrevistado 104 é operário metalúrgico em Curitiba. Em Pontal do Sul, apesar de sua baixa renda, ele frequenta a Praia Grande do NS praia-de-família, lá participando do jogo ambiental predominante. Como tantos outros, de quaisquer níveis sociais e NSs, ele se refere ao turista como sempre alguém de fora do Estado do Paraná ou do Brasil.

104 - Nós viemos pela manhã e vamos voltar à noite. Nós viemos de carro, com o carro do amigo aqui. Eu sou associado do Sindicato dos Metalúrgicos, então eu pegava um apartamento em Matinhos, onde o sindicato tem a associação. Mas esse ano, infelizmente eu não pude pegar um apartamento do Sindicato, no qual cada associado tem direito de ficar uma semana. Assim, apesar de ainda termos mais dois dias de feriado, sou obrigado a vir hoje e voltar hoje, mesmo só tendo que trabalhar na quarta-feira.

104 - O camping, para você usar aqui é um sacrifício, né. Além do que é caríssimo para usar o camping. Você veja, uma casa para alugar quanto é que está, é um preço absurdo, principalmente nesta época de Carnaval.

O preço dos aluguéis não é a estratégia do NS gestor urbano modernista e do NS praia-de-família que mais afasta de Pontal do Sul os operários, que por vezes dividem o aluguel de uma casa com outros a fim de barateá-lo. Algumas casas alugadas chegam a abrigar 40 pessoas na temporada. Os proprietários, para direcionar o uso das casas de aluguel e, conseqüentemente, o jogo ambiental do balneário ao NS praia-de-família, não as alugam por menos de três ou quatro dias e para poucas pessoas, exigindo a permanência por, no mínimo, uma semana no pico da temporada. Esse tempo normalmente supera as folgas dos trabalhadores de vários níveis que compõem a maior parte do NS farofeiros.

104 - O aluguel de uma casa está em torno de R\$ 20 a 25 por dia. Além disso, é raro em feriados quem alugue uma casa por dia; eles querem alugar no mínimo por uma semana, dez dias, quinze dias, no mínimo. Afirmam que de outro modo eles não têm lucro. E eles estão certos, para eles não compensa alugar para um por uma semana, sendo que tem outros que querem alugar para quinze ou vinte dias. Aí o proprietário está perdendo dinheiro. O aluguel da maioria das casas está na faixa de cinquenta reais por dia.

O pobre, principalmente o assalariado, às vezes quer vir curtir uma praia e não vem porque não tem onde ficar. Ele não vai vir para ficar no tempo, ao relento. Eu vim porque tem o amigo aqui que me trouxe. Tem o carro dele. então a gente vem de manhã e a hora que a gente quiser, a gente vai embora. Mas quem não tem carro e tem que vir de ônibus, não compensa vir de manhã para voltar de tarde. Eu mesmo não venho.

Porém, nada impede o farofeiro de farofar e construir *sua praia*, nem mesmo a falta de dinheiro para transporte e alimentação. A não ser o tempo disponível, que dificilmente excede 48 ou 60 horas e, quando isso ocorre é difícil sincronizar com as férias das crianças. As estratégias de outros NSs limitam e dificultam, mas não impedem seu acesso à praia: se preciso, pegam carona e trazem seu alimento de casa. Os farofeiros reclamam dos órgãos governamentais, ligados a estratégias ambientalmente isomorfizantes de outras signogonias que projetam praias nas quais os farofeiros não teriam vez. Mesmo assim, eles não desistem de ir à praia e gerar (*gonia*) sua própria *praia*, pondo em prática o título de uma música da banda Ultraje a Rigor: “*Nós vamos invadir sua praia*”.

As questões financeiras e materiais são estratégias limitantes de um NS ao acesso de outros ao território onde predomina sua signogonia, mas não determinantes na construção signogônica de ambientes. Portanto, a posse ou não de bens materiais ou meios de produção não os condiciona à impotência ou aceitação passiva que leva à subsunção ao NS predominante.

Há uma pluralidade interativa caótica, cujas estratégias possibilitam predominâncias e instabilidades dimensionais, há flexibilidade interativa sócio/ambiental. Prova disso é que o entrevistado 104 vai à Praia Grande, mesmo sendo um *ruido* no território do NS praia-de-família. Naquele território, comporta-se junto com os seus como uma família letárgica sob o guarda-sol, que é a signogonia ambiental predominante, ao lado de médicos, empresários e pessoas de outras categorias sociais, demonstrando a existência de jogos dentro de jogos sociais⁹⁶. Essa predominância dimensional do NS

⁹⁶ Os conceitos de signogonia e NSs não negam a existência de classes sociais, mas afirmam que esse conceito é limitado. Tanto que é difícil para os marxistas categorizar a fidelidade dos indivíduos a uma classe. O ser humano é investido de uma complexidade interativa nesse momento que é espaço temporal. Cada indivíduo tende a agir agora de modo coerente com o seu NS, mas também lança a sua imprevisibilidade nos jogos signogônicos.

praia-de-família funciona instavelmente, podendo ser substituída a qualquer tempo pelo NS farofeiros, que instalaria outro jogo ambiental naquele espaço.

Portanto, um NS não é composto apenas por classes sociais no sentido marxista, mas por consensos operantes ambientalmente no território num dado momento, gerando um ambiente como fenômeno interativo vivido e narrável agora. Assim, tanto um NS como o espaço do jogo signogônico (ou o território que é também objeto desse jogo) são mutáveis em sua predominância ambiental como parte do *play*, do jogo sendo jogado, dependendo das estratégias dos NSs. Em Pontal, a Praia Grande é um território amplamente reconhecido como praia-de-família por várias categorias sócio-profissionais, ligadas dimensionalmente pela signogonia que os identifica como parte do NS praia-de-família. Há, na macrodimensão de Pontal, um consenso instável que permite tal predominância ambiental do NS praia-de-família.

Como podemos perceber, as predominâncias são equilíbrios ambientais instáveis não determinados em qualquer instância, mas que fazem parte de jogos ambientais nos quais, historicamente, dependendo de estratégias dos NSs nos jogos signogônicos, podem ser alteradas. A Praia Grande do NS praia-de-família pode se transformar predominantemente no território, ambiente e praia dos roqueiros (NS festeiros urbanos), farofeiros ou surfistas. Na plurinteratividade em escalas, ainda teremos uma História ambiental com predominância instável de um NS e não de uma teleologia determinista.

108 - Farofeiro é basicamente aquela pessoa que leva comida para a praia. Eles levam comida mesmo. Normalmente o chamado farofeiro é aquele que leva frango com farofa para a praia. Por isso é chamado farofeiro. Junto com o frango e a farofa, ele leva de tudo, e ele faz a refeição dele na areia. Sem o menor escrúpulo, ele faz a refeição dele na areia e deixa tudo ali. Este é o farofeiro de carteirinha registrada, “sindicalizado”. É o farofeiro de carteirinha. Você veja que a filosofia hoje de quem vem **para um local público que é a praia, a qual é direito de todos usufruir**, a filosofia é que se traga um saco plástico e nele coloca os frascos de bebida e tudo que sobrar da comida: papel de sorvete, palito... Não se deve jogar nada, nada, nada na areia. Deve-se levar de volta e selecionar.

A grande capacidade adaptativa ambiental dos seres humanos, (signopoiése), a cada momento gera jogos de interações sócio-ecológicas em vários ecossistemas. O ser

humano não é como a formiga que repete a mesma peça teatral interativa: suas interações não cabem na camisa-de-força dos inflexíveis preceitos cartesianos. A questão financeira e o status social são limitantes como estratégia, mas não determinantes. Isso aparece especialmente em espaços públicos, onde os NSs predominantes convivem em seu território com alguns expoentes inadequados de outros NSs ou são obrigados a ceder-lhes território próprio, como a Praia Central dos farofeiros em Pontal. Nela, até meados da década de 1980, o NS campistas da Ilha do Mel apanhavam os barcos para a travessia ou acampavam enquanto os aguardavam.

Os balneários são como cidades-fantasmas fora da temporada de verão. Mas, nesse curto espaço de tempo, o teatro sócio-ambiental das diferentes *praias* signogônicas rapidamente se instala em dado ecossistema, que é moldado pelos diversos NSs, especialmente o predominante.

Do dia para a noite, no início da temporada de férias, uma pacata cidade recebe milhares de turistas e se transforma no teatro balneário de diversos NSs. Repentinamente, monta-se um outro ambiente predominante, tal qual uma trupe monta um circo ou um teatro mambembe.

No verão, os municípios do litoral Sul são invadidos por mais de 500 mil turistas. Entretanto, esse grande fluxo turístico não resulta em benefícios significativos para a comunidade local⁹⁷ devido ao fato de que grande parte dos comerciantes não são do local e geram uma economia itinerante que parte com seus lucros, não tornando a guiá-los na economia local que se vê depauperada o resto do ano. Isso explica a preocupação com os turistas de baixa renda e curta permanência que pouco gastam, mas geram custos administrativos aos governos locais.

Ocorre que, em campos de jogos signogônicos avessos ao “farofar”, os farofeiros não encontram espaço para a predominância do seu NS – ainda que, dependendo de suas estratégias nos jogos signogônicos, eles lá possam vir a predominar, por ser a praia uma área pública a qual eles têm acesso e onde podem interagir de acordo com suas signogonias.

110 - Não deveriam levar animal na praia na temporada. Tem bastante diferença do pessoal que desce de carro para o pessoal que desce de ônibus. O pessoal que desce de carro geralmente já tem onde ficar e o pessoal da excursão, não. O

⁹⁷ NIMAD-PADCT, 1998, p.6.

peçoal da excursão, alguns dormem na areia. Mas, na beira do mar, não tem diferença de um para outro, ficam um do lado do outro na areia. É tudo igual. Não tem o rico lá e o pobre aqui. **O peçoal de excursão fica mais na praia central de Pontal, é mais fácil.**

A Praia Central é o território de predominância do farofeiro que chamamos de sátiro lúdico, é a sua *praia*. Mas dependendo da signogonia predominante dos gestores ambientais em Pontal do Paraná e das estratégias dos outros NSs que com ele interagem, quais ambientes potenciais teremos no futuro?

8.1.11 GESTORES MODERNOS OU MODERNIZANTES

A análise da operacionalização da signogonia de gestão ambiental modernizante, que é hoje a signogonia predominante – e não a única – no desenvolvimento e gestão ambiental dos governantes paranaenses desse século, permitirá aos pesquisadores ambientais identificar com quem o seu NS disputa a predominância ambiental em Pontal do Sul.

Do mesmo modo como não criticamos as teorias de análise social mas seus usos cartesianos, também não criticaremos as teorias urbanísticas, mas sim a operacionalização da signogonia de gestão modernizante ancorada em certezas individuais cartesianas. O que nos interessa de fato é o funcionamento dos jogos de linguagem, estes sim passíveis de críticas.

O NS gestor moderno é aquele que só entende e projeta ambientes urbanos e megalópoles tumultuadas, cidades industriais e comerciais feitas para fluírem em ritmos alucinantes, guiando os pobres para o trabalho e os ricos para o lazer e cidadania. Como a experiência histórica desse NS é gerada nesse tipo de cidades, elas são o seu referencial de gestão ambiental.

Nossa pesquisa permite-nos afirmar esse NS vem atuando no Paraná e seus municípios há décadas. O *Álbum do Paraná*⁹⁸, publicação comemorativa da independência do Estado, apresenta fotografias de áreas de floresta totalmente devastadas pelas queimadas para limpeza do terreno. Outras imagens mostram o esquadramento do terreno em lotes rurais ou urbanos e cidades nascentes como Maringá e Londrina.

⁹⁸ PARANÁ. *Álbum do Paraná*, Imprensa Oficial, Curitiba, 1953.

Esse material enaltece a capacidade desenvolvimentista modernizante do Paraná, que, ao se lançar à exploração das matas nativas, destruiu a maior floresta subtropical do Planeta. Nas décadas de 30, 40 e 50, isso era considerado um ato de heroísmo desenvolvimentista, digno de divulgação oficial. Hoje, no entanto, a depredação ecológica na Amazônia ou na Serra do Mar é signogonicamente criminosa, embora esse crime geralmente permaneça impune por falta de recursos dos órgãos fiscalizadores federal e estaduais.

O urbanismo modernizante no Brasil, como norteador de gestores ambientais, remete à imagem de um gênio-rei e seu séquito⁹⁹. Ao reduzirem os projetos ambientais a uma única signogonia, desprezando a alteridade e a plurinteratividade e valorizando apenas a signopoiese ambiental de um “gênio”, os gestores ambientais modernizantes traçam um mundo novo até num guardanapo. Do nada, o iluminado gestor modernizante cria uma solução para todos, uma obra de arte em ferro, vidro e cimento, uma via de tráfego, um móvel urbano, um monumento. Mas sua criação somente é voltada para a arte, para a signopoiese, mesmo assim visando o deleite estético de alguém, raramente considerando a diversidade das interações de sua obra com as várias dimensões de consenso social, com os jogos signogônicos. São como projetos extraterrenos.

No entanto, nos jogos signogônicos ambientais, uma casa ou cidade devem signogonicamente adequar-se aos seus habitantes, e não estes a um projeto arquitetônico ou urbanístico artístico e signopoiético, que em sua criação desconsidere as interações sociais atuais na intenção de erigir um monumento para o futuro, capaz de perpetuar o trabalho de seu idealizador.

São as interações histórico-dimensionais que geram ambientes e os moldam adequadamente a cada NS. Sendo assim, o gestor modernizante visionário e socialmente pouco comprometido, perverte essa plurinteratividade e ordem caótica. O NS desenvolvimentista tem saudade tanto do passado como do futuro, permanecendo extemporâneo. Para esse NS, a cidade deve ser construída como monumento a si e ao capital, deixando à margem as vicissitudes interativas da sociedade presente na escolha de opções ambientais que primem pela qualidade de vida entendida e gerada pelos NSs. Sua justificativa, via de regra, é gerar emprego para a população.

99 CAVALCANTI, Lauro. Encontro Moderno: volta futura ao passado. In: MINC/ IPHAN. A INVENÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro, IPHAN, 1985.

A visão do desenvolvimento como fonte de emprego revela um conflito entre a signogonia desenvolvimentista e outros nichos signogônicos. Em Pontal, nem todos necessitam ou querem emprego na indústria ou no comércio. Esses nichos signogônicos, com seus potenciais interativos ambientais, não fazem parte do universo do NS gestor modernizante e seu par o NS desenvolvimentista urbano. Na praia de Pontal, existem outros modos de sobrevivência, como o extrativismo, comércio para o turismo servindo àqueles que procuram uma praia-de-família sossegada – o que, aliás, possivelmente desaparecerá com a predominância da signogonia do gestor modernista urbano.

As signogonias e os projetos urbanísticos dos gestores ambientais, dissociados dos jogos signogônicos de outros NSs, são potencialmente catastróficos em termos sociais e ambientais. Isto porque, analogamente, as regras estão para o jogo mais que o jogo para as regras. As gestões ambientais, que são essencialmente gestões da sociedade, devem visar, antes de tudo, a humanidade – e não a cidade pela cidade, a floresta pela floresta, a baleia pela baleia. Os sistemas ecológicos, estruturas físico-ambientais naturais ou artificiais são pré-requisitos interativos inseparáveis dos jogos signogônicos ambientais.

Na estesia e práticas modernizantes, há o primado da signopoiese sem peias enquanto criação não enraizada ou limitada socialmente, cujas interações são quase sempre alienígenas aos jogos signogônicos. Os projetos urbanísticos de um “gênio” e seu séquito são impostos ao ecossistema e nele legitimados, uma vez que seus idealizadores têm instrumentos estratégicos para disseminar um consenso interativo próprio de sua signogonia em outros NSs. A busca pela obra gloriosa, acompanhada pelo lucro direto ou indireto, não respeita áreas de instabilidade geológica, ecossistemas, e territórios/ambientes de NSs.

A implantação de tais projetos é de grande impacto por resultar não de uma nova predominância nos jogos signogônicos ambientais em curso, mas de rupturas signopoiéticas. Há uma postura historicamente arrogante do gestor ambiental modernista em relação à participação popular e, como parte de suas estratégias, diminui a competição com outras signogonias ou desvia dela especialmente através do poder do estado para ser o implantador e o mecenas de suas obras “de arte”.

Na operacionalização da signogonia ambiental modernista ou modernizante, os espaços e paisagens são pasteurizados pela signopoiese, que limita também os jogos

signogônicos ambientais – o que é igualmente uma estratégia de predominância. Esse processo pasteurizador faz com que outros NSs não possuam ou sejam alienados dos pré-requisitos físicos naturais ou artificiais para o seu jogo signogônico ambiental.

São várias as estratégias possíveis para a ampliação da base de consenso de tal signogonia. Elas vão desde a reafirmação de alguns padrões de construção urbana, passando pela admissão de um único padrão estético ambiental urbano, pela questão da gestão do lixo e pela taxaço de impostos, até a TV, publicidade, política de transporte e das regras implícitas no mercado imobiliário de temporada.

Na busca da ampliação de suas bases consensuais na sociedade, esse NS faz com que todos queiram que o balneário tenha uma avenida beira-mar, bicicletas de aluguel e quiosques na praia, reproduzindo o padrão de qualquer outra grande cidade balneária.

Na complexidade dos jogos ambientais, não existe apenas uma signogonia a reificar o mundo segundo uma lógica monolinear. Há uma diversidade de jogos signogônicos ambientais interagindo conflituosamente em várias dimensões para que uma signogonia ambiental estabeleça-se como paisagem predominante e balizadora historicamente. E nas praias de Pontal do Sul e da Ilha do Mel, e alguns depoimentos falam de Superagüi, o NS modernizante parece estar assumindo a predominância no jogo signogônico entre os diferentes NS.

No caso de Pontal do Sul, as entrevistas revelam que tanto membros do governo municipal quanto os veranistas de vários NSs compactuam com um projeto de praia elaborado pela signogonia do NS homo urbano em sua roupagem¹⁰⁰ interativa de NS gestor modernista. Tal amplitude do consenso da signogonia modernizante aponta para a transformação de Pontal em um híbrido de cidade industrial, portuária e balneária, como Santos, no estado de São Paulo, na qual existem *praias*, um grande porto e uma ligação visceral com a megalópole da capital paulista.

O falido pólo industrial de Pontal do Sul foi uma primeira tentativa de uma vanguarda de empresas com contrato temporário, lançando as bases de um futuro projeto portuário-industrial-balneário permanente. Se a signogonia do gestor modernista ambiental vingar em Pontal, os pescadores artesanais, caiçaras, pescadores catarinas e outros objetos-problema possivelmente não caberão nesse campo de jogo signogônico,

¹⁰⁰ Socialmente, somos como as palavras em um texto: dependendo das interações em que nos inserimos ou que nos engolfam, temos

nem mesmo como mão-de-obra potencial da Pontal do futuro, uma vez que não têm habilidades necessárias ou experiência nesse novo jogo ambiental que tende a ser altamente urbanizado e tecnificado.

Do mesmo modo, o bairro de Mangue Seco estaria sendo projetado como vila popular, onde se encontraria mão-de-obra barata e migrantes qualificados para os novos trabalhos. Outro pré-requisito para a operacionalização desses potenciais desenvolvimentistas é a existência em Pontal do Sul de um canal natural excelente para a instalação de um porto.

O gestor modernista cria territórios/ambientais como quem faz uma gigante tatuagem em uma área virgem. Aparenta-se a uma espécie de Midas da urbanidade, o gestor modernista acredita que todo ecossistema ambiental que tocar deva ter luz elétrica, vias expressas, fábricas, prédios, parques, bosques e árvores alinhadas – e que todo cidadão de baixa renda ou assalariado deva ser um operário e morar em uma área populosa. Independentemente dos jogos sociais que estejam em andamento num ambiente e da historicidade dessas interações ambientais, o gestor modernista pretende sempre projetar um mundo novo. A larga base consensual que identifica desenvolvimento com megalópole, faz pensar as mentalidades¹⁰¹ como fenômeno social de longa duração, que se adapta à roupagem das décadas e séculos em que opera.

A lógica monolinar e dualista do desenvolvimento, para os governos estaduais ao longo da história do Paraná desse século, apresenta o binômio mata e economia de subsistência, como indício de subdesenvolvimento, e urbanização como sinal de desenvolvimento¹⁰². Assim, para o NS gestor modernista, o governo deve estar presente sempre onde e quando ele entender que existe a necessidade de desenvolvimento urbano.

Se o NS gestor modernizante continuar a predominar, provavelmente, o litoral paranaense também conhecerá obras faraônicas, com o objetivo de urbanizá-lo isomorficamente de acordo com a signogonia ambiental modernizante que predomina no governo.

Observemos o depoimento do Secretário de Meio Ambiente, realizado em 1997, sobre o período de movimentação industrial em Pontal e notaremos a signogonia que predomina na gestão ambiental da cidade.

diferente papel no teatro social.

¹⁰¹ Mentalidades também podem ser entendidas como grandes consensos dimensionais temporalmente duradouros.

¹⁰² Vide Álbum do Centenário do Paraná: ali está claro o gestor modernista, o NS desenvolvimentista representado pelas colonizadores

94 – Moro aqui há quatro anos, aproximadamente.

Chegava-se por estrada sem asfalto. E melhorou de um tempo para cá, quando tinha as empresas Tenenge, Atenas, empresas prestadoras de serviço. Inclusive você sabe que a plataforma da Petrobrás foi construída aqui em Pontal do Sul. Então houve um grande crescimento demográfico aqui devido a estas empresas que funcionavam aqui.

Quando vim há quatro anos atrás, eu ainda naquela época, **trabalhavam na empresa 2.500 pessoas que não eram daqui. Então você imagina aqui era, sinceramente, não só aqui, como em Shangrilá, Ipanema, não comportava tudo aqui. Todo esse pessoal que trabalhava aqui, inclusive até para Paranaguá eles iam. Então se vê que o movimento aqui era grande, depois que as empresas saíram daqui, aí deu uma parada.**

Saíram porque tinham um contrato temporário de trabalho e terminaram o trabalho. Eu nunca cheguei a tomar conhecimento dos detalhes. Mas o que nós soubemos é que eles tinham um contrato e acabou. Foi uma pena, porque com aquele pessoal que tinha aqui incentivava o comércio, era bastante.

Existem outros projetos para essas empresas, inclusive no local em que funcionava esta empresa está para ser construído um porto. **Um porto de carga.**

Tem profundidade, aqui inclusive, dizem as pessoas que entendem, o calado é melhor que o de Paranaguá. **Sinceramente, dizem os técnicos que aqui é melhor que Paranaguá.** Inclusive já foi assinado em Brasília com o Ministro dos Transportes um compromisso de construção do porto. Vai sair lá no ponto de embarque.

Eu não posso dizer assim muito de memória, porque conhecer aqui há 18 anos **não é a mesma coisa que as pessoas que moram aqui.** Eu vim pra cá há quatro anos, então depois que eu vim pra cá, a gente vê que melhorou muita coisa. **Construíram supermercado, que não existia e cresceu a população aqui também.**

O levantamento das signogonias nas gestões ambientais pode fornecer outras opções, além dos extremos entre um romântico ideal do bom selvagem e o desenvolvimento urbanista depredatório. Em cada local, em cada território/ambiente existem outras signogonias ambientais a serem incentivadas com o favorecimento de seus pré-requisitos, os quais oferecem uma boa qualidade de vida e sustentabilidade adequada a cada NS. Além disso, não se vive no planeta apenas sob o sol (jogo ambiental) do NS gestor modernista e do NS desenvolvimentista.

Para o Secretário e seu NS, o desenvolvimento urbano equivale a mais asfalto, transporte público, iluminação, rede de água e esgoto, casas, comércio, indústria,

empregos e aumento da população, considerados como elementos de melhoria para todos. Essa signogonia tende a isomorfizar o espaço, direcionando-o para a predominância de um único jogo signogônico, o do NS desenvolvimentista no qual se enquadram os vários grupos sociais que atuam em favor da expansão urbana.

Não existiriam outras signogonias concomitantes como projetos ambientais operantes, potencialmente operantes e predominantes no futuro que possam ser incentivadas? Paradoxalmente, o discurso do Secretário valoriza ao mesmo tempo o sossego e a letargia de uma praia-de-família e os projetos portuários e industriais para Pontal:

Aqui em Pontal mesmo, predominava mesmo aquele pessoal que tem casa aqui e na temporada eles vêm. Os jovens mesmo procuram outras praias porque aqui é mais calmo, porque a noite aqui não existe muita diversão. Ao passo que a noite em Ipanema é uma loucura. Você conhece?

Você deve conhecer, Ipanema na época de temporada é uma loucura. Aqui é calmo, mesmo em temporada, passou uma ou duas horas (da tarde) não tem mais nada, não se vê nada. Ipanema amanheceu. Na rua, no clube que tem lá. Aqui o pessoal que vem pra temporada é um pessoal mais tranqüilo, que tem casa. E grande movimento mesmo é o que vai pra Ilha, muito jovens na temporada. Inclusive o governo teve de limitar a entrada na Ilha porque, se deixar à vontade, a Ilha não comporta. Tá sendo pra até cinco mil pessoas por dia.

Embora possam existir, além da atual gestão ambiental, outras opções de gestão ambiental para Pontal, fundamentadas nos jogos signogônicos lá jogados, como propor e gerir a predominância de outra signogonia que gere melhor qualidade de vida para os habitantes, veranistas e ecossistemas marinhos em Pontal?

Se dependermos da signogonia predominante entre os gestores públicos descendentes dos modernistas, Pontal será uma espécie de Santos paranaense? O NS praia-de-família, que tem como requisito o sossego, irá procurar outro local para gerar a sua *praia*?

Mais que proporem opções a partir de si próprios, de suas signogonias e NSs, pesquisadores e gestores ambientais podem incentivar a jogos ambientais de NSs cujas signogonias já sejam operantes nesse ambiente, através da facilitação do acesso aos pré-

requisitos que necessitam para sobreviver e gerar seus territórios/ambientes nos jogos signogônicos/ambientais.

8.1.12 INTERAÇÕES DOS NSS

A plurinteratividade dos NSS e suas atividades são como balizas de territórios: farofeiros interagem com o NS praia-de-família, que interage com o NS urbano-desenvolvimentista, que por sua vez interage com o NS gestores urbano-modernizantes.

103 - Conheço muitos moradores de Pontal porque eu era moradora daqui, só que eu não moro mais aqui. Nasci em Pontal, agora moro em Paranaguá

O morador local, o nativo, é pouco conhecido do turista, seja ele freqüentador assíduo (proprietário de casas de praia), sazonal (que aluga casa para temporada) ou eventual (excursionista de ocasião). Assim, o morador de Pontal¹⁰³ é, para os turistas, apenas parte da paisagem no jogo ambiental *praia* a ser moldado pela signogonia do predominante NS praia-de-família à sua imagem e semelhança.

O fato de uma pequena parcela dos entrevistados conhecer apenas o dono da sorveteria ou do mercado significa que os componentes de outros NSSs, bem como os moradores, não fazem parte das estratégias de agregação do NS predominante, mas das de repulsão ou balizamento do território desse NS.

Signogonicamente, os moradores locais são apenas elemento funcional na moldagem do ambiente pelo NS predominante. Seu destino é serem excluídos desse espaço ou servirem funcionalmente ao projeto preponderante.

O morador local raramente constrói signogonicamente a praia como espaço de lazer. Para ele, a herança signogônica da praia é espaço (*interland*) da pesca ou do comércio para turistas, como antes já foi para a captura, venda e partilha local do pescado.

Já o antigo agricultor-pescador de subsistência (APS) que conseguiu jogar o novo jogo signogônico predominante, praia, terra e mar são espaços de trabalho. Ele ainda constrói signogonicamente a praia como uma extensão do mar – seu espaço do

¹⁰³ Na década de 1990 houve a emancipação de várias praias do Paraná que constituíram um novo Município, Pontal do Paraná,

trabalho – ou como extensão da terra onde vivia e cultivava. Hoje ele constrói a praia como espaço do lazer alheio que lhe permite auferir renda dos turistas.

104 - Não vou para Matinhos porque é uma praia muito poluída, muito suja e muito acidentada inclusive, e te digo mais, até esquecida pela prefeitura de Matinhos. Você sabe que existe aquela briga pela emancipação entre Caiobá e Matinhos e a briguinta dos políticos afeta toda a população. O desenvolvimento de Matinhos, o desenvolvimento de Caiobá, gera essa polêmica impedindo até o desenvolvimento de Matinhos, da praia. **Para o senhor ver que turista de fora do Estado, em nossas praias paranaenses quase não existe.** Existe mais do Paraná mesmo. Turistas de fora não vêm; eles não vem aqui, eles vão para Santa Catarina, Camboriú.

O entrevistado 104, como outros de seu NS que freqüentam a Praia Grande, busca Pontal por ser uma praia cuja lotação e poluição são baixas em comparação a Matinhos, balneário que cresce assustadoramente a cada ano, graças à procura dos farofeiros, compostos principalmente por operários.

Embora 104 e vários outros de seu NS projetem Pontal do Sul como praia para famílias, signogonicamente também aspiram a uma cidade com toda infra-estrutura e facilidades urbanas que certamente os expulsariam dali, em razão do seu baixo poder aquisitivo. Mas, por outro lado, atrairiam outros NSs com estratégias mais eficazes, os quais a construiriam signogonicamente não como espaço do sossego familiar, mas como um ambiente de exibição pessoal como Caiobá. Já o NS praia-de-família que quer sua casa, sua praia e seu sossego tenderia a vender seu imóvel e buscar outra praia para fazer sua *praia*. Embora pareça haver aqui um paradoxo, não há: o que ocorre é que farofeiros e outros NSs de Pontal estão dimensionalmente inseridos na predominância macro dimensional do homo urbano e do gestor ambiental modernista.

A signogonia predominante em Caiobá (homo urbano, que necessita de grande infra-estrutura urbana e constante gestão governamental direta) tem uma larga base consensual que se sobrepõe aos NSs que com ela interagem em escala direta, interferindo ainda na construção ambiental em escala interativa mais ampla como o litoral paranaense.

Na disputa desse consenso, os NSs homo urbano e gestor urbano moderno possuem estratégias mais eficazes de atração e repulsão, fazendo com que outros também

projetem signogonicamente praias como cidades-com-praia, na qual a beira-mar tem estatuto de parque urbano.

Mesmo em Pontal, onde ocorre a predominância do NS praia-de-família, o balneário idealizado é Caiobá, cuja orla marítima serve de quintal para os apartamentos beira-mar. Tal ambiente urbano não fornece os pré-requisitos sociais e naturais dos NSs predominantes em Pontal. Em Caiobá, ao contrário de Matinhos, mesmo no pico da temporada, uma inexpressiva porcentagem dos veranistas utilizam as areias da praia, uma vez que constroem *sua praia* território/ambiente nas lanchonetes da avenida beira-mar, desfilando de carro, flertando, fazendo cooper ou andando de bicicleta.

Fazer *praia* em Caiobá é como participar de uma procissão medieval, semelhante a que descreve ARIÈS¹⁰⁴, na qual a sociedade desfila suas ordens para si própria¹⁰⁵. Cada ordem social se exhibe, auto-afirmando-se e afirmando-se como parte de uma dimensão interativa maior, representada pelo conjunto do desfile. O lugar de cada um e de cada grupo no desfile reafirma suas dimensões e territórios sócio-ambientais no cotidiano¹⁰⁶.

Nas praias do litoral paranaense, há uma signogonia predominante que tende a se expandir, influenciando os jogos ambientais em cada praia: é a do homo urbano/modernista, que transforma o litoral em uma imensa cidade onde tudo deve fluir velozmente. O homo urbano em sua dimensão interativa de NS desenvolvimentista atua como empresário imobiliário ou empreiteiro, ambos gerando cidades-de-praia.

A signogonia operante em Pontal a torna predominantemente um balneário para famílias, que quer distância dos roqueiros, surfistas, turistas de fora do Estado, desfiles de carros, flerte ou turmas de amigos, suportando apenas os farofeiros e os surfistas (muitos deles são seus filhos mais crescidos) que se restringem ao território destinado a eles.

Embora Pontal seja a praia-de-família com seu ritmo próprio de interações sociais¹⁰⁷, Ipanema a praia dos agitados ritmos do NS festeiros urbanos, Caiobá uma urbe cuja orla marítima virou parque urbano, Matinhos o paraíso da farofa, na escala mega-

¹⁰⁴ ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

¹⁰⁵ HUIZINGA, Johan. O outono da Idade Média. São Paulo, Verbo/EDUSP, 1978.

¹⁰⁶ A descrição de ARIÈS assemelha-se aos comentários de HUIZINGA e ECO.

¹⁰⁷ O tempo da cidade pode assim impor seu ritmo próprio, que não é o ritmo monótono pendular do trabalho, mas o ritmo descontínuo do silêncio da palavra, das longas discussões que preparam qualquer decisão, que acompanham qualquer negócio e contam qualquer acontecimento. Ritmo do passeio, da *passeggiata* ou do *paseo*. O do uzo lentamente degustado: não se entra no bar para beber, mas para assumir um lugar numa sociedade de homens (BRAUDEL, 1995, p.148).

interativa do litoral do Paraná, o que predomina são os NSs homo urbano desenvolvimentista e modernista. Tal qual num fractal ou nas regras de gramática em que subjaze a diversidade no jogo sendo jogado, é essa signogonia que norteia outras escalas interativas, outras *praias*, mas, historicamente tudo é instável.

8.1.13 CONFRONTOS OU INADEQUAÇÕES INTERATIVAS ENTRE SIGNOGONIAS

Seguem trechos de depoimentos que denotam diversas construções signogônicas das praias como constructos: uma fala sobre os moradores de Pontal, outra sobre os empolgados mochileiros das Encantadas e outra sobre a signogonia da praia como extensão do quintal ou da piscina da casa urbana.

148 (surfista) – Pontal não é uma praia só de família. É que geralmente os surfistas entram no mar e ninguém vê.

Eu estava num grupo grande. Estávamos surfando em oito.

Na praia mansa que é mais família, na praia do final da avenida. Lá na praia mansa é bem melhor para quem tem criança, velhos, o pessoal que não sabe nadar.

116 - A população, o povo, os moradores de Pontal raramente frequentam a Ilha. Eles não fazem a travessia.

117 - A gente levou comida. Levamos macarrão, coisas tipo de acampar mesmo, sabe. Levamos barraca. Ficamos em barraca e na casa de um amigo, que a gente armou as barracas no quintal da casa. Dormimos na barraca e tal, mas faz a comida no fogão da casa lá e tal. Brasília é um lugar mais turístico, é mais para passeio. Lá tem o farol, tem o... aquele negócio... aqueles canhão lá. Eu fui já na Brasília, é legal lá, mas eu prefiro Encantadas, é bem melhor. Em Encantadas, não tinha muito turista, na Brasília dá mais estrangeiro que nas Encantadas.

119 – Eu estou em casa alugada. Para melhorar a praia, tendo água encanada, tá ótimo. Esgoto direitinho. Na beira do mar, falta estacionamento. Não deixar os carros passarem para a areia. Ficarem no limite como nas outras praias e tendo água encanada, o resto tá ótimo.

O entrevistado 119 é de um NS que podemos denominar urbano/urbano, composto principalmente por locadores de casas, que geram a praia como parque urbano para seu uso, sob gestão constante e direta do poder público.

Há também o NS que constrói signogonicamente a praia como extensão do terreno e do conforto da sua casa de veraneio, descansando letargicamente com as crianças na beira d'água, projetando uma praia onde os outros NS não tenham acesso. Esse NS é composto principalmente por antigos proprietários de casas de veraneio. No projeto ambiental dessa signogonia, a casa ficaria na beira do mar e a praia seria sua piscina particular. É uma roupagem e escala interativa radicalizada do homo urbano, por não interagir com a praia como espaço de disputas signogônicas nem como parque público, mas como sua piscina. É uma outra signogonia sócio-ambiental como projeto. Poderíamos chamá-la de NS aristocratas tardios? Nessa interação ambiental ultra-excludente, a praia assemelha-se às casas de campo da antiga nobreza européia, concebidas também para isolarem-na do povo e, conseqüentemente, das pestes.

Os NSs que constróem signogonicamente a praia como território de caminhadas e descanso letárgico com a família, confrontam-se com aqueles que a constróem como espaço de esportes motorizados na areia, com os que querem acampar na praia ou com aqueles que a geram como a negação de qualquer esforço doméstico ou urbano, embora com a mesma gestão oficial direta da cidade (urbano/urbano) – e querem colocar seu carro na beira d'água junto ao seu guarda-sol. Para esses, sua praia é o seu *spa*.

Outro espaço de confronto entre signogonias e NSs diversos são as estradas, ruas e avenidas. Durante o Carnaval de 1997 ocorreram vários atropelamentos de banhistas na areia e de pedestres e ciclistas nas ruas, o que entendemos como um dos mais graves problemas ambientais de Pontal. Esses atropelamentos representam o confronto interativo territorial entre os NSs praia-de-família e farofeiros com o NS gladiadores urbanos motorizados. O espaço de teatro ambiental dos últimos são as estradas e ruas onde geram um ambiente conflituoso com suas máquinas¹⁰⁸.

O NS gladiador urbano motorizado faz, dimensionalmente, parte do NS homo urbano que, em outra escala interativa, traveste-se no teatro ambiental como o gladiador urbano que gera as ruas e espaços transitáveis por carros como seu território exclusivo. A máquina – como elemento de uma determinada roupagem num teatro social que tem como palco o asfalto e onde ele conseguir chegar – veste os componentes de um NS que disputam milímetros de asfalto. Após viajarem 120 a 130 km de Curitiba a Pontal,

¹⁰⁸ Atualmente, esse NS também está se apoderando das águas destinadas ao banhistas com suas motos aquáticas ou *jet ski*. Um

correndo a mais de 110 km por hora, os gladiadores urbanos motorizados continuam a se apropriar dos espaços urbanos asfaltados, além de outros menos transitáveis, como se estivessem em uma auto-pista, que é característico do jogo do seu NS.

O jogo signogônico inadequado jogado por esse NS é igualmente inadequado ao território das areias beira-mar e ruas de Pontal do Sul, onde no verão predomina a letargia do NS praia-de-família e, depois, durante o restante do ano fora da temporada, predomina uma cidade fantasma, com cavalos pastando na rua e pessoas andando no asfalto por falta de calçadas. Esses moradores vêem, num dia de feriado, o seu espaço/território transformar-se em território de outros NSs. Alguém vem com outro roteiro ambiental para encenar simultaneamente uma outra peça, outro jogo signogônico ambiental que não o dos moradores. É como se, num único teatro, tocassem ao mesmo tempo Glenn Miller e uma banda de rock metaleiro.

Pensando praia como ambiente, através da metáfora do palco de teatro, nos feriados em Pontal é como se em poucas horas se alterasse a peça em cartaz no teatro sócio-ambiental dos moradores e várias trupes de teatro passassem concomitantemente a ensaiar suas peças nos espaços do palco dos quais se apropriaram como seus territórios, cada qual encenando uma interação sócio-ambiental possível agora. É um fenômeno plurinterativo com a predominância de um NS, o praia-de-família letárgica.

Apesar dos gladiadores urbanos, os moradores locais continuam executando seu roteiro teatral em meio ao caos – andando pelas ruas, passeando de bicicleta e sendo mortos, pois assim é a signogonia do seu território, que gera um ambiente próprio durante três quartos do ano, exceto no verão.

A constante ameaça de atropelamentos e mortes pode ser uma estratégia de predominância do NS gladiadores urbanos, que aponte para gerar ambientalmente a avenida central de Pontal como pista de corrida. O retão com alguns quilômetros já é, em si, um pré-requisito adequado aos gladiadores motorizados.

138 – O ambiente da praia é na beira d'água. Pontal só tem a beira d'água, porque lá pra dentro a cidade é morta. Tem a avenida de noite para a meninada e só. Pro pessoal da minha idade não tem nada mesmo.

Para quem Pontal do Sul é, atualmente, adequada? Qual a pluralidade interativa operante em Pontal agora, o estado atual dessa plurinteratividade, desses jogos signogônicos ambientais? Quais as gestões ambientais que se fizeram até agora? Tais gestões ou não gestões públicas incentivam a predominância de um dado NS que constrói a praia como praia-de-família, sossegada graças às deficiências de infra-estrutura, gestões que por outro lado espantam outros NSs que delas necessitam.

Isso reafirma Pontal como território de passagem para a Ilha do Mel e como quintal dos proprietários de casas, no qual sobrevivem territórios de outros NSs, como os faroheiros da Praia Central e da antiga ponta de embarque, ou os surfistas da Praia Brava.

Temos, assim, uma Pontal do Sul construída signogonicamente como área de passagem para a Ilha pelos mochileiros campistas, com um território para o NS faroheiros, um para o NS praia-de-família e outro para os surfistas, que são roupagens interativo-ambientais do homo urbano no teatro ambiental da praia. Hoje há ali o predomínio instável do NS praia-de-família, cujos maiores confrontos com as outras signogonias são a questão do lixo, o conflito com os gladiadores motorizados e a ameaça do homo urbano/desenvolvimentista ao sossego fundamental para sua letargia.

A falta de infra-estrutura urbana é vista pelo NS praia-de-família como um bem estratégico, uma baliza territorial que lhe garante a predominância ambiental.

8.1.14 PRÉ-REQUISITOS PARA A PREDOMINÂNCIA TERRITORIAL/AMBIENTAL

- 1) paisagem natural
- 2) pré-requisitos urbanísticos
- 3) pré-requisitos signogônicos atratores e repulsores

Gerir ambientes é estrategicamente manipular pré-requisitos naturais e ambientais para a predominância num território ambiente de um ou de outro NS com o qual o gestor quer se aliar por mais ser adequado à signogonia de seu NS.

Os faroheiros, por exemplo, ficam no final e a esquerda da avenida central, pois é onde param os ônibus e estão os quiosques de alimentação com churrasquinho e passeios de *banana boat*. Também é onde existe uma praia tranqüila para nadar, próxima ao antigo atracadouro para a Ilha do Mel. Essas condições de urbanismo e localização

geográfica favorecem naquele território o jogo signogônico do NS sátiros-lúdicos¹⁰⁹ ou farofeiros, que ali predomina.

112 - Aqui é misto, tem classe A, B, C. O pessoal dos ônibus de turismo vem mais para a praia do final da avenida por causa da vista da Ilha do Mel. O pessoal busca a vista da Ilha do Mel. Aqui não tem nome certo essa praia aqui do final da avenida central. Chamam de Praia Central.

111 - **Aquele que vem passar um dia e uma noite na praia, traz mochila, traz farofa, traz frango, a cerveja.** Dormem na praia, esticam lá uma esteira e dormem na praia, na areia, na natureza. Mas isso é a minoria. A maioria aluga uma pousada, uma casa para eles ficarem. Eu conheço pouco de praia. Sou de Curitiba e vou ficar só o final de semana.

Novamente reafirma-se a mistura de classes, mas a separação espaço-territorial dos NS e suas signogonias do que seja *praia* como ambiente, de acordo com pré-requisitos agregadores ou expulsos dos que compartilham ou não da signogonia ambiental operante naquele território/ambiente.

Pré-requisitos naturais do ecossistema, de infra estrutura urbana e de predominância de interações sócio-ambientais são fundamentais para que tal jogo signogônico ambiental predomine num território/dimensão do caos interativo dos NSs. Por exemplo, Ipanema é uma *praia* que é o território do NS nos festeiros urbanos, que se diferencia da predominância e interação ambiental do NS *praia-de-família* de Pontal. Cada NS predominante apropria-se de vastas áreas para gerar o território de predominância de seu jogo signogônico.

108 - Lá em Ipanema quem frequenta é mais a adolescência mesmo. Em Ipanema é o pessoal mais jovem entre 18 a 25 anos. Lá em Ipanema o pessoal é mais rebelde mesmo. O pessoal lá vai para o “agito” mesmo.

106 (guarda - vidas) Eu trabalhei em outros balneários. Trabalhei em Ipanema, em monções, em Grajaú.

Tem. Tem várias. Por exemplo, em Ipanema o fluxo de gente é maior e aqui não quebra onda grande, lá quebra onda grande e faz muito buraco, tem muito lagamar. Já aqui não tem esse tipo de problema.

109 Nós os pensamos como sátiros lúdicos, brincalhões, mas outros NSs os constroem ou desconstróem como farofeiros se entrarem num outro universo que não o dos sátiros lúdicos.

A constituição física da paisagem natural e a infra-estrutura urbana podem ser limitantes ou um incentivadores para que dados NS se instalem como predominantes. O fato de na beira-mar de Pontal do Sul predominar uma praia de poucas ondas desestimula a presença de surfistas, exceto no trecho denominado Praia Brava, mas incentiva a presença de famílias. O fato de não ter buraco ou lagamar propícios aos cardumes de praia, desestimula a presença de pescadores de praia, mas incentiva os banhistas de águas rasas e calmas.

112 - Você veja que Pontal tem seis entradas e Ipanema, Praia de Leste e Shangrilá que só possuem a rua principal, lotam. Lá às vezes na beira da praia não dá nem possibilidade de andar, de tanta gente.

114 - Hoje freqüento só a Ilha (do Mel). Já freqüentei Ipanema, Guaratuba, Matinhos, Caiobá, mas para mim o melhor é a Ilha.

Eu mesmo nunca fiquei aqui em Pontal. Só quando a gente vem jogar bola aí no campo. Praia para ter igual a da Ilha, é só a Joaquina mesmo, lá em Santa Catarina. A praia de lá é tão bonita quanto aqui na Ilha.

O entrevistado código 114, é um jovem de aproximadamente 20 anos e faz parte de um NS que constrói signogonicamente uma praia sossegada para a confraternização, flerte, e relax junto a natureza (como negação da isomorfização signogônica urbana). Para esse NS (barraqueiros, mochileiros ou campistas), uma mochila, uma barraca, um grupo de amigos próximo ao mar e nada de carros e casas ou barulho, *é sua praia*.

A Ilha do Mel, localizada frente a Pontal, é tida por paradisíaca porque, além de suas belezas naturais, ela oferece uma pluralidade de feições ambientais para vários territórios de jogos signogônico, embora atualmente lá não caiba mais a predominância dos antigos NS *mochileiros malucos* que a construíam como seu território de álcool, drogas, sexo e a eles próprios hippies tardios. O Dr. 115 do CEM/UFPR nominou-os em dois grupos: os *mais malucos e os malucos beleza*. O que ele chama de “mais *malucos*” são os antigos campistas mochileiros que buscavam isolar-se em locais naturais ermos e os *malucos beleza* são uma espécie de hippies tardios, extemporâneos. Alguns deles até acampam com sua família. Essa classificação funciona socialmente, pois em outros depoimentos de componentes de outros NS que não o do NS mochileiros ou campistas, ela aparece com freqüência de maneira semelhante ou equivalente. Os outros NSs são lunáticos, pois em suas interações desconstróem a signogonia predominante.

Ainda cabe, na Ilha, uma pluralidade de territórios de jogos signogônicos para vários NSs com suas signogonias.

114 Lá na Ilha tem bastante camping e tem bastante pousada. O pessoal que não quer muito curtir um agito, vai para a pousada. Agora que nem nós que vamos pro camping que não curte esse troço assim, vai para o camping e tudo bem. Mas, se os cara tão lá fumando (maconha), ninguém se mete com eles, entende. Nós tamo bebendo e os cara vem beber. Os cara dizem: qué experimentar, tem gente que é afim de experimentar droga experimenta. Mas é tudo..., é tipo uma família, sabe.

Ou seja, devido às várias balizas territoriais naturais, como praias, montanhas e pequenas baías e às obras urbanísticas que proporcionam vários cenários ambientais, a Ilha do Mel é facilmente dividida em vários territórios adequados a vários NS que os constroem como *suas praias*. Quando 114 afirma que é tipo uma família, o que está afirmando uma familiaridade wittgensteiniana, na qual um jogo de linguagem funciona, é operante, uma signogonia ambiental. Esse funcionar e essa familiaridade é uma signogonia. Deste modo, ele se identifica com seu NS, que constrói sua praia.

Portanto, uma gestão ambiental da Ilha do Mel deve levar em conta os vários NS e os vários territórios/ambientes que constroem, as várias praias, sem isomorfizar a Ilha a uma única signogonia, uma única praia¹¹⁰.

114 É que a gente fica em barraca no camping, mas a gente fica empolgado. A gente estando empolgado é tão bom como alugar uma casa aqui.

Estar “empolgado” é encontrar-se num consenso, num ambiente construído por uma dada familiaridade discursiva predominante num território com a qual se identifica; é participar da geração de um ambiente que é território de um dado jogo signogônico no qual seu NS é predominante. É ser como um “*sátiro de acampamentos*” em meio a outros semelhantes, é familiarizar-se com o NS mochileiros, é estar em seu nicho signogônico. É como estar em casa, encontrar “quem fale sua língua”, coma o que come, durma como dorme, divirta-se como se diverte e gere um ambiente de modo semelhante,

110 Isso vale para vários projetos acadêmicos, começando pelos de educação ambiental, os quais são a *venda* de uma signogonia a pré-cognição que contém que se almeja predominante, na busca de uma isomorfização ambiental dos NSs. Em dada escala inter-ativa, nós cientistas fazemos parte *dos problemas ambientais*, especialmente quando não levamos em conta a pluralidade interativa, mas buscamos uma única solução, uma única resposta padrão seguindo apenas nossos megaconsensos interativos nossa signogonia.

é como estar em família, em seu NS. É identificar-se e compor uma dimensão/território sócio-ambiental de um NS. É como afirmar: estou na minha *praia*.



Ilha do Mel dos vários NSs com seus vários territórios.
Foto: Claudio Grazianni. Pontal do Sul, 1º de maio de 1999.

8.1.15 INTERAÇÕES E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS COMPARADAS

Em sua maior parte, as entrevistas foram feitas em Pontal do Sul, ao acaso na praia, mas temos algumas feitas na Ilha do Mel e em Matinhos. Além disso, vários entrevistados que estavam em Pontal também conheciam a Ilha e outras praias, o que lhes permitia comparar as interações em cada praia e à nós compararmos suas proposições. Na verdade, é quase impossível falar de Pontal do Sul sem falar da Ilha do Mel:

Segundo Henrique P. Shmidlin (95), o mais antigo e freqüentado balneário do Paraná era a Ilha do Mel, principalmente pelos comerciantes curitibanos descendentes de alemães e italianos que tinham lá suas casas de veraneio. Havia até transporte por hidroavião. Além disso, houve a remodelagem do litoral pelas signogonias das empresas imobiliárias (praia mercadoria turística do NS homo urbano *desenvolvimentista*) aliada a dos banhistas após a 2ª Grande Guerra Mundial. Essa remodelagem ambiental ocorreu, de início, antes da 2ª Grande Guerra num sentido Norte-Sul partindo da Ilha do Mel para Caiobá, Guaratuba indo em direção às praias de Santa Catarina onde inúmeros paranaenses têm casas.

A alteração da Praia de Leste e Pontal do Sul, da condição de vila de agricultores pescadores de subsistência (APS) em *praias* seria mais recente, contando da década de 50. Essas alterações e rupturas históricas denotam primeiramente um fenômeno de ampliação do consenso signogônico da praia como extensão do quintal urbano. A casa de praia seria uma extensão da morada urbana, como se fosse a sala de jogos, a área de lazer.

95 O balneário, mesmo, coisa fina, era a da Ilha do Mel. Já havia uma ocupação em Matinhos, incipiente, mas havia, dessas famílias tradicionais. O grande, super-balneário, mesmo, era a da Ilha do Mel. Até o ponto que, não me lembro se eram 30 nomes, não lembro agora, essa é fácil de constatar, tem registro, tudo aí.

Os Haurer, os Pizzato, todo esse pessoal estava lá. Mas, existia até, eles que construíram hotel, serviço de transporte, muito eficiente, teve até transporte aéreo.

É hidroaviãozinho. Desembarcava aí na frente. Tinha o forte também. O forte tinha a guarnição toda, né.

A Ilha do Mel foi o seguinte: a Ilha, com a (2ª) guerra, como eram todos descendentes de europeus, e foram proibidos, as casas foram ocupadas por militares e, eles (os europeus) foram proibidos de irem para lá. Podem dizer que

não, mas foram proibidos, para ir para lá tinha que tirar licença, que nem para ir para a Serra, tinha que tirar passaporte para ir.

Dáí, eles começaram a procurar outros locais e, começaram ir mais pro Sul, Santa Catarina, alguns foram para Caiobá e, aí foram adiante. De repente, esses pontos começaram a atrair esse pessoal. Apesar que era difícil, veja, que para ir para SC., ia pela estrada antiga, era demorada, pois era estrada toda de terra, era uma viajona. Mas, era muito comum, os familiares, sair toda a família, pai, mãe, crianças e ir para à praia.

Isso fazia parte da cultura. Talvez, isso seja da influência da imigração européia. Me parece que deve ser.

MP - Depois da Ilha do Mel, o balneário que se tomou famoso foi Praia de Leste?

Não, foi Caiobá e depois Santa Catarina.

A Ilha do Mel é a origem da atividade balneária paranaense, sendo que essa atividade inicia-se pelas camadas sociais mais ricas de Curitiba, especialmente por grandes comerciantes alemães e italianos do início desse século. Hoje, Pontal do Sul e Ilha do Mel são, nosso ver, componentes fractais da atividade balneária no Litoral paranaense. Pontal tem vida própria além da temporada, assim como a Ilha do Mel. Pontal, entretanto, é passagem para a Ilha com a predominância e especificidade interativa do NS praia-de-família e dos farofeiros. Já na Ilha o turismo que ocorre é muito mais diversificado, não se restringindo mais apenas às tradicionais famílias de ricos comerciantes de Curitiba.

Após a Guerra, houve uma dinamização econômica do país que possibilitou aos operários terem acesso mais amplo a lazer nas praias, especialmente pela construção de estradas e transportes coletivos, pois antes dessa dinamização nem todos podiam dispor de ônibus e muito menos hidroaviões e automóveis.

Nas décadas de 1960/70, devido a rusticidade da Ilha, predominava o NS mochileiros/campistas. Porém, mais recentemente, a construção do cais e das pousadas nas décadas de 80/90, permitiram que outros NS que não compartilham da mesma signogonia dos mochileiros/campistas, amantes dessa rusticidade, tivessem acesso à Ilha do Mel.

114: Mudou para melhor, né. As pessoas de primeira viagem que vão ali, não sabem como é que é acampar, não sabem fazer uma comida, não sabem se virar sozinhos. Então para as pessoas de primeira viagem, mudou para melhor, mas quem tem mais tempo de acampamentos, não está muito lá essas coisas.

Tem quem queira se isolar numa barraca e ficar lá numa boa curtindo um acampamento. Tem aquele que quer ir para a pousada dormir o dia inteiro e a noite ir festar. Tem os que atravessam com a família para andar de banaba-boat na Ilha do Mel. Tem aquele que só atravessa para pegar sua onda, fazer seu surf e voltar.

Acho que cada qual tem sua tribo mas se misturam, acabam se misturando.

Mas as diferenças, dá para ver sim, perfeitamente.

Muitos dos entrevistados que afirmaram não ver diferenças entre as pessoas, porém nas questões seguintes, referindo-se a outras esferas interativas, classificam o povo em turistas oriundos de fora do Paraná, em farofeiros, povo tipo família, baderneiros, *porcos que sujaram a praia, malucos, malucos beleza*, e **outros** construtos cognitivos consensuais operantes, outras signogonias.

Esse não discernimento *a priori* da diversidade inter-ativa, significa uma promiscuidade de classes sócio-econômicas perceptível num primeiro olhar segundo uma estesia consensual, mas não uma mistura de nichos signogônicos e seus territórios. Tais respostas são influenciadas por uma estesia consensual voltada momentaneamente para as grandes regularidades e dimensões interativas: todos com guarda-sóis, roupas de banho, voltadas para uma abordagem cognitiva consensualmente atenta apenas para grandes regularidades que contém outras regularidades dimensionais como diversidades em relação a ela.

115 Antigamente poderia se dizer que havia uma diferença de faixa etária entre os que freqüentavam a Ilha e os que ficavam em Pontal, mas atualmente não, justamente em função da facilitação do transporte. Os atracadouros contribuíram para diversificar a faixa etária dos que freqüentam a Ilha. Eu, percebi quando fazia educação ambiental na Ilha do Mel que haviam muitos turistas reclamando do difícil acesso de desembarque, principalmente o pessoal mais de meia idade, sendo que muitos deles questionaram a inexistência de transporte motorizado na Ilha do Mel. “Porque é que não tinha transporte motorizado na Ilha do Mel”? **Então eu não entendo como que é vendido a essas pessoas o *status quo* da Ilha do Mel. O que é que esses indivíduos esperam da Ilha do Mel.** Qual o processo de venda desse pacote para a Ilha do Mel numa agencia de turismo, para um indivíduo questionar sobre a inexistência de transporte motorizado na Ilha, porque não ter motos, estradas etc.

Antes do atracadouro, das pousadas e restaurantes, era só o pessoal mais maluco etc., que ia para a Ilha. Agora acho que não, pois agora mudou radicalmente né.

Encantadas antes você associava mais um pessoal *maluco* mesmo. **Na Brasília que é o farol não, eu estou falando das Encantadas.** No farol ia um pessoal mais *maluco* beleza, mais *light*. Hoje não existe mais essas distinções, está homogeneizando. Esse processo de homogeneização e mesmo de gerenciamento tende a excluir determinados grupos, os quais vão procurar outras áreas de território livre. **É o que eu acho que é um processo que vai acontecer com Ilha das Peças, com Superagüi, etc.** Esse pessoal que procurava um território mais ausente de seres humanos, mais tranquilos mais agradáveis dentro do contexto de cada um vai procurar outras áreas que não estejam tão ocupadas, tão influenciadas pela economia urbana.

Na década de 70, os que construíam signogonicamente praia como isolamento e algum conforto (homo urbano/urbano) buscavam na Ilha do Mel instalar-se na área da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres. Os outros, embora muitos deles com dinheiro para alugar casas ou quartos na antiga pousada da Fortaleza, instalavam-se em barracas em outras partes da Ilha denominadas Prainha, Praia do Miguel e principalmente na Praia das Encantadas.

Mais que uma fuga ou negação da agitação da cidade com suas regras de normalidade ou isoformizações governamentais (*game*), buscava-se encontrar um espaço de jogo signogônico muito dinâmico, onde pudessem desfrutar de uma familiaridade, uma signogonia, gerando a si, aos outros e ao ambiente dentro de um certo “jogo de linguagem ambiental” que lá funcionava sem peias.

A Ilha era um “outro mundo”, um outro território de outro jogo signogônico anárquico, caótico, diverso do urbano com suas padarias, lanchonetes, hotéis, garis, polícia e tudo no lugar e hora *certa...* de que o NS homo urbano/urbano depende. Lá havia a disputa não disfarçada entre NSs por um território e, devido aos pré-requisitos naturais e urbanísticos, predominava o NS mochileiros/campistas que alguns chamam de *malucos*.

Para a Ilha, iam acampar os jovens abaixo de vinte e cinco anos de várias classes sociais. Esse perfil da população de veranistas ocorria em função de que o rústico transporte praticado por pescadores em pequenos barcos, não tinha horário regular e os apanhavam incertamente na praia, o que, somando-se à precária infra-estrutura desestimulavam a ida de pessoas de média idade com crianças e velhos, bem como os que tinham horários de trabalho rígidos.

A Ilha mudou. A gestão ambiental predominante, uma outra signogonia ambiental, a do homo urbano (NS desenvolvimentista e NS modernizante), para a qual tudo deve transformar-se em cidades, fez com que desestimulasse a predominância signogônica dos *malucos*, que geravam o ambiente da Ilha do Mel, principalmente a parte dela denominada Encantadas, como outro planeta, *o planeta dos malucos*.

Ações de gestão dos pré-requisitos de predominância ambiental dos NSs na Ilha: o tombamento ambiental em nível estadual; a decretação das áreas de preservação permanente; a construção de dezenas de lanchonetes onde eram caminhos livres e locais liberados para acampar, a construção de campings e a proibição de se acampar onde se queira, a construção de dezenas de pousadas, a construção de um hotel (que estava embargada), os trapiches e grandes barcos de transporte regular, tornaram a Ilha um lugar onde a signogonia predominante de uma praia, ou melhor um território de liberdades para jovens é inadequada e não mais predominante. Restaram-lhes os territórios concedidos, os campings.

Como havíamos dito, o território de um NS abrange toda uma praia, marcada por algum acidente geográfico ou alguns metros de vazio demográfico às vezes quase imperceptível, delimitando essa predominância de uma signogonia. Nesse acidente geográfico, percebe-se um espaço de transição entre nichos predominantes nos territórios que ele delimita.

A Ilha do Mel tem balizas geográficas indeléveis para os territórios dos NS. Isso facilita a reafirmação de um espaço como território de predominância de uma signogonia de um NS, dentro do grande território de jogo signogônico denominado Ilha do Mel.

Muito raramente se ouve alguém dizer que vai para a praia referindo-se à Ilha do Mel. O comum é as pessoas dizerem que vão para a Ilha. Nessa afirmação está posto todo um consenso cognitivo/interativo, uma signogonia predominante em uma dimensão interativa, um jogo ambiental a ser jogado. De modo que a predominância desse ou daquele NS numa praia também é um atrativo, um pré-requisito ou não para que os indivíduos queiram ir para essa ou aquela *praia*.

137 De modo geral, as pessoas se comportam igual. As pessoas procuram não serem grosseiras, não passarem de sua área limite... Eu não vou ali bagunçar na barraca (guarda-sol)

do outro, não vou ali ser mal criada com ninguém. As pessoas geralmente são assim.

Entretanto, a urbanização, após 1980 acabou com sua caracterização como um território/ambiente de jogo signogônico de predominância do NS *maluco* ou mochileiros/campistas (nome que depende do NS que o classifica e interage com ele) e alargou-se o ambiente do jogo signogônico urbano desenvolvimentista até lá, como se ela fosse um parque urbano, como o Barigüi em Curitiba. Ela deixou de ser um jogo ambiental de negação ou oposição satírica do cotidiano urbano, passando a ser uma extensão da vida nas áreas urbanas de lazer regulamentado.

A Ilha transformou-se rapidamente numa pequena cidade turística semelhante a outras, porém cercada de água. Através da busca de isomofização signogônica do espaço operada pelos gestores modernos, pasteurizou-se também a pluralidade de NSs e de suas construções signogônicas dos espaços/ambientes, que passaram a ser moldados em ambientes similares de um ou outro NS predominante, o homo urbano. A Ilha, por sua diversidade geográfica acentuada e marcante, permite ainda uma pluralidade de interações diversas, de signogonias diversas, porém regulamentadas pelo NS gestor desenvolvimentista, são menos visíveis. Como dentro de cada dimensão interativa existem outras, hoje o NS *malucos* está confinado aos campings e é a minoria, o NS praia-de-família e o NS hippie tardio (chamado por alguns como *maluco beleza*) predominam.

8.1.16 ILHA DO MEL: OPÇÕES DE ESTUDO E GESTÃO AMBIENTAL

Quando a Ilha do Mel era dos *malucos*, o acesso era feito por pequenos barcos de pescadores com motores de cinco a dez HP, que os aventureiros pegavam na beira da praia de Pontal, hoje chamada de Praia Central no final da avenida. Os campistas gritavam para um barquinho que passasse pedindo ao barqueiro para levá-los à Ilha, entravam na água com suas tralhas e lançavam-se numa viagem com menos de uma hora de duração, conforme o tipo de barco.

94 Agora com a construção do porto de embarque ali, eles tem controle de quantos entram e quanto saem. É melhorou essa parte, não sei se você conheceu antes, a pessoa pra embarcar para Ilha do Mel, você tinha que entrar na água, o

barco não encostava, você tinha às vezes que andar. entrar na água, você descia lá tinha de andar 50 m pra dentro d'água pra chegar na Ilha.

Na Ilha, dependendo da maré deveriam descer dentro d'água e andar com suas tralhas atolando-se por centenas de metros sobre o leito do mar que recuava na maré baixa. Isso incentivava os jovens que queriam jogar o jogo do NS dos *malucos*, a signogonia ambiental do isolamento, aventura e liberdade das regras urbano/familiares, mas desestimulava as pessoas mais velhas. Famílias com crianças (os *praia-de-família*), os NS que queriam uma praia de luxo para flertar em desfiles com seus carros (*NS exibicionista*, os que com suas signogonias projetavam a praia como quintal de sua casa unindo as normalidades urbanas com as belezas da beira-mar não tinham e não tem lá sua praia. Mas, seja em Pontal, na Ilha do Mel ou outra praia, cada qual acha *sua praia*.

110 - É tudo a mesma coisa. Uns vem a pé, outros vem de carro. Mas tem uns que levam animal na praia na temporada. Não poderiam (deveria ser permitido) levar animal na praia na temporada.

138 É tudo muito igual, quero dizer igual entre aspas. Existe uma diferença do pessoal que frequenta a praia lá do centro (*Praia Central*), os que frequentam aqui (*Praia Grande paralela à avenida*) e o pessoal do Atami é bem diferente.

O pessoal do Atami pensa que é dono da praia, é um pessoal cheio de história. Aqui não. Aqui ficam todos muito à vontade. E na prainha (Central) vai aquele povo que gosta de mar e tem medo de mar entende; vão com criancinha pequena, preferem uma piscina mas vão no mar.

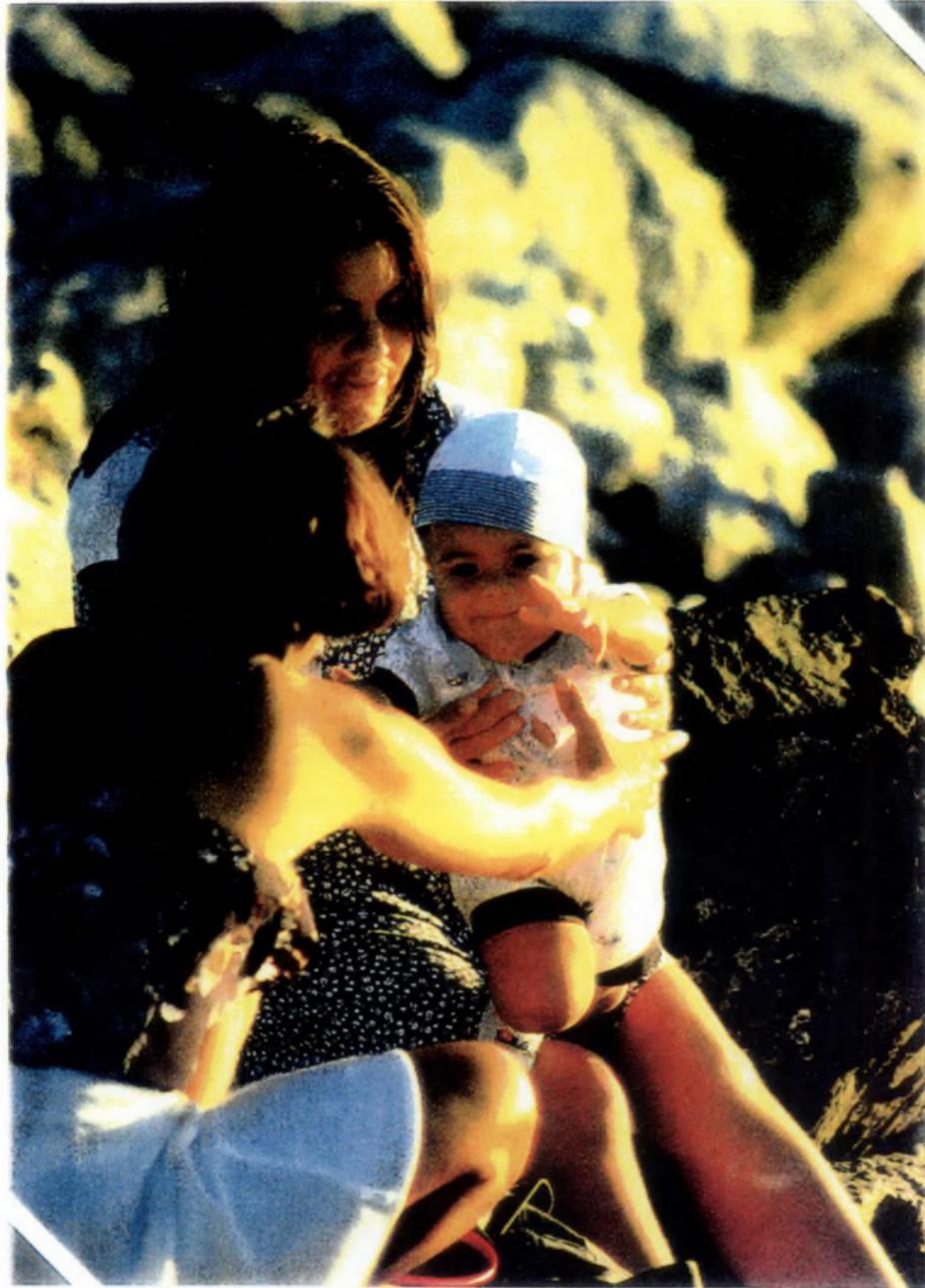
Eu acho o pessoal do Atami um pessoal muito chato, sabe. É aquela coisa sabe: cachorro na praia, Deus o livre, carro na praia nem pensar, a criança que grita irrita. Então é um povo que devia ficar em casa, que ali tem muita gente chata mesmo. É um povo com cara de aborrecido!

Ao contrário do entrevistado 110, o 138 gera a praia como quintal de sua casa e porque ele não pode ter seu cachorro em seu quintal? Além disso, o Atami em Pontal é um conjunto de habitações destinado aos ricos que constroem a praia como sua piscina e não como território público sujeito a disputas signogônicas. 110 preocupa-se com as zoonoses que o cachorro da entrevistada 138 pode transmitir aos seus filhos. Afinal, as praias de Pontal apesar de serem públicas, signogonicamente é uma praia-de-família. A

moça com seu cachorrinho deve procurar *a sua praia* o seu NS com seu espaço de jogo (ambiente de seu NS).

94 Aqui é um daqueles... **não tem nenhum balneário de nossa cidade projetado exceto o ATAML.** Os demais foram assim... as ruas... quando as coisas são planejadas as ruas são bem bonitinhas, aqui não, **você pega uma rua, não só aqui, Grajaú, e chega a um lugar que nem tá aberta.**

94 **A Imobiliária Pontal do Sul, ela vende os terrenos, mas acredito que não tenha nenhum loteamento que ela fez a infra-estrutura. Não existe, é uma das imobiliárias que deveria fazer e não fez.**



Interações estrategicamente conflitantes entre NSs em Pontal do Sul.
Foto: Claudio Grazianni. Pontal do Sul, 1º de maio de 1999.

O gestor ambiental vai facilitar ou não pré-requisitos para que aqueles que pensam e agem como ela (NS) tenham sua praia, com infra-estrutura adequada para gerarem seu ambiente?

Com o surgimento dos atracadouros em Pontal, em meados da década de 80, e a concessão de transporte exclusiva para empresas com grandes embarcações para até 50 ou 60 pessoas, alijando os pequenos pescadores do negócio dos transportes, a predominância ambiental do NS mochileiros/campistas, aventureiros, foi destruída por uma ação de gestão ambiental que lhes solapou seus pré-requisitos de predominância. Houve uma grita dos pequenos pescadores que perderam a oportunidade de renda no transporte dos turistas, o que coincidia com as épocas de defeso quando não podem pescar.

De visitante esporádico conhecido como pessoa pelos moradores, com a invasão em massa, o turista passa signogonicamente a ser unicamente coisa a ser transportada para ganhar dinheiro ou vender outras mercadorias. As relações humanas tornam-se impessoais, o que o transformou apenas em um número. É o reverso da medalha. Afinal, o turista também não conhece os moradores.

Houve um acúmulo de renda para quem tinha capacidade de comprar barcos que atendessem às especificações exigidas pela Marinha Brasileira. Muitos deles já eram comerciantes oriundos de Santa Catarina que faziam o atravessamento do peixe ou forneciam em seus armazéns víveres para pescadores e turistas¹¹¹. Houve também a invasão de outros NS na Ilha do Mel, que antes era considerada um terreno inadequado (espaço sem pré-requisitos) para que construíssem seus ambientes de jogo.

A legislação brasileira garante a posse e uso da terra aos habitantes tradicionais das áreas costeiras. Para sobreviverem, muitos antigos moradores da Ilha venderam suas posses retalhando a Ilha do Mel para os pequenos e grandes comerciantes do NS urbano/desenvolvimentista.

Hoje, a cada passo, tropeça-se em quiosques, campings e albergues. A Ilha deixou de ser um paraíso natural para transformar-se em um balneário parecido com Matinhos, o paraíso da farofa gerida e delimitada territorialmente pelo governo em escala direta. Onde haviam árvores e trilhas ao lado das quais *malucos* instalavam

¹¹¹ O nativo pouco ou nada se beneficiou. A peça encenada nesse novo teatro ambiental não necessitava dele como ator.

anarquicamente suas barracas, hoje tropeça-se em barzinhos, restaurantes e pousadas. Porém, entre os mochileiros que vão para a ilha a cortesia e cooperação mútua ainda é uma estratégia atrativa e uma distinção do NS dos *malucos*, que buscam integrar-se em relações pessoais e não impessoais.

114 (rapaz campista da Ilha) Mas eu garanto para você que se a gente parar aqui, o pessoal daqui não vai ser tão amigo que nem o pessoal lá da Ilha do Mel.

132 Algumas diferenças são muito grandes. Vê-se um grupo que simplesmente chega, senta e fica tomando cerveja, refrigerante, comendo. Tem o grupo dos que vão direto para dentro do mar e ficam o dia inteiro dentro d'água. Agora quanto ao relacionamento entre pessoas é mais fechado aqui. Você tem um relacionamento mais em famílias. Você tem mais famílias aqui em Pontal.

Ao contrário do NS praia-de-família de Pontal, uma marca da signogonia do NS mochileiro da Ilha, que pode ser sub-classificado em NS *maluco*, NS hippie tardio ou *maluco* beleza, NS sátiro ninfômanos, é a busca de pessoalidade nas relações, não gerando impessoalmente o outro como apenas mais um número. Isso porque, tal qual o pequeno agricultor de subsistência conta com a solidariedade do vizinho por não ter condições de se valer por si próprio, o campista sempre necessita do vizinho, apesar de em essência ser um individualista urbano.

Assim, a Ilha do Mel, especialmente nas Encantadas, é um território onde o jogo signogônico predominante visa gerar um ambiente de relações pessoais como numa confraria, embora atualmente isso esteja em decadência.

Um exemplo da facilitação de pré-requisitos para outros NSs que não o *maluco*, está nas entrevistas dos que frequentam a Ilha do Mel há vários anos, especialmente a parte da Ilha denominada Encantadas. Iam lá buscando a liberdade de acampar em qualquer lugar e fazer o que quisessem, sem uma interferência direta da administração pública¹¹², no que se refere ao desfrutar um contato com a natureza, ao sexo, as bebidas e drogas. Aqueles que construíam signogonicamente a Ilha como paraíso da autodeterminação e aventura em meio a natureza, desapareceram ou foram

112 Com pouca interferência governamental em escala direta, era um território desinteressante ao homo urbano dado a pouca infraestrutura e renda que tal turismo que tinha a oferecer.

confinados em campings/reservas com a urbanização da Ilha que se transformou em uma espécie de avenida gastronômica à beira-mar e num entulhamento de bares e pousadas.

O aumento da interferência governamental numa dimensão interativa mais direta com a instalação de trapiches que facilitam o acesso, os pré-requisitos daqueles que são signogonicamente seres ultra-urbanos¹¹³, o NS homo urbano/desenvolvimentista que estrategicamente necessita ver a atuação governamental em escala direta, ao seu lado auxiliando-o a transformar todos ambientes em cidades, também fez com que essa signogonia se estabelecesse com maior base consensual: a da Ilha do Mel como extensão de cidade balneária ao invés de espaço rústico de liberdades e aventuras.

Assim, o NS do *maluco* ou mochileiro/campista¹¹⁴ que há duas décadas eram chamados de lunáticos por moradores e pescadores de Pontal, perderam os pré-requisitos e o espaço do seu jogo signogônico, perderam o seu hospício, a praia que era deles. O gestor ambiental ao proporcionar ou não dados pré-requisitos desse ou daquele NS está incentivando ou desestimulando a geração social de um dado ambiente.

O processo que ocorreu e ocorre na Ilha comprova nossa hipótese teórica de que não gerimos a natureza mas sim as interações sociais. Gerimos interações de NSs entre eles e deles com ela para que sejam moldados os ambientes segundo a predominância desse ou daquele NS. Vejamos como ações estratégicas de gestão ambiental incentivaram a predominância de outros NSs na Ilha, alterando-a ambientalmente.

L 94 - Não tinha atracadouro. Depois disso melhorou.
Você pode ir de terno, de gravata que você não vai sujar os pés.

A Ilha melhorou. Melhorou para quem, o trapiche favoreceu a predominância de qual NS e ambiente? Como o ambiente foi construído em que campo de jogo signogônico pela alteração de pré requisitos interativos, favorecendo qual NS devido às facilitações que estas gestões com suas intervenções estratégicas ocasionaram? Onde fica o território do NS dos ermitões e fugitivos urbanos, o dos farofeiros, o dos mochileiros

¹¹³ Ultra-urbanos são aqueles gestores que, em qualquer lugar, não alteram seu papel e modo interativo ambiental, como um ator que em todos os lugares representam o mesmo roteiro, sendo sempre construtores de cidades, ao invés de interagirem com um impacto mais brando sobre a população local como os extintos *malucos* da Ilha do Mel. Diversamente do ultra-urbano está o homo urbano que em cada dimensão interativa joga um outro jogo signogônico ambiental.

¹¹⁴ Como quiserem nominar desde que o referente seja o mesmo e o nominalismo e correlata proposição funcionem.

malucos que predominavam nas décadas de 1970/80; que espaço sobrou para construir *sua praia*?

Para o homo urbano/desenvolvimentista é incompreensível e uma ameaça à predominância de sua signogonia a falta de gestão governamental modernizante e direta na Ilha do Mel, com a presença de polícia, fiscais ambientais, regulamentação do acesso, garis, controle dos hábitos sexuais e drogas... Toda signogonia visa expandir-se populacional e territorialmente de acordo com as estratégias disponíveis a cada NS nos jogos signogônicos.

O governo, com seus gestores ambientais modernizantes, incentivaram ou permitiram uma outra signogonia para a Ilha¹¹⁵ que não aquela do Ns mochileiros/campistas ou sátiros anárquicos ou *malucos*, como eram construídos signogonicamente pelos outros NS, os freqüentadores das décadas de 1970 e 80.

Alguns moradores da Ilha afirmam que: “*Graças a Deus melhorou o nível do turista que vem para a Ilha*”. O Sr. Valentim, o mais antigo comerciante da Ilha, afirma que o que piorou na Ilha com o turismo foi a disseminação do uso de drogas entre os moradores.

Quanto território o gestor urbano modernista, o construtor de cidades vai ocupar no Litoral? Quanto território restará como opções de interações ambientais para outros NSs e os pesquisadores/gestores ambientais?

8.1.17 PAISAGENS PREDOMINANTES DOS NSS

Tanto o jogo signogônico ambiental, quanto a paisagem natural fazem parte dos pré-requisitos e estratégias de atração e repulsão de um NS.

137 A gente não tem uma preferência, mas aqui é uma praia tranqüila porque a gente tem criança

120 Vou mais para Guaratuba e Matinhos. É a primeira vez que venho para Pontal. Vim ontem, cheguei ontem de noite.

Matinhos é mais sujo. E o movimento daqui (Guaratuba) é bem menos que lá . Acho aqui melhor.

122 É, lá (Praia de Leste) é mais, como se diz, é mais povoada. Tem mais movimento, lanchonete pertinho e

¹¹⁵ A Ilha é tombada pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado.

tudo. Aqui já é mais distante né, as coisas. as lanchonetes né. Aqui não é tão cheia.

“Aqui não é tão cheia” não significa apenas uma ou mais percepções do espaço, são pré-requisitos de jogos signogônicos com interações caóticas para gerar um ambiente *praia* diverso de outras praias mais cheias, que são adequadas a outros NSs como os festeiros urbanos de Ipanema ou aos farofeiros de Matinhos.

95 Para banho é a Ilha do Mel. É aberta. é uma Ilha. E já nessa praia, são praias batidas pelo mar aberto, são praias perigosas. Apesar que esse conceito já tá caído. **Antigamente se escolhia as praias calmas e mansas, esse era o critério, hoje já não tem mais critério. Hoje em qualquer metro, em qualquer lugar, em qualquer costão vale ouro.** Essa valorização é também interessante e, talvez, estudar os critérios de evolução de conceito de ocupação.

Antes era vazio, até a própria paisagem, sem falar na água em si, na praia. Para construir o antigo hotel de Caiobá, por que você acha que escolheram aquela praia mansa? Porque era ali e, foi aí que surgiu a cidade. Era interessante pelo tipo de praia. Você podia por as crianças, essas coisas todas. E o hotel ficou naquele ponto, inclusive tinha ancoradouro onde tá a casa do Guido Viaro, em Caiobá.

A própria Guaratuba, próxima ao morro, a única praia mais acessível, ali desenvolveu a cidade porque era fácil tomar banho, era seguro, não tinha perigo. **Era esse conceito que era o fundamento na coletividade, na ocupação. Não existia outro, talvez, a segurança de deixar as crianças. Depois tudo foi superado pelo progresso, pela especulação imobiliária. Porque as praias mais vagabundas transformaram-se em grandes balneários, entre aspas...**

Diversamente do que ocorria no início do século, hoje em dia, ir à praia, gerar o ambiente *praia* não significa necessariamente banhar-se no mar, mas sim produzir determinados jogos específicos de interações sócio-ambientais dimensionais e operar signogonias ambientais de um dado NS predominante num território/praias gerado próximo à beira d'água. Para isso, um costão de pedras ou uma praia batida por fortes ondas serve, exceto para os farofeiros que entram n'água, enquanto os festeiros urbanos ficam numa casa ou nos bares, o NS dos exibicionistas numa avenida, o praia-de-família fica letargicamente na areia sob um guarda-sol e assim por diante. Referindo-se a

Matinhos das décadas de 1930/40, BIGARELLA diz que: *a praia brava de Matinhos não era apropriada para banho, mas só para passear*¹¹⁶.

Das questões que ficam para os gestores ambientais, entre muitas, são fundamentais:

- qual signogonia a paisagem natural e a artificial (gestões ambientais oficiais) favorecem?
- as feições naturais do ecossistema são incentivadoras ou propiciadoras para os jogos de tal NS, bem como os equipamentos urbanos disponíveis ou não para interagir um ecossistema (que incentivam ou desestimulam a ida dos componentes deste ou daquele NS para lá)?

Genericamente, uma ilha qualquer sem infra-estrutura de transporte com o qual não se pode contar regularmente para que se possa retornar para a cidade e trabalhar na segunda-feira, uma ilha sem hospedarias, hotéis, bares, restaurantes, ou mercado que garanta a existência de um estoque de suprimentos, em caso de alterações climáticas impedirem o reabastecimento do armazém, uma ilha sem polícia ou fiscais, uma ilha onde se tenha que andar dentro d'água e no lodo para embarcar e desembarcar, como era a Ilha do Mel no final da década de 1970, atrairá um NS e repelirá outros.

O mesmo ocorre com uma praia de águas limpas ou uma poluída, uma praia mansa e rasa ou uma praia com ondas e valas, uma praia fria ou uma praia com predominância de calor, uma praia socialmente pacata ou agitada. Para toda signogonia existem pré-requisitos sociais e físicos, sendo que estes últimos se dividem em naturais e artificiais. A alteração de um ecossistema também o molda como ideal para a predominância de um NS e o torna repulsivo para outros NSs, tanto quanto uma signogonia predominante molda um ecossistema de acordo com o que lhe for estrategicamente possível agora na plurinteratividade.

Outra questão: quais são os *projetos operantes*, as signogonias dos outros NS em dado ambiente. Isso pode atrair componentes ou conflitos com outros NS's que geram esse ambiente em outra escala interativa de modo diverso.

140 Esse ano vi alguma coisa. Vi um pessoal limpando, catando umas latinhas. Os lixeiros estão trabalhando bem, não sei se porque é temporada.

¹¹⁶ BIGARELLA, J. J. 1991, p. 145.

141 Organizar melhor as ruas, no sentido de arrumá-las. Sei que pavimentar sai caro, mas pelo menos fazer valetas para que não fiquem alagadas. Deviam passar maquina e deixar as ruas planas, não só lá onde estão as casas mas também aqui no próprio acesso da praia.

Deveriam dar ainda mais atenção ao lixo, tanto o residencial como o lixo da praia.

Incentivar o pessoal que é comerciante da praia, dar mais facilidade pra ele, desmotivando o aventureiro, aquele que só vem numa temporada e não vem mais. Comerciante da praia é aquele pessoal que mora em Pontal e está o ano inteiro aqui, vivendo aqui e trabalhando aqui. A gente percebe que falta muita infra-estrutura porque o pessoal que está aqui mesmo em Pontal não consegue fazer seu negócio ir para frente. Aquele que tem comércio só numa temporada, se ele se dá bem, ele até pode pensar em vir numa outra; se ele se dá mal ele não quer mais saber, e também não arrecada nada para o próprio balneário.

142 A Ilha do Mel eu achei legal, que agora tem salvavidas orientando, tinha um pessoal nas pedras e eles orientaram

Outra questão básica para os gestores ambientais é a dos pré-requisitos, as disponibilidades de estratégias atrativas e repulsivas do NS dimensionalmente predominante em um dado ambiente: ligações políticas do NS predominante, disponibilidade financeira, mídia, adequação ou inadequação a sustentabilidade ambiental a longo prazo¹¹⁷, mobilização popular, colocar carros na praia, sujar ou não a praia, regulamentar ou não o uso dos recursos naturais, tombar, decretar Áreas de Proteção Ambiental ou Parques, permitir a caça para uns e não para outros, colocar ou não coletores de lixo, permitir ou não cachorros na praia, permitir ou não veículos na areia a beira mar, limitar ou não a velocidade dos veículos nas cidades balneárias, apoiar ou não a construção de um porto ou usina termo elétrica.

E mais: no exemplo da Ilha do Mel:

- Na Ilha, disputando o jogo de predominância e sobrevivência ambiental, temos o NS dos *malucos* embora reduzidos em campings, a do NS dos pescadores terceirizados das indústrias e mercadores de pescado, os proprietários de estabelecimentos, como variante do NS desenvolvimentista, por não terem interesse que o desenvolvimento urbano continue, fazendo desaparecer belezas naturais que atraem negócios. Esses últimos, os comerciantes estabelecidos (Ns desenvolvimentista) delatam aos órgãos

ambientais e entram com processo de embargo de novas construções com o argumento de que “os outros estão agredindo a ecologia”¹¹⁷. O ecossistema, os pré-requisitos dos NS, a paisagem, já foi muito alterada por uma explosão de edificações para bares, restaurantes pousadas e hotéis e campings.

- Assim, é urgente um plano de manejo comum de todos os órgãos federais, estaduais e municipais para projetar e gerar ambientes para a Ilha do Mel que atendam aos vários NSs que constroem a *Ilha*, além de evitar a urbanização desenfreada.

8.1.18 A CONSTRUÇÃO SIGNOGÔNICA DOS OUTROS

Tendo por axioma que as sociedades e ambientes são multifacetados e interagem caótica e signogonicamente para gerar ambientes, nos quais uma signogonia predomina em equilíbrio instável, é de fundamental importância buscarmos entender como os NSs constroem a si e aos outros, envolvendo estratégias de atração, cooptação e repulsão de indivíduos e de NSs.

100 - Percebo o *turista* propriamente dito e o pessoal que mora aqui.

Vejo-os na beira da praia, andando pela cidade, no supermercado, nos barzinhos.

E percebo que existe aquele turista que é de passagem (**para a Ilha do Mel*) e faz compras pela vila. Existe também tem aquele que todo ano vem aqui passar o verão.

Acho que o valor das coisas locais, da praia, dos lugares, é cuidado por aquele que vem sempre. O de passagem, por ser menor o apego acredito que seriam estes que sujam a praia.

100 é um veranista que vem pouco para Pontal, mas ele nos fornece consensos, signogonias do NS denominado homo urbano quanto aos outros NSs. O pessoal que é morador não frequenta a praia, nem barzinhos, pois o espaço urbano e da praia foi construído de modo signogonicamente como um objeto de auferir renda quando eles o alugam aos turistas¹¹⁹. Geográfica, política e estrategicamente, Pontal do Sul não é passagem para lugar nenhum, a não ser para a Ilha do Mel.

¹¹⁷ Entendo longo prazo com um período de mais de 50 anos.

¹¹⁸ Paráfrase do discurso “ecológico” de uma proprietária de pousada nas Encantadas.

¹¹⁹ Um estudo de História Demográfica seria bastante interessante para saber se quem são os negociantes da praia, além de compor uma interface de nosso trabalho.

A possível diferenciação no cuidado da praia feita por aqueles que lá tem casa, os que alugam casas e mais freqüentam e os que menos freqüentam, pode ser entendida como a diferença entre o NS predominante em Pontal (praia-de-família) e os que, ao invés de irem para Matinhos em ônibus de excursão fazer um lazer tumultuado, vão para Pontal ou Ilha do Mel.

Sempre o outro NS é culpado dos problemas ambientais ou inadequações interativas em relação a grandes consensos. Entretanto, estrategicamente esse discurso pode ser apenas uma construção do outro, sem que haja uma verdade nas afirmações dos entrevistados, no sentido de que o turista de um dia (NS farofeiros) seja mesmo poluidor da praia; mas há uma verdade, uma estratégia, uma signogonia operante realmente em relação a ela na exclusão territorial do NS farofeiro. Essa signogonia funciona estrategicamente como repulsão dos que em Pontal do Sul não são do NS predominante praia-de-família letárgica; repele especialmente o farofeiro que, antes de tudo, é um brincalhão, um sátiro lúdico, que gera tumulto e quebra o sossego, pré-requisito fundamental do NS praia-de-família letárgica.

100, apesar de não ser proprietário de casa em Pontal do Sul é um componente do NS predominante em Pontal, (*praia-de-família*), por jogar seu jogo ambiental com as estratégias práticas aprendidas (que funcionam¹²⁰) para a exclusão dos farofeiros, dos *malucos*, dos jovens festeiros e outros que poderiam moldar Pontal como um ambiente diverso na disputa à predominância ambiental.

A exclusão *a priori* de outros NSs, sem verificar os fundamentos das afirmações e correlatas práticas interativas, é uma estratégia dos jogos signogônicos, significando que um reducionismo mono linear dos outros e do ambiente a apenas uma signogonia, é também uma estratégia de ampliação de um consenso, dessa signogonia. Estratégias tais que visam a ampliação de um consenso ambientalmente operante sobre o lixo, sobre a alimentação e tipos de lazeres adequados na beira do mar, agregam e repelem moldando o ambiente nas disputas dos jogos signogônicos ambientais.

Isso não é uma coisa maquiavélica, 100% consciente, mas são os consensos apreendidos no jogo signogônico ambiental. Signogonias são também lugares sócio/ambientais nos quais os indivíduos, mais fortuita ou caótica que voluntariamente, dispõem-se nos jogos signogônico/ambientais. Ninguém acorda de manhã e diz que vai

¹²⁰ No sentido wittgensteiniano do funcionar de um jogo de linguagem

participar desse ou daquele NS como quem se inscreve num clube, sem que a dimensão interativa na qual ele se casualmente se localiza nos jogos signogônico/ambientais influencie isso.

101 (jovem mochileiro) - A gente vê uma diferença de vez em quando, mas é sempre o mesmo ritmo, o mesmo tipo de pessoas.

Há uma predominância de um dado NS que em uma grande dimensão interativa quase pasteuriza o ambiente e sua paisagem¹²¹ ao nosso olhar. O conceito *praia* em sua versão denotativa geral é meio semelhante em qualquer lugar: tem gente com roupa reduzida, cada qual sob seu guarda-sol, cadeiras de praia, alguém jogando bola. Assim, o aspecto de generalidade, que é macro dimensional, é dado por interações em grandes escalas interativas e pela predominância nelas de um dado NS, que *quase* isoformiza um ambiente.

101 - tem muitos conhecidos entre os moradores

101 Sim, bastante.

São da Ilha

Na Ilha, só penso coisa boa. Às vezes o pessoal suja e não deveria sujar, não cortar as árvores que são coisas que eles fazem lá. Isso é vandalismo.

Agora eles estão meio conscientes lá na Ilha, mas ainda sujam muito

Está se impondo na Ilha do Mel um consenso operante, um projeto de ambiente, uma signogonia através da propaganda “*ecológica*” na TV que incorpora a natureza como quintal do homo urbano, ampliando seus domínios, que leva à descaracterização dos pré-requisitos de sobrevivência para o NS dos mochileiros. Pensamos que seja a do NS homo urbano/desenvolvimentista que deseja sua rua limpa e bem urbanizada com o governo presente na sua porta. Porém, mesmo os agentes governamentais não compactuam de uma só signogonia ambiental para Pontal ou Ilha do Mel.

Pensamos que o projeto potencialmente operante no futuro para a Ilha do Mel, a signogonia predominante, seja transformá-la em uma cópia da Ilha de Paquetá no Rio de Janeiro. Paquetá é totalmente urbanizada, com calçadas onde se aluga bicicletas de dois e

¹²¹ Quase, porque certos consensos são operantes em grandes dimensões interativas da população. Eles não são totais, mas abarcam a maioria do povo de um espaço, sendo que nesse espaço outras dimensões interativas existem. Além disso, pensando nos fractais, temos especificidades e generalidades em escalas interativas, que dão o aspecto geral da figura, das interações plurais em escalas.

três lugares, cheia de lanchonetes e restaurantes e tudo que um parque da cidade possa oferecer. O espelho para esse projeto, essas signogonias¹²² de gestão ambiental no Paraná é Caiobá; porém, num nível, numa dimensão interativa ambiental nacional que tende a assemelhar-se à urbanização da orla marítima carioca.

Desse modo, nas praias, o projeto ambiental potencialmente predominante, as signogonias do NS homo urbano/desenvolvimentista e a do gestor modernista são semelhantes a história da montanha e Maomé: já que é impossível trazer a praia para a porta da casa ou para Curitiba no Primeiro Planalto, leva-se a casa e a cidade (os jogos ambientais urbanos) para a beira da praia só que, com a casa, levam signogonias ambientais, consensos do jogo signogônico e as inadequações interativas, os problemas da cidade.

Embora o Sr. Secretário de Meio Ambiente de Pontal (1987) tenha afirmado que *todo turista é bem vindo*¹²³, a leitura que fizemos de seu discurso aponta quase sempre para uma Pontal que seja cidade industrial/porto/praias semelhante a Santos. A própria generalização *todo turista* não leva em conta a pluralidade social que gera ambientes.

Assim, no construir signogonicamente a si e aos outros, o lixo tende aos farofeiros, sendo que ambos são responsabilidade do governo: ao primeiro cabe ser coletado e, aos segundos, educados por campanhas e distribuição de sacos de lixo, fiscais, ou serem impedidos de terem acesso à beira do mar que é um bem de todo cidadão brasileiro.

101 - Jogam tudo em qualquer lugar. Se não é os nativos para dar uma limpeza. **Fora da temporada os nativos trabalham mais ainda do que trabalham agora, juntando lixo.** Para você ter uma idéia eles fazem um buraco e jogam o lixo ali. Mas, o pessoal sai andando e jogam lata de cerveja jogam, restos de abacaxi, laranja.

Fizeram uma vez uma campanha: “jogue o lixo no saco”, lá no Marumbi. Todo mundo que entrava no trem ao descer ganhavam um saquinho de lixo. Isso não adianta, ninguém respeitava. Eu acho que é muito difícil. Depois que acaba a travessia para a Ilha o pessoal tudo fica igual né. **Vamos dizer, você é rico e eu sou pobre, ficamos tudo no mesmo nível eu acho. Só que tem o nível do rico e do**

¹²² Urbano/urbano (que não vive sem os prè requisitos fornecidos pelas grandes cidade e para quem tudo deve virar megalópole industrial) Aí enquadraram-se principalmente o gestor urbano modernista e modernizante (e Ns desenvolvimentista que constrói e comercia cidades).

¹²³ Vide Anexo.

pobre na mente ainda. O rico acha que tem dinheiro ele joga lixo, o pobre já pensa.

103 Os farofero . (risos***) os farofeiros.
São aqueles que vem para almoçar na praia, jogam lixo.
Tem bastante aqui em Pontal?
Ah! É o que mais tem no final de semana

Os turistas, as pessoas de fora

É que o turista vem para passear, não traz lixo para a praia e os farofero não, eles trazem comida de casa e jogam os restos na praia que fica uma sujeira só e as que não trazem, os pobres e os ricos.

O pobre traz lanche para a praia e o rico que pode almoçar bem vai no restaurante e não deixa nada. **Mas tem algum turista também que é bem porco** deixando lixo na praia toda.

Aqui confirma-se que a questão do poder aquisitivo não é determinante, mas é limitante e constitui uma das estratégias do jogo signogônico, sendo a principal associação com os semelhantes, com o NS e seu modo operante, sua signogonia.

Há veranistas em Pontal que constróem signogonicamente as pessoas de fora do Estado como **turistas**. São de outra dimensão interativa. Esses turistas, fazem parte daqueles que cuidam do lixo, ou seja, do NS homo urbano/urbano que cuida de sua rua e colabora com o governo. Porém, outros entrevistados afirmam que entre os turistas existem alguns que agem de modo semelhante a porcos, o que significa que não coadunam com o NS homo urbano/urbano, agora predominante na Ilha do Mel. Esses últimos em suas interações não fazem parte da mesma signogonia ambiental que lá predomina; mas também há uma idealização e correlata interação consensual do turista vindo de fora do Paraná, portanto compõe uma signogonia dos paranaenses em relação ao forasteiro.

104 A gente consegue perceber diferenças. Uns vem para aproveitar a praia e **outros para o lazer ficando na areia**. Na minha opinião, praia não é para todos, pois nem todos sabem **desfrutar adequadamente**, pois muitos **vem mais para bagunçar do que para se divertir**.

Eu estava comentando com minha esposa que muitas pessoas vem para a praia para poluir, para mim isso é falta de higiene. Olhe em volta e veja a poluição que está ai. São latinhas jogadas na areia, papéis, copos descartáveis, sacos plásticos. Eu acho que se as pessoas fossem mais conscientes, viriam para a praia para se divertir e cuidariam da praia para que não ficasse suja.

O que é *desfrutar adequadamente*, o que é *se divertir* senão jogar o jogo signogônico de acordo com a signogonia predominante nesse campo de jogo, neste ambiente de letargia? A entrevistada 104 nos deu a *pedra de toque*: o NS farofeiros assemelham-se mais a sátiros lúdicos que a lagartos ao sol, sendo por isso consensualmente os únicos culpados pelo lixo. Por serem *bagunceiros*, socialmente aparecem mais em espaços mais reduzidos e populosos como a praia de Matinhos que em décadas anteriores era tida como uma praia ruim para o banho de mar.

105 Não. Tem vários tipos de pessoas. **Tem umas pessoas muito loucas.**

Sei lá, não tem muita diferença. **As pessoas que vem, vem para curtir. Elas estão na delas. Mas, tem pessoas diferentes. Tem aquelas que vem para zonear, zonear. Que nem esses tempos atrás, um cara chegou intimando nossos camaradas aí. Chamou prá briga aí.** Eles chegaram em cinco e nós tava limpo. É isso que a gente fica fudido da cara.

Os consensos de interação e atração de mulheres no NS do surfista não incluem a demonstração de masculinidade e força através de brigas. Tal descompasso interativo ambiental, tal inadequação na praia dos surfistas, ameaça a signogonia do NS predominante naquele território.

104 Eu não consigo identificar quem suja a praia. **Isso aí é quase que no geral.** Eu vejo pessoas idosas que na minha opinião deveriam dar o exemplo para os mais novos e no entanto, vejo pessoas idosas poluindo a praia.

Desculpe pelo português claro, mas acho que é por serem porcos mesmo. Eu acredito que se uma pessoa na casa dela é uma pessoa higiênica, ela também será em qualquer lugar que vá. Eu na minha casa tenho muita higiene e, do mesmo modo na praia, ou em qualquer lugar que eu vá. Eu procuro jogar papéis de bala, latas de bebidas e carrego até um local apropriado para descartar.

Consenso sociais que funcionam coletivamente e tal funcionar são dados pela experiência de que funcionou anteriormente e pelas estratégias de atração, repulsão e ampliação do consenso interativo de um NS. Assim, quando um indivíduo diz que o comportamento de alguns idosos se assemelha ao dos porcos ou que a culpa do lixo é só de um NS, individualmente é uma identificação com um NS, uma rejeição de outros NSs e uma estratégia coletiva de reafirmação do seu NS.

106 (bombeiro salva-vidas) Tem várias diferenças. **Porque esta praia aqui, ela ajuda muito os salva-vidas porque ela é uma praia muito familiar. O pessoal que frequenta aqui é um pessoal mais de idade e mais familiar. E o pessoal hoje está faltando aprender muita coisa ainda, principalmente em relação a limpeza. É que o pessoal vem, traz alimentos, traz cerveja e deixam os resíduos na praia, eles não pegam o lixo para colocar em local adequado.**

Existe um grupo do pessoal mais de idade. Essa praia se divide bastante em dois grupos. Porque o grupo de maior idade, os mais idosos, eles respeitam mais. Já o pessoal da fase de adolescência para frente, eles não respeitam muito. Se chamo a atenção eles não ligam muito.

Um NS é reconhecido pela identificação de ação e discursos operantes, assim como pelas construções que os outros NSs fazem dele e vice-versa, ou seja pela sua signogonia. Essa citação acima reafirma que Pontal possui pré-requisitos naturais para uma praia familiar, e também territórios socialmente diferenciados para jovens e idosos. Os jovens não atendem aos salva-vidas. As alegações também denotam a questão dos pré-requisitos naturais para tal NS, que facilitam o trabalho do salva-vidas. Essa entrevista foi feita na divisa de territórios entre a Praia Grande e a Praia Brava, como área de transição de predominâncias ambientais. Existem quilômetros de praia onde um NS predomina e Pontal não é uma praia para os jovens e suas interações ambientais.

Devido aos atropelamentos na areia, esse salva-vidas sugere que se façam estacionamentos próximos à praia. É importante ressaltar que acontecidos durante o *Carnaval* de 1997, não foram por falta de lugar para estacionar à beira do asfalto a 60 ou 80 metros do mar, mas sim porque o carro faz parte dos pré-requisitos de um NS que constrói a *sua praia* como sua piscina, tendo tudo à mão.

Já alguns guardas rodoviários que vieram atender um atropelamento à beira-mar enquanto fazíamos entrevistas, disseram que não há na areia placas indicativas da proibição de trânsito de veículos, por isso eles não podem multar os condutores, por nós classificados NS gladiadores urbanos motorizados e NS aristocratas tardios, que pensam e agem de modo radicalmente excludente, como se a praia fosse parte de sua casa de campo e quer seu carro no limiar do encontro da areia com o mar que inclusive funciona como marco para demarcação de um território de exclusão de outros NSs.

106 Nessa praia (*Pontal do Sul*) aqui o que deveriam fazer é um estacionamento melhor para os veículos para os veículos não transitarem na praia. **É necessário afastar os veículos da areia para que os banhistas se sintam mais à vontade.** Porque o que está acontecendo aqui é que os carros transitam na areia da praia, e não tem como nós guarda-vidas fazer alguma coisa.

O ambiente para desfilarmos de carro na Avenida Beira-Mar é em Caiobá, onde a praia é o quintal dos apartamentos, umas poucas moças tomam sol na areia e a maioria absoluta das pessoas caminha, desfila ou fica nas mesas de bar colocadas nas calçadas da Avenida. Isso não cabe no território do NS praia-de-família de Pontal do Sul por ameaçar o sossego do NS lá predominante.

Uma gestão ambiental adequada dirigida para os que desejam desfilarem seus carros na beira da praia (o NS *boys*) é acabar com os pré-requisitos naturais e urbanísticos que existem em Pontal para que seja uma praia-de-família, é uma desconstrução dos pré-requisitos das interações ambientais predominantes do NS praia-de-família, instalando uma larga avenida beira mar com acesso até a beira d'água, estacionamento e barzinhos, fazendo de Pontal uma quase-cópia de Caiobá. Uma gestão ambiental que favoreça ao NS hoje predominante em Pontal, o praia-de-família, aumentará o policiamento e aplicará severas multas em quem se aproximar da praia com seus carros, para que ela continue sendo o espaço do sossego das famílias letárgicas na beira d'água. Porém, mesmo as placas de trânsito nos principais acessos dos carros à areia, os guardas e os fiscais alterariam o sossego de Pontal.

Assim, o NS que gera a praia como espaço do jogo signogônico flerte sobre rodas, como extensão do flerte sobre rodas que ocorre na Avenida Batel na cidade de Curitiba ou Caiobá, está em um campo de jogo inadequado em Pontal. São construídos por outros NS como *jovens mal educados que não respeitam nem guarda-vidas*.

107 **Dá para diferenciar. Bastante inclusive. O que diferencia é a educação. Por isso que existem grupos separados.** A educação influi muito. Você vê como as pessoas se comportam na praia. Por exemplo, o problema do lixo você vê.

Se pensarmos educação como um ritual de adequação a um consenso, a uma signogonia, um processo de isomorfização das signogonias buscando reduzi-las a apenas uma, novamente temos conflitos entre NSs: entre o proponente dessa *educação*

ambiental, que educa apenas a partir de sua estesia ambiental consensual ao seu NS, facilmente confrontando-se com as outras signogonias operantes naquele ambiente complexo.

Na construção signogônica do outro, sempre o outro NS é o *maluco*, o disfuncional, o anormal, o que comporta-se como *porco*. Isso não é gratuito, é uma estratégia de agregação, repulsão e reafirmação da predominância de uma signogonia num território e desconstrução da signogonia ambiental de outros NSs.

8.1.19 A TALASSOMANIA¹²⁴

Das duas entrevistas com (95) H. P. de Schmidlin, pudemos apreender que os balneários paranaenses foram iniciados por famílias abastadas alemãs e italianas de Curitiba (os Haurer, Schaffer, Bigarella, Müller, Schmidlin...) na década de 1920 e 1930, tendo como pontos principais da difusão da atividade balneária a Ilha do Mel e um pequeno trecho de praia mansa em Matinhos, onde ainda existem algumas casas dessa época. O nominalismo “talassomania” surgiu de Schmidlin em sua entrevista.

Segundo BIGARELLA (1991), inicialmente as terras de “*Matinho*” (*sic*) estavam sob o domínio das famílias tradicionais do local (APS) e da Irmandade da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Guaratuba. O primeiro loteamento em Matinhos foi elaborado por Carlos Ross, sendo o segundo feito por Max Roesner, que expandiu a urbanização no sentido norte. Roesner também aterrou um mangue próximo à atual rua Roque Vernalha no início da década de 1930 e o loteou.

95 Vou te contar a minha história, depois você vê. Em detrimento de quem viveu. Eu era criança, sempre conheci praia. Matinhos, por exemplo, o único acesso era pegar uma estrada secundária para lá, que vai por dentro é o mesmo caminho, mais ou menos, de Alexandra a Matinhos. Tinha uma estrada por dentro, mais encostada. Depois abriram a da Praia de Leste, essa foi a grande descoberta, que começou os carros pequenos lotações, com 8, 10 passageiros, na década de 30, 40. Você parava, tinha que esperar a maré e, daí, quando era possível, você ia para Matinhos. Matinhos só existia aquele centro onde tá aquele hotel dos alemães, da família Schibler. Esses *cabras* eram donos do centro, era aquela coisinha ali. E para v. ir para Caiobá também ia pela praia, não existia estrada. Só tinha o hotel do Müller, ele que

¹²⁴ Conceito utilizado nas entrevistas ou produzido por H. P. Schmidlin.

depois fez o grande loteamento, entre Matinhos, sendo que Caiobá foi loteada pelo velho Ihle .

Schmidlin afirmou que em Caiobá, Augusto Blitzkow executou um loteamento com ruas amplas e traçado regular, sendo que a continuidade desse loteamento foi dada por seu genro Carlos Ihle. Lá, outro loteamento foi executado por Felipe Mendes.

Segundo Schmidlin, nessa época (antes de 1950) ir de Curitiba até Matinhos ou Caiobá com seu próprio carro era uma aventura por estradas ruins, sendo que um trecho delas coincide com a atual estrada Alexandra Matinhos, que hoje tem duas pistas asfaltadas para ir e duas para voltar. A estrada terminava em Praia de Leste. Após horas de espera pela maré baixa, seguia-se de Praia de Leste com o carro pela praia, às vezes perdia-se o carro que afundava na areia com a alta da maré. Havia também quem descesse a Serra do Mar em um trem até Paranaguá e, de lá, seguia com uma jardineira¹²⁵ até Praia de Leste, onde nada havia por ser uma praia de muitas ondas e, de lá, seguia-se até *Matinho* ou Caiobá. Schmidlin afirma que devido ao custo desse passeio, os operários não tinham acesso a dele.

Em Matinhos, o abastecimento de água e eletricidade eram precários, o que levou que os proprietários das casas de veraneio a fundarem uma empresa para solucionar o problema.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas perseguiu imigrantes italianos, alemães e japoneses no Paraná, dificultando o acesso as praias, especialmente à Ilha do Mel, que se tornou área de segurança nacional. Porém, após a 2ª Guerra, mesmo com todas as dificuldades, até os menos abastados, utilizavam-se de caminhões que funcionavam como *trêilers*, popularizando o acesso à praia.

95 Matinhos, já existia alguma coisa. Mas não era uma praia considerada muito boa, ela só tinha um cantozinho, onde tinha a pedra... Quando começou haver a grande ocupação, começou a proliferar, aquela praia, **daí a gente chamava a praia da merda**. Aí a turma começou a procurar mais Caiobá.

Porque virou um povão, ...que seria o atual farofeiro. Antes havia a distinção social. O pessoal mais rico. Você imagina o pessoal sem educação, sem hábitos de higiene, aquela coisa toda. Ocupavam a praia, deixavam tudo ali, sujavam e aquilo tudo. O pessoal começou a sentir um certo asco por essa falta de higiene. Então, começou a abandonar e, foi, daí, que começaram a abandonar, foi que começaram a

¹²⁵ Como são chamadas as os ônibus e lotações coletivas de turismo, normalmente com janelas que permitem visão panorâmica.

vender as casas, começaram a sair e procurar outros locais. Uns foram para Caiobá e, outros, para o Sul, até Santa Catarina.

Eles não tinham nem barraca. Eles faziam toldo. Iam de caminhão e paravam todos ali na praia, com o toldo e, especialmente, o povo do porto de Paranaguá, ia para praia. A única praia era a de Matinhos.

O testemunho de Schmidlin vem confirmar novamente que *praias* são territórios/ambientes de NSs. No caso, Matinhos, especialmente próximo ao Morro do Cristo, onde a praia é mais rasa e mansa, era a pequena *praia* de uns poucos abastados de Curitiba. Havia predominância de um consenso inter-ativo, de uma signogonia da praia exclusiva deles como extensão de suas casas de veraneio, tanto quanto um trecho de rio faz parte de uma chácara privada.

A facilitação do acesso à outros NSs, sem uma infra-estrutura urbana para recebê-los (Schmidlin disse que havia somente o hotel do Müller) não impediu que invadissem a *praia dos outros*. Mesmo os proprietários de casas dispunham em seus terrenos apenas de uma fossa sobre a qual eram construídas *casinhas* de madeira (1m. x 1m, + ou -). Ainda hoje é precária a rede de esgotos no litoral e que as fossas podem contaminar o lençol de onde muitos tiram água de poços para uso doméstico.

Com a popularização do acesso às praias, esses proprietários de casas de veraneio viram-se despojados dos pré-requisitos de construção de seu ambiente de sua praia. Devido a invasão de outro NS, houve um segundo êxodo das famílias abastadas em direção às praias do sul, quando a ocuparam inclusive praias de Santa Catarina.

Segundo Schmidlin, Müller, proprietário do hotel conseguiu fazer um loteamento em Matinhos, que veio a tornar-se a praia onde a elite operária tem suas casas de veraneio e dos farofeiros que passam um ou dois ou três dias na praia.

L 95 - Na década de 20 e 30, os imigrantes e seus descendentes chegaram a construir uma infra-estrutura espetacular na Ilha do Mel, mas foram alijados e expulsos pela Guerra. Aí começaram a ocupar o litoral catarinense, porque no litoral do Paraná não haviam boas praias de enseadas com poucas ondas que são adequadas aos banhos de mar; como de fato nosso litoral é o menor do Brasil, tem 80 km., é uma porcaria como costa. A única coisa dentro do litoral que tem praias boas é o litoral norte, Superagüi e a Ilha do Mel, fora disso você não tem praia.

Para controlar os farofeiros, mantendo-os longe de Caiobá, a Prefeitura construiu em Matinhos um estacionamento para ônibus e caminhões utilizados como trêilers e, junto ao estacionamento, colocou o módulo da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Assim, disciplinou, o acesso à essa ou àquela *praia* regulamentando os pré-requisitos dos farofeiros como o estacionar seus ônibus, caminhões e trêilers em qualquer lugar e o acampar onde desejassem.

95 - Porque ali em Matinhos tinha uma enseadazinha que se podia tomar banho seguro. Qualquer nível de idade. Esse conceito de praia hoje de qualquer lugar presta, isso é marketing imobiliário. Mas, praia daquele tempo você escolhia um local seguro, onde no mar não oferecia o perigo de o banhista ser arrastado, você podia nadar, abandonar as crianças. Pode ver, todas elas, no Paraná, da Ilha do Mel até o Sul. Porque eu conheço essa região toda. Para considerar uma praia boa é o mesmo figurino: primeiro o aspecto geográfico, onde tenham enseadas com poucas ondas, isso é bem característico.

Veja, Matinhos, Caiobá, Ilha do Mel, Camboriú, Cabeçudas, Florianópolis, todas as praias mais famosas, onde que começaram? Veja todas elas têm uma configuração bem parecida. O local protegido, com água mansa, tem mar aberto, veja a Enseada de São Francisco. **E, depois, de 1950** é que começou o grande *boom* em todas as praias, então diziam que todo o lugar é bom entre aspas.

Em terra, a partir da década de 1950 (coincidindo com a criação da Cidade Balneária de Pontal do Sul), as praias passaram a ser um divertimento popular, sendo que inicialmente procuravam-se locais de enseadas com poucas ondas seguras para o banho. Schmidlin afirmou que após a Segunda Guerra Mundial houve uma difusão na população do que ele chama de *talassomania*, que entendemos como a instauração de um grande consenso sobre as praias numa grande dimensão interativa na população urbana significando e sendo moldadas ambientalmente como local privilegiado para o lazer.

Com o *boom*, o arranco da popularização balneária, os terrenos das praias da condição interativa de reduto de lazer das famílias de comerciantes curitibanos, tornou-se mercadoria popular e, como diz Schmidlin, as praias do Paraná, geograficamente não são atrativas para atividades balneárias por terem poucas enseadas calmas, sendo que devido à grande procura por terrenos para construir casas de balneário *qualquer costão ficou valorizado* como mercadoria imobiliária.

95 Essa parte eu não sei. Sei alguma coisa sobre Caiobá.

Ah, não. Todas eles eram terrenos da Marinha, que até hoje é.

Você pagava pelo *laudêmio*, que é um a taxa pela ocupação terras públicas. Essa era uma lei colonial ainda em vigor no Brasil, felizmente, em toda a costa é de domínio público. Todas as Ilhas são de domínio público. Florianópolis, Santos, Rio de Janeiro, teoricamente, não é de ninguém aqueles terrenos, pertencem ao Governo Federal. Você paga uma taxa de ocupação. Tanto que tem uma norma engraçada que diz assim: na hora que o governo precisar da terra você tem que sair. Isso tá na legislação. A legislação sobre o patrimônio público desde o século passado não mudou até hoje. Inclusive, tem-se dificuldade com a questão da faixa da marinha, que não se conseguiu definir com a 30 ou 33 com a maré média, que naquela época que estabeleceram (1833), que é o limite da faixa da marinha.

Então, Pontal do Sul é um caso concreto. Onde é que tá os limites das terras do patrimônio? Então, tem dado brigas no tribunal e indefiriram até hoje com pessoas que estão a 500m. Porque o mar hoje aumentou 500 ali na faixa da Marinha. Em Pontal do Sul o mar recuou 500 metros, meio quilômetro.

Uma grande questão das construções das cidades balneárias são os recuos-padrão das construções em relação as marés máximas definidas na legislação federal há mais de 150 anos. Ocorre que o litoral paranaense possui grandes áreas de instabilidade geológica¹²⁶ e, às vezes, em uma ou duas décadas, o mar recua mais de 500 metros em um local e, passadas outras décadas, ele invade até mais do que anteriormente havia depositado. Tais variações a um padrão fixo de recuo das casas em relação às máximas das marés definidas fixamente na legislação federal há mais de 100 anos, tornam difícil um planejamento urbano nas cidades balneárias e muito cara a manutenção da infra-estrutura urbana beira-mar.

Segundo Schmidlin, a Marinha brasileira é depositária dos terrenos de patrimônio público próximo às águas fluviais e de mar, e tem direito de receber taxas pelas concessões e uso desses terrenos, o que lhe confere uma boa renda.

Ocorre que a gestão da ocupação inadequada dessas áreas recai sobre os Estados e os Municípios que arcam com o custo de obras. Entretanto, a lei de 1833 sobre as construções em áreas de risco de inundação reza que o governo federal poderá retomar a qualquer momento tais áreas, cassando a concessão de uso. Portanto, ao invés de gastar somas vultuosas de dinheiro público tentando consertar estradas, calçadas e outros bens públicos construídos em áreas de risco geológico para beneficiar algumas dezenas de

¹²⁶ Informação do Dr. Renato Eugênio de Lima (NIMAD-PDCT. 1998).

proprietários de imóveis que estão nessas áreas, é possível ao governo fazer uma permuta com esses proprietários por outros terrenos em áreas mais estáveis, porém menos belas e rentáveis comercialmente. A longo prazo, deverá custar mais barato para o governo indenizar essas casas que estão em áreas de risco geológico e demoli-las, ao invés de ficar reparando os estragos feitos pelo mar em calçadas e avenidas beira-mar.

8.1.20 OS DADOS DA GRADE E A DISSEMINAÇÃO DA *TALASSOMANIA*.

O trecho do Relatório da GRADE¹²⁷ que consta nos anexos da tese, nos permite entender melhor as interações ambientais nas praias, especialmente no que se refere ao aumento generalizado da demanda por espaços com praias calmas ou não. O que esse trecho reafirma, é que as áreas balneárias do litoral e o núcleo urbano de Paranaguá estão sofrendo grande pressão antrópica, especialmente o balneário de Matinhos que sofre a maior demanda territorial, sendo considerado como território *praia* do NS farofeiros.

Ou seja o projeto, a signogonia ambiental, predominante no litoral paranaense tem sido historicamente a do homo urbano/desenvolvimentista, o qual tudo urbaniza, sem grandes preocupações ambientais com a qualidade de vida, dos jogos signogônicos dos veranistas, dos moradores do litoral e com a destruição de ecossistemas.

Durante a coleta dos dados oficiais disponíveis para os trabalhos da GRADE (1995/96), algumas praias do litoral estavam se separando politicamente de Paranaguá para formarem um município independente. Este município denominado Pontal do Paraná englobando varias praias, entre elas a de Pontal do Sul. Portanto, formou-se um município que tem como base econômica o lazer do homo urbano, em suas várias dimensões interativas (NSs e signogonias), gerando ambientes nas praias em feriados e férias que, durante esses períodos, alteram os jogos signogônicos predominantes numa cidade interiorana situada na beira do mar.

Assim, o crescimento dos balneários influenciou os dados sobre o crescimento populacional do Município de Paranaguá coletados em fontes oficiais como o IBGE, as quais são insuficientes para uma pesquisa sobre os jogos signogônicos ambientais do litoral paranaense¹²⁸. O fato de a Ilha do Mel, na nova organização política dos

¹²⁷ Pesquisa coletiva dos alunos da 1ª turma do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, com redação final feita por M. Andriquetto.

¹²⁸ Nesses relatórios existem dados como um kilo de peixe pescado durante um ano na baía de Antonina. Vide relatórios da década de

municípios do Litoral, não pertencer a Pontal do Sul, mas sim a Paranaguá, acarreta ônus administrativo para Pontal do Paraná¹²⁹ que é ponto de passagem e gestão de transeuntes para a Ilha enquanto as taxas e impostos da Ilha pertencem a Paranaguá. A Ilha, na nova organização política, ficou numa situação que faz lembrar as Ilhas Malvinas por estar em frente a Pontal e não pertencer àquele município.

As altas taxas de crescimento na orla marítima ocorreram por questões de êxodo rural do interior do Paraná para Paranaguá¹³⁰, que teve seu porto incrementado com o sistema de carregamento por *containers*, e em função do rápido crescimento das cidades balneárias com a proliferação da *talassomania* após a Segunda Guerra Mundial, especialmente em Matinhos. Esse crescimento acentuou-se com o fato de que muitos dos que vieram trabalhar nas extintas empresas de Pontal ficaram no Litoral. Matinhos, entretanto, é indubitavelmente a cidade que mais cresceu.

Em Matinhos, o NS dos *sátiros lúdicos* (farofeiros) é predominante.

95 Matinhos veio a ser a praia mais popular. Até então, havia uma distinção social. Depois da 2a. Guerra, entrou a massa, agora, como ela entrou é que você poderia ver.

É ela própria se sentia muito mais à vontade em Matinhos do que em Caiobá, que era do pessoal de elite, que até hoje é. Depois disso que veio, vamos dizer, Guaratuba como balneário. Depois ela virou cidade, hoje, Guaratuba é uma cidade.

123: (De bom em Caiobá) Infra-estrutura, né. Bares, lanchonetes.

Tão invadindo. Cada ano que passa, vem muito mais pessoas, tão sujando.

Esse trecho de depoimento narra a ocupação das praias paranaenses pelos veranistas dos vários NSs rompendo com o privilégio do acesso balneário apenas à elite curitibana. Para o consenso interativo operante até o fim da Segunda Guerra Mundial, a signogonia dos imigrantes europeus e seus descendentes, a praia era uma extensão de sua casa de veraneio, era o isolamento do tumulto urbano e para a confraternização entre eles

1970 e 1080.

¹²⁹ Esse ônus deve-se ao fato de que sendo Pontal do Sul ponto de passagem e embarque para a pequena Ilha do Mel, a qual já chegou a abrigar entorno de 15 000 veranistas num final de semana, a Prefeitura tem gastos para acomodar os ônibus e gerir esse povo que por ali passa.

¹³⁰ Ver histórico do litoral nas notas finais e no qual há dados populacionais apontando um grande ingresso de pessoas do interior do Paraná e principalmente dos Estados do Nordeste do Brasil que para lá se dirigiram em busca de trabalho.

mesmos. *Praia boa* era uma enseada calma onde os banhistas ficariam abrigados da força da maré, e praia era para banhar-se nas águas, o que hoje é desnecessário para vários NSs que constróem suas praias. Hoje muita gente passa dias à beira-mar sem entrar na água do mar, mas fazem suas *praias*, seu jogo ambiental em terra.

Mas nada impede o farofeiro de farofar e, com suas estratégias, até de expulsar o NS predominante para gerar um território onde ele predomine como ocorreu na história de Matinhos. A melhoria das estradas e do transporte coletivo, bem como os loteamentos e criação de cidades balneárias como Pontal do Sul a partir da década de 1950, popularizou ainda mais a *talassomania*, fazendo com que mesmo praias de mar aberto com grandes ondas, sem qualidades para a prática do banho de mar, se transformassem em cidades balneárias. No entanto, para muitos NSs, ir à praia para gerar (gonia) seu ambiente *praia* ou tomar banho de mar é dispensável, pois suas interações ambientais que signogonicamente geram sua praia não envolvem necessariamente tal atividade.

Além da beira d'água, a praia de um NS também invade outros ecossistemas como marismas, morros geologicamente instáveis, restingas e mangues; feições ambientais que hoje são apropriadas segundo a signogonia predominante, a urbana/desenvolvimentista, para construir casas, marinas, etc, seguindo os moldes da propriedade privada como uma signogonia e estratégia de gestão ambiental predominante para a atração e/ou exclusão de NSs.

Na historiografia brasileira, há um culto ao “*primeiro pioneiro*”, como o povo fala, colocando-o no pedestal como herói desbravador. Entretanto, parte desses europeus saudosistas sobre o tempo em que as *boas* praias eram ítalo/germânicas, aproveitou-se da difusão da *talassomania* para transformarem-se em alemães, italianos, libaneses agentes imobiliários no litoral, construindo signogonicamente a orla marinha como mercadoria do NS urbano/desenvolvimentista. Começaram pelos loteamentos de Matinhos e Caiobá. A propriedade de uma casa de balneário e a predominância territorial de um NS num conjunto de habitações como Pontal do Sul é uma das estratégias possíveis de manutenção dessa predominância signogônico/ambiental. Mas não há certeza de que outros fenômenos plurinterativos ambientais ocorram e alterem a predominância de um NS.

O entrevistado 123 em seu depoimento indica o marco histórico na passagem de Pontal do Sul da condição de um ambiente onde predominava o NS dos agricultores-

pescadores de subsistência (APS) com terras de uso comunal¹³¹, em um espaço esquadrinhado em lotes privados, um balneário que se tornaria atual e predominantemente uma praia-de-família.

A empresa de urbanismo que desenvolveu Pontal conseguiu do governo federal o título dessas terras e apossou-se de terras que os agricultores pescadores de subsistência (APS) utilizavam há décadas, “reduzindo” (semelhante às Reduções jesuíticas) os componentes do NS (APS) em pequenos lotes com a venda das terras.

123 - Eu vim aqui comprei uma das primeiras data aqui na frente. Tenho uma casa. A imobiliária era do *tar* do Seu né. Até hoje ele ainda cuida de Pontal, e mais uns cara de Curitiba. Eu vim aqui *c'ua pranta* na mão e não se via uma casa. Aí eu vendi prá pode construi mais pá trais.

Lá o mar tá recuando cada *veis* mais. Ia até lá naquela rua onde tá os barraco onde eles guardavam os barco. Os pescadores chegavam a guardar os barcos lá, hoje não, o senhor vê que hoje precisa pegar um caminhão prá guarda os barco lá de tão longe que dá água que está. O mar recuo bastante!!! Eu *so* leigo nisso, mas vê que em otros lugar a água tá entrando dentro da cidade já.

Aqui, eu como proprietário de casa aqui, eu não mexeria em nada da praia. Somente conservação e policiamento disciplinado. Conservação é só uma limpeza das coisa que farofeiro larga por aí e só.

O projeto de desenvolvimento balneário de Pontal como parte de uma signogonia, a do homo urbano, em sua dimensão interativa NS praia-de-família e na do NS desenvolvimentista e do gestor moderno mantém-se com base em estratégias que não se reduzem apenas ao poder aquisitivo de quem compra terreno e constrói ou aluga casas.¹³² Tais estratégias vão desde o difícil acesso para quem não tem carro, *o não mexer em nada*, até as exigências dos proprietários de tempo mínimo de uma semana ou mais para alugar casas e o policiamento disciplinado.

Portanto, a condição ambiental de um NS como predominante ou não, numa dimensão interativa, não pode ser axiomáticamente reduzida apenas a um condicionamento dimensional de classes que, embora existam, são apenas uma dimensão do jogo ambiental que é muito mais complexo.

131 Embora o uso das terras fosse negociado pelo agricultor pescador com aquele que era reconhecido socialmente como proprietário segundo os depoimentos, alguns proprietários possuíam o título da terra, porém alguns proprietários não tinham título e, mesmo assim, devido ao uso tradicional familiar eram reconhecidos como senhores da terra que utilizavam por outros agricultores-pescadores.

132 Uma tabela comparativa de preços de lotes, impostos, aluguéis de casas e campings; preços das lanchonetes e restaurantes em cada praia para romper com o consenso (comum) reducionista de que cada área cada espaço é apenas de *uma classe*. Em nossa dimensão interativa na pesquisa faltou um economista para uma interação interdisciplinar.

125 Venho nos feriados, geralmente, todo ano. Venho mais pra Pontal, eu tenho casa aqui há quatro anos. Conheço Matinhos, o litoral paranaense quase todo. Eu acho que não, **por ser uma praia mais longe de Curitiba**, né. O pessoal que frequenta Matinhos geralmente é um pessoal de poder aquisitivo mais baixo e fica por lá. Acho que pro pessoal ficar por lá, é mais perto de Curitiba, né, é mais fácil de chegar.

Ah, dá diferença. O pessoal de Caiobá já é um pessoal mais antigo e com poder aquisitivo mais alto né. É uma praia que já tem uma estrutura melhor em comércio, é mais prático. É uma praia mais antiga né, desenvolveu mais antes de Pontal.

126 Só pelo cheiro da praia. Quando estou entrando aqui na cidade de Pontal é que sinto que estou na praia mesmo.

127 Mais comodidade na praia. **A praia é mais limpa, tem mais espaço para as pessoas brincarem (Pontal). Com a família. Sim.**

Pensando na questão da gestão ambiental via estratégias de atração e repulsão, pré-requisitos naturais e urbanos para a predominância de um NS, temos o sossego de Pontal do Sul como o grande atrativo para os componentes que se identificam com o NS praia-de-família, o qual não deseja que nada seja alterado lá ¹³³.

122 10. Porque aqui é um lugar tranquilo para a gente passar um dia assim. Não é uma praia muito cheia de movimento. É mais tranquila né.

121:- A gente sempre loca a casa. Eu venho mais aqui para Pontal.

Também vou para S. Terezinha, Caiobá e Guaratuba

M.P. - Tem casa aqui?

123: Não, fico na casa di meu sogro.

123 : Aí é variado: Praia de Leste, Matinhos, Caiobá, Guaratuba. **Mas eu prefiro Pontal, pela limpeza que tem a água.**

Em Pontal, a aparente limpeza da água é um pré-requisito natural para alguns NSs. Lá os jogos signogônicos ambientais geradores das *praias* ocorrem predominantemente

¹³³ Em Pontal, vários entrevistados oriundos de outras cidades têm parentesco com moradores ou proprietários de casas de veraneio em Pontal do Sul.

na beira d'água, ao contrário do que ocorre em Caiobá onde se constróem *praias* na Avenida Beira-Mar. Lá, a avenida é o *grande campo do jogo ambiental praia*.

Para uns, tem-se uma praia como novidade, negação das interações urbanas quase pasteurizadas, para outros NSs, tem-se a praia espaço de lazer, para outros a talassomania é tida como ininteligível, como banalidade ou como uma interação diversa da qual se pode auferir algum ganho. Quem somos na plurinteratividade e que *praia* queremos? É uma questão que devemos fazer antes de nos propormos a pesquisar e gerir um ambiente.

132 Lá é um movimento muito grande. É como se Joinville tivesse se mudado inteiramente para São Francisco. Então você tem uma comunidade de joinvilenses dentro da Ilha e o pessoal da Ilha de São Francisco mesmo, quase não frequênta. Porque eles frequêntam o ano inteiro a praia.

Para quem vive e trabalha numa pequena vila beira mar, a praia é banal, via de regra, não é local de lazer. Ela é gerada como território ambiente *praia*, como espaço de lazer para os que vivem em grandes cidades fechados em casas, apartamentos e carros e escritórios. Ela é *praia* signogônicamente para o homo urbano em suas várias dimensões interativas, em seus vários NSs.

Assim como os moradores de Pontal não fazem a travessia para a Ilha do Mel com intuito de um jogo ambiental balneário, a maioria dos moradores da Ilha de São Francisco, em Santa Catarina não frequênta as praias da Ilha na temporada como seu espaço de lazer. Os joinvilenses que vão lá desejam, projetam e constróem signogonicamente um ambiente, um campo de jogo signogônico ambiental tumultuado do NS dos *sátiros lúdicos*, outra *praia da farofa* que se assemelha a Matinhos no Paraná. Também os moradores de Pontal do Sul dificilmente frequêntam a beira-mar como lazer, afirmou a supervisora dos transportes de barco para a Ilha do Mel: “*O nativo não faz a travessia*”. Não faz porque na Ilha, hoje, predomina a signogonia da praia como espaço de balneário, sendo que para o pescador a sua praia e o seu mar são componentes de um espaço de trabalho, de uma outra signogonia que atualmente está perdendo os jogos ambientais¹³⁴.

Quando o depoente código 132 afirma que “*É como se todo povo de Joinville tivesse*

¹³⁴ Existe a necessidade de pesquisas sobre a influência das igrejas evangélicas e uso de drogas pelos pescadores, especialmente no que

se mudado para a Ilha de São Francisco”, não é só o povo que se mudou de Joinville para São Francisco, mas sim todo um jogo, um teatro ambiental predominante com suas signogonias adequadas para construir esse ambiente de balneário tumultuado. Os que fazem parte de outros NS que não são predominantes lá, ou jogarão esse jogo, ou irão buscar outros espaços onde os jogos signogônicos de seus NS sejam jogados construindo um território, um ambiente familiar para o exercício da *talassomania*.

8.1.21 PONTAL DO SUL PRAIA-DE-FAMÍLIA

As entrevistas reafirmaram a plurinteratividade e a territorialidade dos NSs fazendo contrapontos entre Pontal e outras *praias*.

133 : A cidade aqui pra gente que é jovem, quer saber de agito e meninas, Pontal não tá muito bom.

137 - Matinhos não tem quase areia. Você não tem espaço para ficar à vontade, ainda mais com criança pequena. Lá em Matinhos como é muita gente, eu vou ter que estar o tempo todo estar olhando onde é que estão as crianças, onde é que estão. É muita aglomeração, então as crianças saem da água e não sabem mais onde a gente estava. Ficam perdidos na multidão. Eles se distraem, é muita gente, confunde eles.

137 - **Aqui é uma praia familiar.** Você pode notar que todas as pessoas estão tranquilas. **Matinhos é aquele monte de gente**, aquela água super ruim, poluída. Inclusive a praia mesmo é ruim, tem muita onda. **Aqui ficam mais espalhados.**

138 Caiobá eu acho muito bom assim para jantar fora, encontrar amigos, ver gente legal é em Caiobá. Agora como mar mesmo, o mar é muito chato.

Aqui prá quem tem criança, é uma praia tipicamente familiar, onde as famílias estão se encontrando. (Pontal)

O núcleo urbano de Pontal do Sul divide-se em *praias* e áreas residenciais, entre elas um conjunto residencial de alto padrão para veranistas chamado Atami e que é distante do centro urbano. Algumas entrevistas como a do entrevistado 138, citada anteriormente, descrevem o povo do Atami como sendo muito arrogante por querer a exclusividade em seu espaço de praia, e não apenas a predominância territorial.

Signogonia não é apenas familiaridade-projeto operante no presente, é também

potencial futuro em meio a outros nos jogos signogônicos gerando história ambiental¹³⁵. Não há certeza de que Pontal continue como uma praia-de-família, mas as tendências, as signogonias operantes nos ajudam a pensar não linearmente a médio e longo prazos sobre nas gestões ambientais que favoreçam essa ou aquela tendência de predominância signogônico/ambiental.

Um território desocupado por um NS, mesmo que temporariamente, é espaço para outro NS construir seu ambiente. A ocupação de um ambiente por outro nicho, que molde e altere os pré-requisitos do atualmente predominante também pode levar a uma alteração mais duradoura da predominância ou expulsão do NS atualmente predominante. Tal indistinção territorial na beira da praia é mais visível na baixa temporada.

Uma hipótese a ser verificada empiricamente por outros pesquisadores é a de localizar os antigos freqüentadores da Ilha do Mel “*os loucos*”, “*os lunáticos*”, “*os malucos*”, que tinham nas dificuldades de acesso e na rusticidade das instalações as suas *barricadas* e balizas do território de seu NS, e que foram expulsos por uma gestão signogônica do NS homo desenvolvimentista urbano. Será que esses mochileiros campistas (*malucos*) estão procurando outro espaço com pré-requisitos adequados para construir seu ambiente, seu campo de jogo signeo-operante, que tenha suas balizas geográficas e ambientais bem delimitadas? No caso, estarão buscando as Ilhas de Superagüi, a das Peças ou a dos Currais? O NS gestor moderno os seguirá até os confins do mundo para construir uma nova cidade tumultuada?

A Ilha do Mel está em um processo de transição para a predominância entre os usuários de uma signogonia urbano/modernista dada a gestão urbano/desenvolvimentista dos políticos, compondo-se não em outro ambiente do NS praia-de-família com pouca infra-estrutura urbana, mas sim uma variante dos parques urbanos. Os mochileiros campistas (que dependendo do NS que com eles interagem são nomeados e classificados em “*locos*” ou doidos de pedra e os *malucos* beleza) seriam o NS que funciona vanguarda da superlotação turística onde seriam novamente suplantados por outros NSs como o dos faroheiros e o praia-de-família? Será que tal processo ocorreu em outras praias brasileiras como em Búzios no Rio de Janeiro, ou no Nordeste? Como um de nossos objetivos é abrir horizontes de pesquisa e outras abordagens, esperamos que outros pesquisadores respondam.

135 História Ambiental é um conceito redundante, pois história é feita porque são as sociedades que geram ambientes instáveis.

142 Tem os *loco*, e os mais velhos que ficam com a família

144 : **Pelo que me falaram, Superagüi é uma Ilha do Mel há dez anos atrás assim. Como tá tendo muita propaganda, tão querendo expandir lá. Tão querendo botar mais gente lá dentro assim.**

Eu não consigo ver o turismo de uma forma tão assim positiva assim. Ainda mais lá que eu acho que vai acabar com aquela Ilha lá (Superagüi). Pelo que eu vi, se continuar desse jeito Superagüi vai se transformar numa Ilha do Mel, ou algo assim.

147 : Está muito caro o preço da embarcação. O turista, por exemplo se você quer conhecer a Ilha inteira e fica em Brasília, a gente fica sempre em Brasília e se quiser ir até Encantadas e os barcos cobram o mesmo preço que daqui de Pontal até lá. Se abajassem o valor as pessoas explorariam muito mais a Ilha.

Elitizar ou não o acesso a um ecossistema, baixar ou não o preço de uma passagem, colocar ou não um transporte regular com comodidades como atracadouros e pousadas ou apenas um camping para a Ilha do Mel, Peças ou Superagüi, dividir a Ilha em zonas residenciais e comerciais, nas quais o tamanho do terrenos, das casas e número de pavimentos sejam regulamentados, fazem parte de propostas e opções de gestão ambiental, de uma signogonia ambiental operante. Se baixarem o preço das passagens, incentivarão o turismo de massa, que é uma signogonia ambiental potencialmente operante. Se instalarem transporte regular, trapiches, bares, restaurantes e pousadas, virá um povo que faz parte de um NS, que não é o predominante na Ilha de Superagüi, mas potencialmente será?

147 : Não, não freqüento nenhuma. Daqui do litoral paranaense freqüento a Ilha mesmo.

149 : E a primeira vez que vamos para a Ilha. Ficamos em barraca. Um amigo nosso empresto o terreno pra nós, e nós armemo a barraca no terreno dele.

Atualmente, Pontal tem casas de veraneio, cujos proprietários estão em média acima dos 40 anos e buscam uma praia sossegada para a sua família. Poucos restaurantes se mantêm abertos o ano todo. Existem poucas opções de lazer urbano para os jovens e para os adultos solteiros. É uma *praia* (jogo signogônico ambiental) que os leva da casa ou pousada onde estão com a família para um restaurante ou o descanso na beira d'água.

Os jovens e os adultos solteiros ou vão para Ipanema, ou vão para Caiobá onde a praia é construída signogonicamente nos bares, avenidas e nas casas onde se reúnem, não

importando se estão ou não numa área de mar tranqüilo, pois raramente entram n'água. A própria sazonalidade da ocupação da praia é diversa em Pontal em Ipanema e em Matinhos. Em Pontal, fora de temporada é um marasmo, Ipanema já tem algum movimento nos fins de semana pelo NS dos festeiros urbanos e Matinhos, basta um final de semana sem chuva para ver muita gente na praia, mesmo porque Matinhos é o balneário paranaense que mais cresce em número de edificações.

Assim temos *praias* de vários NS, cujos pré requisitos de geração (gonia) ambiental são manipulados principalmente pelo NS urbano- desenvolvimentista e seu par, o NS gestor modernista, que caracteriza-se por ser um construtor de cidades movimentadas.

8.1.22 APS COMO UM NS PARTÍCIPE DA SIGNOGONIA NATUREZA ABUNDANTE

Sabemos que as proposições científicas envolvem experiências e consensos pessoais/sociais do cientista e muitas suposições para tornar familiar o que era incógnito. A leitura de relatos sobre os índios americanos, de textos de viajantes narrando falas dos índios brasileiros do século XVIII e XIX, de CHAYANOV falando dos Mujiks russos, mais o trabalho feito por nós no Paraná pesquisando tropeiros, pescadores e faxinalenses, permitiu-nos uma familiaridade discurso-interativa entre essas populações de subsistência com a natureza.

Há semelhanças na tendência ao animismo, na gestão comum de vastos territórios via arroteamento e transumância, nos modos autoregulação entre população humana e recursos naturais como a durabilidade da fertilidade do solo, os da caça, pesca e uso das pastagens no cálculo subjetivo entre o esforço para equitativo desfrute denominado por CHAYANOV de *tyagostnost*.

Faz pouco mais de 200 anos que a sociedade ocidental passou a valorizar o trabalho como dignificante. Até então, trabalhar era para servos e escravos. Atualmente, porém, quem não contribui com seu **sobre-esforço** é tido por vadio. Um NS, cuja signogonia valorize mais o desfrute que o trabalho é visto como vadio, preguiçoso ou invejável rico.

Toda signogonia enquanto consenso social e territorial dimensionalmente operante tem sua historicidade no alargamento de sua operacionalização sócio/ambiental. No Paraná, a valorização do trabalho assalariado e da produção para o mercado tem seu marco no século XIX com a economia baseada na exploração e beneficiamento da erva

mate.

Se, a posteriori, quiséssemos imaginar uma direção para a história do Paraná no período estudado, diríamos que ela caminhava para a morigeração. Este termo, hoje praticamente em desuso, era freqüentemente utilizado pelas camadas dominantes da sociedade paranaense do século XIX para designar um conjunto de atributos considerados positivos. Por extensão, os portadores destes atributos definiam-se como morigerados, enquanto os demais eram os não-morigerados. Morigerados eram aqueles que compartilhavam do ideário positivista do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados aqueles que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas. Não-morigerados eram aqueles que contrariavam esse ideário e essas regras, portanto a grande maioria da população paranaense, que, ao longo do século, será levada a morigerar seus costumes¹³⁶.

Tais construções discursiva interativas, tais signogonias de nossa sociedade urbana voltada para o trabalho são aplicadas ao pequeno agricultor de subsistência, também chamado de caipira, e ao pescador de subsistência chamado de caiçara. Ambos os termos carregam em si a acusação de indolência, que historicamente se opõe à imagem do imigrante europeu como laborioso. O sobre esforço reduz o desfrute e os povos que fazem o jogo ambiental da subsistência visam o máximo de desfrute. Para eles natureza deve ser e abundante com pouca competição e demanda sobre esses recursos.

Há uma familiaridade interativa, uma signogonia da natureza percebida nessas leituras e pesquisas de campo que não se explica pela lógica capitalista.

L 150 Aqui agora em Pontal, o ***** é o dono. Mas, ele (o loteamento) já passou por mais de quatro companhias. 1º era a companhia de São Paulo, depois passou para outro e outro... Até depois que o XXXX comprou. Ele é pai desse XXXX que tá agora comandando. **Pegaram** 1700 alqueires de terra. Pegou lá no João D'água e traçaram divisas lá no Maciel e circundaram todo o Pontal.

Aqui em Pontal tem pessoas que não tem um terreno para fazer uma casa. Eu principalmente moro em terreno de outro. Mas, *pegarem* tanta terra!!! Eu concordo que quem tem 1000, 1500 alqueires de terra e que cultiva, planta dá lucro pro *governo*. Mas, não concordo com aquele que tem uma quantidade de terra e fica vendendo de pedacinho em pedacinho...

A signogonia da abundância tem como marca a não acumulação além do mínimo

¹³⁶ PEREIRA. M. R. M. 1996, p. 12

necessário, pois vê a natureza como celeiro dadivoso. A signogonia (APS) da natureza abundante não a objetiva como mercadoria para ser dilapidada e vendida a granel, mas como terra para uso. Uma acumulação além daquilo que se usa representa mais trabalho no zelar por esse bem excessivo, o que diminui o tempo para o desfrute.

Nessa signogonia não se tem claro o estatuto da propriedade como tem o homo urbano, pois tem-se a posse daquilo que se usa. Há uma preocupação e estratégias de transumância ou migração de membros para não aumentar a demanda e não exaurir recursos para que não demande mais trabalho e menos desfrute. Muitos objetos são para uso imediato e descarte e não para acumular e há, ainda, um entendimento da natureza como dadivosa, desde que regulada a extração possível sem alterar a equitatividade entre esforço coletivo e desfrute coletivo.

Porém para que tal signogonia ambiental continue operante, existe a necessidade estratégica de uma baixa ocupação demográfica e uma demanda sobre vastas áreas e ecossistemas. Os povos que poderiam ser enquadrados na signogonia da abundância não podem passar por um crivo analítico/romântico do intelectual como se eles fossem bons, e os outros, maus ou como se o fato de não causarem grandes impactos fosse inerente a esses povos.

O conceito de *tyagostnost* implica em uma baixa demanda ambiental para minimizar o esforço produtivo e maximizar o desfrute. Portanto, propostas de resgatar técnicas “não impactantes de bons selvagens”, são um desvio da questão da infinita demanda sobre um planeta com recursos finitos, por mais tecnologia que lhe apliquemos. Em alguns desses povos, aspectos religiosos vêm fundamentar ou fazer o contraponto interativo das práticas regulatórias da demanda social sobre os ecossistemas.

Em algumas culturas a natureza é vista de modo animista como um ente da família na qual, para eles, correria o sangue e o hálito dos ancestrais na seiva das árvores e no vento, é vista como parceira da vida no planeta e não como uma coisa fornecedora passiva de matérias primas. Ainda hoje, mesmo que ocultamente, predomina o homo animista e místico, porém praticando a signogonia e o jogo signogônico dimensionalmente predominante do sistema capitalista nas relações humanas. Aí está um paradoxo crucial.

Quanto ao NS desenvolvimentista, que gera excesso de demanda e escassez sobre os recursos naturais, não nos interessa tanto os nomes de quem grilou, foi grilado,

corrompeu ou foi corrompido. São parte das estratégias de NSs. Interessa-nos o embate das signogonias na pluralidade e as estratégias de predominância no jogo ambiental.

L. 150 Pintou, bordou e agora ele é rico.
É claro, jagunço ficou rico.
Jagunço trabalha para companhia para herdar também o dele.
Claro ganhava terra, comprava baratinho de outro, e foi ganhando dinheiro.

Em oposição à signogonia da natureza abundante dos povos de subsistência, o sistema capitalista tem como grande marca não a gestão e conservação da abundância, mas a geração da escassez e quando essas dimensões interativas conflitam-se, ou interagem harmoniosamente, via de regra os povos de subsistência sucumbem. Só o que é raro tem valor e a rarefação como estratégia é gerada pela privação do acesso e descartabilidade de tudo.

8.1.23 SIGNOGONIA DA ABUNDÂNCIA VERSUS LÓGICA CAPITALISTA

Um processo de alijamento dos povos de subsistência, entre eles os APS¹³⁷ vem ocorrendo com estratégias semelhantes às que ocorreram em Pontal.

Quando em 1986, participamos do tombamento da Ilha de Superagüi, pelo Patrimônio Histórico Artístico e Natural da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC-CPC-CPHA/CPN), pudemos constatar que os pescadores estavam cansados de pesquisadores e projetos que vasculhavam suas vidas e em nada as melhoravam. Então, optamos por a cada três meses ficar de uma a duas semanas em Superagüi e Peças, convivendo com eles discretamente e elaborar nossos relatórios diários à noite.

No relatório apresentado às autoridades estaduais e municipais da época¹³⁸, entre outras coisas, dizíamos que a melhor forma de preservação do ambiente marítimo, incluindo a Ilha de Superagüi, além do reflorestamento de áreas degradadas para fornecer madeira para barcos, era baratear o acesso às formas de conservação do pescado *in natura*, bem como o beneficiamento que lhe agregaria valor. Isso porque, a signogonia da natureza abundante cotidianamente do pequeno pescador, o qual hoje está ligado a pesca industrial e mercantil pulverizada (portanto essa pesca não é artesanal), no que se

¹³⁷ Os APS, se estivessemos nos norteando apenas por CHAYANOV, poderiam ser enquadrados como camponeses.

¹³⁸ POLINARI, Marcello. Relatório interno da CPC para informação ao Processo de tombamento da Ilha de Superagüi. Original não

refere ao usufruir de bens, para nós do grande NS homo urbano, essa signogonia é imediatista e perdulária pois, para nós estranhamente, a acumulação progressiva de capital não faz parte dela.

Assim, a sazonalidade da pesca, o defeso, o grande número de barcos pesqueiros e a conseqüente má remuneração do pescador nos picos de safra, bem como a signogonia/econômica da natureza abundante que o leva a viver o dia sem se importar com o amanhã, impõe o pequeno pescador mercantil-industrial à falta constante de dinheiro, a escassês que lhe é estranha. Essa escassês gerada pelas interações ambientais capitalistas como mega signogonia predominante, o induz a uma sobre-pesca para garantir a abundância cotidiana, sendo essa sobre-pesca altamente impactante ao ecossistema e da qual ele não usufrue da maior parte da renda.

O atrelamento do pequeno pescador mercantil/industrial aos senhores da pesca via endividamento nas entre-safras e via rebaixamento do preço do pescado para o atacadista na grande oferta da safra faz com que sua ética se rompa, levando a pescar além do que acha correto fora do defeso e mesmo dentro do defeso de modo a saldar suas dívidas. Isso impacta o ambiente e corrompe seu nicho signogônico/ambiental, fazendo com que o pescador se agregue forçosamente a outros NSs que tem a natureza apenas como fonte de lucro imediato e infindo.

Para mitigar tal impacto da pesca industrial/mercantil pulverizada a facilitação do processo de conservação do pescado com tecnologias acessíveis e o acesso a outros mercados possibilitará a distribuição do produto conservado mais lentamente durante o ano, independentemente da sazonalidade, aumentando-lhe o valor e a renda do pescador e diminuindo a necessidade da pesca no defeso.

A pior pobreza, a pior expropriação do sistema capitalista nas populações de subsistência é a dos conhecimentos e correlatas interações tradicionais sobre as experiências históricas que ainda hoje poderiam funcionar. Enredar o pescador na dependência de fibras sintéticas, motores, combustível e principalmente do gelo, ao invés de tecnologias ao alcance de todos, como a desidratação pelo sal, é a pior espoliação do capitalismo como signogonia ambiental.

Se a signogonia predominante, a do sistema capitalista para a qual tudo é mercadoria e meio de produção, interage em suas interfaces com populações que em sua lógica

interativa, em sua signogonia ambiental visam a subsistência e o desfrute cotidiano e não a acumulação infinda; por isso não podemos esperar que tais populações se enquadrem como “pães em suas formas” no sistema dimensionalmente predominante. Na verdade, mas fazem parte de uma complexidade de dimensões interativas que vai além do próprio sistema capitalista.

O mercado, que é visto em vários estudos, como se fosse o bandido do qual não se escapa, é apenas uma das dimensões interativas na qual todos em algum momento nos encontramos, mas não é a única escala interativa, cabendo nele interfaces de lógicas interativas diversas como a do cientista com o pescador. Gerir interações e interfaces do pescador com o mercado ou mercados também pode nos levar a uma melhor gestão ambiental.

O mercado como uma interface de interações plurais, como um dos campos de jogos, pode estrategicamente propiciar um jogo ambiental sustentável, superando o consenso determinista e maniqueísta de que o mercado é mau *a priori*. Intervenções nas interações do pescador com o mercado podem ser uma excelente ferramenta estratégica de gestão ambiental, se for possível ampliar o número de compradores, abrir outros mercados, se se diminuir a dependência do gelo na safra com tecnologias baratas permitindo um tempo maior de conservação do produto para a entressafra, o defeso.

8.1.24 A PERDA DA PREDOMINÂNCIA TERRITORIAL DO NS AGRICULTOR-PESCADOR DE SUBSISTÊNCIA

A entrevista com o Sr. 150, que foi agricultor-pescador de subsistência (APS) nascido em Pontal, possibilita ver a pluralidade interativa nos jogos signogônicos ambientais que lembram os fractais da Teoria do caos. Ele faz parte de um nicho signogônico que perdeu o jogo, a predominância territorial-ambiental.

Ele fazia parte de uma Pontal do Sul na qual predominava uma signogonia do espaço de vida, do ambiente de agricultores pescadores de subsistência (APS) que tiravam da roça seu sustento e do mar seu complemento. Era para a roça que a unidade produtiva familiar dedicava a maior parte de seu esforço. A praia nunca teve para ele o significado operante ambientalmente de sentar-se em uma cadeira desmontável para descansar letargicamente ao sol com a família, ou surfar, flertar *ou* farofar e divertir-se com jogos.

Sua *praia* era parte do seu ambiente de trabalho. Ali, ele vigiava a chegada dos cardumes de peixes, especialmente as tainhas, para avisar a outros pescadores que se lançassem rapidamente ao mar com suas canoas a remo, vela e redes, utilizando técnicas denominadas de cerco e caceio¹³⁹. A praia Pontal do Sul era para ele um lugar de trabalhar, constituir família, de viver como agricultor que também pesca. Terra, praia e mar eram interfaces ambientais de suas fontes de sustento, sendo a praia um *interland*

L 150 Era pescador, trabalhava na roça. Tinha bastante roça aqui, pra lá daquele rio. Rio da Praia que nós chamamos.

Nós plantávamos mandioca, abacaxi, feijão, arroz, pro gasto. Era longinho daqui. A gente sofreu aqui.

Quando a gente era mais moço que agüentava o sol, a gente ia para trabalhar, na roça. Depois vinha de lá e ia pescar.

Não foi uma vida fácil.

No isolamento decorrente da falta de estradas, o APS fazia de seu barco a remo o único contato com a cidade onde esporadicamente vendia algum produto — peixe, mandioca e abacaxi — para o mercado de Antonina e principalmente de Paranaguá. Por causa da demora da viagem, por vezes os peixes chegavam em Paranaguá sem condição de consumo e o fiscal lhes deitava creolina¹⁴⁰ e os lançava no rio Itiberê. Tudo estava perdido: o trabalho e a viagem.

Acontece que outros NS viram nesse ecossistema potenciais de construir um campo de jogo signogônico diverso do que era predominante ali, o do NS do Sr. 150 (APS). Então, nos jogos signogônicos ambientais foi construída uma *praia* na qual predomina a lógica capitalista como signogonia do homo urbano desenvolvimentista e a do modernizante.

8.1.25 A PERDA DA PRAIA E DA TERRA

Ao ser colonizado nas décadas de 1940 e 1950 o interior do Paraná foi uma terra de grileiros, jagunços e “*delegados de calças curtas*”¹⁴¹ e palco de várias revoltas populares por questões de terra. Esse casualmente período governamental coincide como a abertura

¹³⁹ Cerco é a pesca resultante de barcos que envolvem um cardume com a rede e o caceio é aquela pesca na qual uma parte da rede é deixada ao sabor da maré e a outra ponta é controlada na praia por cabos.

¹⁴⁰ Creolina, produto desinfetante veterinário de péssimo odor, o qual, evidentemente, deixaria os peixes nada atrativos para os compradores.

¹⁴¹ Pessoas sem formação policial que eram indicadas (politicamente) pelo prefeito ou outro político local para ser nomeado pelo

da Cidade Balnearia de Pontal do Sul. Aquele era o consenso interativo ambiental operante na época: desbravar fronteiras e criar cidades, mesmo que para isso fosse necessário substituir o povo indolente do local por um povo que levasse a pujança do progresso.

Alguém (Ns desenvolvimentista) ganha ou compra do Estado (gerido pelos compadres) um título de terras ocupadas por gente sem título (NS terra posse para uso), faz sua divisão em lotes e para venda a alguns primeiros pioneiros (do NS terra **propriedade para uso**), que vão moldar a face do ambiente de acordo com a signogonia predominante entre eles. Essa prática de legalmente apossar-se do que na prática é alheio, através da produção de uma documentação sobre terras não documentadas, que no Paraná é conhecida por grilo de terras, por vezes o grileiro ficava oculto devido à sua posição social, registrando as terras em nome de um conhecido, que ao mesmo tempo tinha a ganhar e tinha sua vida em risco se traísse o verdadeiro grileiro. Esses conhecidos do grileiro são chamados de testas de ferro. Temos, então, uma experiência apreendida que funciona como gestão ambiental operante na morigeração modernizante de ambientes.

94 Aqui, principalmente em Pontal do Sul, acho que a pesca aqui é mais artesanal porque comercial é pouco.

94 **É, são poucos os pescadores que sobrevivem da pesca, no geral não dá.**

O depoimento por certo constitui uma síntese modal da transformação de Pontal do Sul da condição de território do NS agricultores pescadores de subsistência para a condição de balneário-de-família e mercadoria para o Ns desenvolvimentista aliado ao NS gestor moderno.

L 150 Antes do Doutor *****, veio outra Companhia¹⁴² mas não deu conta e foi embora. Daí veio ele o doutor *****, e **não sei o que combinaram com o governo lá, e tomaram posse aqui.** Não sei se compraram, se eles... Eles apossaram-se do lugar aqui, né. Então, cada morador daqui podia ficar com um terreno só. Nós ficamos com esse. Ninguém reclamou nada, né. Era um povo muito simples, né, povo humilde.

Quem era dono de casa, ganhou um terreno só. Quem tinha dois ou três filhos ganhou um lote. Eu tinha meu filho que era pequeno, eu era da reunião lá, tinha o tal do XXXX, o YYYY e o ****. Daí disse pro doutor *****, o meu são dois lote. O **** disse: ele não precisa, para ele basta um. Eu não tive possibilidade de falar o que eu ia querer, que o meu guri era pequeno.

governo estadual para aplicar a lei. É o que popularmente se chama de “pau-mandado” por estar dependente de quem o indicou.

142 Companhia que eles chamam, é uma empresa de loteamento, uma imobiliária litorânea.

Tinha, tinha registro. Mas na época ninguém se importava de terreno. Porque o povo vivia tudo na liberdade. Aqui era um lugar de liberdade. A gente fazia uma casinha onde queria. Depois foi que a Companhia entrou aqui.

Em Pontal do Sul, primeiramente (década de 1950) vieram empresas de urbanização, que na verdade eram grileiros¹⁴³, que tomaram as terras nas quais plantavam, e, posteriormente, tomaram-lhes as praias nas quais colocavam seus hangares de barcos onde quisessem.

As empresas de desenvolvimento balneário ofereceram (permitiram) a cada família de moradores tradicionais um terreno urbano padrão para se fixarem. Essas empresas construíram ruas, aterraram córregos que forneciam abundância de peixes, desmontaram o cemitério, sobre o qual hoje há um bar; fixaram moradores semi-nômades da terra e do mar e construíram um espaço de jogo signogônico à sua imagem e semelhança: o do homo urbano, nas suas roupagens NS praia-de-família, farofeiros, surfistas, gladiadores urbanos, urbano-urbano, urbano desenvolvimentista, urbano modernizante e nós intelectuais ambientalistas, que vasculhamos suas vidas e os tratamos como objeto de pesquisa.

Suas signogonias e correlatas roupagens ambientais do homo urbano, (os jogos ambientais) impuseram-se no jogo signogônico que lá predominava, utilizando-se para isso de estratégias que envolveram mais artimanhas políticas e coação física que poder econômico.

L. 150 Era. Quer dizer que isso tudo aí era de pescador porque o pescador morava aqui na praia, mas era para ele herdar um terreno nos fundos, uma chacinha por exemplo. Mas aqui puseram um jagunço com revólver na cinta.

Claro, no dia da assinatura tinha jagunço com revólver na cinta junto com nós. Alguns exigiram mais de um lote, *eles disseram* : “não Sr.”.

Tinha pescador que tinha 5, 6, 8 filhos. Não, era um lote, alguns ganharam dois ou três lotes, mas a maioria foi um terreninho só. E nós tínhamos terrenos dos antigos. **Mas, sabe como é, a pessoa simples, o pescador sem cultura nem nada, perdemos¹⁴⁴.** Agora....

143 É chamado grilo de terras quando alguém influente politicamente consegue a documentação de áreas onde já existem comunidades estabelecidas e que não atentaram para o registro cartorário dessas terras por tal prática, registrar terrenos, não fazer parte de seu jogo signogônico: o da abundância da natureza, e do uso como condicionante do acesso à terra. O grilo de terras foi praticado largamente difundida na história do Paraná, gerando inclusive a Guerra do Contestado. A prática do grilo não se dá somente através ligações políticas e “amizade\$” nos cartórios que criam uma documentação sobre o que é alheio, mas normalmente também envolve uma milícia armada para expulsar os habitantes tradicionais. Esses bandidos de aluguel em alguns lugares do Paraná são denominados quebradores de milho por destruírem roças e matarem famílias inteiras. No Contestado, chegaram a importar pistoleiros americanos como mostram depoimentos e fotos da época.

144 Uma signogonia muito diversa é algo estranho ao NS predominante em dado ecossistema, é como um vírus sem vacina ou medicamentos paliativos.

Como ponto fraco das estratégias dos agricultores pescadores de subsistência estava a desinformação, a falta de assessoria jurídica e o fato de que portar armas não fazia parte de sua signogonia; além de que o que chamam de ignorância ou desinformação não era desinformação, pois tais informações, tais estratégias, não faziam parte de sua signogonia, de seu jogo ambiental (*play*), pois disputas jurídicas não eram necessárias no ambiente onde predominavam os APS.

Também o agricultor de subsistência paranaense tem o consenso de posse relativa ao uso direto agora¹⁴⁵, o que difere do conceito de propriedade como acumulação de renda e mercadoria que independe desse uso em qualquer tempo. Para muitas culturas, ou jogos ambientais de subsistência mesmo sua roça é itinerante pela técnica de arroteamento¹⁴⁶, sendo a área em pousio terra de ninguém.

Um exemplo da signogonia da abundância da natureza dos povos de subsistência, são os extintos faxinais no interior do Estado do Paraná como o Guartelá, no município de Tibagi. Neles, além da casa, o agricultor/pastor de subsistência cercava apenas a roça e imensas áreas de terra eram de uso para pasto comunal, áreas que denominavam de “o comum¹⁴⁷”. Também os faxinalenses sucumbiram à propriedade privada implantada com as estratégias do NS homo urbano desenvolvimentista.

Há uma estratégia comum no embate NS desenvolvimentista versus NSs de subsistência.

Na pesquisa e relatório que fizemos no extinto faxinal do Guartelá, para a SEEC-CPC-CPHA/CPN¹⁴⁸, alguns entrevistados falaram de *cercas “espiritadas”*, cercas que eram movidas durante a noite por “espíritos”, ampliando as extensões das fazendas e reduzindo a imensa área de pastagem comunal. Para os faxinalenses do Guartelá restou apenas algumas encostas de montanhas para viverem como peões de fazendas. Se, por um lado, não é fácil cercar o mar e titular um pedaço dele como propriedade privada, por outro, pode-se em terra dificultar ou impedir o acesso a ele bem como o desfrute de seus recursos.

Temos então a signogonia da escassez gerada e inerente ao sistema capitalista com

¹⁴⁵ Semelhante ao índio que faz um cesto belíssimo para colher frutos agora e depois joga fora esse cesto que lhe custou muito esforço e tempo.

¹⁴⁶ Inventada pelos monges beneditinos na Europa da Idade Média.

¹⁴⁷ Entrevistas com moradores do Guartelá e relatório de trabalhos em campo. Polinari & Arantes. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná/ Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Projeto Guartelá.

¹⁴⁸ POLINARI, M. et alii. O extinto faxinal do Guartelá. Relatório apresentado ao Sr. Curador do Patrimônio Natural do Estado do

suas várias estratégias, que dimensionalmente interagem com outras de subsistência como a do agricultor pescador de subsistência ou APS que tem no **uso imediato** de qualquer objeto a garantia de seu direito de posse.

Assim, mar, praia e terra do APS eram dimensões interativas do espaço de trabalho e construção de família. Consistia em território compartimentado que era ambiente de um jogo signogônico no qual predominavam uma outra signogonia de um NS vindo de fora, de outra dimensão interativa.

Perderam a terra como espaço de moradia e produção de roça. Eles (APS) jogavam outro jogo e não sabiam jogar o jogo do NS que ali aportou apoiado estrategicamente nas boas relações políticas, e coação armada e advogados. As estratégias dos APS eram ineficazes na resistência e, portanto, para sobreviverem. Eram como crianças num jogo cultural/ambiental para adultos.

A pesca, antes abundante em função da baixa demanda familiar sobre o estoque pesqueiro, do mercado que era distante, das rústicas técnicas de captura, fracassou. Fracassou porque o mercado não ficava mais a um dia de viagem de barco a remo, porque com o turismo trouxe o aumento da demanda externa do pescado local e, principalmente por causa da chegada de um outro NS com outra signogonia ambiental e correlatos a petrechos de pesca utilizados para esse novo jogo ambiental. Encurtaram-se a distância e as dimensões interativas entre o estoque pesqueiro de Pontal e o mercado, resultando um outro jogo ambiental no mar e praia.

Até os cações¹⁴⁹, que eram expurgo de pesca e eram enterrados na areia, passaram a ter alta demanda junto com o camarão, especialmente das espécies chamadas de sete barbas, branca e a rosa da baía das Laranjeiras em Guaraqueçaba, quando anteriormente se buscava principalmente a tainha e mais uma ou duas espécies de peixes, numa pesca rústica e seletiva a poucas dezenas de metros da praia. Nessa pesca de arrasto para a praia ou no caceio, às vezes ocorria de vir junto um tubarão que atacava o pescador ao recolher as redes.

As terras e a areia da praia já não eram mais de uso comunal para a construção de casas, arroteamento das roças e recolhimento de redes e barcos, mas são barreiras construídas por bares, casas de veraneio, cadeiras de praia e guarda-sóis. Como afirmou L 150: ***Mas, sabe como é a pessoa simples, o pescador sem cultura nem nada, perdemos!***

Paraná. SEEC - CPC - CPHA/CPN. Original não publicado.

8.1.26 A PERDA DO MAR

Segundo Eco, podemos entender as culturas humanas como jogos de adultos, e nos propomos que elas podem ser entendidas como signogonias que predominam em uma grande população e área geográfica. Na disputa pela predominância nos jogos signogônicos ambientais no litoral paranaense, tivemos historicamente varias disputas entre nichos e jogos signogônicos.

Nos séculos XVIII e XIX as crises de abastecimento das cidades eram uma preocupação constante dos governantes paranaenses. Entendemos que os governantes do Brasil, especialmente os do Paraná no século XIX, fizeram uma colonização seletiva de acordo com a tradição produtiva de cada etnia: pescadores açorianos, cuja tradição marítima é vasta, para desenvolver a pesca em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; holandeses para desenvolver a pecuária leiteira no segundo planalto paranaense e, nos cinturões verdes das grandes cidades como Curitiba, Morretes, Antonina e Paranaguá, italianos para a holericultura e fruticultura e poloneses para a bataticultura. Em Guaraqueçaba e Superagüi colocaram suíços, italianos, alemães, bascos e espanhóis¹⁵⁰.

Assim, buscou-se fazer com que o povo fosse assentado em locais, nem sempre os mais adequados mas que fossem passíveis de desenvolver a produção dos itens agrícolas e pastoris tradicionais em suas culturas, mas principalmente que as colônias estivessem próximas a centros urbanos onde havia demanda desses produtos. Devido à falta de estradas para escoar a produção e especialmente pela falta de assistência governamental, boa parte desses imigrantes, milhares deles, não permaneceram no litoral e dirigiram-se aos planaltos paranaenses onde o clima e o solo adequavam-se mais aos produtos e técnicas agrícolas que trouxeram da Europa como o cultivo do trigo.

Apesar de o governo buscar instalar os imigrantes onde seus produtos fossem viáveis de serem produzidos, as técnicas agrícolas trazidas da Europa, especialmente da Itália no cultivo intensivo do trigo com o uso de arado tracionado por animais, não se adequavam ao clima e floresta úmida do litoral paranaense. Colônias não sobrevivem sem incentivo

149 Outro nome dado aos tubarões.

150 No Departamento de Arquivo e Microfilmagem da Secretaria de Administração do Paraná, conhecido como Arquivo Público, estão à disposição dos pesquisadores os Mappas das Colônias. Lá também encontra-se a documentação chamada de Correspondência Oficial na qual existem as cartas e ofícios com solicitações ao governo provincial e os Relatórios dos diretores das colônias. Documentação a qual conhecemos por tê-la consultado várias vezes em pesquisas anteriores.

inicial e italiano não vive sem pão, por isso muitos saíram do litoral. Mas, os que ficaram, ainda deixam marcas nos ambientes do litoral paranaense através de seus descendentes.

Dessa mistura étnica com as tradições agrícolas indígenas de arroteamento, surgiu o agricultor pescador de subsistência paranaense (APS paranaense). Ele não é mameluco, cafuso ou mulato, não é somente português, tem pouca influência negra¹⁵¹, e apossou-se de conhecimentos agrícolas indígenas para estabelecer-se onde o governo e empresas colonizadoras os jogaram aos milhares sem cumprir as promessas de assistência inicial para as colônias.

Então, os que ficaram no litoral, comendo charque, peixe e mandioca, abraçaram os conhecimentos locais de cultivo extensivo com arroteamento herdado dos indígenas, tendo na pesca um complemento, tanto quanto o agricultor europeu tinha na caça um suplemento de proteína. Essas técnicas, agrícolas e de pesca, eles apreenderam dos descendentes de portugueses pobres que há séculos as haviam absorvido de seus ancestrais que expulsaram os indígenas do litoral, especialmente a técnica de agricultura na tiguera (uma técnica de arroteamento) para o cultivo da mandioca e da produção da farinha de mandioca.

Esse é o nosso APS que não é um “*caiçara*” genérico. Seus sobrenomes são italianos, suíços, bascos e portugueses com uma tempera cultural guarani e carijó herdada através dos portugueses que aqui habitavam. Ele é diferente da mistura de culturas de origem portuguesa, indígena e africana de outros estados. Esse europeu, também plantou uva, no litoral norte, laranjas na baía das laranjeiras, fez vinho litorâneo paranaense. É outro povo! Convivendo com ele houve até fugitivos confederados¹⁵².

O pescador (APS) do Paraná tinha uma tradição mais ligada à pesca de subsistência como complemento dos diversos produtos da terra. O excedente era vendido esporadicamente nos mercados junto com os frutos da terra, de modo a poderem obter os bens que não produziam. O mercado era um complemento esporádico da subsistência advinda da roça. Além disso, o imigrante europeu que veio para o litoral paranaense (de Morretes até Superagüi) no século XIX era historicamente um agricultor que fugia da

¹⁵¹ Devido a economia do gado no Paraná que ocupa pouca mão de obra, o número de escravos negros foi menor que nas regiões do Brasil em que predominaram culturas agrícolas, além de que, após 1860, com a proibição do tráfico intercontinental, intensificou-se o tráfico interno no Brasil, e o Estado de São Paulo, onde se expandiam grandes plantações de café, comprou muitos escravos no Paraná, inclusive alguns de Morretes que eram filiados à Irmandade dos Pretos do Glorioso São Benedito. O grande fluxo de imigrantes europeus para o litoral ocorreu mais de dez anos depois dessa compra de escravos pelos cafeicultores de São Paulo.

¹⁵² Colônia Nova América, onde viveram inclusive descendentes do General Lee.

fome, servidão e falta de terras, mas não um pescador. Basta ver os Mapas das Colônias do litoral no Arquivo Público do Estado do Paraná: são listagens de famílias assentadas e nas quais constam a descrição física (passaportes não tinham fotos) o ofício de cada um, idade e região de origem na Europa, sendo muitos do Norte da Itália (Vêneto e do Trentino Alto Adige) e do sul da Suíça.

Governo e diretores de colônias colocaram colonos que eram originalmente cultivadores de trigo, milho, arroz, frutas e olivas em montanhas e vales europeus em zonas de floresta tropical. É comum encontrar na correspondência ao presidente da então Província do Paraná e nos periódicos da época (último quartel do séc. XIX) uma crítica sobre o retrocesso de imigrantes laboriosos e morigerados à condição de não morigerados por abandonarem os hábitos agrícolas que tinham na Europa e adotarem práticas de cultivo de nossos indígenas e dos nacionais brancos pobres.

No século XIX, o governo brasileiro acolheu uma grande leva de imigrantes açorianos de longa tradição de pesca para além das baías, os quais foram instalados nos mares do Estado de Santa Catarina, especialmente nas cidades litorâneas de Itajaí e Florianópolis.

No final da década de 1950 início da década de 60, os *catarinas* como são chamados os catarinenses pelos pescadores de longa raiz paranaense, trouxeram outra signogonia do ambiente marítimo (açoriana) como sendo o principal provedor da subsistência e, com ela, uma tecnologia muito mais avançada de pesca e adequada às interações dessa signogonia ambiental que lhes permite ir pescar além das baías. Trouxeram barcos com motor, redes de fundeio, redes de arrasto com “portas” ou pranchas, e, mais recentemente inventaram o gerival ou arrastãozinho, que é uma pequena rede para captura do camarão, barata e de fácil manuseio. Sua disseminação tornou-a altamente predatória à fauna das baías paranaenses.



A perda do mar como território-ambiente.
Acima o NS APS e seus apetrechos de pesca e, à direita, os barcos trazidos pelos
“catarinas”.
Foto: Claudio Grazianni. Pontal do Sul, 1º de maio de 1999.

Segundo os depoimentos, a técnica mais devastadora é a pesca de arrasto feita por barcos com potentes motores que utilizam na pesca do camarão redes de arrasto no fundo do mar com malhas finas abertas por portas com pesos, especialmente dentro das baías e próximos às suas embocaduras¹⁵³. Elas desperdiçam, no mínimo, de sete a dez quilos de filhotes de peixes e crustáceos, chamados de fauna acompanhante da pesca não seletiva, para cada quilo de camarões aproveitados para o comércio. Registramos em Pontal em maio de 1998, a “limpeza” das redes de arrasto, quando são jogados no canal centenas de peixes e crustáceos abaixo de cinco a dez centímetros, os quais vão boiando aos milhares.

O advento do nylon para redes, anteriormente feitas com fibras naturais, aumentou ainda mais a eficiência da captura bem como o desperdício. Por não sobrar muito pescado para os pequenos pescadores com barcos a motor que dificilmente ultrapassam dez cavalos de potência, são frequentes os confrontos entre eles e a atividade ilegal dos grandes barcos em épocas e áreas onde a pesca é proibida.

Assim, no mar, também se disputam nos jogos signogônicos ambientais os territórios/ambientes mais produtivos para a pesca.

O mar antes construído signogonicamente pelo agricultor-pescador como parceiro da subsistência, como natureza abundante que lhe garante um equilíbrio entre desfrute e o esforço produtivo (*tyagostnost*), foi construído signogonicamente pelos “catarinas”, que hoje predominam, como objeto a ser explorado ao máximo, como única fonte de riqueza e acumulação desvinculada da agricultura.

Assim como o NS homo urbano que desce a Serra do Mar em direção ao litoral, dividem-se em NSs, semelhantes a trupes, que trazem prontos teatros-balneários e seus apetrechos, praias prontas para montar durante os meses de verão segundo tais signogonias, os catarinas trouxeram uma signogonia do mar herdada dos Açores e com ela vários pré-requisitos interativos estratégicos para estabelecer-se, que vão desde o barco a motor até as redes de arrasto de portas e de fundeio para fazer das praias e mares paranaenses o território de seu NS, sua fonte de renda principal indissociável do mercado.

Sua signogonia do mar era outra, não apenas como fonte de complemento da subsistência, mas como fonte principal e inesgotável de renda e acumulação. Dimensionalmente, as interações dos “catarinas” eram muito mais ligadas ao mercado e à

¹⁵³ A pesca com redes de arrasto é proibida nas embocaduras.

lógica capitalista.

Desse modo, o agricultor-pescador paranaense, após perder a terra para os grileiros e banhistas, perdeu o mar para os “*catarinas*” que fazem parte de outro NS.

A voracidade dos interesses imobiliários do NS do homo urbano NS desenvolvimentista fez com que paranaenses da elite intelectual, vendo a velocidade com que a devastação florestal progrediu no planalto nos anos 50 e sua expansão sobre o litoral, abrissem processos de tombamento¹⁵⁴ em várias regiões litorâneas na década de 60. Entretanto, as ligações políticas do NS desenvolvimentista e do NS modernizante fizeram com que algumas dessas áreas fossem destombadas por ato do administrativo estadual, ou que jamais fosse feita a descritiva do tombamento e as normas de uso para o manejo do bem tombado. Além dos parques recursos humanos e financeiros que a SEEC e outros órgãos responsáveis pela qualidade ambiental do Paraná, para além do bem tombado, seu entorno não é exatamente definido na descritiva e normas de uso, muito menos divulgado para a população, o que torna o tombamento um ato pouco eficaz como por exemplo, o tombamento da orla marítima de Matinhos há quase trinta anos atrás.

Outra área tombada (pela CPC-SEEC) na década de 60 foi Superagüi, que sofreu destombamento¹⁵⁵ e um novo tombamento na década de 80 agora em vigor, graças à luta do falecido biólogo ambientalista Roberto R. Lange. São estratégias de geração ambiental, nas quais as amizades políticas são fundamentais.

Qualquer tombamento ou UC (unidade de conservação) que não possua uma descritiva exata do bem e seu entorno, bem como um plano de gestão e fiscalização educativa constante é inócuo¹⁵⁶, pois não garantirá pré-requisitos de sobrevivência de jogos signogônicos ambientais seculares. Se um jogo ambiental não for jogado num espaço/território de um NS, outro NS jogará e gerará um outro ambiente.

Restou aos poucos agricultores-pescadores de subsistência (APS), que ficaram em Pontal, frente à predominância do NS *catarinas* e, do NS *desenvolvimentistas e do NS*

154 A lei estadual 1211, que cria o serviço estadual de tombamento e proteção ao patrimônio histórico, artístico e natural, permite que o tombamento seja feito por ato discricionário do curador, o que, durante o regime militar dos anos 60 e 70 ocorreu muito. Tanto que nos anos 80 e 90 os profissionais da Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) do Estado do Paraná trabalharam e trabalham ainda para instruir esses processos. Um Governador do Estado também pode destombar um bem tombado. Ou seja, influências políticas interferiram fortemente nos anos sessenta e setenta sobre os trabalhos dos profissionais do órgão estadual de Curadoria do Patrimônio Cultural e Natural (CPC). O tombamento no Paraná, segundo a lei 1211, não desapropria, mas impõe normas de proteção da integridade do bem tombado e após o tombamento seria necessária de uma descritiva da área tombada e seu entorno como dimensões interativas do bem tomvando regulamentando claramente e o que se pode ou não fazer nelas. A lei 1211, permite embargos e multas sobre usos inadequados que ameacem a integridade do bem tombado, mas, historicamente raramente a CPC dispôs de uma assessoria jurídica e corpo de fiscais para fazer cumprir a lei. Qualquer cidadão, tendo argumentos, pode denunciar uma ameaça a um bem tombado, como também pode abrir um processo de tombamento.

¹⁵⁵ Informação dada por H. P. Schmidlin.

modernizantes do litoral, o comércio para os turistas, coisa que eles não sabiam fazer, pois não são comerciantes, são historicamente agricultores produtores de subsistência numa signogonia que gera a natureza como abundante e aliada¹⁵⁷. Não sabendo jogar o novo jogo ambiental, a maioria deles migrou deixando em seu lugar os “catarinas”.

Durante a transição entre as predominâncias houve uma baixa no rendimento familiar devido ao declínio da produção do mar e das roças. No primeiro caso por causa da sobrepesca de arrasto dentro e nas embocaduras das baías e, no segundo, devido a perda das terras de roçado. Ambas desequilibraram a *tyagostnost*, a equitatividade subjetiva entre o trabalho e o desfrute. A maioria abandonou a pesca e até a vila. Muitos APS e seus filhos foram procurar trabalho na construção civil ou comércio em outras cidades.

Assim, é necessário ter cuidado ao dizer que o turismo, a maricultura, indústrias, etc., trarão renda para o nativo, para o pescador artesanal, para o caiçara. Esses nominalismos e pressupostos genéricos de gestão funcionam em nossos jogos de linguagem para construirmos objetos de pesquisa que referem-se aos nossos jogos ambientais que os outros não jogam. Podemos estar propondo algo semelhante a forçar que um jogador de golf atue como goleiro de futebol.

Pensando de modo plurinterativo, na realidade além das pré-cognições, quem somos nós e quem são esses caiçaras ou pescadores artesanais? Acaso podemos chamar geômetras e leis divinas para provar que o nosso consenso sobre o turismo ou a maricultura os salvará?

Esse nativo tem condições de estabelecer-se no comércio? É comerciante tradicional? Ou melhor, o comércio faz parte predominante de sua signogonia? Ele possui uma experiência histórica desse jogo ambiental que queremos que ele jogue conosco? Não estamos de fora, de uma outra dimensão interativa, gerando para eles um mundo novo que para nós seria admirável?

Assim, a tradição tem peso como experiência herdada norteadora das signogonias, tanto a nossa como a dos nativos. Mas, mesmo assim alguns poucos APS adaptam-se ao novo jogo, à nova predominância do homo urbano em várias roupagens signogônicas. Os APS não possuíam essa experiência de mercado como comerciantes, por serem agricultores de subsistência que pescam, ao contrário dos “catarinas”, que ligados à tradição açoriana de pesca, mais que pescadores são hábeis comerciantes de pescado

¹⁵⁶ A maioria das UC paranaenses, como os Parques, não possuem um plano de manejo ou fiscalização educativa adequada.

atrelados totalmente e tradicionalmente ao mercado¹⁵⁸. Os APS não sabiam jogar um novo jogo no qual não tinham experiência nem pessoal nem herdada. Enfim, não tinham estratégias para jogar o outro jogo.

Muitos projetos de órgãos governamentais que foram impingidos aos pescadores do litoral partiram de signogonias, ou melhor, signopoieses urbanas com suas lógicas, de axiomas dos NS que os produziram baseados em pré-conceitos modeladores *a priori* do objeto, como o nominalismo caiçara e toda interação ambiental, signogônica que isso envolve. Esses projetos, ao serem materializados, não raro ocasionaram verdadeiras catástrofes sócio-ambientais.

Motivo de insucesso de alguns projetos de maricultura, por exemplo, foram os roubos do produto quando, após um ano de trabalho do maricultor, os bivalves estavam em condição de colheita. Esses roubos, que estragaram projetos de maricultura e de equipamentos da Cooperativa de Pesca¹⁵⁹, na verdade não foram realmente roubos como entendemos, pois o proprietário estava a mais de dois ou três metros do cultivo e dos objetos, que não estava usando. Assim sendo, segundo a signogonia da abundância, não lhe pertenciam, pois não havia o uso direto, próximo e constante que garante a posse do bem.

Somado a isso está o fato de que o cerne das sociedades de subsistência paranaenses era a unidade produtiva familiar, o compadrio, e o pixirão ou puxirão¹⁶⁰. Para tais sociedades (faxinalenses e APS), o produto do trabalho é do senhor da roça ou da rede de pesca, mesmo que tenha recebido auxílio no puxirão. Sua dívida moral era em trabalho, baile e jantar para quem o auxiliou. O produto cabe ao senhor da roça ou da rede em maior quinhão. Do mesmo modo o barco e a rede que pertencia a um APS lhe garantia o maior quinhão entre os que trabalharam na produção do pescado¹⁶¹.

Portanto, hoje não existe mais caiçara entendido como agricultor pescador artesanal

¹⁵⁷ Muitas músicas folclóricas italianas cantam as dádivas da natureza e criticam os patrões que se apossam delas somente para si.

¹⁵⁸ Não devemos esquecer a influência dos japoneses que atuaram como compradores de pescado, que mesmo sem estradas iam de caminhão pela praia até as vilas de pesca. Eles introduziram também a pesca e secamento da manjuba ou iríco, a valorização das galhas e carne de tubarão. A eles se deve a valorização comercial de espécies antes desprezadas pelos APS e pelos "catarinas".

¹⁵⁹ Essa Cooperativa falida, é uma história mal contada até hoje e ninguém se dispõe a esclarecê-la por envolver moradores do local. Parece que era uma empresa de capital misto privado e estatal dominada pelos grandes armadores, comerciantes e industriais de pescado. Em sua fundação, dizia-se que era para beneficiar ao pequeno pescador mercantil industrial, mas o modo como foi implantada os empobreceu ainda mais. É o que alguns chamam de desserviço útil a alguém.

¹⁶⁰ Palavras originárias do peixe com pirão e banana servido aos que cooperavam com o trato da roça, também significando o próprio trabalho cooperativo.

¹⁶¹ São tradições que herdamos do Brasil colônia portuguesa desde as Ordenações Manuelinas que é uma coletânea de leis que regulam várias coisas, entre elas a partilha da pesca em quinhões, a produção rural, o acesso à terra.... Biblioteca Pública do Paraná. Obras raras.

no litoral paranaense¹⁶² que não depende do nylon, petróleo, gelo, plástico e chumbo. Mesmo nos fundos da baía de Guaratuba, os roçados itinerantes tornaram-se impossíveis pois um reflorestamento de pinus impediu tal prática.

Também devemos lembrar que muitas vezes uma denuncia de alteração ambiental não deve ser levada ao pé da letra como se um indivíduo genérico estivesse comentando um crime ambiental, mas funciona nos jogos signogônicos como estratégia para defender um quinhão, um território-ambiente de um NS dessa alteração ambiental. Por exemplo alguém que já tem uma pousada numa ilha, não quer que outro se estabeleça e, em nome da “ecologia”, abre ações de embargo; ou uma família de APS, ou de “catarinas” que se diz “caçara”, chora as mazelas de ter perdido suas terras para uma grande fazenda ou projeto urbanístico, mas, na verdade o que ele queria era fazer o mesmo jogo do NS desenvolvimentista, retalhando a área e vendendo lotes e ganhando dinheiro como outros NSs ganham. Ou seja, também aprende-se a jogar outro jogo signogônico ambiental como experiência que viu funcionar.

Além disso, NSs que pesquisadores e gestores ambientais geram signogonicamente como pobres e pios a serem auxiliados, aprendem a manipular um discurso, um jogo de linguagem e assim ao próprio gestor ou pesquisador que interfere em suas vidas, de modo a ganhar algo que de outro modo lhes seria impossível. Portanto fiquemos atentos às nossas premissas e em que jogo estamos envolvidos ou em qual jogo signogônico ambiental envolvemos aos outros NSs.

8.1.27 NS INTELLECTUAIS

Nós, intelectuais, com nossos consensos lingüístico/cognitivos, criamos os objetos de pesquisa e sobre eles fazemos proposições. Eles por seu lado, não são nem objetos, nem se resumem às nossas proposições adequadas às nossas familiaridades discurso/cognitivas.

Embora nos refiramos a um objeto, (e não a uma imagem pré-formada ou deformada) entendemos que ele extrapola essa simples condição por ser um complexo interativo. Quando propusermos que um grupo social, um NS aja ambientalmente de um modo adequado à nossa estesia consensual e operante (aos pré-conceitos cognitivos dos

¹⁶² Exceto alguns poucos moradores da localidade de Rio dos Patos no Litoral Norte que ainda se aproximam do modo de vida, do

cientistas ambientais), necessitamos pensar que estamos em uma escala interativa indireta jogando, propondo que os que estão em uma dimensão interativa direta não jogando o mesmo jogo ambiental nosso, alterem seu modo de interagir, bem como estamos sugerindo uma alteração da *tyagostnost*, que é um consenso subjetivo sobre a relação esforço-desfrute. Por exemplo: propor que coletores de palmito transformem-se em silvicultores cultivando palmito. Mas o dia que ele plantou, significou um dia de esforço imediato no qual não houve colheita e portanto não desfrutou.

Uma falha comum em nossos pressupostos de gestão da pesca comercial e industrial pulverizada é a de que deve-se fazer com que os pescadores acumulem riquezas e retifiquem os outros como fonte de trabalho e mais-valia, dando-lhes trabalho, submetendo-os a uma morigeração. Investir esforço a longo prazo para acumular progressivamente não faz parte das culturas de subsistência¹⁶³, pois a natureza provê o sustento cotidiano e qualquer esforço extra desequilibra uma relação subjetiva e dimensionalmente adequada entre o trabalho e o desfrute.

Primeiramente, o individualismo nas culturas de subsistência é quase impossível, devido aos ciclos incertos de abundância que força os pescadores a laços de auxílio mútuo. Além disso, atitudes de desapego a bens materiais, que podem ser vistas por nós como perdulárias, estreitam os laços sociais que favorecem tal auxílio, assim como livram-se de coisas que necessitariam de um zelo, de um esforço extra de manutenção. Desse modo, a farra, a festa, a cachaçada, têm função no trabalho por estreitar laços de auxílio mútuo entre os que vivem incertamente como ciganos do mar.

Perguntar-nos e pesquisar em campo qual a relação esforço-desfrute lá estabelecida, operante, como uma signogonia que como jogo sócio/ambiental provê a existência, é uma das primeiras atitudes a tomar antes de nos propormos “*consertar*” a vida dos outros a partir de nossa signogonia e seus pré-conceitos cognitivos, agindo segundo uma signopoiese. Toda proposta de gestão ambiental dos “nativos, dos caiçaras, dos pescadores artesanais, e dos agricultores de subsistência” deve levar em conta o conceito chayanoviano de *tyagostnost*, pois se propusermos que alguém que sempre cultivou bananas na tiguera¹⁶⁴ passe a cultivar uvas, por exemplo, estamos alterando sua relação

jogo ambiental do APS.

¹⁶³ Mesmo os “catarinas” que executam uma pesca industrial - mercantil pulverizada, sua signogonia tem algo dessa experiência perdulária de socialização, algo da sociedade da abundância devido à convivência com povos de subsistência muito ligados aos ciclos da natureza.

¹⁶⁴ Roça de tiguera = roçados itinerantes em matas primárias ou secundárias. POLINARI, M. O Extinto faxinal do Guartelá ... Op. Cit.

entre trabalho e desfrute, além de romper com uma experiência wittgensteiniana adquirida ou herdada, uma signogonia secular, uma experiência histórica como: terra é para plantar banana e mandioca na tiguera, na roça de capoeira, no sistema de arroteamento.

Entre os povos de subsistência, a necessidade de cooperação interfere em seus jogos ambientais. Por exemplo: se o agricultor de subsistência mata um boi ou porco, é obrigado a reparti-lo com outros vizinhos, que por sua vez retribuirão, pois a família não consumirá e terá dificuldade de armazenar 100 ou 300 quilos de carne. A própria sazonalidade da natureza, incluído doenças familiares, obriga ao socorro mútuo, como no caso do puxirão ou pixirão¹⁶⁵. O homo urbano/urbano, nem olha para o céu, não sabe das estações da lua, pouco se importa se é inverno ou verão e via de regra não sabe quem mora no apartamento ao lado.

Não é adequado interagirmos com outros NS partindo apenas de nossos pré-conceitos, dos quais jamais nos livraremos por comporem nossa signogonia e funcionam em nossos jogos signogônicos que nos fazem o que somos. Não é adequado tentar reduzir esses NSs a apenas nossa signogonia e fazer com que joguem nosso jogo sócio-ambiental, sem avaliar suas especificidades interativas, sua signogonia ambiental como uma dimensão diversa da geração ambiental. Portanto não há apenas uma alteridade, mas uma pluralidade interativa caótica.

Como num jogo, ao gerir ambientes, é necessário conhecer a si (como signogonicamente construímos a nós e aos outros), conhecer aos outros (como eles constróem a si, aos outros e a nós), e conhecer o terreno, o que significa conhecer o ecossistema e os jogos sócio/ambientais operantes entre esses diversos que interagem.

Assim, isomorfizar interativamente todos os pescadores paranaenses utilizando os conceitos de caiçara ou pescador artesanal como sendo dimensionalmente válidos para todo o litoral brasileiro, ou colocá-lo no patamar do burguês individualista que acumula, ou de uma corporação, ou como pobre subsumido, é no mínimo uma generalização inadequada. Eles são diversos em cada dimensão interativa, em cada *praia*, não são iguais.

O conceito de caiçara ou artesanal pode ser adequado, funcionar como signogonia

165 Reunião de famílias para auxiliar outra no pico de trabalho do plantio ou na safra. Depois do trabalho o dono da casa dá um baile com sanfoneiro e comida para todos. No interior do Paraná fala-se puxirão: no litoral, pixirão, que tem origem na num prato que contém peixe, pirão (caldo de pescado com farinha de mandioca) e banana.

(consenso operante) dos intelectuais e dos pescadores que assim se identificam em São Paulo segundo os trabalhos do NUPAUB-USP¹⁶⁶, mas não para os “catarinas” que pescam no Paraná e muito menos para os quase extintos APS paranaenses.

Aqui está a diferença entre signogonia e objetivação: os jogos signogônicos visam a pluralidade interativa, como a objetivação visa dedutiva e consensualmente apenas uma das signogonias, das familiaridades inter-ativas em jogo, ou no máximo a dualidade relacional tomando familiar aquilo que cognitiva e interativamente não é familiar. A objetivação tende à grandes generalizações.

8.1.28 OS NSS E O MAR

A leitura das entrevistas nos dá a entender que a atual pesca dos “catarinas”, seus descendentes e adeptos de seu consenso operante mar = fonte de renda via mercado, sua signogonia sobre o ambiente marítimo, não é pesca artesanal, é pesca mercantil-industrial sediada em terra, sendo terceirizada e pulverizada para pequenos barcos, cujos proprietários vivem em uma mísera relação de dependência da indústria de beneficiamento de pescado ou do intermediário, que fazem adiantamentos na entressafra e lhes compram o pescado a preços aviltantes na safra, mantendo uma relação de favores e endividamentos. É uma relação semelhante ao sistema das *plantation* com mão de obra livre, no qual o colono nunca saldava a dívida de viagem e de sua subsistência.

A partir final da década de 1950, portanto coincidindo com a chegada dos “catarinas”, as entrevistas indicam que ocorreu um aumento excessivo e desregrado da pressão sobre o estoque pesqueiro, fazendo-o declinar em abundância que é um pré-requisito do jogo signogônico ambiental dos APS.

Vejamos parte do depoimento do Sr. 150, componente do NS (APS). Ele é o último em Pontal do Sul que ainda insiste em trabalhar como pescador vendendo peixe para turistas, embora hoje sua pesca sirva a um outro jogo signogônico que gera o ambiente marítimo como extensão do balneário.

Segundo ele, o excesso de pesca, centenas de pescadores e barcos, com redes de nylon efficientíssimas e o desperdício de muito do que elas apanham, é o motivo pelo qual ouvimos queixas de velhos pescadores paranaenses sobre a diminuição da abundância da

¹⁶⁶ Ver bibliografia

pesca:

L 150 Naquele tempo tinha muito cação mangona. Tinha até tinturera, é um cação. É um cação perigoso a tinturera. Ele vorteia a pessoa pela sombra n'água. A pessoa tando remando, ele vê a sombra e vem acompanhando. **Antigamente tinha muito. Agora tem muitas redes. Tem essa rede de arrastão que veio lá de Santa Catarina. Então foram matando. ..**
 ... **Agente pescava mais de praia. Abria a rede com o barco e puxava a rede pra praia. Tinha pesca da Tainha.**

L 150 não fala foram **pescando** com redes de arrasto, mas com um firme tom de voz ele fala: “*Então foram matando*”, o que significa um outro consenso interativo ambiental. Embora houvesse uma pesca da espécie popularmente conhecida como *pescadinha* além da barra das baías, a principal área e técnica de pesca dos antigos agricultores-pescadores é o arrastão de praia, especialmente para a captura da tainha, e não a rede de fundeio, que é como um muro de rede dentro d'água ou a de arrasto com pranchas.

Essa pesca dos “*catarinas*” que denominamos de pesca industrial e/ou mercantil pulverizada, por tratar-se de centenas de pequenos barcos pescando, principalmente com redes com portas de arrasto de fundo e dirigindo o produto em quase sua totalidade não para a subsistência, mas para o mercado e indústrias. É mercantil quando o produto vai *in natura* da mão do pescador até a do consumidor e é industrial quando o pescador vende para empresas de beneficiamento, inadequadamente denominadas de salgas¹⁶⁷.

Essa pesca do pescador genericamente chamado de “caiçara” é predatória e nada artesanal, especialmente o arrasto próximo a embocadura das baías e dentro delas com dependência total do mercado e das salgas, bem como é dependente de barcos motorizados e redes de nylon.

Segundo depoimento de um antigo mergulhador das águas paranaenses, essas redes de arrasto também destróem a flora subaquática¹⁶⁸. Aproveitando-se das dificuldades da fiscalização pública, mal equipada tanto no mar como na terra, nas madrugadas, os barcos de arrasto invadem as três milhas náuticas da costa onde o arrasto é proibido. No trabalho de campo, vimos que essas redes de arrasto de fundo, algumas com centenas de metros de

167 Salgas eram antigas empresas rústicas de beneficiamento de pescado, salgando-o e expondo-o ao sol ou imergindo-o em água quente e salgada para depois expo-lo ao ar. Hoje chamam de salgas grandes empresas e frigoríficos que geram dependência dos pescadores terceirizados e que, não salgam pescado, mas o beneficiam *in natura* e o congelam. Assim temos no Paraná um pescador que apesar de consensualmente ser “artesanal” em trabalhos de mestrado e doutorado, ele não é artesanal como os antigos APS, mas sim mercantil industrial terceirizado, tendo uma estreita relação de dependência sazonal com as salgas que não salgam peixe.

finas malhas não são apenas tracionadas por uma só embarcação, mas também é comum serem ligadas a dois barcos de arrasto (chamados de parrelha quando trabalham juntos), executam a matança de filhotes de peixes nobres como o linguado, pescada, robalo e outros, denominados de fauna acompanhante, que é jogada ao mar como lixo de pesca.

Shmidlin, um dos pioneiros do mergulho autônomo no Brasil, disse, em entrevista, que antes da propagação massiva dos barcos motorizados para arrasto de pesca, nas décadas de 1950/60, a flora sub-aquática do Paraná era rica e hoje, quando mergulha, vê o fundo do mar desnudo como um deserto de areia submersa. Ele afirmou também que duas espécies regrediram muito devido a pesca desenfreada, são o camarão rosa da baía das laranjeiras e litoral norte e o ouriço do mar coletado às toneladas por japoneses que se instalaram na captura e comércio de pescados em Paranaguá. Disse também que os japoneses de Paranaguá são os iniciadores da pesca e secagem da manjuba ou iríco.

Outra questão conflitante entre signogonias ambientais do mar é a dos pescadores catarinas com a dos pesquisadores do ambiente marítimo e a legislação federal que determina um período de desova para as espécies marinhas e durante o qual é proibido pescar; tal período é chamado de defeso (coincide com o ápice do verão e com o aumento da demanda e preço do pescado devido ao turismo no Litoral). Mas não existe lei que faça o camarão sete barbas ou outra espécie desovar no mesmo período tanto no litoral do Maranhão, que é quente e tem influência das correntes do Caribe, quanto no Litoral paranaense que tem forte influência da corrente fria do Brasil vinda da Antártica, ou tal espécie desovar no Paraná e no Rio Grande do Sul na mesma época com a regionalização do defeso.

Dimensões ambientais devem ser levadas em conta em cada fase interativa até, e principalmente, entre os animais, cujas interações com os ecossistemas não são guiadas por questões culturais, mas sim dos ciclos da natureza. Muitos pescadores afirmaram que a liberação de pesca, especialmente do camarão, é decretada exatamente no período em que estão capturando camarões com ovas, como consta em longo artigo intitulado “Pescadores protestam contra o período de defeso” publicado na página 36 da Gazeta do Povo de 23 de fevereiro. O artigo informa ainda que 20% da população de Guaratuba sobrevive graças à pesca do camarão, sendo que em todo litoral entre cinco a oito mil pessoas dependem dessa pesca.

Existe uma série de dificuldades na gestão do mar, dificuldades essas que tem como dimensões interativas a falta de verbas para pesquisas, a falta de pesquisas que dificulta a ação dos legisladores com vontade política e dos órgãos fiscais; estes padecem pela falta de recursos financeiros, humanos e materiais e isso afeta aos pescadores com proibições de pesca que, segundo eles, são temporalmente inadequadas. Estes, por sua vez, tentam extrair o máximo do estoque pesqueiro num mínimo de tempo para compensar os desmandos do mercado quase monopolista e o tempo que ficam parados no defeso.

A gestão das interações dos vários tipos de pesca com o estoque pesqueiro exige pesquisas dos oceanólogos, dos biólogos marinhos e engenheiros de pesca, bem como de humanistas que forneçam opções aos legisladores para as leis e portarias que só contemplam grandes escalas interativas, sendo feitas para toda a região sul do país ou pior, para todo o litoral brasileiro, “*obrigando*” à fauna marítima a desovar nesse período. E se não desovar devido a um fenômeno meteorológico por exemplo? Vão liberar a pesca de espécies que em tal baía está desovando quando em outras já não está?

Transdisciplinarmente, cabe aos biólogos marinhos, oceanólogos e engenheiros de pesca fazerem propostas de outras tecnologias de pesca seletiva não depredantes da fauna e flora marinha, que se confrontarão com a signogonia predominante dos “*catarinas*” que gera o ambiente marítimo como fonte infundável e atemporal de renda para o cotidiano totalmente dependente do mercado.

Além disso, no Brasil hoje (1999) não há uma política nacional eficiente de pesca para grandes frotas e pequenos barcos ou para o controle do pescado nos locais de desembarque, nem recursos suficientes nas Universidades para pesquisas da fauna, flora e das correntes marítimas, segundo depoimentos de professores pesquisadores do CEM/UFPR. Mesmo os dados do IBGE são muito vagos.

Em meio a certezas de uns e dúvidas de outros, pensamos que são necessárias tabelas mais flexíveis para o defeso que contemplem as especificidades de cada dimensão dos ecossistemas marinhos brasileiros e dos jogos signogônicos que neles são jogados.

Propomos, então, que se os órgãos governamentais e as empresas que atuam nos ambientes marítimos brasileiros incrementem a quantia de recursos na intensificação das pesquisas sobre esses ecossistemas e NSs que os geram como ambientes de modo a orientar legisladores para que a legislação ambiental não seja macro dimensionalmente generalizante, possibilitando gestões diversificadas em escalas interativas mais próximas

de cada NS e suas especificidades.

Pelo que entendemos das entrevistas com pesquisadores e com os pescadores, a cada ano e latitude e longitude do litoral paranaense existem variações na desova de várias espécies, além de que quando uma está desovando outra, comercialmente importante já está com filhotes.

Assim, além de técnicas de pesca seletiva, sugerimos a elaboração de tabelas mais flexíveis do defeso constantemente acompanhadas por pareceres de cientistas marítimos e humanistas das universidades, dos órgãos ambientais e dos pescadores na sua aplicação poderia mitigar conflitos entre pescadores, intelectuais e gestores ambientais, além de reduzir os impactos da pesca sobre o estoque pesqueiro.

Ou seja, é necessário coordenar e coadunar interações em escala direta e indireta em cada território ambiente de pesca.

8.1.29 TRAVESSIA DE UMA PREDOMINÂNCIA TERRITORIAL PARA OUTRA

Com a entrada dos catarinenses no litoral do Pr, entre 1950 e 1970, houve uma grande migração do NS APS.

95 Deixa eu pensar, quando começou a entrar as traineiras, o grande centro era Itajaí. Quando industrializou a pesca, **não aquela de barco de pesca, meio que perderam o espaço sabe**, esse pescador artesanal de alguma coisa. Mas, era o pessoal daqui do Paraná, por exemplo., **quando ia buscar o barco ou comprar não sei o que**, e os caras começaram a vir pra cá. Eu não sei se seria essa a causa. Mas eu me lembro disso aí. Talvez, foi assim **que afetou bastante a pesca, a ter uma pesca mais volumosa, mais industrial. Os cabras vieram para as Ilhas pescar. E acabou o mercado de pesca lá no litoral norte de Santa Catarina caiu muito, essa pesca grande.**

As culturas de subsistência com baixa tecnologia necessitam de grandes áreas para fazerem a gestão da abundância via várias estratégias de controle da população, arroteamento, transumância..., de modo a regular que a oferta da natureza seja sempre maior que a demanda.

Segundo Schmidlin, em Santa Catarina durante a década de 1960 e 70, ouve uma grande industrialização da pesca, com grandes frotas de grandes barcos com as quais os pequenos pescadores mercantis industriais não podiam concorrer e migraram para o

litoral paranaense aumentando a demanda sobre o estoque pesqueiro dessa região.

A pesca industrial, é denominada por alguns APS como *pesca grande*. Quando também no Paraná *caiu muito essa pesca grande*, devido à super exploração do estoque pesqueiro, acabou um pré-requisito ambiental da abundância da natureza que é indispensável para pequeno pescador de subsistência com baixa tecnologia. Houve um desequilíbrio entre trabalho, estoque natural de produtos, rentabilidade/desfrute. Um outro povo, um outro NS com um outro jogo ambiental tornou-se predominante no antigo território do APS. Nesse novo jogo, o mercado não é um complemento da renda, é a própria fonte de renda como a outra face da pesca.

Em função da perda da abundância e a concorrência com uma tecnologia e conhecimento marítimo superior, o jogo de gestão ambiental da abundância que os APS faziam tornou-se impossível. O que aconteceu foi a tecnificação e industrialização da pesca que, simultâneas ao avanço das cidades balneárias em Santa Catarina dificultaram a pesca de subsistência do pescador mercantil/industrial de origem açoriana ali radicado. A migração resultante alterou o jogo ambiental do agricultor pescador de subsistência do Paraná.

O que se entende da entrevista de 95 é que em Santa Catarina não acabou o mercado como demanda, mas que foi reduzido o mercado de trabalho por causa da concorrência com a pesca industrial, e eles *meio que perderam o espaço* porque o estoque pesqueiro definhou, em função de tecnologias predatórias que, além de matar mais matrizes que não eram repostas, matavam de seis a dez vezes mais quilos de filhotes para cada quilo de camarão aproveitado, como pescadas, cocorocas e linguado. A pesca de arrasto do camarão, que não é seletiva somada à alta demanda de pescado e ao grande número de pescadores e barcos mata os adultos e os filhotes provocando a redução de reposição das matrizes seja de espécies residentes próximo à costa, seja de espécies de longa migração.

Assim, os catarinas perderam seu mar ao sul para a pesca industrial em Santa Catarina e os APS perderam sua gestão da abundância no litoral paranaense. São dimensões ambientais interativamente ligadas em escalas, cada qual com sua especificidade num *mega* jogo de signogonias ambientais marítimas.

Segundo o entrevistado 95, primeiramente vieram as traineiras santistas e depois as baleeiras “catarinas”. Há indícios de ocorrência de uma pesca mercantil/industrial

pulverizada em barcos e parelhas de médio porte¹⁶⁹, que é nômade e predatória entre os Estados do sudoeste e sul do Brasil. Além desse arrastão em redes, ocorre ainda uma pesca industrial em barcos de grande calado que processam o pescado à bordo. Esta é a signogonia predominante de desenvolvimento entre empresários de mar e terra: pegar a natureza “virgem”, explorá-la ao limite, urbanizá-la, e vendê-la por centenas de vezes mais do que se pagou além de promover a desertificação e a redução drástica da biodiversidade, descartando as fronteiras naturais.

O depoimento de 95 denuncia ter havido um grande impacto ecológico e social no que se refere à pesca no pequeno litoral do Paraná em função da migração dos pescadores catarinenses de 1962 a 1974.

95 Não, o que veio, isso sim, houve, **tomaram conta**. Houve reações fortes contra a pesca embarcada, isso sim, o barco com traineiras, invadiram as águas territoriais do Paraná, como também o pessoal de Santos, aí houve briga uma briga toda sim com os pescadores de São Paulo.

Briga é a tomada deles, chegavam com rede de arrasto a menos de 2 milhas da costa e limpavam a coisa toda, em detrimento do pescador local que era do Paraná. Houve, houve, uma grita bastante brava. Os catarinas também entravam porque conheciam muito bem a costa, nossa costa (paranaense) é a pior que tem no Brasil, tem 80 km só, é uma porcaria para a pesca, não vale nada.

Foi mais ou menos nessa época, no apogeu da pesca embarcada dos santistas, que tinham uma indústria de pesca muito forte, e os catarinas com a entrada de Itajaí, tanto que lá chegou a acabar a pesca. Também do Rio Grande do Sul entravam muito, com a turma do porto do Rio Grande. E, aí o pessoal começou a reagir, porque tava prejudicando a pesca aqui.

Houve manifestações, foi muito bravo. Foi a reação dos pescadores que pediram às autoridades que controlassem os barcos (de fora) para que não deixassem entrar nas áreas do território paranaense mais além das 2 milhas. Isso ainda recentemente teve problemas aí. **Isso até deu um incidente gravíssimo com o superintendente no Paraná da SUDEPE, ele foi preso, raptaram, quiseram jogar ele no mar**, só que deram um erro grave esse pessoal das traineiras, levaram junto o sargento da Marinha que estava com trajes civis, e não sabiam, quando a Marinha soube que ele tinha sido raptado, mandou as embarcações de guerra capturar as traineiras e trouxeram elas rebocadas e nem precisa dizer o que acontece com as traineiras de madeira rebocadas por um possante barco de guerra (...) risos. (...) Além de prenderem os cabras, deram umas caçambadas neles.

Os pequenos pescadores mercantis industriais pulverizados, (paranaenses,

¹⁶⁹ Com capacidade de armazenamento entre cinco e dez toneladas de pescado nos porões de cada barco.

catarinenses e descendentes que hoje vivem aqui), disputam o mar com barcos sediados em Santa Catarina e com os santistas que aqui pescam com uma tecnologia de pesca superior e não se estabelecem aqui. São barcos maiores com capacidade de ficar dias no mar até completar sua carga, empobrecendo ainda mais o estoque pesqueiro paranaense. Esses barcos levam a fauna marinha paranaense e não pagam impostos ao Paraná, mas elevam os custos de fiscalização ambiental e assistência ao pequeno pescador paranaense e à sua família.

Na década de 1950, houve por parte do governo federal um grande incentivo à pesca industrial no Brasil. Não houve, entretanto, preocupação maior com a comercialização e gestão do estoque pesqueiro:

95 Haviam empresas de pesca de Itajaí, que eram super-empresas, 2 grandes empresas que não me lembro nome agora, são famosas. **Uma dessas já quebrou, a outra continua, apesar de que tiveram que importar peixe argentino e camarão do Chile, porque não tinha mais em Santa Catarina, acabaram com tudo. Tem uma marca famosa de pesca, ainda existe.**

No Paraná também tinha uma grande empresa, a Oceania. O grande bom, o auge, foi quando surgiu, em 1950 e poucos, você deve lembrar, quando o *governo* incentivou a grande pesca, a SUDEPE, através da importação de barcos pesqueiros mexicanos, lembra dessas histórias? Era traineira de última geração de casco de fibra de vidro, sintética, com todo equipamento adicional próprio para pesca, enfim, um barco de grande porte, desenhado especialmente para o alto mar.

É famosa, depois de tudo, a Oceania era a maior de Paranaguá, na ponta do rio Itiberê, uma super empresa, era a maior que tinha no Sul, depois a de Itajaí tomou conta. Eram 3, uma que era dono, foi prefeito de Guaraqueçaba, o Miguel, empresa do pai dele, depois foi vendida para japoneses, estão até hoje lá. Também acontecia da tripulação de um barco de uma empresa vender a produção para quem quisesse.

Isso aconteceu com as empresas de Itajaí, aconteceu com todas elas, com as de Santos e, também, aconteceu que houve a revolução da pesca, essa pesca, você andava... ora não sei se não tem filme disso aí. **Por exemplo quando eu navegava à vela, se levava 15 dias para ir para Buenos Aires, dia e noite, sem parar. Nessas viagens nunca deixamos de encontrar de 2 até 5 milhas, sem parar, uma parelha de barcos descendo em direção ao sul da América e voltando, sem parar! Agora arrastando rede, dia e noite, durante meses e anos, o que você acha que acontece? Foi o que aconteceu, houve uma revolução dessa pesca indiscriminada e predatória que foi fatal para todos eles e, foi aí que quebraram todas as empresas de pesca praticamente, aí começou a entrar aquele sistema de pesca trazida por navios russos, e eu cheguei a ver em alto mar, com grandes pescas de navios. Já não é mais traineira de alto porte, mas navios que faziam pesca já com industrialização interna. São ao mesmo tempo capturadores de pescado e indústrias flutuantes.**

Segundo Schmidlin, além do que denominamos como pesca industrial/mercantil pulverizada ou terceirizada de pescadores paranaenses, que já é de grande impacto na flora e fauna marítima pelas técnicas predatórias a menos de três milhas da costa e nas embocaduras de baías, existem as centenas de barcos de outros estados em constante arrasto de redes, temos também no litoral sul brasileiro barcos estrangeiros que são verdadeiras indústrias de captura e processamento de pescado, sobre os quais não temos notícia de uma fiscalização mais efetiva quanto a quantidade que capturam e quanto desperdiçam, nem sobre os tributos pagos ao governo brasileiro. Tal pesca descontrolada vem indiretamente onerar a gestão direta da pesca e a vida dos pescadores paranaenses devido a redução do estoque pesqueiro e aumento das necessidades assistenciais.

8.1.30 ESTRATÉGIAS INTERATIVAS PARA A PREDOMINÂNCIA AMBIENTAL

Sun Tsu II¹⁷⁰ é, sem dúvida, uma excelente base metafórica para a elucidação de estratégias de predominância, sobrevivência e a derrocada de signogonias e NSs. Nesse contexto de tantas signogonias ambientais conflitantes ou cooperantes, é preciso pensar em possíveis potenciais de gestão das praias tendentes ou não ao sucesso em meio a plurinteratividade. Sabemos que a gestão ambiental consiste em opções de aliança ou disputa com potenciais de predominância das signogonias atuantes naquele ambiente.

Vejamos isso nas disputas entre signogonias num aspecto, numa escala interativa que se refere à apropriação do espaço, do terreno, para gerar um território de predominância: um ambiente *praia*.

Um dos entrevistados — o “Boca” disputou um território para seu projeto ambiental (praia parque particular), numa *praia* do NS homo urbano nas roupagens praia-de-família e desenvolvimentista. Ele, que se diz o “Rei do Côco”, afirma:

L 92 - Eu vivo do côco, a minha vida agora é vender côco, e não vou largar mão... **Inclusive fui despejado aqui pelo DPU** (Delegacia de Patrimônio da União), tô limpando tudo aqui (* limpando = saindo e desmontando seu quiosque). Isso aqui tava na justiça há 6 anos já, a União não quer eu aqui. **Não é tanto a União, é a política suja dos moradores, desses novos políticos** que eu acredito que não vão fazer nada pelo Pontal do Paraná, são uns políticos muito fracos para o meu gosto. Se eles quisessem me ajudar me ajudariam, mas até agora não me

¹⁷⁰ (SUN TZU II 1997. p. 9)

ajudaram em nada, só me atrapalharam. **Nunca me ajudaram na vida e não acredito na ajuda da parte deles.** E uma coisa eu tenho a dizer: isso aqui é uma área da União, é do *governo*, e eu não vou sair daqui. Eu vou tirar toda a estrutura, vou limpar tudo, vou trabalhar com trailer. se não deixarem vou trabalhar ao ar livre. tenho uma clientela fabulosa. De um meio ambiente sujo, porco, o monte de provas que tenho de muito esgoto do próprio vice - prefeito do Pontal do Paraná, jogando no rio o esgoto dele. É muito dos moradores tem seu esgoto jogado no rio. Isso para mim não é meio ambiente, é um cara que muitas vezes não poderia nem ser político. E meio ambiente eu acho que é isto que eu criei aqui.

O reinado do *Rei do Côco* necessitava de um território e, para isso, invadiu áreas da União que são territórios/ambientes de outros NSs. Ele, como entrevista modal, representa os NS de pequenos comerciantes e outros oportunistas no apoderarem-se de terras. Porém, para eles tal apoderar-se está ligado ao consenso operante da posse vinculada ao uso direto e pessoal da terra, como é da signogonia dos habitantes tradicionais do litoral paranaense. Essa, por sua vez, tem suas raízes na signogonia da abundância para a qual somente o que está sendo utilizando “pertence” a alguém.

No atual jogo signogônico predominante em Pontal, (*homo urbano* em suas roupagens NSs praia-de-família e desenvolvimentista) apoderar-se de terras públicas ou particulares não é para o NS (terra para uso ligado à signogonia da abundância) e escala interativa dos pequenos comerciantes, pescadores, agricultores. Tal prática — apoderar-se de terra legalmente pública e registrar em cartório — faz parte de uma signogonia e de um jogo signogônico em uma escala interativa sócio-ambiental inatingível e ininteligível por esses pequenos. Eles (APS) não possuem a experiência wittgensteiniana para jogar esse jogo. Mas o que fazer, que estratégia seguir?

O rei Wei perguntou: **"Quando o inimigo é mais numeroso e mais forte do que eu, o que devo fazer?"** Mestre Sun disse: "De a ordem para uma vanguarda retrátil, não se esquecendo de esconder a guarda da retaguarda, de modo a que a vanguarda possa voltar em segurança. Instale as armas longas nas linhas de frente, as armas curtas atrás, com arqueiros móveis para ajudar quem estiver sob grande pressão. Mande a força principal ficar imóvel, esperando para ver o que o inimigo pode fazer"¹⁷¹.

Alguns apoderaram-se de terras públicas silenciosamente, sem fazer alarde, ficando quase imóveis, apropriando-se apenas de um terreno, e não de toda uma faixa de praia

¹⁷¹ (SUN TZU II, 1997 : 36)

para fazer um parque e estacionamento particular como fez o *Boca*. Além disso, eles têm bons relacionamentos políticos e advogados. O *Boca* não entende porque outros conseguiram e ele não.

92 Não, ele tem caseiro, mora em Curitiba, vem só para o fim-de-semana.

Paulo... é conhecido por Paulo, é empresário. Tem também o restaurante Peixitos, que construiu um sobrado, um restaurante comercial dentro d'água. Isso aí ninguém cria caso. **Isso tá tudo bem, tudo quieto.** Quem tem dinheiro na orla marítima de Caiobá à Pontal tem muitas mansões. Aí ninguém mexe, aí a União não mexe.

Agora quando o cara é pequenino, não tem dinheiro, não é político, não se envolve com política, então é massacrado e pisado. Isso aqui é o meu pão de cada dia, e nunca vou largar mão disso aqui, que é minha profissão, que eu creio que descobri. Pelo turismo, pelos turistas que sou muito bem recebido e tenho o maior crédito com o turismo.

O *Boca* foi despejado de uma barraca de sapé que construiu no final da avenida central para vender côco gelado. O local é comercialmente estratégico por ser passagem entre a rodoviária e o antigo embarque para a Ilha do Mel e para a praia central dos farofeiros. Ali, é impossível uma apropriação imperceptível de terras. Existem estratégias, entre as quais a escolha de um lugar pouco visado e ligações políticas, para se fazer isso, estratégias às quais o *Boca* e outros do NS terra para uso não têm acesso ou habilidade de manejo. Aderir a uma signogonia ambiental, entrar no campo de jogo de um NS, não torna o adesor necessariamente igual aos componentes desse NS, se ele não tiver acesso às estratégias desse NS¹⁷². É como o nobre pobre.

Ele, o *Boca*, apropriou-se de um terreno público, plantou coqueiros e começou a ampliar a posse para construir um parque/estacionamento privado para os veículos e ônibus dos turistas. Ele não se apropriou de nenhuma terra particular ou posse ocupada e não foi o único a se apoderar de terras públicas. Mas ele e outros invasores que não pertencem ao NS desenvolvimentista composto por grandes comerciantes e políticos, foram penalizados pela moralização¹⁷³ do estoque de terras públicas. Outros, que têm influência política e que mais lentamente e fizeram suas invasões sem alarde foram premiados com a titulação da terra e ganharam benfeitorias urbanas.

Rei do Côco, além de ser um falador e não agir discretamente, como recomenda Sun Tsu II, é um “*boca dura*”. Ele não se encaixa em nenhum dos NSs predominantes Pontal.

172 Nas questões de terra na história do Paraná, a principal estratégia são as ligações políticas.

173 A moralização do estoque das terras públicas equivale à pacificação após uma guerra para manter o domínio do território

Incomodou o NS praia-de-família ao ampliar indiretamente o território dos farofeiros e enfrentou o desenvolvimentista e o modernizante predominantes que signogonicamente geram o ecossistema praia como estoque de terras para especulação imobiliária.

Por outro lado, a Delegacia do Patrimônio da União – DPU, não tem estrutura suficiente para um controle eficaz dos milhares que estão ocupando áreas da União.

O caboclo, como é denominado em uma grande escala interativa no Brasil o agricultor de subsistência, o trabalhador, o pequeno comerciante, não domina um jogo de linguagem para lidar com uma papelada de regularização da terra, cuja legislação, privilegia não quem a ocupa, mas quem a possui como mercadoria e reserva de valor.

O Rei do Côco jogou mal e perdeu, não ficou imóvel esperando a oportunidade para lutar judicialmente ou aliar-se politicamente.

94 - (Secretário Municipal de Meio Ambiente (ano 1987))
Se o Zé do côco ficasse só com a barraca... Agora ele expandiu pra trás, já ia fazer estacionamento para os ônibus de turismo. Tava invadindo uma área que não era dele, aquilo era protegido pela biologia (CEM- UFPR). Então, o culpado foi ele mesmo. **Então, se ele fica no cantinho dele ninguém mexia com ele, mas ele já quer explorar pra poder mais tarde vender.** É esse o caso... p



Estratégias de construção do território do jogo signogônico ambiental
Foto: Claudio Grazianni. Pontal do Sul, 1º de maio de 1999.

O Rei do Côco representa uma signogonia (terra para uso), da qual fazem parte potencialmente centenas de pessoas capazes de se apoderarem de terras não utilizadas por ninguém, de se organizarem politicamente e contestarem as regras e construtos cognitivos consensuais que estão funcionando. O Rei do Côco e seus similares, são uma ameaça às prerrogativas de jogo ambiental do NS homo desenvolvimentista, bem como à continuidade da predominância do projeto de praia o mais deserta e quieta possível do NS praia-de-família.

Se ele tivesse sucesso em sua empreitada, ele poderia desvendar uma outra sabedoria, um outro consenso potencialmente operante, uma experiência wittgensteiniana, uma outra estratégia que funcione, através da qual os pobres também poderiam se apoderar do alheio e sair-se bem.

A predominância exige constantes estratégias de pacificação daqueles que a contestam. A exclusão do conhecimento, do acesso ao saber jogar e dos pré-requisitos a dados jogos signogônicos e correlatas estratégias, ainda funciona muito bem como pacificação e moralização. Um NS necessita implantar uma espécie de *pax romana* após a conquista da predominância. O Boca estava sendo tolerado em território alheio com sua barraquinha de vender côco como mais um componente da paisagem praia-de-família, tanto quanto outros moradores de Pontal o são para os veranistas. Mas quando quis ganhar mais território fazendo alarde, por isso socialmente se deu mal.

Essas estratégias de jogar não podem ser acessíveis às centenas de Reis do Côco existentes. Somente o NS desenvolvimentista pode se apossar, documentar, lotear e vender para casas de balneário, mesmo em áreas geológicas de alto risco onde o mar recuou¹⁷⁴, ou de áreas há séculos habitadas por sociedades de subsistência que viviam segundo a lógica da abundância.

Na história do Paraná, a cidadania de primeira qualidade (morigerados) é daqueles que se aliam aos que tradicionalmente mantêm-se incólumes no poder, têm amigos nos cartórios que lhes fornecem informações e documentos privilegiados e que podem até coagir com seus pistoleiros (o que ocorreu muito no Paraná entre as décadas entre 1910 e 50). Esses podem grilar terras e ter a lei a seu favor, pois eles são os que fazem e aplicam as leis. E como o Boca mesmo afirmou: “*Agora quando o cara é pequenino, não tem*

174 Temos registros geológicos e testemunhos dos moradores de avanços e recuos cíclicos da praia que variam sazonalmente de 20 a

dinheiro, não é político não se envolve com política, então é massacrado, é pisado.” E ele, o Boca, não se envolve com política que é a grande estratégia para ser “cidadão de primeira grandeza”, mas espera que os veranistas que objetivam de modo semelhante um móvel urbano a seu serviço o apoiem. É a aliança errada

Assim, o poder econômico e principalmente o político, fazem parte de estratégias não determinantes, mas limitantes à expansão de outros NS, funcionando estrategicamente nos jogos signogônicos frente à outras signogonias que não dispõem dessas estratégias.

Isto permitiu a alguns “grandes”, que se apoderaram ou “ganharam do Estado”¹⁷⁵ o direito de estabelecerem-se, na mesma área de restinga que era do APS e da qual o Boca foi expulso, além de terem todos os benefícios.

92 - **Que eles falam muito em restinga, restinga...Eu não cortei um pé de árvore apenas plantei muitos pés de côco da Bahia.** Essa semana esse mês de março eu vou plantar mais de 100 pés de côco. **Tô fazendo um parque: Parque do Pontal do Pr. É o cartão postal do Pontal que estou criando.** Eu, de codinome *o Boca*, me considero o Rei do Côco, conhecido como *Boquinha*, não tenho medo de ninguém, sou um homem trabalhador. **Tá certo, considero que não estou muito justo aqui como invasor, invadi isso aqui. Mas, eu invadi uma área do governo que acho que não tô fazendo mal algum pra ninguém.** Pelo povo, eu ganho um abaixo-assinado de 5000 assinaturas, se precisar de depender de ficar aqui. (grifo nosso)

O mesmo NS que incentivou invasões, que confinou os antigos APS em pequenos terrenos, que aterrou rios e mangues para conseguir mais terrenos para vender, utiliza-se de argumentos “ecológicos” para expulsar o invasor pobre.

Uma total mudança no ambiente praia beira-mar e urbano de Pontal, que favoreceria a alguns e desfavoreceria a muitos, na boca de uns é denominado planejamento urbano, mas o Rei do Côco plantando coqueiros e fazendo estacionamento privado é invasão. Uma obra pública em uma terra de posse pode ser um prêmio para o proprietário, que será indenizado se ele fizer parte do NS predominante ou uma punição com expulsão, se ele não fizer parte desse NS.

50 anos.

175 O Paraná passou de um estado rural e gerido com base numa política de compadrio, onde terra, política e sangue (especialmente no sudoeste do estado) está se transformando nas últimas décadas em um Estado, no qual predominam os *agrobusiness*, uma população predominantemente urbana e suas bases políticas cada vez mais se distanciam de um compadrio rural passando para as mãos de políticos urbanos ligados não ao café ou latifúndio no qual se criava gado de solta, mas a indústrias multinacionais e a *agrobusiness*. A base do poder político está mudando.

No Brasil, com o fim do Império, toda terra privada deve ter um primeiro título originário do governo, que deve ser de doação, compra direta ou leilão. Se o título atual não tiver esse antecedente é ilegal, é falso. Outra forma de adquirir terras é via usucapião em áreas que não sejam influenciadas por máxima das águas. Nessa segunda forma, alguém invade terra pública, cerca, comprova que utiliza a área por no mínimo cinco anos, registra a posse em cartório e entra com um processo para que o governo reconheça a propriedade.

O império brasileiro acabou, mas práticas oligárquicas continuam e a *res publica* não é pública para todo cidadão. Os que têm ligações com a oligarquia podem agir politicamente e estrategicamente podem mais facilmente moldar os territórios de seus NSs segundo suas signogonias. Há um dito popular que afirma: “Sabe com quem está falando?” O qual vem reafirmar que ligações políticas e nepotismos enquanto estratégias de NSs tem tanto ou mais valor que o poder financeiro. Ainda há uma fidalguia, ou seja aquele que é filho de Fulano ou parente de alguém.

No litoral, há várias sobre-titulações oficiais, o que significa que o Estado cedeu legalmente a mesma terra para várias pessoas. São vários títulos legais da mesma terra. É como se houvesse um segundo ou terceiro andar do mesmo terreno¹⁷⁶. Mas se alguém tiver um amigo político e outro cartorário, legalização fundiária pode ser fácil e rápida.

O Rei do Côco, sem querer, foi mexer com a questão de terras, que é base de jogo signogônico ambiental (terra & política) dos políticos e empresários tradicionais com predominância ultra-exclusiva do NS desenvolvimentistas. O grilo de terras historicamente no Paraná é uma festa, mas somente para o NS desenvolvimentistas, é uma dimensão do jogo ambiental criada por eles e para eles. Aí onde o ambiente é construído signogonicamente como mercadoria e objeto de lucro rápido deste NS. Suas ações desenvolvimentistas (urbanizadoras) são referendadas por suas estratégias políticas, que lhes permite legislar ou usar a máquina estatal em causa da própria oligarquia. Nessa festa, o NS terra abundante para uso não é convidado.

Os *animais trabalhadores*¹⁷⁷, (pequenos pescadores mercantil/industrial, pequenos comerciantes, trabalhadores não ligados a partidos políticos) estão fora do acesso à condição de *animais políticos*, (cidadãos de primeira grandeza,) bem como de suas

176 Relatório da GRADE. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

177 ARENDT, Hannah. Em *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987, diferencia o ser humano em animal político e animal trabalhador, tendo o primeiro a condição de exercício pleno da dignidade humana.

estratégias, não podem tão facilmente *esquentar* posses de terras transformando-as em propriedade privada com documentos cartorários.

Esses pequenos¹⁷⁸, que também desejam apoderar-se de terras para venda nós distinguimos como uma transição, um híbrido entre os que signogonicamente interagem com a questão de terras para uso (APS) e os que compartilham da signogonia do NS desenvolvimentista, que geram terras como mercadoria, mas tentam imitar quem predomina nos jogos ambientais. Porém, eles não têm acesso às estratégias do NS predominante, mas referendam-nas, são apenas cúmplices, compactuantes de um consenso.

O Boca, o Rei do Côco, faz parte desse NS híbrido que gera signogonicamente terra sem uso como terra de Deus e sonha em poder transformá-la em propriedade que lhe permita se dar bem no jogo predominante do NS desenvolvimentista, mas não possui a experiência para isso. Fica para esse NS a pergunta: como eles fazem e conseguem? Portanto, quem faz parte desse NS ainda está ligado a uma signogonia da terra sendo usada como um meio de ganhar a vida para quem nela trabalhar; um NS que vincula propriedade (e não posse como o APS) da terra com o uso direto dela.

Ele, o Boquinha, nem se deu conta disso, que estava entrando no jogo errado, o do homo urbano desenvolvimentista, sendo inadequado e com estratégias mais fracas e pagou por isso. Boquinha como um híbrido de várias signogonias, não tendo um campo de jogo adequado a ele. Ele não é surfista, não é do NS praia-de-família, não atua ambientalmente como farofeiro, não domina estratégias políticas do NS desenvolvimentistas. É um cavaleiro andante contra moinhos de vento.

No que respeita às invasões, elas são freqüentes no litoral.

94 Bom, invasão tem uma determinada área que ninguém sabe de quem é ou ignora, e se reúnem oito ou nove famílias e invadem. Isso aconteceu muito, não só aqui em Pontal mas por todo o litoral.

Essas famílias devem ter retaguarda política e advogados para deterem a posse, pois se não tiverem, é direito do governo expulsá-las daquilo que lhe pertence. Nas terras públicas que foram invadidas, não funciona uma exclusivização legal do espaço, como ocorre estratégica e consensualmente com as áreas privadas. O espaço, território público

¹⁷⁸ Os NS desenvolvimentistas por vezes se referem aos pequenos como *bagrinhos*, numa referência clara à relação entre presa e predador.

e o privado, também são campos de jogo e parte de estratégias construídas signogonicamente. Portanto não são ahistóricas, sendo instáveis plurinterativamente como qualquer coisa no jogo ambiental. A propriedade é uma face, uma estratégia e uma dimensão interativa de um jogo que dimensional e consensualmente funciona gerando ambientes.

Se o poder público, nas mãos do NS gestores modernos aliado ao desenvolvimentista, executar uma moralização do acesso à terra, os pares de NS do Rei do Côco, tal como ele, vão pagar por ter transgredido as regras consensuais operantes de um NS macro-dimensionalmente, uma signogonia ambiental predominante neste momento.

A questão aqui é mais que de poder. A questão é a do funcionamento de práticas discursivas consensuais operantes, de signogonias consensualmente estabelecidas, de um jogo jogado de acordo com dadas estratégias de atração e repulsão de um NS em seu funcionamento.

Os antigos moradores da beira-mar que restaram e os descendentes dos *catarinas* aprenderam um novo jogo predominante. Alguns passaram a ganhar dinheiro revendendo várias vezes a mesma posse de terra sem documentos para turistas iludidos e a maioria dos que ficaram está largando a pesca para explorar turistas. Adequaram-se a um jogo ambiental que é novo para sua signogonia, tanto que é comum nas entrevistas daqueles que hoje vivem do turismo, um discurso e um tom saudosista do tempo em que o mar, a praia e a terra eram do pescador.

A invasão do Mangue Seco: diversamente do que fez o Rei do Côco, os invasores de mangue seco invadiram em grupo e trocaram votos pelo apoio de políticos na invasão. Eles não confrontaram os políticos modernizantes, mas souberam aliar-se.

L150 A maioria dali (em Mangue Seco) é tudo povo de fora. Daqui (de Pontal) não tem quase ninguém.

Aquilo não foi loteado, aquilo o povo avançou no mato, foi metendo foice, foi fazendo casa. Tudo pessoal novo.

O pescador mesmo, nós daqui, nós só herdamos um terreninho cada um. Quando a companhia entrou aqui, fez aí um *check up* aí. Fizeram cada um assinar um terreninho, iam dar um terreno para cada um. Tanta terra que existia por aí, mas fiquemos com um terreninho cada um.

O Bairro de Mangue Seco é invasão de uma restinga, mas foi indiretamente

organizada e incentivada por políticos antes de uma eleição em troca de votos. Assim, estrategicamente houve uma aliança entre os que invadiram e políticos do NS desenvolvimentistas, de modo que a atual gestão não pode se indispor nem com seus pares políticos para expulsar invasores ou cobrar impostos, nem com uma grande população residente hoje nas dezenas de quadras em Mangue Seco.

Tal qual numa favela, que normalmente é uma invasão, o gestor público pode optar por despejar os invasores, relocá-los, urbanizar com ruas, água e luz e esgoto, ou selecionar quem fica, incentivando a venda dos terrenos para um *testa de ferro* ou outro NS de seu interesse e legalizando-os. Mas como há muita gente morando em Mangue Seco e pode gerar problemas sociais, principalmente por serem muitos votos a serem perdidos, provavelmente legalizem as invasões, pois estrategicamente é mais interessante. Invasão, grilo, expulsão de gente é privilégio de um dado NS (desenvolvimentista) com suas estratégias, especialmente as políticas, por vezes valendo-se de mais gente do povo que invade com ele ou seu testa de ferro, para dar uma aparência de necessidade social, atrás da qual sua invasão se protege.

94 - A área do Mangue é todo da prefeitura, tá tudo invadido também. **É uma coisa que a prefeitura não poderá mexer ali, vai causar um problema social.** Não vai poder tirar, se for tirar essas famílias dali vai assentar aonde? A única que pode fazer e vai é a Prefeitura regularizar aquilo ali. Cada um vai ficar com seu pedaço. **Tem caso e caso. V. pode ver que tem até mansão ali.** Então cada caso vai ser estudado. Vai ser dado um título de posse pra cada um. Vão ter que regularizar o IPTU também, que ninguém paga nada. V. sabe que aqui em Pontal do Paraná **apenas 30% paga imposto o resto não paga nada.**

Despejar o Rei do Côco, os farofeiros e pequenos comerciantes que pensavam poderem adquirir a propriedade documentada de uma invasão na antiga Ponta de embarque é menos problema social que despejar proprietários de casas e mansões em Mangue seco? Não há uma estratégia, uma artimanha, um jogo signogônico sendo jogado aí, nessa seleção de quem fica e quem sai? A estética, a estesia consensual ligada às mansões é ameaçada pelas casas dos pobres ao redor? Em que se fundamenta essa seleção/gestão da diversidade interativa?

A prefeitura não poderá mexer ali. As signogonias operantes “na prefeitura” favorecem qual NS? O NS favorecido disporá de quais pré-requisitos estratégicos para tornar-se predominante naquele território. Se fosse somente a questão simples e linear de

quem detém os meios de produção condiciona o resto, ou de uma disfunção ambiental, ou outras proposições lineares e gerais, esses invasores estariam na rua ontem, pois ameaçam o NS desenvolvimentistas urbanos, o NS modernizante e o NS praia-de-família.

Existem outras estratégias, outras signogonias, que ameaçam a Prefeitura, o NS lá instavelmente predominante e seus componentes. Mas, como jogar este jogo?

Ocorre que os *invasores* de Mangue Seco são tão invasores quanto quaisquer outros, porém geram e interagem signogonicamente na questão de terras de modo diverso (terra propriedade de quem usa), constróem outro campo de jogo e não fazem parte do NS predominante (desenvolvimentista) que constrói signogonicamente tudo apenas como mercadoria, NS o que estratégica e coincidentemente detém o mando político ou se alia a quem o tenha. Assim, os que estão em Mangue Seco são invasores, porém, estrategicamente, ao contrário do Boquinha, fizeram ótimas alianças e tornaram os políticos dependentes de seus votos. Apesar dos NSs predominantes, nada garante que as signogonias hoje recessivas tornem-se, por suas estratégias de jogo, predominantes.

Assim, não há determinantes atemporais para uma predominância sem concorrentes em alguma dimensão pelo mesmo território, mas limitantes. Um NS hoje “recessivo”, amanhã pode ser predominante, como um time perdedor que adquire um novo jogador ou adota outra estratégia. O NS híbrido terra propriedade para uso venceu em Mangue Seco mas, por quanto tempo?

Eles, de Mangue Seco, como o Rei do Côco e seu NS (terra propriedade para uso), estrategicamente não sabem como é que alguns se apropriam de terras e são punidos e despejados, enquanto outros são premiados com titulação e benfeitorias urbanas. Nem todos entendem que há um NS com um consenso predominante e uma estratégia mais eficaz de alianças. Eles estão no campeonato ambiental, são um híbrido tendo em sua base o NS terra para uso dos agricultores de subsistência, porém querendo agir segundo a signogonia predominante (terra mercadoria) para sobreviverem.

94 Tem terreno que é da Prefeitura, **tem terreno que tá em briga, em litígio porque são grandes extensões de terra.** Tem muita gente que invadiu, o proprietário não paga porque ele não tá na terra, e o pessoal que tá lá não paga porque não é deles. Então fica uma área de ninguém, ninguém paga imposto.

Esses forasteiros e invasores deveriam saber que, apesar de compactuarem por necessidade de sobrevivência com o NS desenvolvimentista, estão no campo de jogo no

qual o NS desenvolvimentista e o NS praia-de-família predominam. Há um conhecimento estratégico historicamente adquirido para deslizar entre leis e burocracia para grilar terras. Parte dessa uma signogonia não é acessível a todos .

Mas tudo é parte do jogo ambiental construído a cada momento por vários NSs, jogo no qual alianças são desejáveis pois reforçam consensos, signogonias predominantes e/ou possibilitam a sobrevivência ou ganho de território para os aliados.

94 O que nós estamos sabendo é que a marinha tá tirando o pessoal que tá na área deles, eles **estão tirando o pessoal novos, de um ano para cá.** Os outros também, **parece que sairão. O pessoal mais velho eles vão dar um jeito de assentar.**

Os mais velhos invasores de Mangue seco souberam estrategicamente fazer o que o Rei do Côco não soube. Ficar quieto, escamotear, aliar-se e esperar a oportunidade de regularização, aguardar a reação do inimigo e adotar uma estratégia flexível. Tanto que seu codinome é o Boca, auto/proclamado o Boquinha, que é “boca dura”.

8.1.31 - POLÍTICA AMBIENTAL E ESTADO

No Brasil, apesar da avançada legislação ambiental, existe um desentrosamento nas signogonias de gestão ambiental entre os órgãos municipais, estaduais e federais; signogonias que se manifestam como políticas de gestão ambiental. Não é algo específico de uma gestão, é um problema histórico de entrosamento entre dimensões administrativas entre órgãos com funções complementares sobre a mesma área de gestão. Por serem complementares, às vezes comportam-se como concorrentes devido a necessidade de “mostrar serviço” da atual gestão para a população.

No litoral paranaense, essa dificuldade de atuação conjunta entre órgãos oficiais complementares tem gerado sérios problemas quanto a ocupação desordenada de áreas de restinga e mangue¹⁷⁹. Ou seja, cada escala interativa política, Federal (Delegacia de Patrimônio da União), Estadual (SEMA/IAP), Municipal¹⁸⁰ é responsável por diferentes aspectos da ocupação urbana, desde a titulação até a iluminação pública e gestão de

¹⁷⁹ A Ilha do Mel, em sua maior parte foi cedida pela União ao Estado do Paraná, ficando sob responsabilidade do IAP/ Instituto Ambiental do Paraná/ Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

unidades de conservação, ainda que haja pouco acordo entre eles para a gestão de uma determinada área, isto estabelece a necessidade de um planejamento e ações integradas em Pontal do Sul entre as várias esferas administrativas complementares no que se refere à regularização de terras e construções, posturas municipais fiscalização e embargo de obras, cobrança de impostos e plano diretor.

8.1.32 SAMBAQUÍ: MITOS DE RIQUEZA E FONTE DE PESQUISAS

Assim como se fosse uma máquina de terraplenagem, a Companhia de Desenvolvimento, como parte das estratégias de um NS homo urbano que constrói escassez, espaços e pessoas como mercadoria, como coisas que fazem parte da paisagem, ou como objeto de pesquisa, passou por cima dos terrenos, do rio, do cemitério, do campo de futebol, da vida e do jogo signogônico do APS que gerava um ambiente para a gestão abundância natural.

Antes dele, APS, outros ocuparam o litoral paranaense, eram povos transumantes coletores de frutos do mar, que se instalavam por um período em dada região enquanto houvesse abundância de bivalves. Junto a suas habitações lançavam os montes de conchas nos quais depositavam restos de utensílios e faziam seus enterramentos. Esses sítios são conhecidos pelo nome de sambaquis ou concheiras. A arqueologia nos denota uma outra signogonia ambiental de tribos indígenas precedendo em vários séculos os agricultores-pescadores paranaenses.

Na pluralidade de interações signogônicas, os sambaquis são para os cientistas sítios arqueológicos. Porém, para o povo do litoral, eles são concheiras que o mar fez em seus avanços e recuos visíveis nas marcas geológicas e na memória dos velhos. O mesmo referente complexo, sambaqui, é signogonicamente plural: foi habitat de nômades, ou melhor, transumantes coletores, é concheira para os velhos pescadores do litoral, para o pequeno agricultor é fonte de calcário (alguns até fazem roça neles), é sambaqui e sítio arqueológico para os cientistas e historicamente fonte de cascalho para pavimentação e de cal para as construções de empresários e políticos.

¹⁸⁰ Secretaria de Planejamento Urbano, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria Municipal de Finanças do Estado do Paraná.

L 150 O senhor nunca foi lá no sambaqui do Guaraguaçu. Lá tem dois sambaqui de casquinha. Você sabe né o que é sambaqui. Tem um de trinta metros de comprimento por onze de altura

Então, várias pessoas daqui trabalharam lá, né. Então tinha 3 mulheres que trabalhavam para tirar casquinha. Então eles faziam um corte de 5 m quadrados por 6 m de profundidade. Elas que cortavam, mediam com a trena tudo direitinho e removiam aquela casca, naquele 5 m por 60 m e tiraram aquela casca. E com 5 m de comprimento e 6 m. de profundidade. Naquele corte que eles faziam nós tirávamos 4 ou 5 cadáveres ali

É, tava bem direitinho. O caquinho, a cabeça nossa todo quadradinho, tava bem direitinho. A gente pegava na enxada. Elas pegavam aqueles ossos para fazer estudo. E jogava a casca (*conchas*) para baixo e a gente pegava com a pá pra encher o caminhão.

Elas que removiam as cascas para nós, sem elas nós não podíamos tirar dali. **Então um dia, acho que o governo mandava aquelas mulheres porque pensavam que ali tinha minério, acredito eu, porque a casca não tem grande valor, então o governo mandou aquelas mulheres para ver se descobriam. Em um dia um irmão Pereira tomou uma pedrinha, desse tamanho assim, quando ele tirou numa pá, daí eles mandaram para lá limpavam, verificaram tudo. Ela tava preta e depois ficou bem rosada. Para nós aquela não tinha valor, não sabia se era pedra ou diamante, diamante não era...**

Para os povos paranaenses de subsistência, APS, tropeiros, faxinalenses, só se acumula muitos bens depois de procedimentos mágicos, que permitem localizar um diamante, um filão de ouro ou um pote de moedas enterrado por antigos moradores¹⁸¹.

8.1.33 INTERVENÇÕES NOS JOGOS SIGNOGÔNICOS

Até aqui nossa estesia e dimensão interativa nos levou a discorrer sobre duas grandes signogonias e escalas interativas como familiaridades conflitantes de gestão ambiental a das sociedades de subsistência e a do homo urbano, sendo que a primeira tende para a gestão da abundância e a segunda de geração da escassez. Como ambas grandes escalas interativas têm outras signogonias e jogos signogônicos, ligados a elas, como imagens múltiplas em um espelho, dimensões interativas dentro de dimensões interativas exponencialmente... Existem signogonias dentro de signogonias e jogos signogônicos dentro de jogos signogônicos.

O jogo signogônico sendo jogado dá sentido genérico ao território e ao NS predominante gerando a feição da paisagem. Um ambiente como Pontal do Sul não é somente do NS praia-de-família. Cada signogonia, dimensionalmente é uma parte do jogo

¹⁸¹ POLINARI, M. O extinto Faxinal do Guartelá... Op. Cit.

ambiental e ambientalmente temos outros jogos jogados em outras dimensões interativas pelo grande NS homo urbano como grande consenso gerando ambientes, tal qual exponenciais imagens em um espelho. São eles:

1 - O do NS “gladiador urbano”, que durante o verão, travestido de metal e combustível repentinamente assenhora-se de vias de Pontal do Sul onde cavalos pastavam e pedestres e ciclistas andavam na maior parte do ano.

2 - O NS “gestor modernista” assentado no binômio urbanização e movimentação econômica e não participação popular nas suas gestões “iluminadas”.

3 - O desenvolvimentista que tudo transforma em mercadoria, especialmente se puder se apoderar do que é alheio.

4 - O veranista, que se apresenta como NS praia-de-família, farofeiros ou sátiros lúdicos; surfistas, sátiros urbanos, festeiros urbanos em Ipanema, *malucos/mochileiros* e *maluco* beleza/hippie tardio na Ilha do Mel e a transposição mais pura do homo urbano/urbano em Caiobá, onde o mar é apenas um pano de fundo para a *praia* parque urbano que ocorre (fenômeno) na avenida Beira-mar.

5 - O NS APS (caçara/ pescador artesanal) extinto. De os poucos que restaram, não jogam mais o velho jogo de vida que jogavam, o velho jogo signogônico ambiental, mas podem depor sobre ele. No Paraná, devido ao grande número de imigrantes largados à própria sorte no litoral na segunda metade do século XIX, e a mistura com os hábitos indígenas/portugueses, eles tiveram uma forte ligação com a terra e a família¹⁸² mais que com o mar. Crises agrícolas e pastoris expulsaram para o Brasil camponeses de Udine, Cadone, Mântova, Verona, Teviso, Vicenza e outras cidades européias que não têm mar, por isso com esses imigrantes essas regiões européias não exportaram no século XIX uma tradição marítima para o Paraná.

Assim, o APS paranaense é um híbrido de tradições indígenas, portuguesas, italianas: terra, família, ideais de livrar-se do patrão que mais se parecia a um senhor feudal, plantio básico de mandioca, milho, abóbora, arroz, abacaxi, tudo feito com o arroteamento beneditino¹⁸³ que se assemelha à roça de tiguera ou coivara¹⁸⁴ dos índios brasileiros. Pesca como complemento e ligação com o mercado como outra dimensão interativa, *um outro mundo*.

¹⁸² Polinari, Marcello. Cantando a vida: a mentalidade do imigrante italiano.

¹⁸³ Intensivo

¹⁸⁴ Extensivo.

6 - O NS “catarinas”, pescadores comerciais-industriais, que por herdarem um híbrido de forte experiência marítima experiência açoriana, hibridada com a experiência histórica indígena e portuguesa do continente, comportam-se como destemidos pescadores, desapegados do pouco que conseguem gastando em farras como meio de socialização e como comerciantes hábeis que *picareteiam* barcos, redes, tudo o que estiver à mão e, alguns deles, até terrenos que não lhes pertencem, chegando mesmo a vender várias vezes a mesma posse. Sentem-se confortáveis num barquinho, mesmo em meio a uma tempestade, ao contrário dos APS, sua alma é casada com o mar e não com a terra. Eles são ao nosso ver esse híbrido, mas não são pescadores artesanais no sentido de pobres coitados que só pescam para subsistir causando pouco impacto ambiental e necessitando de projetos piedosos que os auxiliem.

Na gestão da pesca, necessitamos estar atentos para uma interação, um jogo ambiental denominado pesca industrial e mercantil pulverizada, ao invés de olharmos para a ponta do iceberg que ilusoriamente nos aparece como *pobre pescador artesanal*.

Pontal do Sul, já foi vila de agricultores pescadores de subsistência. Porém, o NS desenvolvimentista, como faceta ou escala interativa do homo urbano, transformou-a em espaço gerado signogonicamente como coisa comercializável, da qual o *mignon* ainda está nas mãos desse NS e estrategicamente corrobora para gerar o jogo signogônico ambiental praia-de-família enquanto lhe for conveniente.

Temos também uma outra signogonia de Pontal, que a engloba como território de passagem para a Ilha do Mel, como uma ponte da Ilha. Para estes, se Pontal não existisse, não faria falta desde que houvesse um outro atracadouro.

A existência de Pontal como uma tranqüila praia-de-família faz alguma diferença para quem constrói signogonicamente a Ipanema de lazer tumultuado? Pontal existiria como praia-de-família com ou sem os NSs que geram Ipanema?

Esta digressão não é vã, pois ao analisar e gerir um ambiente qualquer levando em conta a plurinteratividade, necessitamos perguntar para quem, a quais NS e em que escalas interativas esse ecossistema importa e como, quem o constrói signogonicamente, quem o molda como território no jogo signogônico plural, caótico, no qual uma predominância dá o aspecto superficial e instável do ambientes, uma paisagem. A quem vamos ou não aliar-nos.

Estrategicamente, necessitamos valorizar o entorno do ambiente a ser pesquisado

e gerido, entendendo o entorno como interface da unidade de conservação e também como dimensão interativa ambiental para onde podemos direcionar tensões ou inadequações ambientais ocorrentes nesse ambiente que no entorno, seriam adequações interativas. O entorno pode ser uma espécie de válvula de escape para interações inadequadas naquele ambiente ou unidade de conservação a ser gerido.

Em 1º de maio de 1998, feriado mundial, eram poucos os *farofeiros sátiros lúdicos* em Pontal. O NS praia-de-família havia ocupado também o espaço que era do farofeiro ao lado esquerdo do final da avenida, pois a signogonia praia-de-família não comporta muita gente em pouco espaço, uma vez que baixa densidade de ocupação é um pré requisito para o sossego desse NS. Assim, pouca gente e infra-estrutura na beira-mar favorecem a predominância da signogonia ambiental de Pontal como praia-de-família. Ou seja, territórios são dimensões móveis para um NS desde que hajam pré-requisitos para moldarem seu ambiente.

Projetos ambientais que denotam um NS e visam fornecer a Pontal uma grande infra-estrutura urbana, estradas, estacionamentos e quiosques centenas de lixeiras e placas beira-mar, variedades de diversões para jovens, construção de porto, certamente farão com que o NS hoje predominante (os que constróem Pontal como uma praia-de-família) saiam de lá.

Será algo semelhante ao que aconteceu quando uma outra signogonia tornou-se predominante no território do NS agricultor pescador de subsistência (APS): ele não tinha estratégias adequadas para resistir, sendo forçado a abandonar seu território e jogo signogônico ambiental.

Se, no futuro, Pontal assemelhar-se a Santos, possivelmente o NS praia-de-família lá predominante no verão irá buscar em alguma praia de Santa Catarina, ou outra que atenda aos pré-requisitos para o palco de seu teatro ambiental.

L 95 Praia; ou melhor seria a parte norte de nosso litoral .
Agora, o pessoal do Paraná. está descobrindo as praias de Santa Catarina, da mesma forma que esse pessoal que tinha essa *boca santa* foi procurar esses locais aprazíveis, foram todas que desenvolveram Porto Velho, Camboriú e, por aí fora.

Isso é bem posterior, isso é depois que Guaratuba se expandiu demais, aí houve aquele projeto implantado por um português chamado Guerra, que resolveu lotear aquela zona toda. Daí começou aquela fase de especulação. Essas praias todas ditas descobertas, não foram grandes descobertas. **Eram praias que ninguém gostava, eram uma porcaria de praia. Mas aí a**

especulação imobiliária transformou em grandes balneários. Esse fenômeno econômico está por trás dessas grandes praias. Não é aquela coisa de procurar. Qualquer pedaço de rocha querem transformar em praia. Por que procura-se a Polinésia? Hoje, não! América Central. Veja as plantas, os guias dos grandes balneários da América Central e você vai entender o que eu estou falando. **É pura especulação imobiliária.** É puro marketing por trás, essa é a outra fase mais *moderna*.

Predominância requer pré-requisitos e estratégias. Marketing, também é uma estratégia de ampliação de consensos que está ao dispor de qual NS? Do NS desenvolvimentista e do gestor modernista. Assim, um espaço, um ecossistema que funciona agora como ambiente, campo de jogo, signogônico. Se os pré-requisitos materiais e intangíveis forem muito alterados, altera-se a possibilidade de o NS predominante continuar seu jogo. Alterando-se os pré-requisitos e estratégias, pode estabelecer-se um outro NS ambientalmente predominante com outras signogonias como projetos alterando a feição ambiental predominante, a paisagem.

Se fôssemos elaborar um (EIA) estudo de impacto ambiental e sua síntese chamada de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) à moda tradicional, perguntaríamos como um porto impactará monolinearmente o ambiente de Pontal do Sul ou descreveríamos apenas nossa estesia desse impacto fundamentando-nos em dados. Porém, porto não impactará genericamente Pontal do Sul, ele alterará interações ambientais entre vários NSs e seus ambientes/territórios, favorecerá a alguns NSs e destruirá pré-requisitos ambientais de outros. Do mesmo modo a duplicação da principal via de acesso a Pontal do Sul; a colocação de coletores de lixo na praia, a construção de quiosques e estacionamentos à beira-mar. Existem ambientes, *praias* e não uma praia, existem dimensões interativas que geram Pontal do Sul como ela é hoje e não uma Pontal genérica.

A proposta é que, teórica e metodologicamente, nos perguntemos como a construção de um porto em Pontal do Sul impactará as interações do NS praia-de-família, com o dos farofeiros, desses com o dos cientistas ambientais, desses com o dos pescadores “catarinas” e desses com as respectivas *praias* que constróem como seus ambientes. Com isso, partiremos de uma análise mono axiomática, linear e teleológica para um entendimento do jogo signogônico ambiental.

Perguntemos onde foram os *malucos* da Ilha, os velhos agricultores-pescadores, onde irão os farofeiros e os praia-de-família? Que estratégias cada NS, que projeta

signogonicamente seu ambiente predominante, Pontal possui? Qual a sua escala interativa? Quais as conseqüências em vários territórios e dimensões de nossas intervenções diretas e indiretas sobre cada NS e seus territórios/ambientes?

8.1.34- CIENTISTAS GERANDO PRAIAS

Toda signogonia ambiental é um consenso dimensionalmente operante. Ocorre que o cientista, teoricamente, deve postar-se acima do senso comum, não cabendo a ele a estreiteza de olhar apenas através de teorias transformadas em pressupostos do senso comum dimensionalmente operante em seu grupo social, NS. Ele necessita de indícios confrontados.

Para o cientista, seu ambiente *praia* também é gerado no campo de jogo signogônico (ambiente e objeto) de estudo e trabalho de biólogos marinhos, geólogos, hidrólogos, bioquímicos, arqueólogos e também historiadores. Alguns destes pesquisadores certamente não gostam de praia e preferem passar seu tempo livre frente a uma TV, ou numa casa de campo, não gerando a praia como seu espaço e ambiente de lazer. Estes fazem parte de um outro NS, que não está na praia para gerá-la como sua praia mas sim geri-la direta ou indiretamente como um ambiente praia, com o claro intuito profissional de tornar predominante um tipo de interação sócio/ambiental, favorecendo um jogo signogônico o mais sustentável, ou melhor, durável a longo prazo e adequado à sua signogonia e escala interativa.

A questão é se o fazem cartesianamente, se visam moldar os ambientes a uma única signogonia, a sua, ou se sua estesia é capaz de discernir a pluralidade de matizes interativas que geram *praias*, potencializando um entendimento e gestão ambiental pluralista. **Sua signogonia é a única de que dispõe para moldar um ambiente?** De quais ferramentas teórico-metodológicas de análise (interativas) o cientista dispõe? Elas ultrapassam o senso comum, uma única teoria monolinear como se fosse um livro sagrado? Ou escutam, se atentam aos nichos signogônicos que com ele interagem de modos diversos? Os intelectuais também contribuem caoticamente na geração de ambientes como a atual Ilha do Mel.

viagem que as pessoas fazem para ver a Ilha. É brincadeira! Vêm só para passar dois ou três dias aqui!
Não, na Ilha tem de tudo tem criancinha pequena, tem mulher com filho no colo, tem gente com mais de 40 anos.

Na Ilha do Mel, até que instalassem o transporte regular com barcos grandes, existia somente o armazém do Valentim e raramente via-se famílias com criancinhas na Ilha ou gente de paletó. A gestão ambiental desenvolvimentista somada à modernista propiciou a expulsão de um NS mochileiros e a facilitação da predominância de outro, a do homo urbano/urbano, que só come comida pronta e só sai de casa se o carro lhe deixar na porta de onde quer ir. Mas lá poderia ser um espaço para a diversidade interativa, ao invés de ser mais um projeto predominante dos NSs homo urbano desenvolvimentista e modernizante.

A entrevista¹⁸⁵ 115 constitui amostra modal dos consensos, das signogonias do grande NS pesquisadores ambientais dentro do qual existem outros NSs.

São “intelectuais ambientalistas” que em sua escala interativa geram ambientes interagindo com outros NSs e produzindo projetos potencialmente operantes na plurinteratividade. Esse NS reconhece que o problema ambiental maior, é o excesso de demanda humana no planeta agravada pela má distribuição dos recursos que, apesar das tecnologias, não crescem infinitamente em sua oferta. Sabe esse NS que não há espaço para todos terem suas casas de praia, avenidas beira-mar, quiosques e inúmeras lixeiras e aterros sanitários, muito menos tranquilas praias quase desertas para poucos. Além sabem que vivermos no capitalismo que, como grande signogonia e dimensão interativa predominante, gera escassez e descarte. Em nível global, a grande questão é a do excesso de demanda sobre um planeta que não é elástico. Nele, as tecnologias de aumento de oferta são paliativos a uma demanda crescente geometricamente.

L 115 Eu estava comentando de experiências passadas quando da tentativa de **exercer uma educação ambiental** para grupos fechados na Ilha do Mel. Ou seja, tentar trabalhar com **ecoturismo**, com uma **informação um pouco mais requintada** a respeito dos diferentes ecossistemas que compõe a Ilha do Mel. O que me pareceu no final desta tentativa é **ainda existe um público extremamente restrito** para esse tipo de abordagem. O que eu percebo agora **por parte das instituições e dos órgãos ambientais** é que são de difícil negociação em relação a um ecoturismo para a Ilha do Mel, mas que na realidade **carece de informações técnicas** a respeito da condição ambiental da Ilha do

¹⁸⁵ L 115 Professor Dr. CEM/UFPR.

Mel.

Na Ilha, há uma questão de interações ambientais diversas com demandas, pré-requisitos diversos que não cabem numa educação ambiental genérica, nos pressupostos científicos cartesianos. Em seu trabalho de pesquisa e educação ambiental, Dr. (115), como nós e outros pesquisadores, não dispunha de uma ferramenta conceitual para pensar a pluralidade signogônica dimensional, ou seja os jogos signogônicos ambientais.

A falta dessa prótese interativa conceitual, assim como a falta de um telescópio para o astrônomo, dificulta produzir alternativas e interações que levem em conta a pluralidade de NSs existentes na Ilha e como geram seus ambientes bem como dificulta entender que existem outras *verdades* interativas ambientais que funcionam.

As perguntas que faríamos antes de tentarmos uma educação ambiental, visando ampliar o consenso de nossa signogonia ambiental são: o que é ecoturismo para o professor (115), para os seus pares intelectuais, para os proprietários de pousadas, para os proprietários de barcos, para os *malucos*, para o NS praia-de-família, para o velho comerciante “Seu” Valentim. O que é educação ambiental para seu NS e outros com os quais NSs interage? Qual o ambiente, o projeto de ambiente que está contida em sua signogonia de educação ambiental?

Ou seja, que jogo ambiental está projetando e em que jogo está interagindo? Assim como combatemos o isomorfismo, afirmamos que o pontualismo cognitivo também é ineficiente. Quais NSs e territórios ambientes que existem na área a ser estudada e gerida ambientalmente? Tal questionamento *a priori* evitaria frustrações de sérios esforços conservacionistas, pois a falta de um método e conceitos que permita o entendimento da diversidade signogônica ambiental e correlatas interações adequadas a cada dimensão/território-ambiente nos conduz a pensar que simplesmente não somos aceitos ou por não sermos genericamente entendidos, ou que os outros são ignorantes e com baixa escolaridade, o que os torna despreparados para nossas proposições, para nossos projetos ambientais. Ocorre que o genérico não abarca interações complexas e dimensionalmente específicas como os vários territórios ambientes da *Ilha* e seus NSs.

Entender que os outros NSs não são uma massa amorfa, um terreno fértil ensolarado e irrigado, receptivo para a germinação de nossas proposições nos possibilita interagirmos mais adequada e dimensionalmente com os NS que geram a Ilha do Mel enquanto suas *praias*.

Exercer educação com bases cartesianas, é tentar incutir em vários NS, apenas consensos de um dado NS; é ampliar consensos ambientais desse NS em uma área com vários territórios de vários nichos e equilíbrios interativos instáveis, é buscar uma padronização interativa, signogônica de um NS para todos os NSs. A “boa” interação ambiental é sempre uma face interativa do fractal ambiental, de um jogo signogônico, pois jamais fugiremos de nossos consensos interativos. Toda intervenção é uma interação histórica complexa. Sócio-ambientalmente as coisas funcionam de modo semelhante ao controle de águas: se construirmos um enrocamento aqui, tal força irá caoticamente bater em que lugar.

Em todo ambiente, existem problemas, ou melhor, inadequações em dimensões interativas que devem ser encarados *a priori* e não apenas como uma questão geral em nível macro dimensional. Mesmo pensando e agindo plurinterativamente não há qualquer garantia dos resultados.

Portanto, ações de gestão devem ser tomadas para gerir a demanda social sobre ecossistemas, mas elas podem ser adequadas relativamente a cada dimensão interativa, a cada NS.

Uma informação um pouco mais requintada do cientista significa um consenso, um jogo de linguagem como parte de uma signogonia que funciona em dados NSs, mas não em todos. Tal qual a teologia apartada da filosofia laica, a ciência é um jogo de linguagem que faz parte de um NS muito excludente, que se identifica mais por estratégias de repulsão do que pelas de atração. Isso dificulta o acesso da população a um jogo de linguagem, a uma familiaridade discursiva que, além de ser de outra signogonia, prima por tornar-se hermética como salvaguarda de suas verdades. Entendemos que tudo pode ser ensinado a todos, mas em níveis de profundidade cognitiva e linguagem que naquele momento funcione para aquele NS.

As instituições e órgãos ambientais são compostos predominantemente pelo homo urbano/urbano em várias roupagens e híbridos interativos, para o qual algas e animal marinho bom é o que já está frito no prato ou congelado no mercado, ou ainda num tedioso programa de TV.

Quando o Dr. 115 diz que os turistas carecem de informações técnicas mais apuradas sobre o ambiente da Ilha do Mel, é preciso questionar esse carece gerado por qual NS e destinado a favorecer a qual predominância signogônica? Esse jogo de

linguagem científico faz parte da experiência histórica e cotidiana de quem e para quem? Amplia a que pré-requisitos de signogonia ambiental e quais signogonias são reduzidas em sua base consensual interativa na população de turistas da Ilha? Ao se favorecer a ampliação ou predominância de um consenso interativo ambiental, uma signogonia, outros NSs perderão sua base consensual na população ou seus pré-requisitos interativos. Isso é parte da instabilidade e da história ambiental.

Em que medida é adequada uma informação ambiental mais requintada para o NS homo urbano que vai para a Ilha do Mel jogar outro jogo ambiental, projeta sua signogonia para o futuro indicando querer transformar a Ilha do Mel em parque de diversões urbano? Nela, o lixo é algo para estar longe dos olhos e dos narizes, ficando essa tarefa a cargo constante de um serviço público especializado como nos parques urbanos? Os odores e paisagens predominantes ou não num ambiente também são história.

O homo urbano não dá destino final ao seu lixo. Para esse NS predominante (homo urbano que gera praias parque), essas informações mais requintadas são quase desprezíveis, ou melhor inadequadas para ele e o jogo ambiental que exerce na Ilha. Cabe ao governo resolver, pois ele está pagando impostos e o custo do lazer. Aliás, essas informações representam uma ameaça de um NS que deseja interferir na predominância da signogonia do homo urbano em suas roupagens desenvolvimentista e gestor modernista e urbano/urbano, tanto em Pontal como na Ilha do Mel, por serem um paradoxo com uma gestão ambiental que visa apenas o lucro e desfrute adequado a cada NS e não *cultura* ou sustentabilidade, entendida como durabilidade interativa de um NS. Ninguém vai para a Ilha com o objetivo de escutar um intelectual dizer como devem agir; vai para a *Ilha* fazer a sua *praia*. Mas, sempre é possível que outro jogo ambiental e outro NS torne-se predominante.

Em suma, qual é o projeto/signogonia ambiental que tentamos inculcar em outros NSs em nossa educação ambiental, muitas vezes utilizando do ecoturismo como metodologia para ensinar quem dimensional e, quotidianamente não se relaciona com aquele ecossistema, mas nele esporadicamente gera *praias*, territórios e ambientes?

8.1.35 CARTESIANISMO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TEORIAS

Das abordagens apriorísticas conhecidos, importa-nos sua aplicação cartesiana e a sua interação na complexidade dos jogos signogônicos ambientais.

Nós e o Dr. (115) facilmente nos esquecemos que fazemos parte de um campeonato ambiental plurinterativo pela disputa da predominância, de um jogo signogônico no qual coisas estranhas, não familiares ao nosso jogo ambiental, são repulsivas, como: “*O pessoal só quer saber de festa, de diversão*”. Mas, esse é o jogo sendo jogado na Ilha pelo NS homo urbano em suas várias versões, NSs *sátiros-lúdicos*, *praia-de-família*, *mochileiros campistas*, *malucos*, *maluco* beleza, ou como quer que nominemos tais dimensões interativas e NSs, assim eles funcionam agora... Os construtos cognitivos consensuais operantes da ciência (as signogonias do cientista) dificilmente coadunam-se em um campo de jogo desses NSs.

Para que nossa signogonia ambiental predomine será necessário gerir pré-requisitos ambientais de modo a desestimular alguns NS, favorecer outros, moldar um campo de jogo e gerir um campeonato. O cientista, sem se esforçar para lapidar sua linguagem ao jogo signogônico que ocorre num ambiente, não é acessível enquanto jogo de linguagem aos NSs que lá jogam. Sem esse esforço, a ciência, dimensional e interativamente, fica em casa (nos *campus* universitários e laboratórios) resguardada do assédio de outros NSs.

Uma gestão seletiva e dirigida para favorecer um NS que nos é mais familiar, ocorre consciente ou inconscientemente devido às signogonias, aos consensos operantes aos quais estamos ligados. Exercê-la conscientemente é um tanto maquiavélico por parte do cientista, mas ele não é um jogador qualquer, ele deve saber das estratégias, da plurinteratividade, saber qual é o NS predominante na Ilha, em Pontal ou outro ambiente com o qual interaja e quais são os outros consensos operantes no jogo ambiental, outras signogonias, para poder intervir nele consciente e metodicamente. Sendo que toda signogonia é um projeto dimensionalmente operante, e dimensionalmente impactante sobre um ambiente complexo, presume-se que ele deve ter mais consciência de seu projeto, do projeto dos outros e do território que os outros NSs que geram aquele ambiente. Desse modo que basicamente existem os seguintes axiomas para gerir um ambiente:

O primeiro é isomorfizante e baseia-se apenas nos pré-conceitos cognitivo consensuais do cientista, unicamente em sua signogonia. Assim, o que se faz é tentar

favorecer a apenas um NS – o seu – e sua signogonia via objetivação como reificação alheia, como se os outros NSs fossem somente objetos passivos. É impor os consensos de seu NS sobre todos os outros como se fossem uma *coisa* só, apática e amorfa a ser por nós moldada.

O segundo é parte axiomática da pluralidade interativa, na qual avalia-se quais são os NSs existentes em tal ambiente, quais os territórios que ocupam e quais deles são mais adequados, mais sustentáveis segundo a nossa signogonia, para incentivá-los como aliados, desincentivando outros NSs, via fornecimento ou destruição de pré-requisitos e conseqüente desconstrução de ambientes e seus pré-requisitos para construir outro jogo ambiental predominante.

Ou seja, a opção às análises e gestões monolineares inicia-se por levantar as várias signogonias e seus territórios (dimensões interativas) de jogos signogônicos em um ambiente, gerindo a diversidade, desse modo fazendo uma opção ética pelo direito à diversidade interativa e sustentabilidade territorial/ambiental, pela à predominância signogônica ambiental que deve ser a nossa ou outra que julgarmos historicamente adequada. Sempre teremos pré-supostos do que é ou não adequado, mas podemos julgar e interagir monolinearmente ou plurinterativamente, plurirelativamente.

Desse modo, qualquer que seja a opção do cientista, ele estará pondo em movimento sua signogonia sobre um terreno que não é vazio e fértil às suas sementes, à sua intervenção. Ele estará num jogo signogônico que é plurinterativo dimensional, estará no meio da história em uma pluralidade de dimensões interativas de vários NSs, disputando pela predominância de seu consenso, por vezes estrategicamente de modo muito inadequado ambientalmente em relação ao jogo ambiental aí predominante.

Como vou jogar o jogo signogônico ambiental e com que estratégias? a que NS podemos promover facilitações de predominância e a quais NSs nossas ações dificultará a sua existência? são essas entre outras tantas indagações a serem feitas.

L 115 Ah, eu acho que (existem) até mais que dois ou três grupos (que vão para a Ilha).

Pacotes fechados de excursão de turismo, ou seja, aquele público que atravessa pela manhã e volta pela parte da tarde, ficando restrito a conhecer o que é o farol e o que é a fortaleza e freqüentar um bar a beira mar na Ilha do Mel, refeição, cerveja, refrigerante, etc. Um público alvo um pouco mais antigo, que eram os antigos freqüentadores da Ilha do Mel que eram *os naturalistas, ambientalistas, a geração hippie etc.*

Ainda mais agora com o incremento da Ponta de embarque (*trapiche*), que antes o acesso era mais restrito pela dificuldade das marés de sizigia nas luas nova e lua cheia.

O que acontece nas marés de sizigia na lua nova e lua cheia nós temos as menores e maiores amplitudes de regime de maré. Na menor amplitude, a dificuldade era o desembarque desse povo na Ilha do Mel. Ficavam muito distantes (*da praia*) e tinham que caminhar naquele banco de marisma por um bom trecho. Isso dificultava o acesso. Agora com essa facilitação de transporte regular e o trapiche, qualquer um está indo para a Ilha do Mel, qualquer indivíduo pode ir. Hoje vai um pessoal mais família mesmo. Excursão mesmo. Excursão programada, pacote de turismo tipo: “Conheça o Sul em três dias incluindo Ilha do Mel”; essas coisas absurdas.

Para o NS intelectuais educadores, esses três dias para conhecer o sul do Brasil incluindo a Ilha do Mel é um absurdo que vai contra o pré-requisito tempo disponível para atuarem como educadores ambientais com uma informação mais refinada, mais técnica. Mas é o que a dimensão interativa desse veranistas permite para gerar sua praia. O tempo disponível ou permitido é um modo e estratégia mais eficaz de gerir populações e ambientes que a falta de recursos gerada.

L 115 Lá também vão grupos (*de*) acadêmicos que lá desenvolvem suas teses de mestrado e doutorado. Vão antigos moradores, antigos proprietários de residência na Ilha que transformaram suas residências em pousadas. Então, na Ilha, tem toda uma conjuntura socio-econômica que nos últimos quinze anos mudou drasticamente a condição da Ilha do Mel, no meu entender.

A essa complexidade interativa denominamos de jogo signogônico ambiental sendo jogado agora, chamamos de período de equilíbrio ambiental instável na plurinteratividade relativo a predominância de um NS. É nele que, a cada momento cinematicamente, nós, disputamos a predominância no modelar um ambiente.

Tal qual grãos de areia atirados num lago formando ondas que interagem, até um artigo científico sobre Pontal do Sul que seja publicado em Moscou interage dimensionalmente com aquelas *praias* e causa seus impactos proporcionais a essa dimensão interativa, assim como uma ordem do prefeito local também dimensionalmente impacta Pontal em outra escala. Ao pesquisar e propor gestões para um ambiente, devemos perguntar: em que ecossistema, a qual NS estou ligado, e em que jogo de pluralidades interativas, em que campeonato ambiental eu cientista me intrometi e em que escala interativa? O objeto-problema, que como cientista criei ou que consensualmente existe para meu NS, existe mesmo, ou é apenas um nominalismo produzido em meu NS e

que nele funciona, será que apenas corroborarei com esse nominalismo, com esse pré consenso cognitivo, ao arrolar os dados de campo que não são nem imparciais nem auto explicativos?

Portanto, perguntemos: quem somos, em que território e dimensão interativa e com quem disputamos a predominância signogônica ambiental? É *a priori* um questionamento mais que necessário nas pesquisas e gestões ambientais.

9 - CONCLUSÃO

Os conceitos e teorias que os cientistas ambientais emprestam de outras ciências funcionam em grandes escalas interativas, mas não foram historicamente gerados para explorar a complexidade, além do fato de estarem ancoradas em apenas um axioma para criar um objeto e não para pensarem uma pluralidade interativa dimensional. Via de regra nessas teorias, conceitos e axiomas que atentam principalmente a apenas uma dimensão interativa isomorfizam ou reduzem a complexidade apenas à ela, embora, tal qual Descartes, admitam a existência de outras dimensões.

Afirmamos que o ato de estarmos atentos à complexidade interativa dimensional, aos jogos signogônicos, não significa abrir mão das especialidades científicas e correlatas teorias que funcionam bem para elucidar tais dimensões. Mas, a plurirelatividade interativa, que é o conjunto dos jogos signogônicos, complexifica tais abordagens tradicionais, que reduzem várias dimensões interativas ao modo familiar de entendermos o padrão interativo de uma única dimensão como sendo válido para todas. Assim, a abordagem plurinterativa dimensional ultrapassa as monoaxioáticas por nos potencializarem irmos além de nossos próprios consensos cognitivo/interativos dimensionalmente operantes, de nossas signogonias.

Assim sendo, é preciso que nos projetos de análise e gestão ambiental se leve em conta não somente a nossa signogonia sobre as ações de um grupo social predominante num ecossistema/ambiente mas que se considerem outras dimensões interferentes num ambiente, outros NSs seus territórios e pré requisitos interativos. Via de regra dizemos que um mar está poluído por um determinado fator, quando existe toda uma complexidade sócio/interativa dimensional para gerar tal poluição.

Em suma, cada NS em cada dimensão interativa visa construir um campo de jogo signogônico e nele influir segundo seus consensos operantes e estratégias para o seu jogo de geração ambiental.

Assim, para haver transdisciplinaridade nos estudos e gestões ambientais, sugerimos atenção às signogonias e à dimensão interativa que toda equipe vai trabalhar, construindo um objeto comum e multifacetado em um dado território que não disperse esforços. Cada ciência e cientista e teoria tornam-se como uma prótese, uma ferramenta de abordagem de uma escala interativa do conhecimento ambiental. Podemos fazer

ciência cinemática, na qual cada narrativa refere-se a uma interação dimensional (portanto também temporal/histórica) do cientista com aquele território/ambiente.

Sinteticamente, o método de análise proposto consiste em identificar diversidades sócio/agregadoras (signogonias e NSs), confrontá-las entre si a partir de nossas fontes de pesquisa e narrar suas atuações no ecossistema, gerando territórios, ambientes diversos. Tal método, atitude intelectual e prática pluralista, resulta em afirmar que não há certo nem errado, funcional ou disfuncional genérico em nível ambiental, mas interações adequadas a cada NS e que nossa signogonia é apenas uma entre tantas coexistentes.

Assim, gerir um ambiente não é gerir componentes da natureza, mas gerir as signogonias coatuantes nele, plurirelativizar exponencialmente as signogonias que coexistem nos jogos signogônicos, avaliando seus impactos, ou melhor, inadequações ao nosso jogo signogônico sócio/ambiental para que atuemos “eticamente” nas gestões ambientais favorecendo aos pré-requisitos das signogonias ecológica e socialmente menos impactantes, mais sustentáveis (duráveis), democráticas e que a longo prazo potencializem o maior bem estar adequado a cada signogonia e à maior parte da humanidade.

Desse modo, o cientista ambiental faz parte de um jogo de pluralidades interativas ambientais e está dentro das potencialidades plurais de interações caóticas.

Nosso convite é para que vejamos *praias*, onde antes só se via uma praia, NSs onde se via apenas um jogo social de modo que adotemos tal atitude para que todos de uma equipe de pesquisa trabalhem nas interfaces da mesma dimensão interativa.

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falarmos em gestão ambiental, queremos dizer que não gerimos diretamente plantas, água, terra, animais, praias; gerimos interações dimensionais entre vários NSs com elas, gerimos as sociedades e suas plurinterações dimensionais (NSs), gerimos *praias* como ambientes social e dimensionalmente gerados.

O conhecimento ambiental visa uma pluralidade de interações e, nelas, o ser de um ambiente é a complexidade interativa dimensional que o gera agora como fenômeno, *alea*. Esse é o objeto do conhecimento e gestões ambientais: a plurinteratividade dimensional, signogonias e NSs interagindo agora caoticamente e gerando ambientes historicamente instáveis, nos quais existem predominâncias que, *a priori*, desvelam paisagens, predominâncias, períodos, aos quais não devemos reduzir a uma única signogonia com seu jogo signogônico e suas temporalidades.

Listagens ecológicas sobre riscos que o ecossistema propicia à sociedade (NSs), sobre poluição, epidemias potenciais, desmatamento, sobre os NSs que lá interagem, são apenas o ponto de partida dessa gestão. São “dados” como discursos primários a serem elucidados exponencialmente, os quais visam intervir na sociedade e suas interações. Sendo que ambientalmente gerimos interações sociais, a predominância dos dados ecológicos (sobre eco, sobre a casa, mais que sobre as interações humanas) em Relatórios de Impacto Ambiental e nas pesquisas ambientais, indica uma omissão, das ciências humanas nas questões ambientais, levando biólogos, geólogos, oceanógrafos, médicos sanitários e outros a preencherem o hiato cognitivo deixado por sociólogos, filósofos, antropólogos, historiadores e semiólogos. Indica também que a divisão cognitiva em retalhos ou monoaxiomaticamente ancoradas, bem como as posturas profissionais pouco cooperativas não se adequam ao entendimento e gestão de ambientes complexos, principalmente se cada um ficar enciumadamente com um recorte desses ambientes e, ainda mais, se cada pedaço for entendido sob uma única signogonia, a do NS ao qual o cientista social e historicamente vincula-se.

Para alterarmos essa postura e abordagem monolinear devemos entender que não há um homem genericamente mau que destrói o ambiente, mas dimensões de sociedade (NSs) com seus consensos interativos agregadores que geram ambientes diversos em diversas escalas interativas, existem signogonias ambientais dimensionalmente em

disputa ou cooperação pela predominância em cada dimensão/território, entre as quais está a nossa com uma postura, conceitos e atitudes até hoje pouco adequada a entender e gerir tal complexidade.

Além disso, nada é linear e atemporalmente condicionado por nada, mas interage de modo adequado à sua dimensão interativa, sendo tudo limitado pelos pré-requisitos necessários para cada NS jogar um dado jogo ambiental.

Cientificamente, não se resgata nada, mas constrói-se jogos de linguagem que cognitivamente e interativamente funcionam numa dimensão interativa sócio/ambiental e portanto histórica. O novo é outro jogo de linguagem e não há pensamento dimensionalmente separado de uma ação e experiência histórica ou que não a vise. Mesmo no caso da signopoiese, que é criação, também ela visa e se dilui na experiência histórica de seu aparecimento enquanto um novo fator jogo na plurinteratividade.

Entendemos que o conhecimento ambiental visa não apenas interações duais que, tanto cognitivamente como nas práticas de gestão ambiental, reduzem os outros NSs aos nossos pré-conceitos ahistóricos, ou apenas a reconhecer outros jogos culturais/ambientais como dualmente diferentes, pois estamos num turbilhão de diversidades interativas dimensionais, estamos no caos interativo. Assim como o ser de um ambiente e sua essência não se reduz nem a isso nem àquilo, pois é complexidade interativa, nós também somos complexos interagindo dimensionalmente com outros complexos interativos ambientais. Cabe ao cientista narrar o *possível* dessa complexidade interativa conforme suas próteses, suas ferramentas de produção cognocitiva permitirem.

Entendendo ecologia como o estudo da casa, que é o Planeta, o que cabe aos cientistas da natureza, e meio ambiente como o estudo das sociedades interagindo com essa casa e entre elas, os problemas ecológicos eles não existem, pois a natureza funciona segundo suas ordens interativas caóticas; ordens caóticas sim, pois funcionam em outras bases interativas que não são os nossos jogos signogônicos ambientais. As ordens dimensionais da natureza se auto-organizam a cada momento como fenômenos interativos aleatórios agora. São os cientistas da natureza que geram perguntas-problemas a esse caos interativo natural.

Se existem “problemas”, eles não são ecológicos mas sim ambientais referindo-se a interações que os jogos culturais humanos impõe à própria humanidade e aos ecossistemas que iam muito bem até o advendo do Homo.

Assim, como não existem problemas ecológicos também não existem problemas ambientais genéricos, mas sim **inadequações interativas** entre nichos signogônicos com os ecossistemas e entre eles mesmos. Por exemplo: Para o madeireiro, floresta é fonte de madeira; para o biólogo/ornitólogo é fonte de pesquisa; a mesma diversidade interativa ambiental ocorre com outros ecossistemas para cada NS da sociedade. Em tal floresta predominará o madeireiro ou o ornitólogo? Qual tem as melhores estratégias de predominância? Assim, generalizações isomorfizantes são inadequações cognitivo/interativas.

Não existe, portanto, bem e mal, certo e errado, função e disfunção interativa genérica, nem subsunção de todo ser humano ao capital, pois existem dimensões interativas e não apenas uma. O que há são inadequações interativas sociais e ecológicas dimensionais em um ambiente, que podem ser sustentáveis ou não, proporcionarem ou não qualidades de vida adequadas aos NSs num prazo longo. Tal riqueza de diversidades interativas dimensionais, de jogos signogônicos e correlatos NSs são opções projeto de predominâncias interativas ambientais em cada dimensão.

Uma outra humanidade e correlata interação ambiental predominante não sairá da cartola de um mago, mas será uma predominância de outro NS que historicamente coexista com o nicho e jogo signogônico predominante, o qual jamais será total ou atemporal. Sempre foi assim na história, interações de conflito ou cooperação caótica onde predominâncias se alteram nos jogos signogônicos.

Nossa proposta teórica afirma que os conceitos e lógicas das várias teorias que tradicionalmente emprestamos de outras ciências funcionam muito bem em suas dimensões interativas, especialmente entre aqueles para quem compõe um jogo de linguagem, entre os que a elas aderem e as fazem funcionar cognitiva/interativamente: o marxismo funciona para os marxistas, o funcionalismo para os funcionalistas (...) como consensos cognitivo/interativos agregadores.

O conhecimento e gestão ambiental, sendo transdisciplinar, necessita contar com o auxílio de várias ciências, suas teorias e conceitos nas questões específicas do entendimento das dimensões cognitivas da plurinteratividade. Tal qual uma pedra que cai na água faz ondas em seu entorno, mas tem origem num ponto, a transdisciplinaridade requer que *a priori* se escolha a dimensão interativa (possível de ser abordada com nossas ferramentas e jogos de linguagem) em que toda a equipe de pesquisadores oriundos de

várias disciplinas vai trabalhar, partindo da melhor definição um “objeto” coletivo que não disperse esforços. Não deixa de ser uma abordagem dedutiva\indutiva, mas que visa a complexidade interativa caótica não linear nem mono axiomática. Porém exige um maior rigor na análise da possibilidade de operacionalização dos esforços de uma equipe no construir o objeto para desvendar a complexidade interativa que o gera, pois não parte apenas dos pré-supostos de um cientista, mas de uma equipe diversificada.

Se jogarmos nosso jogo como se houvesse apenas uma âncora interativa, só uma signogonia de um só NS, um homem *mau ou bom* que gera ambientes, assim como os físicos das partículas e os biólogos das populações, esbarraremos na pluralidade interativa caótica e nos perguntaremos porque uma proposta monoaxiomática de intervenção ambiental, oriunda de uma teoria, com um método rigoroso e um sério trabalho científico, não funcionou. Presumimos que tal proposta científica não levou em conta, outras signogonias ativas dimensionalmente operantes em várias escalas, tanto no ambiente/objeto de estudo, quanto na equipe de pesquisa, que também passa a ser dimensionalmente parte do objeto.

Assim, na partida das pesquisas e gestões ambientais, ao invés de pensarmos apenas em regras e aparências, paisagens gerais no *game* de Eco, nas quais *a priori* existiria um único mega-padrão cognitivo/interativo para todas as dimensões ambientais, uma único fundamento explicativo, pensemos no *play*, no jogo ambiental complexo sendo jogado, no qual à cada rodada do campeonato de jogos signogônicos ambientais, à cada escala interativa ambiental temos uma lógica interna predominante e operante entre outras, temos praias dentro de praias que interagem com outras. Temos territórios/ambientes múltiplos tanto social como espacial e temporalmente.

Quando teoricamente propomos o ser como complexidade interativa, pensar o ser humano como signogônico e signopoiético, (= pensá-lo como gerador de diversidade, de ruído, de polissemias operantes e mais ruído haverá quanto maior e mais numerosas forem as dimensões da população que interage num ambiente (NSs)), entendemos que historicamente nenhum sistema (predominância macro/dimensional) foi ou será total, determinante e atemporal em todas as dimensões interativas, apesar de ser agora ou no passado temporal e instavelmente predominante. O mesmo ocorre com os conceitos, teorias e modelos que tentam abarcar o *holos*. Nós apenas tentamos ampliar nossa cognição das dimensões interativas complexas do *holos* ao abordarmos as signogonias,

mas sabemos que jamais o abarcaremos.

Tudo é histórica e dimensionalmente instável e pode ser alterado se forem alterados os pré-requisitos de sua existência¹⁸⁶.

Na complexidade interativa, o sistema capitalista é, nesse sentido, um jogo ambiental predominante numa mega-dimensão interativa planetária e, como tudo na história da humanidade, não é dimensionalmente total nem atemporal, convivendo com outras dimensões interativas, outros jogos signogônicos. Apesar do capitalismo, existem dimensional e interativamente outros jogos ambientais que, embora interajam com ele em suas interfaces, e não se enquadram nas práticas capitalistas (mesmo que se tente entender tais práticas como capitalismo disfarçado), forçando o funcionamento do modelo marxista, ou outro, em todas as dimensões interativas.

Reduzir tudo a uma única verdade historicamente *quase imóvel*, a um único consenso operante em todas as dimensões sócio/ambientais, equívale estrategicamente a uma pax romana, à pacificação de uma população após uma conquista da predominância, estranhamente reafirmada cognitiva/interativamente justamente por aqueles que combatem abusos ambientais e desigualdades promovidas pelo sistema capitalista.

Em nossa proposta teórico metodológica não temos um relativismo monolinear eu e o outro. O que temos é um plurirelativismo caótico operante em escalas, sobre o qual podemos falar do que estiver ao alcance de nossas próteses estético/cognitivas. O pensar plurinterativo não fecha portas à outras teorias, mas abre-se para inúmeros jogos ambientais e cognições interativas potenciais que dimensionalmente funcionam e interagem.

Desse modo, o humanista pode aproximar-se do naturalista e, ao invés de partir de suas pre-cognições, partirá do questionamento de como algo funciona naquela dimensão em que o naturalista está inserido. Tal abordagem potencializa práticas científicas que sejam uma ponte para a transdisciplinaridade. Por exemplo: produzir ciência para um antropólogo, via de regra é muito diverso do agir de um físico, mas podem interagir pluridimensionalmente em relação a um mesmo objeto complexo, pois nem a abordagem antropológica isolada, nem o da física sozinha poderá corroborar com um conhecimento complexo que os ambientes exigem.

Nossas verdades não são invulneráveis à diversidade interativa agora, à

¹⁸⁶ Lembramos das ações de Mahatma Gandhi, pacificamente, rompendo pré-requisitos da predominância política e econômica inglesa

historicidade, mas estão em equilíbrios dimensionalmente instáveis no jogo signogônico ambiental. Nada resiste à história enquanto disputa entre predominâncias dimensionais em jogos signogônico/ambientais instáveis.

Apoiar nossa verdade unicamente em âncoras externas, como citações e estatísticas, ou teorias tidas como sagradas, apesar de serem âncoras cognitivamente fecundas como jogo de linguagem que funciona em nosso NS por tornar familiar aquilo que é complexo, é reducionismo ineficaz no estudo da plurinteratividade. Nos assim agimos nos estudos ambientais, se tentarmos reduzir o *holos*, outros NSs e suas interações apenas a esse ou aquele teórico, essa ou aquela metodologia e prática de produzir conhecimento. Essencialmente a produção da ciência funda-se na confrontação entre várias classes de dados e dessas com certezas dimensionalmente consensuais, construindo assim novas certezas, novos jogos de linguagem dimensionalmente operantes.

Apesar de estarmos no *holos*, nada abarca o *holos*. A plurinteratividade (*o holos*) não cabe em nossos gráficos, tabelas, métodos e proposições teóricas. Cognitiva e interativamente para nós, ela nos contém enquanto jogo de complexidade no qual estamos e dimensionalmente agimos e concomitantemente a conhecemos conhecendo-nos e, dela, a partir de nossa dimensão interativa, de nosso NS temos apenas um vislumbre.

Há sempre uma nova forma de contar a história de Roma ou de Pontal do Sul. A *bella arte*, com seus método e teorias, que é a historiografia, bem como as civilizações não são estanques ou isoladas de outras dimensões interativas, nem os sistemas econômicos, muito menos os NSs. Tudo muda e a essência do holos é fenomenicamente a complexidade interativa caótica, portanto teleologicamente incerta.

Aparentemente, tornar familiar os objetos científicos á um único axioma e dimensão interativa, é uma prática facilitadora, mas enganosa no estudo da complexidade. Desse modo, com o conceito de jogos signogônicos estamos fugindo de dissociacionismos e fracionamentos estanques do objeto, que dificultam nossas interações ambientais, nosso entendimento do meio ambiente como jogo plurinterativo em escalas, ao mesmo tempo que nos moldamos cognitivamente para interagirmos com o *holos* do modo que for signogonicamente possível agora em nossa escala interativa.

O conceito de jogo signogônico nos leva a pensar em estratégias de gestão ou

predominância ambiental na plurinteratividade na qual estamos imersos.

A gestão ambiental calca-se principalmente nas signogonias, nas correlatas estratégias e éticas que caoticamente interagem. Uma nova ética é necessária nas interações ambientais numa dimensão planetária. Nós cremos que na plurinteratividade essa *nova* ética dimensionalmente já exista como signogonia ambiental de um NS, mas não é predominante. Assim, como a signogonia é geração a partir de algo pré existente, a gestão ambiental pouco necessita de idéias advindas de e fora da plurinteratividade de cada jogo signonômico numa praia, ou numa UC ou num bairro de uma cidade, pouco necessita da signopoiese, pois tudo está aí, nada é totalmente novo ou oculto, pois novos são os modos interativos.

Portanto, ao gerir ambientes se partirmos da plurinteratividade em escalas, conhecendo o que nos for fenomenicamente possível dos jogos signogônicos em dado ecossistema, mais que propor algo novo, necessariamente teremos que fazer opções entre signogonias a serem favorecidas e desfavorecidas em seus pré-requisitos, as quais também são éticas ambientais.

Esperemos que essas opções sejam feitas a favor de uma democracia que contemple a plurinteratividade, o máximo possível de gestões dirigidas a cada NS e a sustentabilidade (durabilidade) a longo prazo, e não apenas os consensos operantes de nosso NS. A diversidade tem direito a seus territórios/ambientes, direito que eticamente acaba quando a signogonia e o jogo ambiental de um único NS ameaça a qualidade de vida social e ecológica, a qualidade ambiental de vários outros. Cada NS tem direito à sua *praia*, embora possamos questionar a sustentabilidade e o custo social e ecológico de seu jogo signogônico.

12 - ANEXOS

ANEXO1- ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMI-ABERTAS**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

Projeto: Interações sócio-ambientais na praia de Pontal do Sul

Pesquisador: Marcello Polinari

IDENTIFICAÇÃO

Nome completo

Idade

Residência permanente

Grau de escolaridade

O ENTREVISTADO E A PRAIA

Quantas vezes por ano vem para a praia?

Quais praias do Paraná que frequenta?

Qual dessas praias você mais frequenta?

Por que frequenta mais esta praia?

Poderia descrever três diferenças entre Pontal do Sul e outra praia que frequente?

Quanto tempo vai ficar em Pontal?

Onde está hospedado?

Você se sente em ambiente de praia na descida da Serra, nas cidades do litoral ou na beira do mar?

O que você faz na praia?

Feche os olhos e diga que imagem a palavra praia traz à sua mente.

O ENTREVISTADO E OUTROS FREQUENTADORES DA PRAIA

Você percebe alguma diferença entre os frequentadores da praia?

Se percebe, poderia classificá-los em dois ou três grupos?

Qual o comportamento do grupo A em relação à praia (idem para B e C)?

Qual o comportamento do grupo A em relação aos outros frequentadores da praia (idem para B e C)?

Você conhece quantos moradores desta praia dos quais possa dizer o nome e a profissão?

O ENTREVISTADO E O MEIO FÍSICO

De um a dez, que nota você daria para a praia de Pontal?

Por quê?

Faça de conta que sou o prefeito de Pontal e que acatarei três sugestões de melhorias para os usuários da praia. Qual sua primeira sugestão, segunda e terceira?

O ENTREVISTADO, A PRAIA E O PODER PÚBLICO

Quais órgãos municipais são responsáveis pelo cuidado e gerenciamento do uso da praia?

E estaduais?

E federais?

Quais ações de manutenção e melhorias da praia promovidas pelo governo municipal, que você é capaz de reconhecer? Idem para estadual e federal.

Anexo 2 - DADOS DEMOGRÁFICOS DA GRADE

Mapas de indicadores

1. Densidade Populacional em 1991 (figura 15)

As densidades das bacias foram agrupadas em três categorias, limitadas, para fins de comparação, pelos índices de densidade demográfica média do Litoral e do Estado do Paraná. As categorias de densidade populacional, e que compõem a legenda do mapa ficaram assim propostas:

- a) bacias com índices de densidade demográfica menores ($<$) que a média do Litoral, ou seja, menores que 20,78 hab./km² ou $<$ 21 hab./km².
- b) bacias com índices de densidade demográfica entre a média do Litoral e a média do Estado do Paraná, ou seja, entre 21 e 42 hab./km².
- c) bacias com índices superiores à média do Estado ($>$ 42 hab./km²).

A análise do mapa de Densidade Populacional demonstra que a população litorânea concentra-se na orla marítima e na porção central do litoral. A área rural, composta pelas bacias (1) Saí, (3) Cubatão, (4) São João, (5) Guaricana, (6) Canasvieiras, (8) Rio Sagrado, (11) Cachoeira, (12) Tagaçaba, (13) Serra Negra, (14) Turvo, (15) Guaraqueçaba, (16) Patos, (17) Superagüi, **(18) Ilha do Mel**, (19) Itaqui, (20) Amparo, (21) Faisqueira e (22) Guaratuba Norte, apresenta densidade populacional inferior à média do Litoral ($<$ 21 hab./km²). Somente a bacia de Morretes (9) apresenta um índice de densidade populacional entre as médias do Litoral (21 hab./km²) e à do Estado do Paraná (41 hab./km²).

As bacias que apresentam concentrações urbanas, a saber, Guaratuba Sul (2), Paranaguá (7), Antonina (10) e Matinhos (23), apresentam índices de densidade superiores à média do Estado ($>$ 41 hab./km²).

TABELA 1 - Síntese dos dados de Densidade Populacional (1991) e da Taxa de Crescimento Demográfico (1980/1991)

Nº da Bacia	Densidade Populacional 1991 (Hab/Km ²)		Crescimento Populacional 80-91 (% a.a.)			Categoria de Crescimento	Categ. de Densidade	Síntese demográfica
	Urba-na	Geral	Rural	Urba-no	Geral			
1	-	17.5	-4.61	-	-4.61	1	1	C
2*	941.0	96.5	+1.32	+5.26	+4.95	3	3	A
3	-	2.7	+2.11	-	+2.11	2B	1	D
4	-	3.2	-3.93	-	-3.93	1	1	C

5	-	1.9	-0.86	-	-0.86	1	1	C
6	-	1.6	+1.28	-	+1.28	2B	1	D
7*	2315.4	187.6	-0.24	+2.72	+2.55	3	3	A
8	-	14.8	-1.08	-	-1.08	1	1	C
9	2524.8	26.8	-0.39	+0.62	+0.17	2A	2	C
10*	4184.2	54.7	-1.70	+1.13	+0.83	2A	3	B
11	-	3.7	-1.79	-	-1.79	1	1	C
12	-	4.1	+0.77	-	+0.77	2A	1	C
13	-	1.4	+0.69	-	+0.69	2A	1	C
14	-	0.0	0.0	-	0.0	2A	1	C
15	2143.8	6.3	-0.83	+2.62	+1.14	2B	1	D
16	-	1.5	-0.06	-	-0.06	1	1	C
17	-	4.6	-2.62	-	-2.62	1	1	C
18	-	15.6	-1.77	-	-1.77	1	1	C
19	-	5.9	+1.35	-	+1.35	2B	1	D
20	-	5.5	+0.33	-	+0.33	2A	1	C
21	-	6.0	-2.41	-	-2.41	1	1	C
22	-	6.7	-2.77	-	-2.77	1	1	C
23*	1052.9	111.6	-6.06	+7.99	+7.20	3	3	A

Fonte: Censos IBGE, 1980/1991; SUCAM, 1994

RAYNAUT, C. et alii. *Cadernos de Meio Ambiente e Desenvolvimento*. UFPR/NIMAD, p. 23 – 25.

2. TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (1980/1991) (FIGURA 16)

As categorias de crescimento populacional, que constituem a legenda do mapa de Taxa de Crescimento Demográfico, foram propostas com base nas taxas de crescimento populacional do Litoral (2,26% a.a.) e do Estado do Paraná (0,90% a.a.). As categorias ficaram assim definidas:

- a) índices menores que 0% a.a. (crescimento negativo)
- b) índices entre 0 e 0,90% a.a. (crescimento inferior à média do Estado)
- c) índices entre 0,90 e 2,26% a.a. (entre a taxa estadual e a do Litoral)
- d) índices superiores à 2,26% a.a. (crescimento superior à média regional)

A taxa de crescimento do Litoral revelou-se consideravelmente superior à do Estado, que, por sua vez, apresentou um crescimento demográfico para 1991 inferior ao de 1980 (0,97% a.a.). A maior parte do litoral apresentou crescimento demográfico inferior ao do Estado, num total de 16 bacias. Destas, dez perderam população no período, todas rurais (tabela 1). Quatro bacias tiveram crescimento entre as médias do Estado e do litoral, sendo que apenas na bacia de Guaraqueçaba esta dinâmica foi urbana. O crescimento da população do litoral concentrou-se, portanto, nas áreas urbanizadas da orla marítima (bacias de Guaratuba Sul, Paranaguá e Matinhos), com taxas bastante altas, superiores à taxa do Litoral, de 2,26% a.a.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

CATEGORIAS OU SITUAÇÕES DEMOGRÁFICAS RESULTANTES (FIGURA 37)

- A - “polos de população”, apresentam alta taxa de crescimento demográfico ($> 2,26\%$ a.a.) e uma densidade classificada de média a alta.
- B - regiões “em esvaziamento”, com densidades altas, mas crescimento negativo.
- C - espaços em “estagnação”, apresentam uma densidade entre baixa/média e crescimento populacional de baixo a negativo.
- D - “frentes pioneiras”, apresentando altos índices de densidade e de crescimento populacional.

A análise do mapa de Situação Demográfica mostra que apenas a bacia de Antonina apresenta-se como uma área em “esvaziamento” (figura 37). Quatro bacias apresentaram-se como “frentes”: na de Guaraqueçaba, esta característica é dada apenas pelo crescimento da população urbana da sede do município, pois a população rural teve crescimento negativo; em Itaqui, a população é quase que exclusivamente pesqueira, sendo o seu crescimento até certo ponto inesperado, e inexplicado uma vez que a mesma dinâmica não se apresentou em outras áreas de população pesqueira; apenas nas bacias de Canasvieiras e Cubatão a frente pode ser caracterizada como rural, devendo-se provavelmente à expansão agrícola nestas áreas (vide próximo item). Embora a taxa de crescimento populacional no Litoral entre os anos de 1980 e 1991 tenha sido bem superior à do Estado do Paraná (2,26% a.a. e 0,90% a.a. respectivamente), os “polos” de crescimento foram exclusivamente urbanos, em Matinhos, Guaratuba e Paranaguá. Praticamente toda a área rural, em 18 das 23 bacias, apresentou crescimento nulo ou negativo. Finalmente, constatou-se que a distribuição da população pesqueira artesanal não correspondeu às áreas de maior produção de pesca.

RAYNAUT, C. et alii. Cadernos de Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR/NIMAD, p. 41.

Anexo 3 - Informações breves sobre a história do Litoral paranaense.

O litoral do Paraná é constituído pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, que se desmembrou de Paranaguá, abrangendo uma superfície de pouco mais de 4.600 km² entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. A população hoje é superior a 200.000 habitantes, com uma densidade demográfica que varia em cada município entre 3,96 a 159,19 hab/km².

Por volta do ano 1500, os Carijós, ramo dos Guaranis, dominavam toda a costa marítima do sul brasileiro de Cananéia até a Lagoa dos Patos. Eles foram atacados e caçados para serem escravos na região de Paranaguá pela bandeira (= expedição oficial) de Gerônimo de Leitão, que, em 1585, firmou base de sua expedição na Ilha da Cotonga.

Costumes indígenas

A família é patriarcal, constituída geralmente pela poligamia. Faziam manutenção coletiva das picadas. Acreditavam na vida após a morte e, para os Tupis, as almas dos bons iam habitar além das Montanhas Azuis (Serra do Mar). Não acreditavam na existência de um espírito totalmente maléfico, mas em espíritos que puniam os que desrespeitavam a natureza. Eram hábeis em elaborar objetos de madeira, fibras, cerâmica. Tinham conhecimento das constelações. Praticavam agricultura de coivara, que é uma técnica de agricultura itinerante, a que também é popularmente chamada de roça de tigüera, envolvendo o descanso da terra, por nós chamado de pousio.

Ciclos econômicos

Até meados do século XIX, poucas vilas do Paraná, como Curitiba e Paranaguá, superavam um ou três milhares de habitantes. Em fins do século XVIII, o litoral concentrava a colonização européia, “ele era o Paraná”. Ainda no mesmo Século ocorreu a colonização militar do litoral quando vilas foram erguidas a partir da demarcação por militares de áreas com 300 braças em quadra. Assim, nasceram Guaratuba e Morretes, esta última erigida estrategicamente na embocadura do então principal caminho de acesso ao planalto, o Itupava.

A produção agrícola o litoral até o século XVIII baseava-se principalmente na produção da farinha de mandioca, que junto com o charque sustentou a colonização portuguesa. No século XIX, produziu arroz, banana, cítricos e até vinhos, além dos engenhos de soque de erva-mate.

Até meados do século XIX, o litoral foi cabeça de ponte para a conquista portuguesa do interior do Paraná, especialmente através dos portos de Paranaguá e de Antonina. Pode-se datar três grandes períodos: o que vai de 1500 a 1750, que é o período no qual o litoral exerce a função de ser uma das cabeças de ponte para a ocupação portuguesa do Paraná, sendo ligado ao planalto por trilhas na Serra do Mar que eram

percorridas a pé e nas quais nem mulas passavam ou tinham dificuldade de fazê-lo. De 1750 a 1870, quando a ocupação do interior do Estado é movimentada pelo comércio de gado e pela erva-mate. Esta última muito movimentou economicamente o litoral com a instalação de engenhos de beneficiamento (engenhos de soque da congonha), cuja erva descia aos portos em surrões de couro, primeiramente em ombros de escravos e posteriormente em lombo de mulas em tropas arreadas. É deste período que data a maior parte do casario antigo do litoral, que está ligado à economia ervateira. Nele também ocorreu a melhoria das trilhas e estradas para o litoral.

Estradas e a disputa entre as cidades litorâneas pela hegemonia regional.

A segunda metade do século XVIII é marcada pela explosão da Laje do Cadeado, que atrapalhava a utilização do Caminho ou Trilha do Itupava, na Serra do Mar. Essa explosão tornou possível a comunicação entre o litoral e o planalto por homens montados em cavalos e mulas, trajeto que até então era realizado a pé, com cargas nos ombros de escravos. Era como se houvessem dois Paranás divididos pela Serra do Mar, um litorâneo baseado na economia da mandioca e dos portos, e outro, campeiro baseado nas invernadas e comércio de gado. Esta explosão abriu caminho para animais de carga, mas não para carroças.

Mas a grande movimentação econômica do litoral deveu-se à erva mate, após 1820. Entre 1750 e 1820 não havia um produto que desse um grande impulso econômico ao litoral. É um período entre o fim do ouro e o início do beneficiamento e comércio de mate. O período ervateiro paranaense ocasionou um surto industrial, após 1830, em Antonina, Morretes e Paranaguá. Havia engenhos de soque em Porto de Cima, Morretes, São João da Graciosa, Antonina e Paranaguá. Grande parte deles era movida por tração animal, por escravos, por força da água e, após 1870, a vapor.

Em função da economia ervateira e dos projetos de colonização, no século XIX houve grande demanda de lenha (extraída principalmente próximo aos rios) e de mão de obra escrava e italiana.

O terceiro período da história do litoral ocorre após 1860/70, com a proibição do tráfico internacional de escravos e a vinda de imigrantes. Nesse período, a erva-mate paranaense já sofre forte concorrência internacional e é de baixa qualidade devido a

processos de beneficiamento ruins e por ser gananciosamente adulterada com outras ervas.

Antonina e Paranaguá não conseguem manter a hegemonia entre as cidades do Paraná, pois em 1813 Paranaguá perde a sede da Ouvidoria para Curitiba. O período pós 1850 é o da disputa entre Curitiba, Paranaguá e Antonina pela hegemonia no Estado. Esta disputa é tão importante quanto a explosão do Cadeado, envolvendo a questão de qual município seria a Capital e qual município seria o porto oficial. Essa diáspora dura até a década de 1910 quando Paranaguá consegue o título de Porto Oficial do Estado, após Curitiba já ser a Capital.

Paranaguá e Antonina disputavam para ser o porto oficial do Estado e ter a conseqüente hegemonia política e econômica do litoral, pois o litoral é principalmente uma ponte comercial. Esta disputa significava saber qual seria o terminal marítimo oficial do Estado, Paranaguá ou Antonina.

Em 1853, o Paraná separa-se de São Paulo e Curitiba, que já era sede da Ouvidoria da até então 5ª Comarca e, para desgosto parnanguara, é confirmada como capital da nova província. A capital era para ser Paranaguá, mais povoada e economicamente mais forte, mas por ato administrativo do primeiro Presidente da Província Zacharias de Góes e Vasconcelos (um liberal baiano nomeado pelo Império), Curitiba foi oficializada como capital. Nos anos imediatamente após a confirmação de Curitiba como capital, ainda apareciam nos jornais como o 19 de Dezembro, questionamentos parnanguaras quanto a uma cidade de pouco mais de mil habitantes ser a capital.

O primeiro veículo com rodas a subir a Serra do Mar o fez em 1864, foi uma carruagem transportando a esposa do primeiro Presidente da Província. Subiu pela Graciosa, pois Antonina, onde predominava o partido liberal comandado pela família Macedo, ganhou a primeira batalha com a construção de uma estrada, a Graciosa, que preteria Paranaguá e Morretes. Morretes queria continuar como porto seco e que a trilha do Itupava (Cadeado) fosse a estrada carroçável.

Curitiba, Paranaguá e Antonina chocam-se pela sede da Província, Antonina e Paranaguá pela oficialização como principal porto do Paraná e pela estrada que ligará o planalto ao litoral e este ao mundo. Paranaguá¹⁸⁷, vencedora da “Guerra das cidades”,

¹⁸⁷ Seus processos históricos geraram uma mentalidade de “*república independente*” nas duas cidades, com revoltas separatistas e

concentra a renda e o poder político do litoral quando ganha as disputas pelo porto e pela estrada de ferro.

Essa disputa guiou através dos tempos a situação de cidades litorâneas, inclusive de Pontal do Paraná. Isso porque em nível de administração estadual, o que historicamente tem sido importante política e economicamente é o Porto de Paranaguá, mais que os agricultores pescadores de subsistência, mais que o sítio urbano de Paranaguá que sofreu em 1999 um surto de cólera devido à precariedade da rede de esgotos e limpeza urbana e, muito mais que os núcleos balneários, que se separaram de Paranaguá para formar o município de Pontal do Paraná, que, por sua vez, abrange o núcleo balneário Pontal do Sul.

Imigrantes não portugueses

No início do século XIX D. João VI chegou ao Brasil fugindo de Napoleão. Logo na sua chegada, um de seus primeiros atos foi abrir os portos às nações amigas de Portugal e inimigas de Napoleão. Até então só entrava no Brasil quem fosse português católico ou negro escravo ou alguns poucos não portugueses à serviço da Coroa. Mas, depois da abertura dos portos veio gente de todo o mundo.

No período após 1860, ocorreu no Brasil a proibição da importação de escravos. São Paulo, que no século XIX necessitava de mão-de-obra para os cafezais que se espalhavam diante dos olhos, primeiro comprou os escravos das províncias vizinhas, levando do Paraná a maior parte dos pretos e mulatos. Como não havia reposição de escravos, São Paulo apela depois para a mão-de-obra dos imigrantes italianos. Lá eles ficaram pejorativamente conhecidos como “suporte ou calcanhar de peneira de café”.

Enquanto isso, no último quartel do século XIX, no Paraná, entusiastas desenvolvimentistas faziam pronunciamentos em assembleias e jornais sobre como eram laboriosos e morigerados (trabalhadores dóceis) os camponeses europeus. Em função disso e dos lucros que auferiram, eles se propõem a fazer projetos experimentais com centenas de famílias em suas terras e em terras públicas.

Havia um projeto intencional de renovação das práticas agrícolas ligado à questão de etnias. Para melhorar a pecuária importaram suíços para a região montanhosa do Rio de Janeiro e holandeses destinados às pradarias paranaenses visando

especialmente desenvolver uma pecuária leiteira. Importaram italianos, tradicionais fruticultores e holericultores, para os cinturões verdes das cidades, poloneses e alemães para plantar batatas... Cada etnia com seus produtos tradicionais era importada para locais e fins predeterminados.

Além disso, projetaram um litoral e primeiro planalto composto de pequenas propriedades. Em Santa Catarina este projeto minifundiário teve êxito com italianos e alemães. Deu certo não pela questão étnica, mas por causa dos seus idealizadores e implantadores que eram agrônomos e intelectuais italianos e alemães. No Paraná o projeto de minifúndio foi tocado por políticos, mercadores de mão-de-obra, e idealistas, a maioria sem conhecimentos técnicos agrícolas e sociais. A existência de grande número de polacos e ucranianos no Paraná é obra do Governador Lamenha Lins, por isso ele ganhou o apelido de Lamenha “Linski”.

No litoral, existiram várias colônias que não deram certo pelo fato existirem poucas e péssimas estradas para ligá-las aos centros consumidores, pelo não cumprimento pelo governo de sua parte nos incentivos iniciais, a predominante pobreza dos solos em pequenas áreas para dezenas de pessoas. Muitos italianos assentados em Morretes e Antonina saíram para o bairro da Água Verde em Curitiba, outros para Campo Largo, Bugre e Balsa Nova. Houve no litoral uma colônia, Nova América, de americanos confederados que fugiram da guerra civil americana, outra de suíços em Guaraqueçaba, da qual também contavam imigrantes alemães, italianos, bascos e espanhóis, e outra ainda, japonesa, no Bairro Alto, em Antonina que fabricava cachaça e papel a partir de uma flor que foi introduzida na região.

Portanto, o povo do litoral paranaense, até as décadas de 40/50, quando iniciou-se uma intensa vinda aos balneários e portos de outros povos e NSs, era descendente principalmente de europeus agricultores de subsistência, que foram literalmente largados à própria sorte vendo-se obrigados a adotar técnicas indígenas de produção da subsistência (experiências que já funcionavam historicamente) como a agricultura itinerante, principalmente da mandioca e a pesca com instrumentos rudimentares para complementar seus ingressos econômico/alimentares.

Este breve histórico do litoral paranaense resultou de consulta aos arquivos de recortes de jomais da Biblioteca Pública do Paraná, da Biblioteca do IPARDES, Biblioteca e

arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Descobrimos em nossa pesquisa, que pouquíssimos trabalhos foram feitos sobre a história geral do litoral paranaense. Além disso, as fontes históricas originais, na sua absoluta maioria, não foram preservadas. Pesquisadores que são referencia, além de Romário Martins são Dr. Carlos Antunes dos Santos, Dr. Magnus Pereira, Dra. Odhah R. Guimarães e Dra. Cecilia Westphalen .

Anexo 4 –
Histórico dos canais
Autor: Norberto Toedter
Fonte: xerox do original datilografado.

NOSSOS MANGUEZAIS SÃO INTOCÁVEIS ?

1951 É criado o loteamento Cidade Balneária Pontal do Sul.

1967 Foi criado o loteamento Jardim Marinês.

“Ambos os loteamentos desconhecem a existência do Rio Perequê e do seu manguezal”.
Toda a área foi parcelada e as unidades foram matriculadas no Registro de Imóveis.

1953/9 Sobre a projetada Av. do Mel é construído o Canal do DNOS, que vai interceptar o Rio Perequê antes de atingir o loteamento.

O rio é parcialmente extinto e libera cerca de 11 quadras à comercialização

- O Perequê e seu mangue, entretanto, sobrevivem, enfraquecidos a leste da Av. Atlântica.

1967 O assoreamento da foz do enfraquecido Perequê obriga a construção de um canal de desvio da mesma. Seu traçado segue sobre ruas projetadas evitando quadras loteadas.

1985 Através do mangue principal e utilizando em parte áreas cedidas à UFPR é construído o "Canal do Vemalha". É válido suspeitar que o seu propósito seria o de extinguir o Rio Perequê e seu mangue nas quadras 234, 235 e 236 bem como nas quadras 231, 232 e 233 pertencentes à UFPR. Mas o rio resiste.

1986-7 Então escava-se mais um canal sobre a projetada Av. Munhoz da Rocha, antecipando o reencontro do Perequê com o Canal do Vemalha e extinguindo-o na área da UFPR, onde são instalados os tanques artificiais. Ao meio do seu curso este novo canal passa muito próximo à alça central do Perequê restante nesta área.

1987-1991 Progressivamente vai se estendendo sobre a Av. Panamérica mais um canal para drenagem de águas aflorantes. Possivelmente esta drenagem venha a afetar o suprimento do que restou do Perequê à leste da Av. Atlântica.

1989 Rompe a pequena barragem que remanesce entre a ponta da alça do Perequê na quadra 235 e o canal recém-escavado na Av. Munhoz da Rocha. Com isto compromete-se o fluxo no meandro ao sul do rompimento. Além do assoreamento do Perequê na bifurcação, onde iniciava o Canal do Vemalha, verifica-se agora um progressivo assoreamento na sua junção com o canal sobre a Av. Munhoz da Rocha.

1988 Moradores alertam ITCF, SURHEMA, IBAMA e opinião pública para as manipulações dos recursos hídricos de Pontal.

1990 AMASUL - Ass. de Moradores solicita à Prefeitura e à SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano medidas saneadoras.

1990 AMASUL e CBM - Centro de Biologia Marinha requereram ao ITCF mapeamento das áreas de mangue do Pontal do Sul.

O ITCF alega não ter verbas para aquisição de foto de satélite (entretanto, em 1991 ITCF publica "Carta Imagem" do Litoral Paranaense baseada em foto do satélite LANDSAT de 1. 3. 90).

07 de 1991 O SEDU através da SUCEAM - superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental desenvolve um programa de atendimento ao pedido dos moradores de drenagem do Rio Perequê nas quadras 23 4, 235, 236 a ser iniciado em 15.09.91 com maquina alugada da CODAPAR (ex., CAFÉ DO PARANÁ).

15.09.91 Máquina da CODAPAR está em reparos.

04.11.91 Finalmente, a máquina está disponível. Antes, porém, que chegasse ao Pontal, a SUCEAM recebe ameaças de embargo pelo ITCF.

06.11.91 Reunião entre AMASUL, SUCEAM e ITCF (Pguá.), Vistoria técnica conclui pela necessidade da dragagem.

21.11.91 SUCEAM inicia a drenagem. Nova ameaça de embargo.

22.11.91 Comissões de ITCF Ctba. e Pguá. Conselho do Litoral, SUCEAM, CBM e AMASUL se reuniram "*in loco*" e os trabalhos são liberados.

02.12.91 A máquina da CODAPAR atinge ponto crítico do rompimento acima citado. Operador abandona o equipamento no local por ter recebido ordem de gozar saldo de férias.

08.12.91 Operador volta ao trabalho, mas a máquina é paralisada por "acidente" .

09.12.91 CODAPAR traz mais duas máquinas para recuperar a máquina acidentada, sendo que uma delas deveria prosseguir na operação.

11.12.91 A obra é vistoriada pelo Secretário de Estado (SEDU), o Prefeito de Paranaguá, o Presidente da SANEPAR e Conselho do Litoral (Coord. Projeto Verão).

12.12.91 CODAPAR retira todo o seu equipamento do local e suspende os trabalhos, depois de ter causado grandes danos sem nenhum dos benefícios programados a não ser o desassoreamento do trecho inicial.

Nota: através de galerias de água pluvial e também, diretamente, um grande volume de esgotos sanitários é despejado no rio Perequê e seus afluentes.

Pontal do Sul, 16 de dezembro de 1991

Anexo 5 - De Cavalcanti, aprendemos as seguintes **características dos urbanistas/gestores modernos** no Brasil:

1) Culto popular ao gênio criador, sendo que seu séquito reforça a imagem pública do “iluminado”, ao mesmo tempo em que afirma-se como grupo de vanguarda por ele guiado. Nepotismos e apadrinhamentos que sustentam a auto-glorificação e expansão do seu consenso estético operante nas gestões ambientais.

2) Desconsideração ao jogo signogônico ambiental, aos consensos e as experiências herdadas que norteiam o jogar. A criação urbanística (embora feita por uma equipe com dinheiro público) deve ter como única referência o criador, como se fosse uma dádiva dele à sociedade.

3) Os novos monumentos por ele criados devem mitigar a importância referencial dos antigos. Tendência a uma *modernização* dos sítios históricos, ação que pode ocultar-se nos conceitos de resgate ou *revitalização*, expondo relação dual do gestor entre o saudosismo do que é antigo e o novíssimo.

4) Projetos monumentais.

5) Mecenato estatal para realizar suas *obras de arte*, sendo o Estado sua fonte de renda principal. Há um “*que*” de aristocracia nisso, ou como diz um provérbio brasileiro: um *fazer cortesia com o chapéu alheio*, no caso com recursos públicos.

6) Aliar-se a instituições normativas, como os conselhos profissionais buscando neles predominar para que, através deles, reforcem sua estesia e sua predominância consensual e estética ambiental na sociedade.

7) Urbanismo moderno como produto de exportação.

8) Organização de instituições para-estatais que tomam as funções dos órgãos de Estado, porém mantidas direta ou indiretamente pelo Estado, o que é coerente com a tradição do mecenato estatal para as intervenções modernistas.

9) Formação de pequenos grupos que publicamente auto-proclamam como sendo a *intelligentzia* urbanística (portanto ambiental) do país usando e abusando dos meios de comunicação para isso.

Anexo 6 – Classificação das fontes

BIBLIOGRÁFICAS:

Levantamento realizado na Biblioteca Central e Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR; Biblioteca do Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social; Biblioteca Pública do Paraná, principalmente na Divisão Paranaense; Biblioteca do NIMAD/UFPR; Arquivo Público do Estado do Paraná/SEAD; Arquivo e Biblioteca da Coordenadoria do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná.

CARTOGRÁFICAS:

Levantamento realizado na Biblioteca Pública do Paraná e Biblioteca do Instituto Ambiental do Paraná/SEMA.

Fotográficos:

Fotos produzidas pelo fotógrafo profissional Claudio Graziani, com apoio do CEM e do NIMAD/UFPR.

ENTREVISTAS:

Cerca de cinquenta entrevistas colhidas em fevereiro de 1997, relativas a questões como lixo, governo e gestão do espaço; apropriação do espaço pelos NS; imagens da praia; construção signogônica do outro (chamado genericamente de povo); e sugestões de melhorias para a praia. As entrevistas foram doadas para a Coordenadoria do Patrimônio *Cultural da Secretaria de Estado da Cultura/Paraná.

ANEXO 7 - ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A organização temática do roteiro para um universo amostral não muito grande permite o trabalho de 50 ou 60 respostas para cada tema proposto. A similaridade de proposições para um mesmo tema já é suficientemente válida para a justificação do trabalho.

Cada tema do roteiro compõe um capítulo sobre a pluralidade sócio-interativa em escalas ambientais, bem como sobre o jogo signogônico ambiental. O que pretendemos é narrar a diversidade de relacionamento de cada NS com a praia, que busca imprimir nela a predominância operacional e dimensional de sua signogonia, gerando territórios/ambientes.

A análise dos dados obtidos pela técnica de observação visual direta da paisagem, confrontados com os obtidos nos depoimentos e fontes escritas foi feita conforme os pressupostos da pesquisa biográfica de Levi¹⁸⁸.

Embora não tenhamos buscado uma narrativa biográfica junto aos entrevistados (com exceção de alguns velhos agricultores pescadores que ainda residem em Pontal), fizemos o levantamento da inserção de parte da vida dos entrevistados nas dimensões ambientais de Pontal do Sul. Portanto, esses indivíduos são representantes de uma dimensão e modo interativo ambiental. Eles são sujeitos sociais e suas proposições, posteriormente confrontadas, são encaradas como modais e não apenas meros palpites individuais.

Os temas que consideramos principais componentes do estudo e do gerenciamento do ambiente praia são a construção signogônica dos outros NS, visões da praia, lixo, estado atual da praia, alterações desejadas para a praia no futuro, relação entre lixo e governo, interações entre pescadores, turistas e comerciantes e pesca tradicional de subsistência e mercado.

As questões mais importantes são as que revelam a identificação com uma familiaridade discursivo-interativa ambientalmente operante num território, as que denotam a construção estética, lingüística e interacional dos NS sobre os demais, as críticas à atual predominância dimensional de um NS na praia e as projeções de melhorias das praias no futuro, que revelam a aspiração da predominância de outros NS naquele território.

Respostas agrupadas por familiaridade demonstram interações ambientais presentes e potenciais de NS, que podem ser futuramente favorecidos ou não pelo gestor ambiental.

O litoral paranaense não apresenta apenas um ambiente marítimo genérico, mas sim *praias* (campos de jogos signogônicos de NS) que se interligam em várias escalas interativas sociais, biológicas e geológicas, gerando ambientes dimensional e polissemicamente interseccionados.

São as dimensões interativas dos ambientes, que nos levam, a partir de nosso próprio NS, às interpretações das *interpretações possíveis* dessas dimensões interativas.

¹⁸⁸ LEVI. In: Ferreira e Amado, 1996, p.175.

ANEXO 8 - O conceito de signogonia, contexta a redução do diverso á uma familiaridade pré posta, a uma tese à qual confrontem-se antíteses para gerarem sínteses. Contexta a linearidade silógica na medida em que propõe narrar diversidades, narrar interações entre antíteses sem necessariamente chegar a uma síntese, mas sim a descrição possível agora sobre o que pudermos entender dos jogos complexos a partir de nossa dimensão interativa.

ANEXO 9

O conceito de Natureza

O conceito de natureza não é separável da questão do que seja um objeto das ciências, devido ao fato de eles existirem ou não independentemente dos cientistas mas serem diversos quando se tornam “objetos de ciência” enquanto objetos socialmente gerados. Quanto ao conceito de natureza, ele, como outros refere-se a algo existente com o qual interagimos, e ao interagimos nós geramos uma “natureza” que não são apenas processos geológicos e biológicos mas sim como ambiente resultante dessa interação com as sociedades humanas. Portanto, os nossos objetos de discurso e estudo, existiriam ou não como complexo interativo, mesmo que o cientista e o gestor ambiental, aos quais é dirigida essa tese, não existissem. Mas, por eles não existirem esse complexo interativo seria diverso por estar livre dessas interações. Apesar disso, a natureza ou outro objeto de gestão e estudo, continuaria existindo ou não. Portanto, o conceito de natureza deve ser definido em seus usos seja como processos fisico-químicos, seja como as várias interações das sociedades humanas com esses.

12 - BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós - graduação. São Paulo. Atlas. 1995.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Introdução à filosofia da ciência. Curitiba. Editora da UFPR. 1993. 223 p.
- ARANTES, Antonio Augusto. Produzindo o passado. São Paulo. Brasiliense, 1984.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro. Forense, Universitária, 1989. 338 p.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro. Zahar, 1983. 279 p.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. Realidade Pesqueira; litoral Sul Paraná, s. d.
- ATLAN, Henri. Entre o cristal e a fumaça. Ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1992. 268 p.
- BACHELARD, Gaston. Coletânea de textos elaborada por José Américo Motta Pessanha. In: Os pensadores, São Paulo. Abril Cultural, 1978. 353 p.
- BALHANA, A. et alii. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração. In: Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História "Colonização e Migração". São Paulo. USP, 1969.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70, 1994.
- BARLETTA, M & CORREA, Marco F. Maia. Peixes da Costa do Brasil. Curitiba. Editora da UFPR, 1992.
- BENJAMIN, W. IN: Os Pensadores, São Paulo. Abril Cultural, 1980.
- BERGER, Peter, & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro. Vozes, 1995.
- BERMAN, Marschall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das letras, 1986.
- BERNARDET, Jean-Claude, A Guerra camponesa do Contestado. São Paulo, Global, 1979. 128 p.
- BIGARELLA, J. J. Matinhos homem e terra: reminiscências. Matinhos, Prefeitura Municipal de Matinhos & ADEA. 1991. 209 p.
- BOLDRINI, Eliane Bêe. A APA de Guaraqueçaba: Desenvolvimento Sustentado e Produção Capitalista. (Elementos para uma Educação Ambiental) Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 1995.
- BOSI, Ecléia. Memória e sociedade, lembranças de velhos. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. Diagnóstico da Atividade

- pesqueira no Paraná. Curitiba, 1978.
- BRAUDEL, F. O espaço e a História no Mediterrâneo. São Paulo, Martins Fontes, s.d. 1a ed. em Fr. 1985. 151 p.
- BUNGE, Mário. Teoria e realidade. São Paulo. Perspectiva, 1974.
- BURKE, Peter. A escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CARDOSO, CIRO F.S. Uma introdução à história. São Paulo. Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. Os métodos da história. Rio de Janeiro. Graal, 1983.
- CANEVACCI, Massimo (org.) Dialética da família. São Paulo. Brasiliense, 1981. 282 p.
- CEMAR - Centro de culturas marítimas da Universidade de São Paulo. SILVA, Luiz G. Caçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil. São Paulo. Edusp. 1993.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA MARÍTIMA NO PR., Política de Desenvolvimento. Curitiba, 1963.
- COMTE, A. / E. Durkheim. In: Os Pensadores. São Paulo. Abril Cultural, 1983.
- CORREA, Marco F. Maia. A Pesca Artesanal da Tainha no Litoral do Paraná. Curitiba, Editora da UFPR, 1993. 70 p.
- CORBIN, Allain. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo. Companhia das Letras, 1889. s.d.
- COIMBRA, 1985, In: POMPEU, CESAR AUGUSTO E SILVA, DANIEL JOSÉ/ “Enfoque epistemológico, político e filosófico na leitura da questão ambiental”. In: IBAMA - Seminários Universidade e Meio Ambiente, Documentos Básicos, Brasília, 1989, p.p. 109 –95.
- DARTON, Robert. O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro. Graal, 1986.
- DE DECCA, Edgard S. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DESCARTES, René. Discurso do método. Os Pensadores. São Paulo. Nova Cultural, 1996. 296 p.
- DURANT, WILL. História da Filosofia. In: Os pensadores. São Paulo. Nova Cultural, 1996.
- ECO, Umberto. Sobre os espelhos e outros ensaios. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989. 354 p.
- ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR. Coletânea de Trabalhos Apresentados. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil - IOUSP - F. FORD - UICN, 1989.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Lisboa. Presença, 1985. 262 p.
- FERREIRA, M. de Moraes. & AMADO, J. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 1996. 270 p.

- FERREIRA, Antonio Gomes. Dicionário Latim Português. Porto, Porto editora Ltda. 1983.
- FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1995. 1240 p.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Graal, 1981. 292 p.
- GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GLEICK, J. Caos, o nascimento de uma nova ciência. Rio de Janeiro. Campus. 1990. 310 p.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (org.). A História social: Problemas, fontes e métodos. Lisboa. Cosmos, 1973.
- GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. 341 p.
- _____. Literatura e vida nacional. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. 243 p.
- _____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 244 p.
- GREIMAS, A. J. & LANDOWSKI, E. Análise do discurso em ciências sociais. São Paulo. Global, 1986.
- HOGAN, D. J. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas, Editora da UNICAMP. 1992
- HUIZINGA, Joan. O outono da Idade Média. São Paulo. VERBO/EDUSP. 1978. 467 p.
- IPARDES. Fundação Edson Vieira A pesca artesanal de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Curitiba, 1989.
- IPARDES. Apa de Guaraqueçaba; Caracterização sócio - econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Curitiba, 1989.
- KANT, Immanuel, Crítica da Razão Pura. IN: Os Pensadores. São Paulo. Nova Cultural, 1991. V.1 , 172 p.
- KRAEMER, Marília de Carvalho. Malhas da pobreza. Curitiba, Instituto Histórico e Geográfico, 1982.
- LAKATOS, Eva Maria, Sociologia Geral. São Paulo. Atlas, 1977. 274 p.
- LANGOWSKI, V. B. Contribuição para o Estudo dos usos e costumes do Praieiro do Litoral de Paranaguá. Cadernos de Artes e Tradições Populares. Museu de Arqueologia e Tradições Populares de Paranaguá. ANL I: 77-101. 1973.
- LE GOFF & NORA, P. História: novos objetos. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976. 200 p.
- LOUREIRO FERNANDES, L. Contribuição à Geografia da Praia de Leste. Arquivos

do Museu Paranense, VI: 2-35 - 1947.

- QUILLET, Pierre. Introdução ao Pensamento de Bachelard. Rio de Janeiro, ZAHAR 1977.
- MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo. Ática, 1986.
- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.
- MARQUES, Lilian Argentina B. O pescador artesanal do sul. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Folclore, 1980
- MARTINS, Alfredo Romário. A caça e a pesca no Paraná: lei e sua justificação. Curitiba, 1924.
- MAQUIAVEL, Niccolo. O Príncipe. 6 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1981.
- MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1937.
- MAURO, Frederic. História Econômica Mundial (1790-1970). Rio de Janeiro. Zahar, 1976.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis, Vozes, 1998.
- MINAYO, M.C. S (org). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro, 1994. 80 p.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória. A cultura popular revisada. São Paulo: Contexto, (Caminhos da história) 1992. 153 p.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo. DIFEL, 1982.
- MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo. Ática, 1986.
- NEVES, Walter. Antropologia ecológica. São Paulo. CORTEZ,
- NIMAD – UFPR/PADCT. Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Diagnóstico. Org. LIMA, R. & NEGRELLE, R. Curitiba, Editora da UFPR. 1998.
- _____. PROLITORAL - Programa de apoio a população carente do Litoral. Curitiba, 1980. 266 p.
- _____. PROJETO LITORAL, Controle e uso do solo. Curitiba s.d.
- _____. PADRÕES E NORMAS TÉCNICAS PARA A OCUPAÇÃO E USO DO SOLO NO LITORAL PARANAENSE. Curitiba, 1980.
- NOGUEIRA, O. Pesquisa social: introdução às suas técnicas. São Paulo. Editora Nacional. 1977.
- NUPAUB/USP. DIEGUES & NOGARA - Nosso Lugar Virou Parque. São Paulo. EDUSP. 1994

- NUPAUB/USP. DIEGUES, A. C. S. Povos e Mares. São Paulo. EDUSP. 1994
- NUPAUB/USP. Série Documentos e Relatórios de pesquisa - DIEGUES. A. C. S. La pesca artesanal en Brasil. São Paulo. EDUSP. 1993.
- NUPAUB/USP. Série Documentos e Relatórios de pesquisa - OLIVEIRA, Elaine R. Populações Humanas na Estação Ecológica de Juréia - Itatins. São Paulo. EDUSP, 1993
- ORTIZ, Renato. A consciência fragmentada. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.
- PARANÁ. Conselho de Desenvolvimento do Litoral. Coletânea de documentos. Curitiba, 1985.
- PARANÁ. Secretaria de Agricultura. Depto. de Economia Rural. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca 1979/1985. Curitiba, 1978.
- _____. Secretaria de Agricultura Departamento de Economia Rural. Plano Estadual de desenvolvimento da pesca 1979/1985.
- _____. Secretaria de Agricultura Departamento de Economia Rural RELATÓRIO TRIMESTRAL 1982 a 1984 - Camarão- Paranaguá. 1982 a 1984 – Camarão, 7 barbas – Matinhos.
- _____. Relatório Estatístico – pesqueiro litoral, Paraná, 1984.
- _____. Relatório Semestral de economia pesqueira do Paraná 2* semestre, 1984 e 1985.
- _____. Sistema de Controle de Desembarque litoral Paraná - 1981, 1982, 1983
- _____. Relatório Técnico de Comercialização do pescado no Paraná, 1981
- _____. Relatório Técnico do registro geral da pesca, 1981 e 1982, 1983, 1986.
- _____. Relatório Técnico - Sardinha Paranaguá 1982/83/84
- _____. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca, 1980/85.
- PEIRCE, Charles Sanders. Escritos Coligidos. In: Os Pensadores. São Paulo. Abril Cultural, 1974. 291 p.
- PEREIRA, Isidoro J. S. Dicionário grego – português e português – grego. Porto. Livraria Apostolado da Imprensa 1976.
- PEREIRA, Magnus R. de Mello. Semeando iras rumo ao progresso. Curitiba. Editora da UFPR, 1996. 184 p.
- PESCART, A esperança do Pescador Artesanal. Rev. Nacional da Pesca. Ano XIX (160): 7, 1976.
- PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. São Paulo, Círculo do livro, 1983.
- PIERETTI, Antonio. Lo Strutralismo e la morte dell'uomo. Roma, ed. Citá Nuova, 1977.
- POMPEU, CESAR AUGUSTO E SILVA, DANIEL JOSÉ/ “Enfoque epistemológico, político e filosófico na leitura da questão ambiental”. In: IBAMA - Seminários Universidade e Meio Ambiente, Documentos Básicos, Brasília, 1989, pp. 109/121.

- POSTER, Mark. Teoria Crítica da Família. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.
- POLINARI, M. Relatório interno de pesquisa sobre os efeitos do tombamento na relação sociedade/ambiente em Superagüi. Secretaria de Estado da Cultura, Curadoria do Patrimônio Natural SEEC/CPC, 1989 (original não publicado).
- POLINARI, M. Cantando a vida: estudo da mentalidade dos imigrantes italianos através das letras das músicas folclóricas. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1989.
- POLINARI, M. et alii. O extinto faxinal do Guartelá. Relatório apresentado ao Sr. Curador do Patrimônio Natural do Estado do Paraná. SEEC - CPC - CPHA/CPN. Original não publicado.
- POLINARI, M. Plurinteratividade, uma nova abordagem na gestão ambiental. Cadernos da Biodiversidade. Paraná/Sema/IAP/DIBAP. v. 1, n.2, 1998, p. 57.
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1988.
- PRADO, Danda. O que é família? São Paulo. Brasiliense, 1982.
- ____ (org.). Recordar Foucault. São Paulo. Brasiliense, 1985.
- RAYNAUT, C. & ZANONI, M. Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba, Grid - UFPR, n. 1, 1994. 189 p.
- REZENDE, Antonio. Curso de Filosofia. São Paulo. Zahar. 1986.
- RODRIGUES, José Honório. Filosofia e história. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1981.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1992. 120 p.
- ROBERT. Bases Epistemológicas da Questão Ambiental: O Método, In: -IBAMA-Seminários Universidade e Meio Ambiente, Documentos Básicos, Brasília, 1989, pp.89/95
- SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo, Século XIX. São Paulo, 1989.
- SANTAELLA, Lúcia & OLIVEIRA, Ana Claudia. Semiótica da Cultura, Arte e Arquitetura. São Paulo. EDUC 1987.
- SANTAELLA, Lúcia. O que é Semiótica. São Paulo, Brasiliense. 1987.
- SARTRE, J. P. O imaginário. São Paulo. Ática. 1986.
- SELLTIZ, WRIGNSTMAN & COOK. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo. EPU, 1998
- SOUZA, F.M. de, 1911 – 1968 Eles acreditavam na morte. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1978, 183 p
- SHAKESPEARE, W. Tragédias, Romeu e Julieta, São Paulo, Martins Fontes, 1954. p. 40 - 41 - 42. cena II o Pomar de Capuleto.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Teorias da História. São Paulo. Cultrix, s.d.

- SILVA, Luiz Geraldo. Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1830 - 1930) Tese
- SIQUEIRA, A. Cândido. Direito e Legislação de Terras. São Paulo. Saraiva, 1984.
- SPINK, Mary Jane. O conhecimento cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo. Brasiliense, 1993. 311 p.
- SUDEPE. Diretrizes, Programação e Estrutura Operacional. PESCART Plano de Assistência à Pesca Artesanal. s.l. 1975/76.
- SUDEPE-SUDESUL. O Setor Pesqueiro na Região Sul. Núcleo de Desenvolvimento da Pesca na Região Sul. DPG/Ministério da Marinha - BRDE. 1976.
- SUN TZU II. A arte da guerra. Rio de Janeiro. Record, 1997.
- THÉVENAZ, Pierre. La Fenomenologia. da Husserl a Merleau-Ponty. Roma. Citá Nuova, 1976.
- _____. Miséria da teoria. São Paulo. Paz e Terra, 1988.
- VANSINA, Jan. La tradición oral. Barcelona. Labor, 1967.
- VELOCCI, Giovanni. Filosofia e fede in Kierkegaard. Roma. Citá Nuova. 1976.
- VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas. São Paulo, Nova Cultural, 1991. 222 p.
- WOLLHEIM, Richard. As idéias de Freud. São Paulo. Cultrix, 1977.
- ZANONI. M. Etude des Systemes Agraires et le leur Evolution dans la Region de Guaraqueçaba, Littoral du Paraná, Brésil. INSTITUT NATIONAL AGRONOMIQUE PARIS - GRINHON. Monographie pour l'obtention du DIPLOME D'AGRONOMIE APOROFONDIE. 1990.